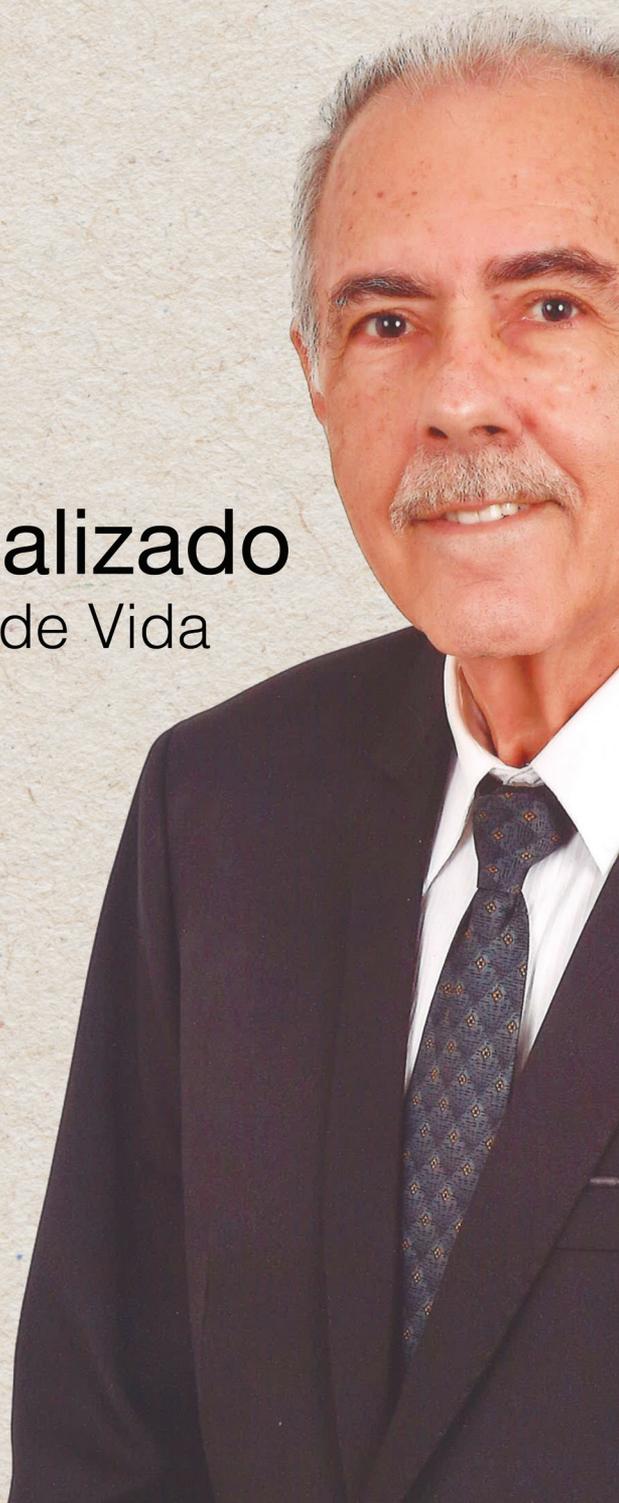


Wellington de Santana

O Sonho Realizado

Minha História de Vida



EDISE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador

Fábio Cruz Mitidieri

Vice-Governador

José Macedo Sobral

Secretário Especial de Governo

Cristiano Barreto Guimarães



IOSE - IMPRENSA OFICIAL DE SERGIPE

Diretor-Presidente

Francisco Gualberto da Rocha

Diretor Administrativo-financeiro

Antônio Roberto Rocha Messias

Diretor Industrial

Milton Alves



EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

Gerente Editorial

Jeferson Pinto Melo

Wellington de Santana

O SONHO REALIZADO

Minha História de Vida



EDISE

Aracaju
2023

COPYRIGHT©2023 BY WELLINGTON DE SANTANA

CAPA

Wellington de Santana Júnior

DIAGRAMAÇÃO

Rodrigo Carvalho

REVISÃO

Yuri Gagarin

Pré-Impressão

Dalmo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santana, Wellington de
O sonho realizado [livro eletrônico] : minha
história de vida / Wellington de Santana. --
1. ed. -- Aracaju, SE : IOSE Imprensa Oficial
de Sergipe, 2023.
PDF

ISBN 978-65-5495-003-9

1. Genealogia 2. Família - História 3. Histórias
de vida 4. Homens - Biografia I. Título.

23-157743

CDD-920.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Homens : História de vida : Biografia 920.71

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE
Rua Propriá, 227 · Centro
49010-020 · Aracaju · Sergipe
Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420
edise@iose.se.gov.br

Esta obra é dedicada ao grande tesouro da minha vida: minhas filhas Amanda Patrícia e Carla Verônica e meus filhos Wellington Júnior e Diego Antônio; à minha esposa, Maria Inez, alma gêmea e grande incentivadora; às minhas netinhas, Maria Rita, Maria Antônia e Maria Luiza, as mais novas fontes de amor e afeto; e à minha família de origem: início de tudo.

Meu respeitoso agradecimento a Deus, fonte inesgotável de sabedoria e amor, pela vida e inspiração.

“O Sonho é um meio de estímulo à realização de desejos.”

Wellington de Santana

Mensagens dos Filhos



O que falar de Wellington Santana? Primeiramente dizer que é um prestígio enorme ser filha dele, um homem íntegro, trabalhador, competente, honesto, que desperta admiração por onde passa!

Painho, como é maravilhoso tê-lo como pai! Como me orgulho em saber que o senhor é querido por todos! Obrigada por todos os ensinamentos e pelo amor que sempre nos deu! Te amo!

Amanda Patrícia



Fácil falar desse ser iluminado chamado Wellington, pai de quatro filhos que sentem muito orgulho em tê-lo como pai. Painho, paizinho, pai ou coroa (essa última é uma forma carinhosa gravada em meu celular), como te amo e sou grata a Deus pela oportunidade de ser a sua filha nesse plano. O senhor sempre muito presente e protetor, me enchendo de amor. O primeiro e mais importante homem da minha vida. Obrigada por tanto. Saiba que o senhor é a minha fonte de inspiração e o dono de muitas das minhas melhores memórias. Rogo a Deus por sua saúde e felicidade. Te amo... infinitamente, te amo.

Carla Verônica



Painho, primeiramente gostaria de parabenizar pelo livro e principalmente pela sua história de vida. Esse momento é uma conquista para todos nós que fazemos parte da família Santana. Em seguida, reforço o quanto é bom ter o senhor como pai. Sua honestidade, hom-

bridade e caráter fogem do comum e o torna um exemplo a ser seguido, uma referência para seus irmãos, filhos, sobrinhos, amigos e colegas de trabalho. Desejo muito sucesso e muitos anos de vida que possam ser contados numa 2ª edição dessa obra.

Wellington Júnior



Pai, o que falar do senhor, que foi, é e sempre será um pai/marido/avô/irmão/filho/genro/sogro... entre diversos outros... maravilhoso, atencioso, honesto e que todos se orgulham demais de tê-lo como alguém próximo.

Eu, particularmente, posso te dizer que tenho o senhor como o grande exemplo para mim em diversos fatores, sejam eles pessoais ou profissionais. Quero poder ser para Maria Luiza igual o que o senhor foi para nós, sempre junto, presente, amigo, e que ao mesmo tempo cobrava muito, “brigava”, mas isso tinha um propósito que era nossa educação, não temos dúvida disso, e hoje podemos ver na prática esse resultado, com 4 filhos bem criados e estabilizados. Bem como, na minha vida profissional, quero ser esse profissional querido, ético e que sempre entregou muito por onde passou.

Obrigado por tanto, espero um dia recompensar ao senhor tudo que já fez por nós! Maria Luiza já se orgulha demais desse vovô que ela ama muito!

Te amamos além do infinito!

Diego Antônio

SUMÁRIO

Prefácio	13
Apresentação	19

CAPÍTULO I

A Origem Familiar.....	23
Árvore Genealógica e Composição da Família	31
A Família de Origem Paterna.....	33
Família de Origem Materna	34
Composição dos Irmãos e suas Famílias.....	35
Quadro Resumo da Composição da Família Santana.....	37
Árvore Genealógica da Família Santana.....	38

CAPÍTULO II

1949–1960: Uma Infância de Inocência e Aprendizado Ético.....	41
Minha Infância Feliz em Verso Poético	41
Minha Infância: Uma volta ao passado	42
Relato de Casos e Anedotas	44
As Viagens quando Criança	62

CAPÍTULO III

1961–1967: Uma Adolescência Madura, de Aprendizado e Luta.....	69
O Começo dos Sonhos.....	71
Fase de Aventuras Audaciosas	80
Início da Fase Produtiva – Encontro com a Vida Real.....	84
Primeira Experiência em Trabalho Fixo.....	87
Segunda Experiência em Trabalho Fixo.....	89
Meu Pai e a Construção da Casa Própria	96
Primeiro Emprego de Carteira Assinada	99

CAPÍTULO IV

1967–1976: A Formação do Homem pela Educação e Trabalho.....	109
Segundo Emprego de Carteira Assinada	109
O Serviço Militar Obrigatório	123
Histórias da Caserna.....	129
Terceiro Emprego de Carteira Assinada	135

CAPÍTULO V

Minha Trajetória Profissional.....	141
Um Economista de Última Hora.....	143
Participação no Conselho de Classe.....	147
A Marca do Associativismo.....	149
Cooperativa Esperança	149
Central das Cooperativas de Sergipe	153
O Desafio da COOPERTREZE e a Felicidade de ser Servidor Público	155

Organização das Cooperativas de Sergipe	168
Incursões Políticas	170
Atuação como Gestor Público	176
Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Sergipe	178
Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe e Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	185
Secretaria da Agricultura e o Projeto Pró-Sertão.....	199
Projeto Artesanato	202
Projeto Tudo Encaixa	204
Projeto Microempresa Rural.....	206
Secretaria do Meio Ambiente e o Programa Águas de Sergipe	208
CAPÍTULO VI	
Fatos Inusitados.....	215
CAPÍTULO VII	
Livramento de Deus.....	225
CAPÍTULO VIII	
Minha Alma Gêmea (O grande amor da minha vida).....	233
CAPÍTULO IX	
Viagens Realizadas.....	249
CAPÍTULO X	
Participação em Rotary Club (Prestação de Serviços Humanitários)	267
CAPÍTULO XI	
O Dia em que a Terra Parou.....	271
CAPÍTULO XII	
Minha Paixão pelo Esporte.....	277
CAPÍTULO XIII	
Teste de Honestidade e Resistência Moral – Legado a ser deixado.....	285
CAPÍTULO XIV	
Homenagens Recebidas.....	289
CAPÍTULO XV	
Conclusão	297
Árvore Genealógica da Família Buscapé.....	304
Poemas em Acróstico para Minhas Netas.....	305

Prefácio

WELLINGTON DE SANTANA: um ser humano singular

Maria Lúcia Marques Cruz e Silva¹

Em discussões acerca de textos biográficos, alguns estudiosos defendem que “o homem é produto do meio”, mas para outros “a personalidade de cada um se define no momento da concepção”. Polêmicas à parte, constata-se que Wellington de Santana demonstra ter incorporado os dois clássicos conceitos, pois ele tem conseguido, a cada dia, lapidar seu caráter com as adversidades que a vida lhe surpreende, feito que ele realiza com altivez e equilíbrio, usando uma de suas virtudes: a paciência.

Neste livro autobiográfico, sob o título *O Sonho Realizado: Minha História De Vida*, salientam-se os protagonistas desta vitoriosa caminhada, os pais de Wellington: a dona de casa Maria de Lourdes Silva de Santana e o funcionário público estadual Antônio Gomes de Santana. Embora eles tenham sido pessoas simples, batizaram o quinto dos nove rebentos com o nome Wellington, que, etimologicamente, significa “aquele que vem de origem nobre”, segundo registro do próprio autor; um destino que, decerto, os genitores sedimentaram para toda a prole.

Passei a conhecer este distinto ser humano (o filho, o irmão, o pai, o esposo, o genro, o sogro, o tio, o cunhado, o amigo, o

¹ Professora, bióloga, pesquisadora e escritora Maria Lúcia Marques Cruz e Silva é Mestre em Educação/UFS, com diversos livros e artigos publicados. É presidente da Academia Maruinense de Letras e Artes – AMLA.

funcionário público exemplar, o colega e o avô) à distância e, ao mesmo tempo de per si, tal qual um processo osmótico. Tendo o privilégio de ser colega de sua amada esposa, Maria Inez Bomfim de Santana, geógrafa da CODISE, foi possível ganhar, de presente, por associação matemática, a amizade desse sergipano que nasceu nas terras da querida Aracaju. Um menino que emergiu do Aribé, o seu querido bairro Siqueira Campos, onde ganhou experiências para toda a vida. Ele quase não teve tempo para brincar, mas se divertia trabalhando, ora fazendo carregos na feira do bairro, ora engraxando sapatos pelas ruas, ou mesmo cruzando os bairros da capital à procura de alumínio e cobre em sucatas. Tudo isso o inquieto adolescente, já com o tino de economista, fazia com motivação para angariar uns “trocados”, ao tempo em que tomava gosto por essa área do conhecimento.

Esse jovem tinha pressa, pois era preciso adquirir um luxo básico, algo que estava na moda e, também, para auxiliar nas despesas domésticas. A família sempre foi sua prioridade. Há evidências de que o “Siqueira” muito lhe diz respeito. É o seu habitat, onde nasceu, cresceu e traçou as linhas mestras, que lhe permitiram descortinar sonhos e que ilustra os sonhos realizados. Ele o apresenta com tanta intimidade, a exemplo das espécies que brotam dos respectivos ecossistemas; e, como um filho grato, exalta uma pátria dentro de outra pátria.

A vida estudantil de Wellington é inspiradora, assim como a de todos os protagonistas de similares trajetórias. No início de tudo, está estampada sua satisfação de ter estudado em uma das escolas primárias públicas mais respeitadas no cenário educacional sergipano: o Grupo Escolar Rodrigues Dórea. Chegar ao topo da vida munido de um invejável cabedal intelectual, e também moral, demonstra que aquele menino do Siqueira Campos é um vencedor. Graduou-se em Ciências Econômicas nas Faculdades Integradas Tiradentes (hoje Universidade Tiradentes — Unit), e na Universidade Federal de Sergipe — UFS fez a pós-graduação em Aperfeiçoamento em Economia.

Em verdade, este competente economista me foi apresentado quando assumiu a presidência da CODISE, conceituada empresa de economia mista, no início da década de 1990. É impossível falar de Wellington e não tecer algumas palavras acerca de sua querida esposa e companheira dedicada, Maria Inez. O casal parece ter pulado das páginas dos mais emocionantes romances de amor. Ela, uma criatura cristalina, solícita e sincera, está sempre disponível para ajudar as pessoas, doando-se por inteiro. Os dois formam um amálgama familiar impossível de ser dissolvido pelos mais rebuscados processos de separação. Isso porque, de fato, o que aconteceu entre eles foi um encontro de almas. A confiança mútua entre ambos é algo que deve ser partilhado, pois cada um se completa na cumplicidade do outro no vai e vem da vida.

Fruto do primeiro casamento com Iara, nasceram as filhas Amanda Patrícia e Carla Verônica. Da união com Maria Inez, nasceram os filhos Wellington Júnior e Diego Antônio. Como os filhos são bênçãos divinas, os netos são dádivas em dobro, pois a casa dos avós enche-se mais ainda de vida com as presenças das netas Maria Rita, Maria Antônia e Maria Luiza, crianças que, na constelação da vida, formam literalmente as “Três Marias” que a família glorifica ao contemplar o firmamento em gratidão a Deus, porque a vida continua na casta dos Santana e nas demais que hão de vir.

Além das qualidades profissionais deste técnico (nas instituições que passou e atualmente na condição de integrante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente), este audaz aracajuano, numa demonstração de amor às letras e à literatura, nas horas vagas, lança-se na poesia, e, agora, com competência, brinda os leitores com um livro autobiográfico. Neste trabalho, que certamente será o segundo de outros que virão, perpassa um percurso que servirá de incentivo para os mais jovens, que sonham em construir uma carreira profissional e familiar sólidas.

Os capítulos construídos com fiéis relatos (fundamentados em fontes documentais, orais, iconográficas e eletrônicas) apresentam um gradiente memorialístico que vai da origem familiar ao seu maior legado para colegas e amigos e, em especial, para os descendentes: o Teste de Honestidade e Resistência Moral. Destarte, o autor foi criterioso ao abrir seu coração para alcançar um público de estratos socioculturais inimagináveis.

Este livro é um projeto de vida que foi concebido no passado e que somente agora vai a público, pois seu autor, a exemplo dos neófitos, não temeu em se aventurar nesse universo instigante e encantador. E Wellington, ao burilar sua joia preciosa, entre tantos amigos que conquistou durante sua dignificante trajetória, escolheu-me para escrever o prefácio, uma tarefa honrosa para esta maruinense que, durante décadas de pesquisas, busca e publica histórias de vida, mesmo sabendo que é desafiadora a escrita biográfica.

Este técnico abraçou também a causa do cooperativismo e muito se empenhou em prol desse importante segmento da economia, com o intuito de dirimir problemas sociais. Wellington é, antes de tudo, um amante do futebol, tendo se revelado nos campinhos de várzea, na posição de goleiro, graças ao seu biotipo. Um desportista apaixonado pelo Mais Querido, o nosso amado Clube Sportivo Sergipe, atualmente chamado de Gipão; agremiação que Lúcia Marques defende desde menina, quando acompanhava as competições pelo rádio ao lado de sua mãe, com quem aprendeu a torcer pelo Vermelhinho.

Wellington de Santana é um monumento humano que carrega em seu DNA qualidades incontestáveis por seu caráter e formação moral. Levando uma vida simples e sem ostentação, há evidências de que este profissional nunca se deixou levar por atos de desonestidade ou por vantagens pessoais. Na condição de gestor público, fez viagens internacionais de capacitação e em diversas localidades no Brasil. Em todos os cargos que exerceu, deixou sua

peculiar marca. Teve experiências enriquecedoras desde o início, ao lado do construtor João Alves, e mais tarde enveredou pelo setor público, entre outros: Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa — CEAG; Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe — CODISE; Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Agricultura e o Projeto Pró-Sertão; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e o Programa Águas de Sergipe, e na recém criada Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Sustentabilidade e Ações Climáticas onde atualmente dá sua valiosa contribuição.

O filho de Maria de Lourdes e Antônio Gomes, por sua índole, tem uma natureza pacificadora; um indivíduo que, no seu silêncio, é capaz de emanar brilhantes iniciativas. Decerto, o seu caráter foi talhado em casa com a educação que recebeu, principalmente na infância; e as convivências socioculturais fizeram o aperfeiçoamento. A propósito, sobre a escolha do seu onomástico — que significa *de origem nobre* — os pais de Wellington deviam concordar com o que escreveu o filósofo grego Plutarco: “A nobreza vem dos antepassados, as riquezas podemos perdê-las, o vigor físico não resiste aos anos (...), o saber é o único bem imperecível”. Sábias lições de que este filho se apropriou e jamais esqueceu.

Ao concluir esta emocionante história de vida, ele demonstra ser uma pessoa desprovida de vaidade e ambições materiais. Mesmo ante os diversos cargos e posições sociais ocupados, ele salienta os valores familiares. Parabéns, amigo, pelo SONHO REALIZADO!

Uma excelente leitura a todos.

Aracaju, março de 2023.

Apresentação

Depois que me tornei adulto, e já ter passado por várias situações desafiadoras, gostosas, marcantes e algumas também dolorosas, desagradáveis, alimentei a ideia de escrever um livro autobiográfico onde pudesse contar minha história de vida, de sacrifício e luta, de ricas experiências, de conquistas e também de fracassos e de passagens risíveis como forma de reduzir o estresse da vida real.

Não sou político, nem empresário, nem qualquer celebridade. Não sou rico de dinheiro ou de bens. Sou um simples cidadão vindo de uma família humilde e pobre, mas honrada, que um dia sonhou o que gostaria de ser na vida e correu atrás, respeitando a todos, e a seu tempo. Mas, por que, então, escrever um livro de biografia, se não é famoso? Podem, alguns leitores, estar indagando.

Como sou um servidor público por excelência, mesmo quando atuei no setor privado, no início de minha trajetória de trabalho, sempre tendo como missão servir ao próximo — e na minha visão tive uma atuação proativa e exemplar por onde passei — entendi que um livro de memórias, com detalhes peculiares, seria um veículo mais que válido para filhos, netos, sobrinhos, demais parentes e amigos poderem conhecer com mais profundidade a minha vida, a minha história, e, quem sabe, poderia servir como aprendizado e inspiração para os mais jovens, familiares ou não, naquilo que convier.

A verdade é que foi sensacional escrever este livro porque precisei mergulhar no meu passado e assim, de uma forma ou de outra, viver tudo de novo. Fiz uma espécie de imersão e estabeleci uma

linha do tempo revivendo e lembrando cada momento vivido para poder escrever minha história com absoluta fidedignidade. Como não havia mais ninguém da minha ascendência, procurei conversar com irmãos mais velhos e amigos da época para melhor esclarecer alguns fatos; busquei parentes mais próximos para conhecer melhor a origem da família, tanto do lado materno como paterno, e até contactei cartórios com o intuito de aprofundar a compreensão — mas, foram muito poucas as contribuições vindas desses interlocutores.

O trabalho não foi nada fácil, exatamente pela ausência dos nossos antepassados que, com certeza, tinham por demais a contribuir com o conhecimento e também os documentos comprobatórios como referência familiar. Mas, o resultado final foi gratificante e me deixou muito feliz.

O Sonho Realizado – Minha História de Vida não é somente um livro de autobiografia. Ele traz muitas informações complementares importantes que, acredito, contribuirão para melhorar o conhecimento do leitor.

Boa leitura!

Wellington de Santana

Capítulo I

A Origem Familiar



Na segunda metade da década de 1930, dois sergipanos sertanejos de municípios muito próximos — um jovem de Itabi, então vila, chamada Nossa Senhora da Providência, de nome Antônio Gomes de Santana, nascido no ano de 1916, em 12 de janeiro, como está registrado na carteira de identidade, ou 26 de junho, conforme a certidão de nascimento, e uma garota de Aquidabã, de nome Maria de Lourdes Costa e Silva, nascida em 13 de outubro de 1918 — se encontram em São Cristóvão, onde passou a morar a Família Costa e Silva, se conhecem, namoram e em 14 de maio de 1938 se casam na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, da quarta cidade mais antiga do Brasil, chancelada como patrimônio histórico e cultural da humanidade. Naquela ocasião, o casamento foi apenas no religioso porque o nubente servia ao Exército Brasileiro, na qualidade de soldado, e não gostaria de desengajar daquela força militar que tanto lhe orgulhava integrar, pois além de ser o exército a sua única fonte de renda, ele gostava do que fazia e, além do mais, mantinha uma boa relação de amizade, com respeito e admiração dos seus superiores hierárquicos, apesar de sua condição de praça. Prova desse bom relacionamento, suas testemunhas no casamento civil ocorrido em 24 de dezembro de 1943 foram os senho-

res Augusto Maynard Gomes, militar de carreira e no exercício de governador do Estado, como interventor federal, o Tenente Coronel João Batista de Matos, o Major Teodoro Camargo do Nascimento e o Capitão José de Brito Carmelo, todos do 28º Batalhão de Caçadores. Após o casamento no civil a nubente adotou o nome de Maria de Lourdes Silva de Santana, assim como mandava a tradição, e em respeito às leis vigentes na época.

Morando na capital sergipana, com suas histórias individuais, cheio de sonhos e dúvidas naturais pairando na cabeça de cada um sobre tudo de novo que estavam a viver, o novel casal definiu como planejamento de vida, ela cuidar do lar e somente ele trabalhar para manter o sustento da família que os dois decidiram constituir. Foram doze filhos e um aborto até 1958. Ou seja, um filho, a cada ano e meio, em média. Três desses doze filhos morreram ainda criança e nove se criaram e viveram até 2014, quando um, aos sessenta anos de idade, foi chamado para a eternidade. Sem qualquer dúvida, seu Antônio tinha que trabalhar muito para sustentar essa turminha e prepará-la para o futuro. E assim foi sua trajetória de vida: servindo à Pátria, como soldado do glorioso Exército Brasileiro; atuando como servidor público estadual e em horário alternativo enfermeiro de família, aplicando injeções em domicílio; também plantou roça; cortou madeira para vender sob a forma de lenha, usada como excelente fonte de energia para cozimentos domésticos, lá pelo final da década de 1950; e, já aposentado pelo estado, trabalhou de guarda noturno e também na construção civil como ajudante de pedreiro e depois passando a auxiliar de almoxarifado. Seu Antônio foi um homem sem estudo, de pouca conversa, mas de muita ação; não existia trabalho difícil para ele: qualquer que fosse a ocupação, desde que com honestidade e remuneração que pudesse ajudar no sustento honrado de sua família, lá estava ele. Foi um grande homem que deixou como legado um patrimônio moral inabalável e o amor incondicional à família e ao trabalho.

Não menos guerreira foi dona Lourdes que ainda muito jovem saiu de sua segunda cidade — São Cristóvão —, onde mantinha uma vida simples, mas de liberdade numa época sem violência onde a vida ainda era respeitada, lidando com as brincadeiras inocentes da fase de criança e trabalhando posteriormente na condição de educadora primária, ensinando e aprendendo sempre. Passou a morar em Aracaju — uma capital ainda jovem, em franca expansão — e viver uma nova realidade como dona de casa, ou prendas do lar conforme muitos assim tratam. O fato é que dona Lourdes foi premiada com o dom divino da maternidade, e foi feliz executando o papel de mãe e de esposa com total dedicação, muito amor, honradez e enorme dignidade. Também desenvolveu outras habilidades relacionadas à execução de trabalhos manuais e, em especial, à organização do lar, de modo a garantir a formação de um núcleo familiar decente, forte e estruturado em bases sólidas fincadas no amor e no respeito à palavra de Deus.

Assim, da união das famílias Gomes de Santana, distribuída entre os municípios de Itabi, quando ainda era vila de Gararu, e Porto da Folha, no alto sertão sergipano, e Costa e Silva, espalhada pelos municípios de Aquidabã e São Cristóvão, foi constituída a família Santana, cujos integrantes sempre foram unidos e viveram em perfeita harmonia e fraternidade: pais e filhos, e também irmãos, se amando e se respeitando mutuamente, servindo como fonte de inspiração e exemplo para as novas gerações. Não haveria de ser diferente porque é na família em quem devemos confiar. Foi no ambiente da família Santana onde nós, filhos, aprendemos os princípios e valores éticos, morais e cristãos e a distinguir o que é certo do que seja errado; foi ela que nos indicou os melhores e legítimos caminhos; e foi ela também que nos proporcionou um amor puro, verdadeiro e incondicional. Essa família, composta hoje por 50 pessoas de quatro gerações — entre irmãos, sobrinhos, sobrinhos netos e bisnetos —, além, evidentemente, dos cônjuges e afins, em número atual de 19 que convivem pa-

cificamente, se falam e se visitam regularmente, se reúnem em aniversários, no Natal do Senhor Jesus Cristo e nas festas de final de ano, e periodicamente todos se encontram para almoço e bate papo. Isso, mesmo após a ausência definitiva dos pais por três décadas. Há outro fator importante que favorece a essa união, além do *modus operandi* na criação: é a existência de um núcleo familiar composto por duas irmãs e dois irmãos — Maria José (primogênita), José Arnaldo, Sônia Maria e William Fernando (caçula) — cujo destino não os levou ao casamento, vivendo assim em cumplicidade harmoniosa sob o mesmo teto, na residência oficial da família, para onde convergem todos, e são recebidos com a mesma alegria e com o mesmo carinho, indistintamente.

A propósito, gostaria de fazer um destaque especial à nossa irmã mais velha — a número um, se assim posso falar — Maria José de Santana. Tradicionalmente, no sistema patriarcal, só era considerado primogênito o filho homem. Mas, como no sentido literal da palavra, o significado de primogênito é que “foi gerada antes de todos”, Maria José, ou Zezé como é conhecida no seio familiar, é, sim, primogênita.

Pois bem! Sobre Maria José, o mínimo que posso dizer é que ela foi um verdadeiro baluarte na sustentação da família. Percebeu logo cedo as dificuldades enfrentadas por nosso pai para manter a família com dignidade, como único provedor, e então decidiu aos treze anos de idade matricular-se numa Escola Pública Municipal para aprender a arte de corte e costura. Em pouco tempo virou uma profissional e passou a atuar como diarista, ajudando financeiramente no sustento da família. Aos dezessete anos foi trabalhar no comércio de Aracaju, onde atuou durante quase quinze anos e conseguiu juntar um bom dinheiro, comprou um terreno e ajudou ao nosso pai a construir a casa onde é a residência oficial da família desde o final de 1964 — na rua Acre, nº 692, bairro Siqueira Campos. Apesar dessa característica aplicada, Maria José foi uma garota normal que

gostava também de brincar, namorar e estudar, buscando tempo para tudo. Concluiu o curso médio de Contabilidade exercendo por algum tempo a profissão, e já na fase adulta graduou-se em Teologia, uma ciência que estuda a natureza de Deus e suas relações com o homem e com o universo, talvez como uma forma encontrada para compensar a sua não ordenação como freira — cujo desejo sempre foi tolhido por dona Lourdes, nossa mãe, que, mesmo tendo formação católica e sendo frequentadora assídua de missas, nunca imaginava ver uma filha sua comprometida com a castidade, morando em conventos.

Dona Lourdes era uma pessoa muito alegre, brincalhona e meio irreverente no sentido de destemor em algumas questões da vida cotidiana. Falava o que sentia, mesmo que viesse a desagradar o interlocutor e lhe exigisse retratação posterior. Era muito moderna para seu tempo. Nessa história de consagração religiosa de sua primogênita, por exemplo, muitas discussões, muitos embates foram travados e ela, sempre bem-humorada, costumava dizer:

- Menina, para com essa ideia de se entocar num convento!
- Vai procurar um homem para se casar e me dar netos!
- Você, uma mulher linda como é, escolhe o homem que quiser!

Não foi bem isso que aconteceu: Maria José não se tornou freira, mas também não contraiu matrimônio como sempre fora o desejo de nossa mãe. Vive feliz naquilo que escolheu, participando ativamente da vida da Igreja Nossa Senhora de Lourdes servindo por longos anos como ministra da eucaristia, membro do canto coral e desenvolvendo obras de caridade e outros tipos de apostolado.

Ainda sobre Maria José, há uma passagem importante na sua vida, quando ela tinha pouco mais de 2 anos de idade, que foi decisiva para o desfecho familiar:

“Entre setembro de 1939 e agosto de 1945 o mundo presenciou a mais sangrenta das guerras — a Segunda Guerra Mundial, que ceifou quase 55 milhões de vidas humanas. O Brasil permanecia neutro até agosto de 1942, quando em reação aos bombardeios de alguns navios de sua frota com mortes de brasileiros em seu próprio território, decidiu participar da Guerra, ao lado dos países aliados com os Estados Unidos (Inglaterra, França e União Soviética, entre outros) contra o poderio dos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), inclusive enviando 25 mil homens, dos quais 300 eram sergipanos.

Dentre os convocados de Sergipe estava seu Antônio, o patriarca da família Santana, o qual não chegou a embarcar em virtude de sério problema de saúde de sua filha primogênita Maria José. Como o efetivo brasileiro sofreu 443 baixas e teve cerca de 2,5 mil mutilados, de certa forma a doença de Maria José favoreceu o futuro da família”.

Voltando ao tema inicial, duas curiosidades no seio da Família Santana me chamam a atenção. Uma me causou um certo incômodo por algum tempo, já na fase adulta da minha vida, mas nada foi feito por mim nem por qualquer irmão para corrigir: é o fato de nenhum dos irmãos ter recebido o sobrenome Silva, de nossa mãe, como seria natural ocorrer, já que os dois eram casados também no regime civil.

A explicação dada por nossos pais para essa anomalia foi de que os primeiros filhos vieram antes que eles tivessem casado em cartório — o que só veio a acontecer em 24 de dezembro de 1943. Como as duas meninas que nasceram quando eles eram casados apenas no religioso já haviam sido registradas sem o sobrenome da mãe, então decidiram continuar assim, sem alteração, para que não houvesse sobrenomes diferentes entre os irmãos.

A segunda situação curiosa é que eu sou o único filho cujo nome não é composto — e nunca me toquei de perguntar ao meu pai ou à minha mãe o porquê disso. E também qual a razão do meu nome

— Wellington, na grafia original, que significa “aquele que nasceu em família nobre” —, já que a prole vinha de uma sequência de Marias, José e Antônio e nossa família era originalmente pobre. Fato é que meus pais se foram e eu fiquei sem resposta. Mas adoro o meu nome, que também é o nome da capital da Nova Zelândia — país no sudoeste do Oceano Pacífico, na Oceania.

Ainda no campo das curiosidades, os livros mostram que o sobrenome Santana tem contexto religioso, referindo-se à Santa Ana ou Hannah, em hebraico, mãe de Maria Santíssima e avó de Jesus Cristo. Por influência da Igreja, o sobrenome se alastrou por vários países, entre os quais Portugal e Espanha, e chegou ao Brasil dando origem a várias descendências espalhadas por todos os estados da Federação.

Já o sobrenome Silva, muito comum no Brasil, tem origem controversa. Uma corrente de genealogistas assegura que surgiu no Império Romano para denominar os habitantes de regiões de matas e florestas — traduzidas por selva, que em latim significa silva. Outro grupo de estudiosos dizia ser uma descendência de alguns reis de Leão — um antigo e poderoso reino existente na península Ibérica durante a Idade Média. Fato é que esse sobrenome, seja ele originado de nobres, de degradados ou de escravos africanos, ganhou enorme popularidade no Brasil, espalhando gerações por todos os cantos do país.



Meus pais, Maria de Lourdes e Antônio Gomes. Em 1938, recém casados.
(Foto: Acervo do Autor)



Meus pais, Maria de Lourdes e Antônio Gomes, em 1988, comemorando Bodas de Ouro. (Foto: Acervo do Autor)



Parte da Família Santana reunida na Igreja N. S. de Lourdes, em 2016. Missa pelo 100º aniversário de nascimento de nosso Pai, se vivo estivesse.

(Foto: Acervo do Autor)

Árvore Genealógica e Composição da Família

Genealogia nada mais é do que um estudo aprofundado sobre a origem das famílias. É um histórico das ligações entre diferentes indivíduos e gerações. A árvore genealógica apresenta uma exposição organizada dos seus ascendentes e descendentes em forma de representação gráfica.

O propósito inicial da utilização da árvore genealógica era de comprovar a ancestralidade de uma família e conservar a informação sobre sua origem. Esse mecanismo no passado era restrito às famílias ricas, que usavam como troféu de grandiosidade. Entretanto, com o passar do tempo, a Árvore se popularizou e passou a ser considerada uma ferramenta interessante para se conhecer as marcas do nosso antepassado e poder transmitir às gerações futuras.

Não é fácil montar uma árvore genealógica nos dias atuais, sobretudo quando nos falta o principal, que são os dados dos nossos precedentes. Apesar da importância que a entidade família representa cada vez mais para a vida das pessoas — e até para o contexto histórico —, nossos antecedentes jamais tiveram essa percepção e pouco ou quase nenhum valor era dado a documentos pessoais; mesmo entre nossa geração, a preocupação com essa ferramenta ainda me parece ser bastante reduzida.

Mas, como pretendo deixar esse legado para meus descendentes, tentei buscar através de contatos diversos com cartórios de Aquidabã e São Cristóvão dados e informações possíveis sobre os meus antepassados do lado materno — a Família Costa e Silva — e nos ofícios de Gararu e Itabi acerca do lado paterno — a Família Gomes de Santana —, cuja união das duas gerou a Família Santana (ou Silva de Santana, como haveria de ter sido), como já foi visto. Foram muitas as dificuldades encontradas nessa tarefa; nossos cartórios se mostraram totalmente desaparelhados para atender esse

tipo de demanda e os parentes contactados pouco contribuíram, por absoluta falta de informações e até de documentos civis — que é uma pena! De qualquer forma apresento a árvore genealógica da Família conforme a minha percepção e, confesso, com carência de importantes dados dos meus antepassados.

Como nos ensina a Bíblia Sagrada, todos somos irmãos em Cristo. Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e o formou soprando o seu espírito em suas narinas. Portanto, todos somos filhos de um só Pai. Mas eu tenho uma família de sangue que teve sua origem bem lá atrás, a qual é composta hoje por irmãos e irmãs chamados germânicos, cada um com sua descendência.

A Família de Origem Paterna

Pai: Antônio Gomes de Santana

Avós: José Maria de Santana e Maria Delfina de Santana

Bisavôs:

Os avós de meu pai (os pais do seu pai) não foram identificados (estão como ignorados no seu registro civil).

Francisco dos Santos e Maria Angélica dos Santos (pais da mãe de meu pai).

Tios e Tias:

Rosa Angélica de Santana (conhecida por Zequinha), que casou com Manoel Pinto Rezende e tiveram 24 filhos.

Pedro Gomes de Santana (não o conheci e também não consegui informações sobre sua pessoa e sobre sua família).

Família de Origem Materna

Mãe: Maria de Lourdes Silva de Santana.

Avós: Francisco Xavier da Silva e Eurialina Costa e Silva.

Bisavós:

Manoel Xavier da Silva e Maria Senhorinha da Silva (pais do pai de minha mãe).

Teotônio Félix da Costa e Maria das Dores Costa (pais da mãe de minha mãe).

Tios e Tias:

Maria do Carmo Silva (conhecida por Carmem).

Lourival Costa e Silva (conhecido por Lourinho) que casou com Amália e tiveram 5 filhos: Helena, Rubens, Dolores, José Carlos e Vilma.

Geny Costa Silva, que viveu maritalmente com José Araújo.

Ariovaldo Costa e Silva (tio Ari), que casou com Salvelina e tiveram 6 filhos: Auxiliadora, Aparecida, Carlos Fernando, Carlos Roberto, Fátima e Carlos Willames.

Composição dos Irmãos e suas Famílias

Maria José de Santana (Zezé).

Maria Helena de Santana Souza (Lena), casada com José Mariano de Souza, tendo os seguintes filhos:

Roberto Mozart (*21/08/1963 +27/06/1992), que casou com Robisnéia e tiveram Júlia Rossini, que é casada com Marco;

Tereza Cristina, mãe de Rodrigo, Leandro (casado com Silmara) e Mayra, frutos do seu casamento com Idalino Souza;

Alberto Strauss, casado com Joelma e pai de Bruno (que mora com Bárbara), Roberto Sobrinho e Ranieri;

Karine, casada com Malone e mãe de Isabela e Vitor.

José Arnaldo de Santana (Nado).

Antônio Rivaldo de Santana (Riva), que foi casado com Maria da Conceição Monteiro Nascimento, tendo os seguintes filhos:

Mastrângelo (Mazinho), casado com Suzana e pai de Ygor (que também é pai de Artur, fruto do seu relacionamento com Gabriela) e de Lucas;

Yala, casada com Reginaldo (Dinho) e mãe de Vitória;

Irla Fabíola, casada com Júlio Cesar e mãe de Gabriel e de Gustavo;

Perla Danucha, mãe de Laura, fruto da união conjugal com Manoel Alves, e de Alice, resultado do amor com seu atual esposo Thiago.

Wellington de Santana (Leto), que foi casado com Iara Mota Santiago e têm em comum duas filhas:

Amanda Patrícia, que foi casada com Maurício Torres;

Carla Verônica, casada com José Paes de Oliveira Neto, com quem teve Maria Rita.

Desde 1989 Wellington é casado com Maria Inez, tendo os seguintes filhos:

Wellington Júnior, casado com Mayza Macedo, com quem teve Maria Antônia;

Diego Antônio, casado com Thaianne Oliveira, com quem teve Maria Luiza.

Sônia Maria de Santana.

José Carlos de Santana (*13/11/1953 +25/03/2014) se relacionou com Maria Elias, com quem teve como filho:

Marcos Paulo, que é pai de Sophia, fruto do relacionamento que teve com Beatriz.

Iara Maria de Santana Santos, casada com Haélio Dantas dos Santos, tendo os seguintes filhos:

Alisson Handell, casado com Flávia, e pai de Milena, Alice e Artur;

Charles, que mora com Dayse, e foi casado com Aline, com quem teve Alan;

Thiago, casado com Aldelânia e pai de Letícia e de Felipe.

William Fernando de Santana (Uima).

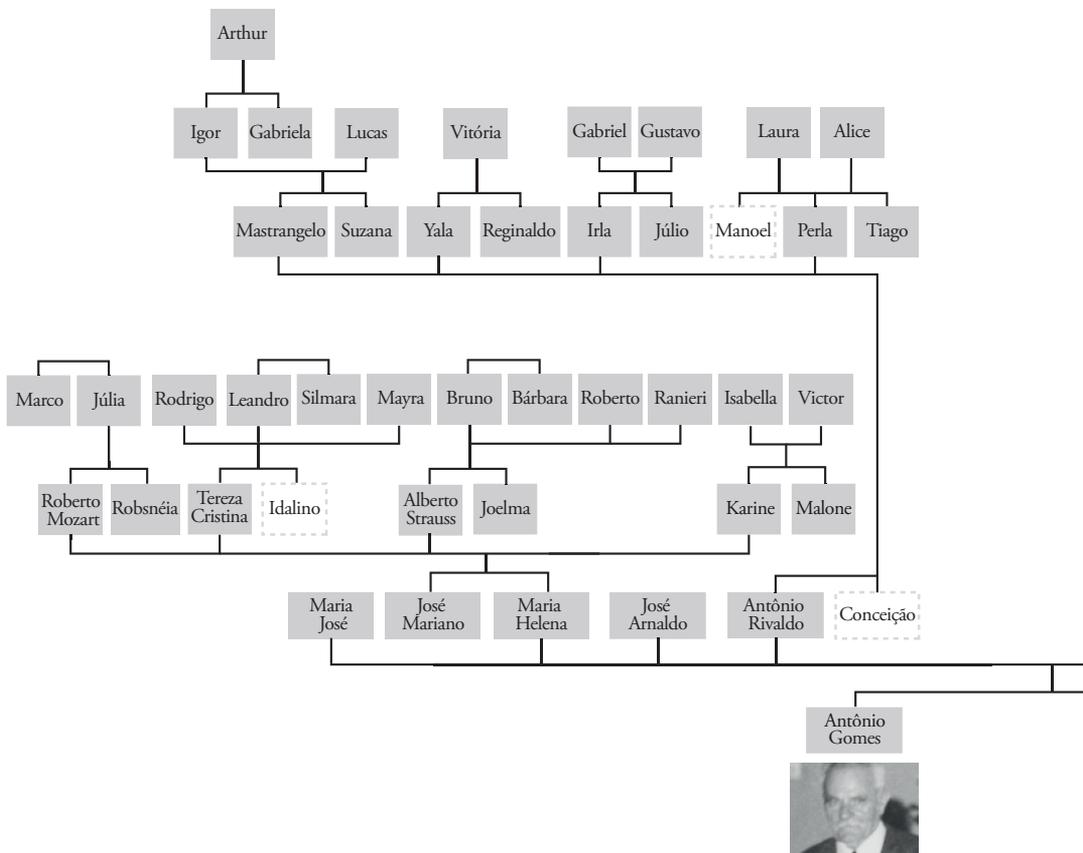


Minhas quatro irmãs e minha esposa, Maria Helena, Maria José, Maria Inez, Iara Maria e Sônia Maria (Foto: Acervo do Autor)

Quadro Resumo da Composição da Família Santana

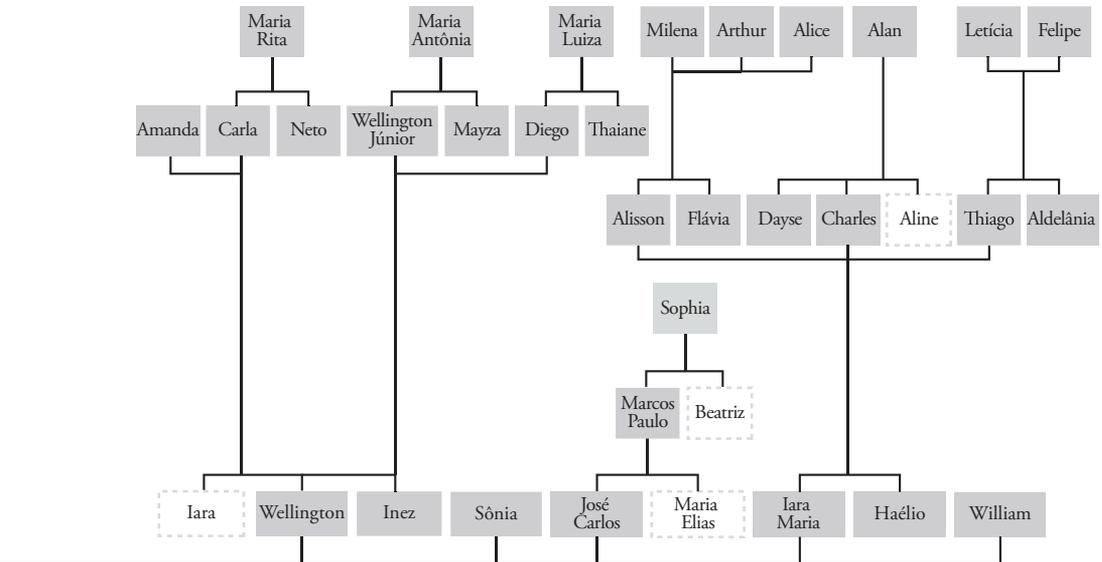
Membro	Cônjuge ou Afim	Filhos	Netos/Bisnetos
Maria José	-	-	-
Maria Helena	José Mariano de Souza	Roberto Mozart	Júlia Rossini
		Tereza Cristina	Rodrigo, Leandro e Mayra
		Alberto Strauss	Bruno, Roberto e Ranieri
		Karine	Isabela e Vitor
José Arnaldo	-	-	-
Antônio Rivaldo	Maria da Conceição Monteiro Nascimento (ex-esposa)	Mastrângelo	Igor, Lucas e Artur
		Yala	Vitória
		Irla Fabíola	Gabriel e Gustavo
		Perla Danucha	Laura e Alice
Wellington	Iara Mota Santiago (ex-esposa)	Amanda Patrícia	-
		Carla Verônica	Maria Rita
	Maria Inez Bomfim de Santana (esposa atual)	Wellington Júnior	Maria Antônia
		Diego Antônio	Maria Luiza
Sônia Maria	-	-	-
José Carlos	Maria Elias (ex)	Marcos Paulo	Sophia
Iara Maria	Haélio Dantas dos Santos	Alisson Handel	Milena, Alice e Artur
		Charles	Alan
		Thiago	Letícia e Felipe
William Fernando	-	-	-

Árvore Genealógica da Família Santana



ANTÔNIO GOMES

Filho de José Maria de Santana e de Maria Delfina de Santana. Seus avós paternos não são conhecidos e seus avós maternos são Francisco dos Santos e Maria Angélica dos Santos. Seus irmãos são Pedro Gomes e Rosa Angélica



Maria de Lourdes



MARIA DE LOURDES

Filha de Francisco Xavier da Silva e Eurialina Costa Silva. Seus avós paternos são Manoel Xavier da Silva e Maria Senhorinha da Silva e os avós maternos são Teotônio Felix Costa e Maria das Dores Costa. Seus irmãos são Lourival, Carmen, Geny e Ariovaldo

Capítulo II

*1949–1960: Uma Infância de
Inocência e Aprendizado Ético*



Minha Infância Feliz
(Em verso poético acróstico)

Muita coisa que eu fazia
Irradiava entre os irmãos,
Normal ou fora de norma,
Havia motivação
A me comportar dessa forma.

Irrequieto nunca fui
Nem tão pouco um paradáo;
Futebol na Baixa Fria,
Âncora diária do meu rojão.
Noutros dias ia à caça
Com estilingue ou alçapão
Imitando a minha turma
Adentrava o sítio de Abraão.

Fase inocente e de muito aprendizado
Eu vivi intensamente e com rara liberdade
Levando a vida de andanças e até desordenado
Identifiquei bem cedo a minha maturidade.
Zoeiras deram lugar ao homem disciplinado.

Minha Infância: Uma volta ao passado

Minha certidão de nascimento emitida em 02 de junho de 1949 pelo Cartório do Décimo Primeiro Ofício, de Aracaju, registra às folhas 226 do livro A nº 6 que eu vim ao mundo às 8 horas da noite de 30 de maio de 1949. Era uma segunda-feira e eu o quinto filho de nove, todos criados, do casal Antônio Gomes de Santana e Maria de Lourdes Silva de Santana. Nasci assistido por parteira numa casa humilde, como eram meus pais, na rua Pernambuco, nº 318, entre as ruas Mato Grosso e Alagoas, no bairro Siqueira Campos, onde eles moravam de aluguel.

Naquele ano de 1949, o Brasil tinha como presidente, eleito democraticamente, o general de exército Eurico Gaspar Dutra que, dentre suas realizações, destacam-se a criação da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e a construção da usina hidrelétrica de Paulo Afonso — que veio a ser inaugurada somente em 15 de maio de 1955 pelo presidente João Fernandes Campos Café Filho. O estado de Sergipe tinha como governante o engenheiro José Rollemberg Leite, que marcou sua gestão na área educacional, deixando centenas de escolas em todo território sergipano, dentre as quais a Escola Murilo Braga, em Itabaiana. Outra área marcante foi a da infraestrutura, com a abertura de duas grandes vias responsáveis pelo desenvolvimento da capital do estado: a atual rua Laranjeiras até o bairro Siqueira Campos e o acesso ao bairro Atalaia. Aracaju, uma cidade de apenas 94 anos de existência, ainda se acostumando com a patente de capital do estado, tinha como prefeito Marcos Ferreira de Jesus, cuja gestão foi marcada pela inauguração do Mercado Thales Ferraz numa parceria com o governo do estado.

Como neste capítulo estamos tratando da minha infância, vamos contextualizar esse período da vida do ser humano como sendo aquela faixa etária compreendida entre o nascimento e o

início da puberdade, ou ainda aquele período que vai do nascimento aos doze anos incompletos de idade.

Estudiosos definem ser nessa etapa da vida que se configuram as linhas afetivas e intelectuais do indivíduo. É sabido que a boa medida dos êxitos e dos fracassos nas relações futuras com seus semelhantes depende de como transcorreu a infância desse indivíduo.

Toda minha infância, a adolescência e parte da juventude foram vividas no bairro Siqueira Campos, de onde só saí em 1977 para constituir minha própria família em outra região da cidade. São muitas histórias nesse bairro que meus pais escolheram para viver o resto de suas vidas. Antes dessa decisão, eles moraram nos bairros Olaria (antigo bairro Vermelho), Atalaia e Cirurgia. Como nesse período da minha infância meu pai não tinha casa própria, mudamos muito de imóvel, conforme fossem os preços dos aluguéis e a vontade dos locadores. De quando eu me lembro, nessa fase da minha existência moramos nas ruas Distrito Federal, Porto Alegre e Sergipe, tendo em cada uma delas um rol de histórias que merecem ser lembradas.

Relato de Casos e Anedotas

Muitas foram as traquinagens praticadas, umas inocentes e outras nem tanto, mas coisas naturais de qualquer criança; brincadeiras das mais diversas; e também teve a iniciação dos estudos. É bem verdade que dos primeiros cinco, seis anos, as lembranças são poucas ou quase nenhuma. Mas, neste momento que escrevo, ocorre como que um filme passando na minha cabeça com algumas recordações, que passo a relatar, conforme o local onde residi.

Na rua Distrito Federal, lembro-me bem da casa, tipo chalé, nº 1.095, com posição geográfica de frente para o poente, localizada entre as ruas Porto Alegre e Florianópolis. Aliás, essa foi a segunda casa em que minha família morou nesse trecho. E nessa rua, minha mãe deu à luz Sônia Maria (1951), José Carlos (1953) e Iara Maria (1955). A primeira casa, onde nasceram Sônia e Carlinhos era de frente para o nascente — do lado da sombra, como é chamado comumente; mas de nada daquela época me recordo. As lembranças que trago dessa rua remontam ao tempo do chalé, onde nasceu minha irmã Iara, a caçula das mulheres. Posso citar, por exemplo, as seguintes ocorrências:

1. Como a grande maioria das residências da periferia de Aracaju, na primeira metade dos anos 1950 não tinha água encanada, minhas irmãs Maria José e Helena, diariamente, iam buscar o líquido precioso para abastecer a casa e atender a todas as necessidades. A água era buscada num chafariz existente na rua Bahia, onde hoje funciona o Sesc Siqueira Campos e era transportada na cabeça, em latas de banha ou de tinta, bem lavadas e higienizadas. Deve ficar claro para os mais jovens de hoje, que a vida antigamente era boa, tranquila, com pouca ou quase nenhuma violência urbana. Mas era de muito sacrifício, sem o conforto da energia elétrica, do gás de cozinha e do saneamento básico;

2. Meu pai (funcionário público estadual, tendo atuado no Instituto de Educação Rui Barbosa, antiga Escola Normal e como enfermeiro do então Hospital Psiquiátrico Garcia Moreno), em alguma fase do ano atuava também como lavrador para ajudar no sustento de sua família. Trabalhava numa pequena gleba de terra arrendada, situada no povoado Cabrita, município de São Cristóvão. Cito esta passagem porque no período junino lembro-me bem ele chegando, ao cair das tardes, montado num animal com dois caçuzás repletos de feijão em corda, milho verde e macaxeira; era uma verdadeira festa para as crianças, que alegremente ajudavam a debulhar o milho e o feijão; e a sobra desse trabalho — que eram as palhas e cascas, evidentemente — servia de alimento para o animal;

3. As festas juninas — que foram introduzidas no Brasil pelos portugueses no período colonial — são de um brilho especial para toda criança. São festas de cunho cultural, embora tenham estreita relação com os santos populares, tanto em Portugal como no Brasil, a exemplo de Santo Antônio, comemorado em 13 de junho, quando basicamente os festejos começam; São João, auge da celebração, no dia 24; São Pedro, em 29 de junho, quando geralmente se encerram as festividades.

Pois esse período junino é singular nas minhas lembranças e muito marcou minha fase de criança, por várias situações vividas e presenciadas, a saber:

- (a) comidas abundantes, como: milho cozido e assado, canjica, pamonha, arroz doce, pé de moleque e vários tipos de bolos;
- (b) soltura de balões nos céus, que dava um colorido especial às noites de junho, o que hoje é restrito por questões de segurança;
- (c) queima de fogos de artifício, que, aliás, não me traz boas lembranças por conta das estripulias praticadas por

meu pai, que costumava acender as chamadas bombas de breu deixando por tempo o artefato chiar em sua mão e ao soltar, quase sempre, explodia no ar. Para ele era uma fantástica aventura, uma glória, adrenalina pura; mas para sua família, que presenciava a cena, era um verdadeiro suplício. Graças a Deus nunca houve maiores consequências, mas conhecemos vários mutilados por conta dessa aventura — até pessoas próximas a nós;

(d) as ruas e os arraiais, sempre decorados com bandeirinhas coloridas, ainda hoje exercem um enorme fascínio sobre mim;

(e) a fogueira também faz parte do cenário e carrega consigo vários simbolismos, sendo um deles a proteção contra os maus espíritos.

Neste quesito vale destacar que muitos amigos consolidaram a relação de amizade ao redor das fogueiras, e muitas crianças ganharam verdadeiros padrinhos e madrinhas nessas ocasiões. Eu sou um exemplo disso: a madrinha que conheci e a quem tive o maior apreço até seus últimos dias de vida ganhei cruzando de mãos dadas a fogueira de São João com os seguintes dizeres do pretense afilhado e da pretensa madrinha, por três vezes seguidas: “São João dormiu, São Pedro acordou, Helena é minha madrinha que São João mandou”; e repetia-se “São João dormiu, São Pedro acordou, Wellington é meu afilhado que São João mandou”. Pronto: simplesmente assim, dona Helena passou a ser minha madrinha de fato, que me teve respeito e consideração todo o tempo da vida, e eu a ela, a quem sempre pedia sua benção. Minha madrinha Helena foi uma pessoa maravilhosa, querida por todos que a conheciam, e viveu por quase noventa anos, até 2022, fazendo amizades e praticando o bem.

Não obstante, fui batizado na Igreja Nossa Senhora de Lourdes, em 09 de julho de 1951, em celebração comanda-

da pelo então Cônego João Moreira Lima, sendo padrinhos, Romário de Oliveira Lima e Maria do Amarante, que nunca os conheci, pelo menos que lembre. Em algum momento de minha vida indaguei meu pai sobre o paradeiro dos meus padrinhos de batismo e ele apenas disse ter perdido o contato com os mesmos. Disse saber apenas que minha madrinha morava no Rio de Janeiro. Em relação a minha madrinha Maria do Amarante, consegui muito recentemente descobrir apenas se tratar de uma renomada Assistente Social, nascida no município de Itaporanga d’Ajuda, estado de Sergipe, no ano de 1916 e falecida em 1989.

A propósito das festas juninas, devo dizer que minha fascinação é tanta que durante vinte e quatro anos ininterruptos, até 2018, coordenei com meu compadre Manoel Guerreiro a realização do chamado Arraiá da Vizinhança, reunindo anualmente mais de uma centena de pessoas das famílias vizinhas de nossas casas para brindar a chegada do São João ao som de um bom forró pé de serra e de comidas típicas.

4. Recordo-me também de muitas brincadeiras tradicionais que se fazia em família e com amiguinhos na época, como corrida simples, corrida de saco, pular corda (que era uma brincadeira mais feminina, mas menino também brincava), esconde-esconde, bolinha de sabão, cabra-cega², soltura de pipa, puxar carrinhos feitos de madeira e de lata de óleo (cada um querendo que seu carro fosse mais bonito do que o do outro), etc.

Havia algumas outras mais estranhas e grotescas, porém inocentes, sem qualquer conteúdo de maldade, das quais participei com irmãos e coleguinhas da mesma faixa etária. Eis algumas dessas brincadeiras esdrúxulas que preenchiam nossos tempos vagos:

2 Jogo recreativo em que um dos participantes, de olhos vendados, procura localizar e agarrar os outros. Aquele que for agarrado passará a ficar com os olhos vendados, e continua a brincadeira.

(a) amarrávamos num cordão uma nota de dinheiro, tipo um cruzeiro (Cr\$1) — nota de menor valor na época — e passava esse cordão por debaixo da porta com o dinheiro na calçada da casa, à vista de transeuntes, com um garoto na sala da casa segurando a extremidade do cordão e outro na janela para sinalizar a hora do cordão ser puxado — sempre quando alguém se abaixava para pegar a nota. Isso rendeu algumas confusões, surras e castigos impostos pelos pais para as crianças peraltas;

(b) formávamos um grupo de moleques amigos, onde dois fingiam estar brigando; só que um empunhava um cabo de vassoura com sua extremidade suja de excremento, em geral de gado, e sucedia-se um diálogo entre os dois falsos briguentos com certa arrogância daquele que dispunha da madeira e, em algum momento da discussão o outro dizia que ele só agia daquela forma porque estava armado, pedindo então para alguém da pequena multidão de curiosos, que logo se juntava, segurar o pedaço de pau para poderem resolver suas diferenças na mão, como eram as brigas de garotos na época; nesse instante em que alguém se dispunha a segurar ele puxava o pau e sujava de excremento a mão do garoto; era uma tremenda confusão e os envolvidos corriam em disparada, sem serem alcançados. Isso se repetia algumas vezes por noite.

Além das brincadeiras mencionadas, das quais sempre participei diretamente, eu me recordo de um tipo de divertimento que costumava haver no meu bairro durante a Quaresma — ciclo do ano litúrgico que antecede a Páscoa. Aliás, lembro-me que, quando criança, esse período era associado a assombração.

Pois bem! Naquela época, e sempre na quinta-feira da Semana Santa, uma turma de jovens de mais idade saía às ruas pelas madrugadas — como se fosse um grupo de canto-

ria de músicas sentimentais, popularmente conhecido como serenata ou seresta — com um boneco de judas e parava em frente a casas onde moravam homens ou mulheres velhos e rabugentos para realizar a tal brincadeira chamada de serra velho. Essa brincadeira consistia em declamação em coro na porta da casa da vítima, com muito barulho de choro, gemidos e lamentos, inclusive de um serrote em uma lata velha, do falso testamento da vítima, indagando: seu fulano (ou dona fulana) depois que você morrer para quem deixará sua filha (ou sua bicicleta, seu porco, sua vaca, seu chapéu, etc., a depender do que possuía a pessoa visitada) e todos gritavam em coro “é pra eu, é pra eu, é pra eu...”, e disparavam para outro alvo deixando a confusão formada. Tinha casos de velhos incomodados jogarem na molecada baldes de urina e fezes, há dias guardados para isso.

Outra diversão muito comum nas décadas de 1950 e 1960 — que persiste até os dias atuais como valorização da cultura popular — é a queima do judas, no sábado de aleluia, simbolizando a morte de Judas Iscariotes — o apóstolo que traiu Jesus Cristo por 30 moedas. A brincadeira consiste em costurar uma calça comprida e uma camisa de mangas longas de uma pessoa adulta e encher com serragem e cortes de papel, colocando o formato de uma cabeça com rosto de alguém indesejado, em geral políticos. Esse boneco é pendurado e no início da noite ele é queimado. Antes da malhação faz-se a leitura de um falso testamento contemplando com alguma dádiva fantasiosa pessoas da comunidade.

Eu mesmo promovi, com a participação ativa da esposa, dos filhos e filhas, cunhados e sobrinhos, alguns desses momentos risíveis, de valorização cultural no Rancho Fortaleza, de propriedade de meu cunhado Luiz (Luca), nos arredores do povoado Pedras, município de Capela, durante os anos 2007 a 2014, quando reunia uma pequena multidão de curiosos da vizinhança.



Momento simbolizando a queima do Judas
(Foto: Acervo do Autor)

Na sequência morei também na rua Porto Alegre, na casa de nº 408, situada entre as ruas Distrito Federal e Sergipe; muito próxima da casa anterior: apenas 100 a 150 metros separa uma da outra. A casa ficava de frente para o sul e já próximo à rua Sergipe; tinha um beco que dava acesso ao seu quintal. Não sei quanto tempo a família residiu nessa rua, mas foi o suficiente para receber meu irmão caçula, William Fernando, e eu poder praticar pelo menos a seguinte travessura: uma certa tarde, estava eu na calçada de casa brincando com um colega, do outro lado da rua, jogando pedra um no outro, para cada um tentar segurá-la. Uma das pedras que joguei atingiu um carro que, por incrível que possa parecer, ia passando na hora e eu, com toda inocência ou falta de inteligência, corri e entrei no beco de casa, sem despistar. Resultado: o dono do veículo parou e foi até a casa onde entrei, registrou a reclamação e, como castigo, levei

uma tremenda surra de meu pai, quando ele chegou e tomou conhecimento do ocorrido.

Mais uma mudança de endereço ocorreu na minha vida, desta feita para a rua Sergipe, nº 946, entre as ruas Florianópolis e Espírito Santo, também muito próximo da casa anterior. A família morou por algum tempo nesse endereço, do qual tenho muitas lembranças — algumas boas e outras nem tanto. A casa era do lado da sombra e em frente não havia qualquer construção; tinha era um extenso terreno baldio, uma parte servindo como campo de futebol, onde aos domingos costumava jogar o time do bairro, chamado de Portuguesa³. A outra parte do enorme terreno servia literalmente como pasto para o gado que era criado por alguns poucos abastados da vizinhança. Aliás, lembro da seguinte passagem envolvendo esse gado: eu estava soltando pipa na extensão da rua Sergipe, pelo lado do campo, quando fui atingido pelas costas por uma vaca que veio em disparada na minha direção me acertando e me jogando a alguns metros de altura. Fiquei desacordado por algum instante e guardo como recordação uma pequena cicatriz na região lombar.

No outro lado do terreno era a rua Bahia, como ainda é, claro. Esse terrenão de que ora falo abriga hoje o Conjunto Residencial José Ramos de Moraes (onde morei por um tempo, na casa do meu irmão Riva, por sua concessão, no início do meu primeiro casamento) e o prédio do Centro de Especialidades Médicas de Aracaju (CEMAR). A casa onde morávamos era muito simples, tendo apenas o básico do básico em termos de mobília; mas tinha um enorme terreno ao lado e nos fundos, com muitas fruteiras; mais parecia um pequeno sítio, tal a variedade de frutas. Lembro-me de sapoti, coco, manga, goiaba, jenipapo, caju, jaca, banana, entre outras.

3 Time amador do bairro Siqueira Campos que revelou vários atletas para o futebol profissional do estado no início dos anos 1960.

Nessa casa, meu pai ensaiou a vida de pequeno empreendedor, cumulando com a de empregado, buscando aumentar a sua remuneração. Montou inicialmente um “boteco” — como assim era chamado uma pequena tenda de madeira com cobertura de plástico — para vender frutas, mas não deu certo. Acho que o lucro era consumido pelos filhos. Eu mesmo era um inveterado consumidor anônimo de banana. Tempos depois, no terreno ao lado da casa, abriu um chamado “lenheiro”. Naquela época, a lenha era um combustível significativo na matriz energética brasileira; as famílias pobres de então, invariavelmente, usavam fogão a lenha. Ele comprava troncos de madeira e usava o machado — conhecida ferramenta de corte — para lascar as toras e vender como lenha, que servia como combustível para os fogões de então. Era uma atividade pesada que meu pai desenvolvia, sempre nas horas vagas e nos finais de semana, já que o mesmo trabalhava como funcionário público estadual. Meu pai era um gigante para trabalhar; nunca fugiu de serviço algum. Ele costumava dizer que “todo trabalho honesto dignifica o homem”. Houve um período, nessa fase da vida, que sua escolha para ganhar um dinheiro a mais foi a compra de porcos para abate e venda da carne e da banha que ele mesmo preparava. Seus filhos, como eu, se deliciavam com o torresmo que era produzido pela prensa do toucinho.

Foi morando nessa casa da rua de Sergipe quando comecei meus primeiros estudos, minha instrução escolar primária, oficialmente matriculado no Grupo Escolar Rodrigues Dórea. Era o ano de 1959 e eu já tinha quase 10 anos de idade. Certamente já com a idade avançada para iniciação dos estudos. Aliás, a bem da verdade, meus pais nunca foram rigorosos, exigentes, em relação aos estudos dos seus filhos. Eles mostravam que estudar era importante para a vida, para o futuro de cada um, mas costumavam orientar a todos, basicamente, para o trabalho, para o ganha-pão comumente

falado. Porém, nas conversas amistosas, demonstravam o desejo de ter filhos “doutores”. A verdade é que todos nós, irmãos, tivemos oportunidades iguais de estudo, sendo matriculados, uns mais cedo outros mais tarde, com sete, oito ou nove anos de idade. A questão é que eles, por não terem sido alfabetizados como deviam, não acompanhavam a vida escolar dos filhos; não tomavam suas lições; não ajudavam no dever de casa; não cobravam boletins com notas azuis; enfim, não procuravam saber o que estava se passando na escola. Eram omissos e indiferentes, talvez também porque fossem muitos filhos, todos em idade próxima um do outro. O que mais faziam era dar aquelas broncas que, de certa forma, assustavam ainda mais os filhos. Corretivo mesmo, nós, alunos, recebíamos na própria escola: às vezes por mau comportamento e também quando não correspondíamos às lições ou tabuadas que eram tomadas pelos professores. Quando isso acontecia sofríamos castigos corporais do educador, que iam de privação do recreio às palmadas de palmatórias, reguadas e beliscões. Esses castigos eram tidos como prática educativa comum à época — que deve ter perdurado desde os tempos coloniais até, creio, o final da década de 1960. Eu reconheço que nunca fui um aluno exemplar, do ponto de vista do aprendizado; sempre me comportei timidamente; procurava sentar em cadeiras no final da sala e não tinha facilidade de concentração, nem de retenção dos assuntos ensinados. Creio, entretanto, que a prática de castigos que era utilizada naquela época tenha contribuído em muito para essa situação.



Grupo Escolar Rodrigues Dórea, onde fiz o curso primário
(Foto de 2021: Acervo do Autor)

Voltando ao tema tratado, relacionado aos casos e anedotas, lembro-me também das diversas e variadas brincadeiras com bola de gude⁴, furão⁵, e as tradicionais “peladas e babas” realizadas tanto no campo em frente à minha casa, como na chamada Baixa Fria, para onde íamos quase todos os dias.

A Baixa Fria era uma faixa de terreno baldio, localizada no atual bairro Pereira Lobo, entre a linha férrea da antiga empresa Leste Brasileiro e os fundos do Instituto de Educação Ruy Barbosa (en-

- 4 Uma das brincadeiras consiste em que cada jogador colocar o mesmo número de bolinhas em um triângulo, ou um círculo, reservando uma para ser a atiradora. Alternadamente, cada jogador tentará acertar uma bolinha adversária, de modo que ela saia da área marcada e, saindo, a mesma passa a ser sua. Para isso lançará a sua atiradora, também do lado de fora do triângulo, com a ajuda do polegar.
- 5 Objeto pontiagudo, de metal, afiado numa das extremidades. A brincadeira ocorria num terreno de chão batido e envolvia duas pessoas, que desenhavam dois triângulos paralelos riscados no chão, representando-os. A brincadeira consistia em lançar o furão de cima para baixo de forma que o mesmo ficasse encravado no chão. Cada lançamento correto era feito um risco a partir daquele ponto, até alcançar o seu triângulo e assim, sucessivamente, até conseguir cercar o triângulo do oponente, finalizando a brincadeira.

tão Escola Normal) pelo lado norte e Escola de Aprendizagem Industrial de Sergipe — hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS) — pelo lado leste, e o então famoso sítio do Sr. Abraão, mais adiante, ao sul, onde hoje é o Conjunto Residencial Paulo Barreto de Menezes. Essa extensa área de terra, que ia da rua Espírito Santo até a atual avenida Desembargador Maynard, era utilizada pelos jovens da época como campo para jogar futebol, sem traves. Para marcar as balizas usávamos nossas roupas e calçados, cascos de coco, pedaços de pau, ou algo equivalente. Para se ter uma ideia de como cresceu Aracaju em tão pouco tempo, todas essas artérias mencionadas eram apenas revestidas com piçarra; eram estradas de terra, sem qualquer infraestrutura de saneamento. Aliás, até o final dos anos 1950, a avenida Des. Maynard nessa direção da linha férrea era a última via da cidade pelo lado sul. Ali ainda era uma região plena de lagoas, e daí o nome Baixa Fria.

O final da Des. Maynard praticamente era no encontro com a linha férrea, na avenida Rio de Janeiro (atual Augusto Franco), onde havia dois grandes pântanos: um, vizinho ao sítio do Sr. Abraão — pelo lado leste da estrada de ferro —, e o outro, do lado oeste da estrada, no trecho que vai até a rua Bahia. Nessa última lagoa passavam duas grandes tubulações para a distribuição de água entre a população.

Eu me recordo de algumas passagens marcantes dessa fase da vida:

1. Na lagoa próxima ao sítio de Abraão a garotada, eu incluso, tinha por hábito pescar camarão utilizando tijolos de cerâmica de seis furos em lugar de redes e jererês. A pesca se dava da seguinte forma: colocávamos os tijolos dentro da lagoa, em locais definidos e visíveis, e ficávamos aguardando; depois de algum tempo tirávamos os tijolos fechando os furos com as mãos, ou com pedaços de madeira, e sempre

estavam cheios de camarão. No final da pescaria saíamos com sacolas desse crustáceo.

2. No tal sítio do Sr. Abraão, a gente costumava colocar gaiolas nas cercas, tipo arapuca, para pegar passarinhos. Também adentrávamos o sítio para pegar frutas, em geral caju, manga, maçaranduba (fruto exótico e muito delicioso, espécie extinta em nossa região), entre outras. Lembro-me de um episódio em que um dos colegas estava em cima de uma fruteira pegando as frutas e jogando-as ao chão quando, de repente, chega um homem acompanhado de um cachorro gritando “desça daí moleque; desça para apanhar”. E aí, para desviar a atenção do capataz e de seu animal ao garoto que estava na árvore, nós, seus colegas de estripulia, adentramos o sítio por dois lados diferentes deixando o cão e seu dono ariscos correndo em nossa direção. Isso possibilitou a descida do garoto da fruteira e sua rápida saída da propriedade.

3. Eram muitas as travessuras daquela turminha do Siqueira Campos. Como eu era um dos mais novos da turma, meu irmão Riva (dois anos mais velho que eu, e meu companheiro inseparável de traquinagem e de outras coisas mais) combinou com os demais colegas me pregar um susto — e que susto me deram!

No final dos anos 1950 circulava uma onda da existência de papa figos andando pela cidade. Era uma época de cidade tranquila, sem registros de roubos e nem violência urbana, com raríssimas exceções. Entretanto, havia a estória do Papa Figo, que era considerado o terror das crianças de então. E o que vinha a ser essa figura? Reza a lenda que haviam certos idosos, portadores de determinado tipo de doença, que só podiam ser curados se alimentando do sangue e do fígado de crianças — por isso eram chamados Papa Figo, que é a

contração de “papa fígados”. E a crença popular dizia que o fígado era o órgão humano produtor de sangue e a cura para a enfermidade estaria no consumo de um fígado de criança, por ser sadio.

Pois bem! Antes do final de uma tarde de peladas, como sempre na Baixa Fria, ao retornar para casa, havia um jipe parado ao lado de uma lagoa que existia no trecho da atual avenida Des. Maynard, entre a avenida Augusto Franco (antiga Rio de Janeiro) e a rua Pernambuco, e um homem do então Departamento Nacional de Endemias Rurais — órgão do Governo Federal que cuidava do controle de doenças, tipos malária, peste, varíola, chagas — que eu não sabia da existência, devidamente fardado e paramentado, que abordou o grupo e, de repente, todos os colegas, devidamente combinados inclusive com o servidor do DNERu, debandaram me deixando sozinho diante daquele homem, que na minha cabeça era um papa figo. O homem então me perguntou: “Ô menino, você é casado ou é solteiro?”, e eu, do alto dos meus seis ou sete anos de idade, respondi chorando e soluçando: “eu sou casado”. Quando então todos reapareceram e caíram numa gargalhada geral. Passei um tempo ressabiado e afastado do grupo.

Lembro-me também de algumas outras passagens que marcaram minha vida nos anos 1950, a saber:

4. Em certo período da segunda metade da década de 1950, meu pai trabalhou no almoxarifado da então Penitenciária Modelo de Aracaju, no bairro América. Muitas vezes, naquela época, ele me levava para seu trabalho e, entre as coisas que lá fazia, visitava a marcenaria onde os presos trabalhavam produzindo peças do tipo bancos, cadeiras, carrinhos e bonecos chamados “mané gostoso”. Lá, também conheci uma presidiária especial, de nome Milena Mandarinino (uma senhora branca,

bonita e muito elegante) acusada de mandar matar seu próprio marido: o Dr. Carlos Firpo, médico, político, de família altamente conceituada de Sergipe e então Diretor do Hospital Santa Izabel. Foi um crime que abalou não só Aracaju, mas todo o estado de Sergipe. Tive a oportunidade lá no presídio de interagir com essa senhora de fino trato, que nas horas de seu recreio conversava e brincava comigo numa boa, demonstrando ser uma pessoa do bem. Em nenhum momento eu cheguei a ter medo daquela senhora; ao contrário, gostava da sua companhia. Conheci também no presídio um senhor de nome José Pereira dos Santos, conhecido por Pereirinha, acusado de ser o autor do crime, mas não tive qualquer interação com ele porque os agentes policiais evitavam que houvesse contatos com os presidiários tidos como perigosos. Já com as mulheres reclusas eles eram mais condescendentes. O acusado do assassinato de Dr. Carlos Firpo era um homem pequeno, magro, de aparência doentia e demonstrava ser uma pessoa pacata, inofensiva. Mas, na realidade era um sujeito frio, calculista e violento, matador de aluguel, que tirou a vida do seu semelhante dormindo, apenas por dinheiro, como foi alardeado na época.

O crime da rua Campos, como ficou conhecido o brutal assassinato do Dr. Carlos Firpo, ocorreu na manhã de 29 de abril de 1958, enquanto o médico dormia em sua residência. Carlos Alberto Menezes Firpo, como já foi dito, estava como Diretor do Hospital Santa Izabel desde 1949, reconhecido como grande administrador por ter empreendido importantes transformações na estrutura daquela conceituada instituição hospitalar de Aracaju. Era casado desde 1942 com Milena Napolioni Mandarino, filha do imigrante italiano Nicola Mandarino, que se radicou e progrediu como comerciante em Aracaju, tendo morado numa mansão onde hoje é o atual Palácio Episcopal, na Praça Olímpio Campos, esquina com rua Santa Luzia.

Os registros de então mostram que o crime foi passional, a mando do Coronel Aviador Afonso Ferreira Lima, de quem se dizia ser apaixonado pela amiga Milena. O Coronel Afonsinho, como era conhecido, também foi condenado pelo crime e preso na base aérea do Recife. Os dois foram liberados por meio de habeas corpus emitido pelo Ministro Nelson Hungria, do Supremo Tribunal Federal, em 14 de setembro de 1960.

5. Ainda no período das idas ao trabalho de meu pai, na Penitenciária de Aracaju, lembro-me que no setor de almoxarifado havia muitos ratos e ratazanas (mamíferos roedores) e eu, do alto dos meus inocentes oito, nove anos de idade brincava de tentar pegar os camundongos — e pegava muitos, jogando-me ao chão como se fosse um arqueiro caindo para pegar uma bola. Aliás, acho que veio daí o meu interesse pela posição de goleiro, no futebol: toda minha vida de peladeiro quando criança e adolescente eu fui goleiro, também pela limitação técnica que tinha pra atuar como atleta de linha.

6. Lembro também de algumas estripulias infantis que praticava, como pegar sal nas salinas da zona Oeste de Aracaju, lá nas imediações do município de Nossa Senhora do Socorro, em local onde hoje é o Conjunto Residencial Assis Chateaubriand, mais conhecido por Bugio. Saía do Siqueira Campos com um carrinho de mão, só por prazer e peraltice de criança porque sal sempre foi um produto barato, além de ser bastante perecível. Ao chegar em casa minha família distribuía o produto com a vizinhança.

7. Ah, que boas lembranças dos ventrículos e paus de sebo de Seu Cornélio (bodegueiro da esquina das ruas Sergipe com Espírito Santo)! Ô cidadão festeiro era aquele Seu Cornélio, que tinha a companhia da esposa e das filhas. Em algum período do ano — acho que era a Semana Santa, especialmente no

sábado de aleluia, e nas festas juninas — eles fechavam a rua e montavam todo o aparato festivo, composto de um Pau de Sebo⁶ e Quebra Potes⁷; trazia violeiros e cantadores e também cidadãos com seus “bonecos ventríloquos” que faziam a todos os presentes rirem com seus diálogos inusitados. Lembro-me de um cidadão com seu ventrículo de nome Joãozinho, cujos diálogos em geral tinham por objetivo final a arrecadação de recursos em pagamento por suas apresentações. Ao receber algum dinheiro, o parceiro sempre falava para o boneco: “diga muito obrigado, Joãozinho” e, para a alegria de todos, ele dizia “me dê mais”.

8. Na esquina das ruas Sergipe com Rio Grande do Sul havia um terreno baldio que sempre abrigava pequenos circos para a alegria dos adeptos. Uma das estratégias de marketing dos pequenos circos daquela época era juntar a meninada do bairro para acompanhar palhaços que saíam em cima de longas pernas de pau pelas ruas anunciando o espetáculo com o jargão indagativo “hoje tem espetáculo?” e a meninada respondendo gritava “tem, sim, senhor”; e os palhaços continuando indagavam “hoje tem marmelada?” e os garotos sempre respondendo o refrão “tem, sim, senhor”; “então arrocha, negrada”, diziam os palhaços e todos gritavam “ê, ê, ê...” No final da caminhada os meninos que acompanhavam os palhaços recebiam uma carimbada no braço com os dizeres “entrada livre”, ou seja, tinham acesso gratuito ao circo.

6 Mastro untado de graxa ou de sebo com algum prêmio colocado no seu topo para estimular interessados a subir e alcançá-lo.

7 Pote de cerâmica contendo prêmios como balas e doces ou alguma mensagem escrita, pendurado em um suporte e indivíduos com os olhos vendados, de porrete na mão tentando acertá-lo e quebrá-lo. Ao ter os olhos vendados, o desafiante é rodado seguidas vezes para que fique tonto e sem norte.

Pois bem! Numa daquelas tardes eu me juntei ao grupo de meninos a acompanhar o palhaço e alguém, certamente, me viu no aglomerado e deve ter comentado com meu pai ou com alguém de minha família. Como naquela época havia um certo preconceito das famílias consideradas “certinhas” em relação aos seguidores dos palhaços de circos, que eram rotulados de ralé, ao chegar em casa, meu pai me interrogou e, com toda a estupidez peculiar dos pais daquela época, apagou o carimbo do meu braço e ainda me deu uma dolorida surra.

As Viagens quando Criança

A família de origem materna tinha como habitat o município de São Cristóvão⁸, distante apenas 24 quilômetros de Aracaju. Era uma família quase completa, se não fosse a ausência do avô, Francisco Xavier, o qual, infelizmente, eu não tive o prazer de conhecer.

Minha avó Eurialina; meu tio Lourinho; minhas tias Carmem, Geny e Amália, esta última sendo esposa do meu tio; meus primos Zé Carlos e Rubens e minhas primas Dolores — que se foi muito cedo para o plano espiritual —, Helena e Vilma — esta sendo vítima da Covid-19 em 2021⁹ — representavam a continuidade da Família Costa e Silva nesse município. Eram todos tão receptivos e tão amorosos que nos estimulavam em visitar assiduamente essa cidade, que guarda muito da nossa história de vida. Contudo, o quartel general, onde todos da família acampavam, era a casa da vó com as tias Carmem e Geny.

Como era bom passear em São Cristóvão! A sua linda paisagem urbana com topografia acidentada apresentava um cenário com dois planos distintos: as chamadas Cidade Alta e a Cidade Baixa.

A Cidade Baixa—onde minha avó morou por muitos anos, inicialmente na vila operária criada pela Fábrica Têxtil Sam Christovam Indústria S.A., conhecida mais tarde como Fábrica de Pedro Amado — era tida como o centro operário e comercial do município; a região mais voltada para o setor produtivo da economia local, onde se concentravam a maior parte do comércio, com suas diversas lojas, mercadinhos e pequenas mercearias; as fábricas têxteis e demais unidades industriais; e a feira livre instalada à margem do rio Paramopama, afluente do rio Vaza-

8 Fundada em 1590 pelo português Cristóvão de Barros, São Cristóvão foi a primeira capital do estado de Sergipe e é considerada a quarta cidade mais antiga do país.

9 Infecção respiratória aguda causada pelo Coronavírus, de elevada transmissibilidade, identificada na China em dez/2019 e que matou milhões de pessoas no mundo.

Barris¹⁰. Por falar nesse rio vem de imediato a lembrança de sua maré generosa, sempre pronta para saciar a fome do exército de desvalidos do município.

Há também na Cidade Baixa uma área turística no povoado Pintos onde existe uma bica de água corrente canalizada de minadouros do rio Paramopama, para onde eu costumava ir quando das minhas visitas à cidade.

Um dos encantos históricos da Cidade Baixa é uma antiga estação de trem, outrora muito movimentada com o vai e vem de pessoas e de cargas, no auge do progresso econômico do município de São Cristóvão.

A propósito do tema, quero dizer que fiz muitas viagens à São Cristóvão, a bordo de antigas Marias-Fumaças — como eram chamados os trens nos anos 1950 e 1960. Que delícia era uma viagem de trem! Era uma festa, a partir do embarque na estação na Praça dos Expedicionários, em Aracaju, até a chegada na velha capital sergipana. Era pouco mais de 20 quilômetros de uma viagem deliciosa, contemplativa da natureza, percorrendo sítios ainda com manchas de mata atlântica e pequenos vilarejos que pareciam tão distantes do bairro Siqueira Campos como, Tebádia, Jabotiana, Cerâmica e Aloque, que hoje são bairros da capital ou nossos vizinhos! Viajar de trem, mesmo num percurso de 1 hora ou pouco mais, foi uma experiência única e marcante na minha vida.

Aliás, é interessante imaginar como antigamente as coisas pareciam diferentes da realidade. Por exemplo, o tempo parecia mais longo e as distâncias aparentavam maiores! A sensação que tinha quando criança era essa, de muita demora entre um Natal e o outro, entre um

10 A Bacia Hidrográfica do rio Vaza-Barris se apresenta como de grande importância para a gestão hídrica de Sergipe. O rio nasce em Uauá no estado da Bahia, corre 450 quilômetros para desaguar no Mosqueiro, litoral de Aracaju. No percurso forma um desfiladeiro com mais de 40 metros de altura no município de Macambira, em Sergipe, denominado de Cachoeira do Jacoca.

São João e o seguinte e entre os carnavais; o mandato dos governantes, então, parecia uma eternidade — e olha que não se tinha a figura da reeleição! Da mesma forma, para ir a pé do Siqueira Campos até o hoje populoso bairro Ponto Novo (percurso que fiz por diversas vezes nas estripulias infantis — de não mais que 3 quilômetros) era uma tremenda viagem; saía pela manhã e voltava à tarde.

Mas, voltando ao tema, a Cidade Alta é um verdadeiro tesouro a céu aberto. Guarda, desde um rico patrimônio cultural composto, entre outros, pela Praça São Francisco, patrimônio da humanidade reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1º de agosto de 2010; o Museu Histórico de Sergipe; a Igreja Nossa Senhora da Vitória e a Igreja de Nosso Senhor dos Passos, construções do século XVII; também a Igreja da Ordem Primeira do Carmo e o Convento do Carmo, onde a Santa Dulce dos Pobres¹¹ viveu por alguns meses no ano de 1933, antes de sua profissão de fé e votos perpétuos.



Praça São Francisco – Símbolo da história de Sergipe
(Foto: Acervo do Iphan, disponível na internet)

11 Maria Rita de Sousa Brito Lopes Pontes, irmã Dulce, nascida em Salvador em 26 de maio de 1914, foi beatificada em 2011 pelo enviado especial do Papa Bento XVI, Dom Geraldo Majella Agnelo, na capital baiana, e canonizada em 13 de outubro de 2019 pelo Papa Francisco.

São Cristóvão é isso, centro de grandes atrações turísticas e religiosas, como as Romarias e a Procissão do Senhor dos Passos que se mantêm vivas desde a fase colonial atraindo fiéis de todo território sergipano, como eu até a minha juventude, e de vários estados do Brasil.

Quanto a família de origem paterna, a minha maior recordação é da tia Zequinha (como era conhecida Rosa Angélica), do tio Manoel, seu esposo, e de parte de sua prole de 24 filhos, em especial José Pinto (mais conhecido por Zé), Gerivaldo (Vavá), Bernadete (Dete), Erílio e Raimundo, porque a maioria dos primos homens migrou muito cedo para o estado de São Paulo fugindo da estagnação econômica e das constantes secas ocorridas na região e em busca de oportunidade para o crescimento individual com dignidade. Moravam no município de Itabi, região do Alto Sertão sergipano, distante 134 quilômetros da capital.

Diferente da relação de convivência tida com os parentes do lado materno, a nossa aproximação com a família do meu pai era basicamente com a tia Zequinha, que regularmente vinha a Aracaju e ficava hospedada em nossa casa, e com alguns primos como Zé Pinto, Dete e Vavá, que demonstravam enorme respeito e especialíssima atenção por meu pai — tio deles. Isso criou entre nós uma relação de amizade tão bacana que até me estimulou a passar um período de férias por lá. Acho que na época eu estava com uns 11 anos de idade.

A viagem de ida até Itabi foi de jipe, um veículo utilitário, tipo Ford Willis, produzido para servir ao exército americano na Segunda Guerra Mundial. Um automóvel muito duro, amplamente desconfortável e sem qualquer proteção de segurança para os passageiros. Fui de carona com um senhor de nome Theóphilo — acho que era um tabelião do município, amigo de meu pai e de minha tia. Foi uma viagem horrorosa; demasiadamente cansativa; acho que para mais de 3 horas de percurso em estrada de piçarra. A volta para Aracaju foi menos pior, apesar de ser em caminhão, tipo pau de arara.

A família de minha tia Zequinha morava no povoado Boa Hora, distante em torno de 5 quilômetros da sede do município. Era uma vasta área de terra, onde se plantava milho, feijão e capim, quando as chuvas permitiam, e se criava gado com enorme dificuldade. A fazenda tinha muita plantação nativa, tipo umbuzeiro, mandacaru em grande extensão das cercas, sabiá, juazeiro e jurema, entre outras. O tempo que passei de férias em Itabi foi excessivamente angustiante devido à falta de água. Um período de prolongada estiagem que contribuiu para estorricar os tanques existentes, devastar a plantação e debilitar os animais, muitos vindo a morrer. Banho como asseio era raro se tomar. Um verdadeiro estado de calamidade.

Apesar dessa triste realidade, guardo boas recordações daquele tempo, mas também me lembro de coisas que fiz das quais me arrependo. Por exemplo: a caça noturna de pássaros e outros animais. É bem verdade que era por uma boa causa, já que havia dias de não se ter outra proteína na alimentação, além de ovos. Saíamos a noite, em grupos. Os mais jovens portando fochos de luz e pedaços de tábua para a caça de pássaros pequenos, tipo rolinhas e codornas. A técnica era ofuscar a visão dos pobres pássaros que dormiam nos galhos da caatinga para acertá-los com a tábua. Tinha noites de contabilizar 150 passarinhos abatidos.

O grupo dos mais velhos usava espingardas e ia à caça de aves e animais maiores, tipo de inhambu, perdiz e até veados catingueiros.

Uma passagem marcante foi que, numa dessas noites, nenhum dos grupos conseguiu caçar; nada foi pego. No dia seguinte, um dos primos, preocupado com o complemento do feijão com cuscuz — sim, era o costume do sertanejo misturar o cuscuz com o feijão, substituindo o tradicional feijão com arroz —, conseguiu acertar três preás que passeavam pela ma-

cambira, garantindo a proteína do almoço. Os preás¹² foram tratados e colocados sobre a mesa para serem assados na hora certa. Só que antes, um gato foi mais esperto — e nesse dia o almoço foi servido apenas com ovos estrelados.



Modelo do veículo jipe e do caminhão pau de arara
(Fotos da Internet)

12 O preá é um roedor herbívoro, do gênero *cavia* aperea, família dos cavieiros.

Capítulo III

*1961 - 1967: Uma Adolescência
Madura, de Aprendizado e Luta*



Como existem variados entendimentos mundo afora acerca da faixa etária definida para a fase da adolescência, utilizei aquela estabelecida na legislação brasileira, conforme consta no Estatuto da Criança e do Adolescente¹³, ou seja, a que vai dos doze anos completos até aos dezoito anos de idade, período em que o indivíduo não é criminalmente imputado, mas sofre medidas socioeducativas com, inclusive, restrição de liberdade, por cometimento de qualquer crime.

Fato é que a adolescência é aquela fase da vida do indivíduo que marca a transição entre a infância e a idade adulta e que caracteriza o ser humano pelas alterações físico, mental e social processadas no organismo.

Pelo menos na época em que vivi esse momento — lá na década de 1960 — o ingresso no período da adolescência significou uma enorme mudança na forma de comportamento, tanto de ordem fisiológica, quanto cultural e socialmente. Foi nessa fase de minha vida que adquiri capacidade intelectual, sobretudo para ingressar no mer-

13 Esse Estatuto, de sigla ECA, é um conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem por objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, através das disposições da lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990.

cado de trabalho, bem antes dos quinze anos de idade, e com muita disposição, diga-se de passagem. Foi um período em que me joguei no mundo — sem sair dos arredores de Aracaju — a fim de tentar crescer como gente e ganhar conhecimento, experiência e algum dinheiro para minha manutenção e ajudar nas despesas de casa.

O Começo dos Sonhos

Quis o destino que nesse período de ampla transformação da minha vida eu estivesse em uma casa melhor, de mais conforto e em local privilegiado do bairro Siqueira Campos, não obstante as ruas de piçarra, sem esgotamento sanitário e com carência de transporte coletivo, sendo a população servida por algumas poucas marinetes¹⁴. Assim considerei a casa de nº 180 da então rua Paraná (atual Mariano Salmeron), no trecho entre as ruas Pernambuco e Amazonas. Esse foi nosso último endereço em casa alugada.

Apesar de não ter precisão de data, acredito que a família morou nesse endereço entre o final de 1960 (não sei exatamente qual o mês) até janeiro ou fevereiro de 1965. Essa minha conjectura é porque disponho de um requerimento de matrícula para a 2ª série do curso ginásial no Ginásio Municipal Presidente Vargas, datado de 10 de fevereiro de 1965, no qual consta como endereço residencial a rua Acre, nº 692, ou seja, já outro domicílio.

A casa onde morávamos na rua Paraná era de propriedade de um senhor do município de Campo do Brito, chamado de Paulino; um homem de bem, daqueles que sentem prazer ao beneficiar o mais fraco. O Sr. Paulino foi o grande incentivador da irmã Maria José para que a nossa família adquirisse sua casa própria. Todo mês quando ele ia receber o aluguel conversava com Maria e com meu pai tentando convencê-los para comprar a sua casa. Ele dizia que não queria aquele imóvel de volta. Foram quase cinco anos de insistente incentivo, até que a mana conseguiu comprar, não a casa do Sr. Paulino devido ao preço fora da realidade da família naquele momento, mas, um terreno na rua Acre, para construção da casa própria.

A família não sabe qual o paradeiro do Sr. Paulino hoje, mas, onde quer que ele esteja, almeja toda a felicidade do mundo à sua

14 Marinete era um transporte coletivo, tipo ônibus, que servia à população da cidade até a metade dos anos 1960. Lembro-me particularmente de duas lindas versões: Xandu e Diana.

pessoa e à sua família porque ele foi um homem íntegro, dotado do sentimento de caridade e amor ao próximo.

Pois bem! Nessa casa da rua Paraná, eu vivi o período de transição entre a infância e a adolescência, e parte desta. Vivi uma nova fase da minha vida em todos os sentidos, passando por diversas transformações físicas, emocionais e de comportamento, e por grandes momentos de aprendizado. Comecei a descobrir o mundo à minha volta, a conhecer novas pessoas, a estabelecer novas relações de amizade, a imaginar e desejar um futuro promissor para mim, para meus irmãos e para toda minha família; passei, enfim, a viver o começo de uma realidade que sonhei, e continuei a sonhar mais; e isso eu achei que tornou a minha vida mais interessante, mais atrativa. A verdade é que algo muito diferente passou a acontecer comigo, não obstante continuar sendo aquele garoto tímido e ainda totalmente dependente da família. Foi uma época em que comecei a me interessar mais pela vida. Comecei a sentir desejos e emoções, inclusive no campo da sexualidade. Surgiram também as preocupações relacionadas aos estudos e ao trabalho, isto porque sentia a necessidade de ganhar dinheiro para poder pagar as despesas naturais do período de adolescência e também ajudar nos gastos de casa.

Aquele pedaço do Siqueira Campos, na confluência das ruas Distrito Federal, Goiás (atual Carlos Correia), Amazonas e Rio Grande do Sul, tendo em seu miolo as ruas Paraná, Pernambuco e Santa Catarina, se tornou muito especial para minha formação, talvez por ter de tudo ao seu redor, a exemplo de mercado, posto de saúde, igrejas, escolas, biblioteca pública, cinemas e um variado número de pequenos empreendimentos. E também pelo fato de ser uma área bastante movimentada, com muito garoto de minha faixa etária e também gente de mais idade e até senhores idosos dotados de espírito juvenil, que se juntavam aos jovens formando quase que um grupamento só.

O certo é que, além de continuar fazendo aquilo que já realizava desde o endereço anterior em termos de divertimento, como jogar futebol na Baixa Fria, com os antigos e novos companheiros, sendo estes em maior número, outras brincadeiras foram incorporadas, como jogar bola de pano¹⁵ e futebol de botão ou de mesa¹⁶; damas e dominós; e rodar pião¹⁷. Aliás, aprendi muito bem a jogar botão, dominó e damas, principalmente este último, que pratico com absoluta segurança até os dias atuais. Do jogo de botão carrego comigo uma bela lembrança: ter sido campeão com minha Portuguesa de Desportos, alusão à Lusa do Canindé, em uma temporada do campeonato local organizado por Itamar, um grande garoto da nossa adolescência, ativo, inteligente, bastante comunicativo e exímio atleta de futebol de mesa. Ele ainda tinha o mérito de produzir seus próprios jogadores (feitos com botões de paletó) e os tratava com muito zelo.

De todas as brincadeiras que pratiquei, a que mais eu gostava era do futebol de campo. Sem dúvida alguma, o futebol é uma atividade esportiva das mais apaixonantes além de ser das mais democráticas, porque dentro de campo não há distinção de cor, de classe social, nem nível de hierarquia, tampouco grau de escolaridade; todos são iguais e têm os mesmos objetivos: fazer gols e evitar tomar gols; ganhar jogo. Ademais, o futebol também tem o poder inquestionável de formar cidadãos. Além das peladas praticadas durante o dia, algumas vezes cheguei a ir jogar no turno da noite na praia de Atalaia, com muitos outros garotos em cima do

15 A bola utilizada nesse jogo era feita de meia masculina recheada de retalhos de pano, pó de serra ou algo parecido. O jogo se dava da seguinte forma: dois atletas, um em cada baliza formada por montes de areia, cocos ou cascos, sandálias ou coisa parecida, cada um chutando para o outro com o objetivo de fazer o gol. Antecipadamente se definia qual seria o número de gols por partida e o perdedor dava lugar a outro.

16 Jogo simulado de futebol praticado com botões apropriados, que representam os jogadores e são movidos com o auxílio de uma palheta.

17 Objeto afunilado, de madeira e com uma ponta de ferro, que é enrolado por um cordão a ser puxado pelo jogador colocando-o em rotação no solo, mantendo-se erguido.

caminhão do Sr. Victor — acho que era esse o nome do cunhado de Leomar¹⁸. Naquela época a praia, que era somente um pequeno trecho à esquerda e outro à direita de onde hoje estão os chamados arcos da orla, dispunha de refletores iluminando a areia.

Até hoje continuo sendo um apaixonado pelo esporte rei, tanto nas quatro linhas do campo, jogando, como fiz até aos sessenta e sete anos de idade — quando tive que parar por conta de uma infecção provocada por um vírus denominado chicungunha que comprometeu as articulações dos meus joelhos —, como nas cadeiras e arquibancadas dos estádios e também diante da televisão.

Essa minha paixão pela bola, que começou logo cedo, veio a se fortalecer em 1962, ou 1963, quando os adultos do trecho onde morávamos, capitaneados pelo saudoso Leomar, criaram o Rio Negro Futebol Clube — um time de futebol de várzea, como eram chamados os clubes não profissionais nem amadores —, formado por atletas daquele nosso pedaço urbano, com nomes que ora reverencio, como Sinval, Mário, Dário, José Menezes (na época conhecido por Zezinho e hoje um renomado reumatologista), Milton Alfaiate, Davi, Garrincha, Ronaldo, meu irmão Riva, Zezinho Gaguinho (nessa época o mais conhecido dos jornaleiros da cidade) e seu irmão Wellington, e o próprio Leomar, entre tantos outros. A sede do clube ficou sendo a marcenaria do Sr. Enoque — uma casa na esquina das ruas Paraná com Pernambuco.

Participei do Rio Negro FC como goleiro do segundo quadro — antigamente havia essa prática no futebol de várzea: todo clube tinha o primeiro quadro, formado pelos melhores atletas — e

18 Leomar era um cara de meia-idade que se relacionava facilmente com adultos e adolescentes; era considerado um sujeito folclórico devido às suas opções de solteirice e de não querer trabalhar pra ninguém, vivendo da produção agrícola de um sítio que tinha no município de Nossa Senhora do Socorro; uma pessoa do bem e um paizão da meninada local; um coroa com espírito infantil que se deslocava pra tudo que era lugar em cima de uma bicicleta muito antiga. Aliás, certo dia, Leomar fez a todos rirem ao dizer que ele próprio iria montar uma bicicleta nova e já tinha comprada a primeira peça: a sineta!

adultos —, e o segundo, composto pelos mais novos e por jogadores de mais idade, especialmente quando estes não ascendiam ao time principal; o segundo quadro era, digamos assim, a categoria sub-17, como se chama hoje no nosso futebol, mesclado com jogadores de mais idade.

Lembro-me que com esse time do Rio Negro viajamos para jogar no interior sergipano – viagens de caminhão, diga-se de passagem, muito divertidas, porém perigosas. Fomos a alguns municípios, dentre os quais: Siriri, Frei Paulo e Capela, onde jogamos no povoado Miranda, terra do Sr. Arlindo — dono do bar que era considerado um dos pontos de encontro da garotada daquele pedaço¹⁹ do Siqueira Campos. Um outro ponto bastante frequentado naquela quadra urbana durante o dia era a marcenaria do Sr. Enoque, local onde tinha umas mesas com tabuleiro para se jogar dama e onde ocorria também partidas de dominó. Aliás, foi na calçada daquele pequeno imóvel (era o menor das quatro esquinas) onde eu aprendi a jogar damas observando os mais velhos jogarem, em especial um senhor conhecido por Mané do Boi — um exímio jogador, que raramente perdia uma partida. Então, eu aprendi a jogar e mais adiante tive uma grande alegria ao vencê-lo. Sei que ele sofreu uma enorme decepção ao perder para um garoto, pois era um sujeito cismado e um péssimo perdedor; reclamava, xingava e deixava o recinto com raiva quando perdia uma partida.

Voltando a falar de futebol, eu até que me saía bem como goleiro, tanto na agremiação do Rio Negro como nos inesquecíveis Jogos da Primavera, evento esportivo estudantil que reunia em disputa escolas das redes estadual, municipal e privada, num conagraçamento sem precedentes e com objetivos socioeducativos. Época boa aquela dos primeiros Jogos da Primavera. Os alunos

19 Rua Paraná com Pernambuco onde tinha, além do bar do Arlindo, a alfaiataria do Sr. Agnaldo (vizinha à minha residência); a casa de Itamar (um garoto como eu que foi o melhor jogador de botão que conheci), onde funcionava uma pequena mercearia; e a marcenaria do Sr. Enoque.

que gostavam da prática esportiva, como eu, aguardavam ansiosamente o início dos treinamentos para os jogos, que aconteciam entre setembro e outubro, nas diversas modalidades. Particpei dos jogos como aluno do então Ginásio Municipal Presidente Vargas por dois anos consecutivos defendendo as modalidades de atletismo (salto em altura e à distância) e futebol.



Pátio Interno do Colégio Pres. Vargas, onde fiz o curso ginásial
(Foto de 2021: Acervo do Autor)

Diferentemente dos dias de hoje, em que o futebol vive uma nova dimensão social e financeira, com clubes se transformando em verdadeiras e grandes empresas e alguns jogadores sendo supervalorizados ganhando salários milionários, na década de 1960 a coisa era completamente diferente: foi o início da era profissional em Sergipe com os clubes tradicionais procurando se reestruturar para enfrentar uma nova realidade que se apresentava para o futebol do estado. Para o atleta, entretanto, poucas eram as perspectivas financeiras; apenas prevalecia, em geral, o glamour de ser artista da bola.

Nessa onda de futebol lembro-me que, numa tarde de domingo de 1961, eu e meu irmão, amigo, companheiro de todas as horas e

confidente, Antônio Rivaldo (Riva), resolvemos ir pela primeira vez a um estádio para ver um jogo entre as equipes tradicionais da capital — o Club Sportivo Sergipe e a Associação Desportiva Confiança. Nada sabíamos sobre o futebol sergipano nem tampouco sobre os dois clubes. Aquele jogo marcou a nossa iniciação na vida esportiva.

Assim que chegamos ao estádio Sabino Ribeiro, no bairro Industrial, adentramos e nos deparamos com aquele mundaréu de gente agitada. Logo em seguida os dois times entraram em campo, e foi aquele estremeamento da torcida, com bandeiras azuis e vermelhas tremulando de um lado a outro num verdadeiro espetáculo para os olhos. Nós dois, praticamente duas crianças — eu com doze anos e meu irmão com quatorze —, naquele ambiente longe do nosso Siqueira Campos, e sem o conhecimento de nossos pais, nos entreolhamos e de pronto eu disse para o meu irmão: “Eu sou o vermelho” e ele “Eu sou o azul” e a partir daquele momento começou a nossa história de torcedores opostos. Aquele jogo terminou com a vitória do “vermelhinho” e eu voltei para casa feliz e zoando meu irmão.

O tempo passou e eu, a partir dali, também passei a acompanhar um pouco mais o desenrolar do futebol sergipano, em especial do meu Sergipe. Continuei a jogar minhas peladas, substituí muitas das brincadeiras de costume por outras peraltices próprias da idade, como circular nas ruas do bairro montado numa bicicleta, que costumava alugar quando pegava um dinheiro extra, e agreguei novos projetos à minha vida.

Gostaria de destacar neste ensejo que a nossa passagem pela rua Paraná não foi somente de doces lembranças, como as mencionadas; deixou também a marca da tristeza profunda devido ao falecimento precoce em 1963 de nossa avó materna, querida de todos da família — dona Eurialina Costa Silva. Minha avó era uma pessoa doce, bonita e muito acolhedora; feliz pela família que tinha. Morava em São Cristóvão na companhia de duas filhas,

uma solteira, tia Carmem, e tia Geny com seu companheiro José Araújo, pessoa de quem minha avó gostava muito; e próximo ao seu primogênito, tio Lourinho. Por falar na tia Geny, uma jovem muito linda que fazia sucesso entre os marmanjos onde quer que estivesse, quero dizer que a mesma viveu uma esdrúxula história de amor, daquelas que se acredita só existir em filmes, novelas e folhetins: namorava um rapaz e em algum momento foi flagrada por seu irmão mais novo aos beijos e abraços com o tal namorado, deixando meu tio Ari — que já era por demais cuidadoso com as irmãs e até um tanto ciumento — bastante enfurecido ao ponto de a rotular como perdida, levando a informação sobre a cena que viu aos pais dos dois, que obrigaram o casamento, mesmo contra a vontade do casal. Como naquela época esse tipo de questão se tratava dessa forma, os mesmos acataram a decisão, subiram ao altar para receber o sacramento do matrimônio, para satisfação e desespero da parentada, isto porque, ao saírem da Igreja, tomaram diferentes rumos e nunca mais se viram.

Mas, voltando a falar de minha avó Eurialina, regularmente ela vinha a Aracaju rever seus filhos que moravam na capital (minha mãe e meu tio Ari) e também para cuidar da sua saúde. Sempre foi nossa especialíssima hóspede e meu pai tinha por ela enorme respeito e admiração. Lembro-me (eu criança com cerca de dez anos de idade) que fui passar uma temporada em sua casa, mas não usufruí dos encantos e delícias da região por ter sido acometido de um sarampo e ela me colocou em isolamento total por alguns dias. Dona Eurialina foi uma mulher de muita fibra e uma avó maravilhosa. Sofrida, porém, pois casou muito jovem e aos 32 anos de idade já havia perdido seis filhos e o marido, daí sua decisão de se mudar de Aquidabã para São Cristóvão com os cinco filhos que restaram. Não se tem registro oficial, mas a família acredita que as mortes seguidas tiveram relação com a chamada gripe espanhola — uma mortal pandemia causada pelo vírus influenza, o temível H1N1.

Outro episódio funesto, que também deixou um enorme sentimento de tristeza e revolta entre os moradores daquela redondeza, no bairro Siqueira Campos, foi o violento assassinato do garoto Carlos Werneck, de apenas onze anos de idade, ocorrido em 1º de maio de 1961. Apesar de nunca ter tido relação de amizade, ou qualquer aproximação com a vítima, esse crime me chocou e a toda população do estado de Sergipe pelo requinte de crueldade e pela banalidade do motivo que levou a sua execução: simplesmente desentendimentos havidos entre o criminoso, conhecido por La Conga, e o pai da vítima, que eram vizinhos de casa — moravam na rua Santa Catarina, entre Pernambuco e Amazonas, bem próximos à minha residência (pouco mais de 100 metros). Durante algum tempo esse caso me deixou bastante assustado pelas seguintes razões: na semana anterior à confirmação do crime e de seu autor, eu havia pego na casa de La Conga um par de sapatos de alguém da família que tinha levado para ele (que era sapateiro) fazer a chamada meia sola; e no local onde o corpo da vítima foi enterrado²⁰, eu e minha turma costumávamos brincar de escorregar morro abaixo, ao cair das tardes.

20 Era um grande morro de areia que ficava na esquina da av. Rio de Janeiro (atual Augusto Franco) com a rua Laranjeiras, em frente a linha férrea e de onde hoje funciona a Diretoria de Educação de Aracaju, da Secretaria de Estado da Educação.

Fase de Aventuras Audaciosas

Foi nesse novo cenário de grandes novidades que me juntei ao meu irmão Antônio Rivaldo (Riva) e mais dois amigos comuns — Ronaldo Cesar e o saudoso Fernando Vitorino —, todos alunos do Ginásio Municipal Presidente Vargas — eles mais adiantados do que eu —, para a realização de um projeto diferente: cantar. Isso mesmo, resolvemos montar um grupo vocal, a exemplo de tantos outros que estiveram presentes nos principais movimentos musicais do país naquela época. Reunimo-nos por diversas vezes e descobrimos com os ensaios de todos os dias que tínhamos conhecimento intuitivo, harmonia a quatro vozes e bons ouvidos. Isso nos estimulou para irmos além da brincadeira. E aí surgiu o The Lions — nome dado ao nosso grupo vocal —, que fez algumas apresentações, inclusive em programa de calouros da então Rádio Difusora de Sergipe, mas foi um projeto efêmero: durou apenas até a formatura do curso ginásial de meus companheiros de música, ocorrida em 1965 na sede do Paulistano Esporte Clube, na Praça General Valadão, em Aracaju, onde fomos a grande atração da festa.

Naquela época estávamos vivendo um momento especial no Brasil com a explosão do estilo musical chamado iê-iê-iê, que mexeu com o gosto da juventude de então, e com o início do movimento cultural/musical batizado de jovem guarda, que, definitivamente, pôs a música brasileira em sintonia com o *rock and roll* internacional, cantado, especialmente, pela mais famosa das bandas de então no mundo: The Beatles.

Prosseguindo nessa perspectiva de grandes novidades nessa fase da vida, tive a oportunidade de participar como atleta do time amador do Club Sportivo Sergipe²¹, a convite do meu irmão

21 O amador do CSS na primeira metade dos anos 1960 era mantido pelo empresário José Carlos Mendonça, conhecido por Pinga, atual figura destacada do showbusiness do Nordeste. Na época era também um dos atletas do clube.

Riva — por ironia, torcedor do Confiança —, que lá atuava como zagueiro. É bem verdade que minha passagem pelo Sergipe foi fugaz. Lembro-me de um episódio que foi decisivo para meu futuro como jogador de futebol: atuei num jogo Sergipe versus Riachuelo, categoria amador, na preliminar dos profissionais dos mesmos times. Terminado o jogo preliminar, o então técnico do elenco principal do clube, Sr. Edmur Cruz, estava enfrentando uma enorme dificuldade porque nenhum dos seus dois goleiros profissionais (o titular Gilton e o reserva Dízio) havia chegado para se fardar e participar da partida. Ato contínuo fui chamado pelo técnico dizendo que precisava que eu atuasse também naquele jogo e explicou as razões. Como eu não estava preparado para aquele momento tremi literalmente e disse-lhe que não dispunha de condições psicológicas para jogar aquela partida; amarelei, como se diz na gíria futebolística. Nesse ínterim, chegou o goleiro titular do clube com sinais visíveis de embriaguez, querendo se fardar e, evidentemente, não foi permitido. O técnico reuniu os dois grupos (amador e profissional), explicou o que estava acontecendo e o melhor jogador do time amador, o meio campista Washington, conhecido por “Caximbau”, aceitou o desafio, vestiu a camisa nº 1 do profissional e foi para o jogo. Vejam como era nosso futebol! Depois dessa, descobri que jogar futebol não era para mim; estava longe de ser minha praia — ainda mais na categoria amadora. Só tinha obrigações para cumprir e nenhuma recompensa pecuniária.

Bem antes dessa aventura eu já estava buscando alternativas de poder ganhar dinheiro, qualquer que fosse a forma, desde que devidamente honesto. Mas, como um pré-adolescente poderia encontrar esse modo de ganhar dinheiro morando no menor estado da federação de um país que estava enfrentando sérias turbulências, tanto no campo político como na área econômica, com perda progressiva do controle inflacionário, com déficit da balança comercial, crescimento da dívida externa e com altas taxas de desemprego?

A realidade é que apenas meu pai, a irmã primogênita, Maria José, e o irmão mais velho dos homens, Arnaldo, eram naquela oportunidade os únicos provedores da família de onze membros. E eu precisava, pelo menos, bancar as minhas despesas, os vícios de consumo que passei a ter com a idade, como: alugar bicicletas para passear pelas ruas do bairro; comprar roupa da moda; vez por outra assistir aos jogos do meu Sergipe; ir aos cinemas, sozinho ou acompanhado da namoradina, nas tradicionais tardes de domingo e nas eventuais *soirées* dos cinemas Vera Cruz e Bomfim, existentes no bairro; frequentar, ocasionalmente, as casas de tolerância (também chamadas de bordéis, meretrícios e boates travestidas), como fez qualquer menino da minha geração para iniciação e prática do sexo; lanchar nos intervalos da escola; tomar os refrescos no bar do Arlindo antes de dormir e os ki-sucos do Severino²² após as sessões de cinema; e frequentar bailes dominicais na sede do Flamengo Circulista²³; entre outras.

A propósito do assunto relacionado a sexo, devo dizer que nem em sonho ousava fazer qualquer comentário na presença do meu pai ou mesmo no ambiente familiar. Não por achar que poderia ser castigado por isso, mas por absoluta vergonha e total respeito. Deveria ser algo natural tratar desse tema em casa, mas nunca foi e, apesar dos esforços dos educadores do mundo moderno, creio que continua sendo problemática a sua abordagem.

Acerca de cinemas devo dizer que era uma das diversões preferidas nas noites dos sábados e tardes dos domingos. Mas não era frequentador assíduo devido, especialmente, ao preço dos ingressos. Muitas vezes costumava chegar mais cedo no Cinema Vera Cruz — que aos sábados era muito frequentado — e entrava na

22 Severino era um cidadão excêntrico no vestir e no agir, que vendia na porta dos cinemas uma variedade de ki-sucos (que eram sucos em pó dissolvido em água, comuns nos anos 1960).

23 Clube da liga amadora do futebol sergipano, cuja sede ficava próximo à minha residência.

fila para comprar ingressos, mas sem dinheiro, com a intenção apenas de servir a terceiros que não gostavam de enfrentar as longas filas que se formavam. Quase sempre quem pedia para comprar seu ingresso dava algum trocado como recompensa. E essa história se repetia por vezes antes de início da sessão. Em geral, ao final, a arrecadação dava para comprar o meu ingresso e ainda sobrava para as guloseimas.

Início da Fase Produtiva – Encontro com a Vida Real

No conceito mundial de população economicamente ativa, ou seja, aquele definido para designar quem está inserido no mercado de trabalho com atividade remunerada, ou mesmo quem busca essa inserção, em países em vias de desenvolvimento como o Brasil, é considerado todo e qualquer indivíduo da faixa etária dos dez aos sessenta anos, não obstante a legislação trabalhista brasileira proibir o trabalho de menores de dezesseis anos.

Diante dos fatos evidenciados, relacionados a rendimentos, procurei conversar com a família sobre o meu desejo de trabalhar; de buscar alguma ocupação que pudesse me trazer uma realização pessoal, e remunerada. Infelizmente eram reduzidas as perspectivas em curto prazo devido a minha pouca idade.

Entretanto, como eu sempre levantava esse assunto nas conversas com as pessoas da minha relação no meio em que frequentava, em especial com o irmão Riva e com o nosso inseparável amigo, Ronaldo César, concluímos que poderia haver alguns segmentos pouco explorados no mercado que, mesmo considerado subemprego, poderiam significar alguma forma remunerativa. Refleti por alguns dias, concordei que deveria tentar e tratei então de mentalizar um plano de trabalho focado naquilo que foi sugerido, ou apenas mencionado, de forma a me ocupar de segunda-feira até o domingo. Pus esse plano em execução, e o mesmo consistiu no seguinte:

DE SEGUNDA À SEXTA-FEIRA, sempre na parte da tarde porque estudava no turno da manhã, passei a rodar Aracaju à cata de metais, de modo especial o alumínio e o cobre, que eram valorizados e, de certa forma, abundantes nos terrenos baldios da época, para vender a quilo. Durante algum tempo, com a idade dos onze ou doze anos, andei solto nesta cidade, por pátios de oficinas mecânicas e por terrenos abandonados dos bairros

Siqueira Campos, Getúlio Vargas, Santo Antônio, Industrial e Dezoito do Forte à procura desses produtos, que eram descartados quando se tornavam inservíveis — e estavam sendo muito demandados pela indústria para novas matérias primas. E isso, claro, me ocupou durante algum tempo e me rendeu alguns trocados. Asseguro que essa atividade era praticada limpa e honradamente, como muitos pais de família fazem diariamente nesse Brasil afora tirando seus sustentos de forma digna e honrada, e nada parecido com a prática de tantos “nóias” que remexem sacos de lixo em nossas portas procurando produtos recicláveis os mais diversos e também roubando variados tipos de fiação de cobre, pondo em risco suas próprias vidas e a segurança da população; tudo para poder vender e alimentar a dependência por drogas ilícitas.

NAS MANHÃS DOS SÁBADOS, comecei a frequentar a feira do Mercado Municipal Dr. Carlos Firpo, do bairro Siqueira Campos, localizada no início da então rua Goiás (atual Carlos Correia), esquina com rua Amazonas e com acesso também pela rua Santa Catarina, para poder trabalhar. De posse de um carrinho de mão que eu mesmo construí com a ajuda do amigo Sinval, da Marcenaria do Sr. Enoque, a qual frequentava regularmente, me juntei a muitos garotos pobres da minha faixa etária e passei a oferecer os serviços de carregamento das compras até a residência das pessoas. Em geral eram mulheres e os mais idosos quem usavam esse serviço. Naquela época a feira desse Mercado era uma das mais movimentadas da cidade — e isso me rendia algum dinheiro ao final do dia.

AOS DOMINGOS DE MANHÃ, enquanto muitas crianças da minha idade iam às praias, parques e campos de pelada, eu saía alegre e feliz pelas ruas da cidade para engraxar sapatos, de porta em porta. Carregava nas costas uma pequena caixa de madeira, feita especialmente para isso, pendurada por uma correia, contendo dentro dela flanelas, frascos de tinta, latas de graxa e

escovas nas cores preta, marrom e neutra para atender às diversas tonalidades dos sapatos. Antes de estabelecer uma clientela fidelizada, que foi conquistada com o passar do tempo através da prestação de um bom serviço com qualidade e de atendimento especial e continuado, rodei por várias ruas e bairros de Aracaju. Depois de algum tempo estabeleci e segui um roteiro mais ou menos na seguinte sequência de ruas: Laranjeiras, Pedro Calazans, Estância, Ivo do Prado, Itaporanga, Lagarto e retornando pela São Cristóvão até a minha residência. Quase sempre no retorno para casa parava numa “bodega” (antigo nome das atuais mercearias) que existia na esquina da avenida Pedro Calazans com rua São Cristóvão, gastava uns trocados tomando um suco de maracujá (da fruta e muito saboroso, diga-se de passagem) e comendo uns pães-doce ou pastéis. Em geral chegava em casa por volta das quatorze horas, com dinheiro para garantir meus afazeres. Foi um período de trabalho árduo e de grande sacrifício, mas que muito me orgulha por ter contribuído para formação do homem que me tornei.

Apesar da profissão de engraxate nunca ter sido exaltada pela sociedade, ajudou a sustentar boa parcela da população brasileira desempregada, como ainda hoje, mesmo em declínio, garante o sustento de muitas famílias. Asseguro que, dentre todas as atividades informais que desenvolvi naquele período, essa foi a que se apresentou mais rentável. Isso se devia ao fato dos altos preços de calçados da época, aliado ao baixo poder aquisitivo da população, o que impedia a compra de sapatos novos.

Nesse período de euforia por emprego e renda, eu passei a procurar melhores alternativas de trabalho, buscando elevar o nível das ocupações.

Desde cedo, devo destacar, tive o entendimento de que trabalhar era essencial para a manutenção financeira e importante para a vida, para a dignidade humana. Não há cidadania se não houver trabalho.

Primeira Experiência em Trabalho Fixo

Claro que o conceito de melhores alternativas nesse contexto é muito relativo, mas considerei esse propósito e aceitei um convite para trabalhar na Sorveteria Chile, nos turnos da tarde e noite, como atendente de pedidos, ou seja, atuando do lado de dentro do balcão. Como eu já tinha quatorze anos de idade, apesar do porte físico aparentar acima de quinze, e a legislação trabalhista permitia o trabalho de menor aprendiz a partir dessa faixa etária, o senhor Porto, proprietário da sorveteria, como não queria me registrar como empregado combinou comigo para eu ficar atento às visitas de fiscais do trabalho alegando que isso poderia vir a me prejudicar — e assim eu fiz ficando antenado, mesmo porque tinha deixado todas as atividades que vinha desenvolvendo, simplesmente porque haveria choque de horários e também porque, a partir dali, entendi que estaria atuando em outro nível de ocupação, em área nobre da cidade e estando em contato diário com pessoas de várias classes sociais do estado.

Para quem não viveu aquela época, Aracaju dos anos 1960 possuía alguns pontos especiais onde costumavam se encontrar políticos, empresários, fazendeiros, intelectuais, professores e estudantes que se reuniam para bater papos e tomar um bom café, um drinque, um suco ou até mesmo um sorvete feito da fruta. Dois desses pontos mais procurados eram o famoso Ponto Chic, localizado na esquina da rua João Pessoa com a rua Laranjeiras, em frente à Igreja São Salvador, onde atualmente (ou seja, em 2023) funciona a Fundação Municipal de Formação para o Trabalho, a Fundat, do município de Aracaju, e sua vizinha, a Sorveteria Chile, que ficava na rua João Pessoa, quatro ou cinco casas à sua esquerda, no chamado circuito cultural do centro da cidade, assim chamado devido estar ao redor o Cinema e Teatro Rio Branco e a Livraria Regina— outrora, reduto habitual de estudantes e intelectuais da capital.

A Sorveteria Chile tinha a mais que sua concorrente, um excelente serviço de lanches variados e, talvez por isso, dentre sua clientela estava também a grande massa de comerciários. No meu horário de trabalho — que ia das quatorze às vinte e duas horas — a casa estava sempre lotada e, como em qualquer ramo de atividades que envolvam a gastronomia, a hora de saída dos empregados torna-se incerta. Raramente coincidia de sair no horário combinado. Estava sempre um crescente a hora de saída do trabalho. Até que um dia a casa fechou logo após a meia-noite. Naquela época, o transporte coletivo só funcionava até a meia-noite. E aí o que aconteceu? Fui para casa a pé. Quase dois quilômetros a pé do centro comercial de Aracaju até o bairro Siqueira Campos, com o agravante de que a rua Laranjeiras (exatamente a do meu percurso, pois eu morava na rua Paraná, que é o prolongamento dessa rua) estava em obras de calçamento a paralelepípedo a partir da rua Riachão até o Siqueira Campos, com pequenos montes de piçarra em toda sua extensão, o que certamente amedrontava o garoto. Graças a Deus, Aracaju ainda era uma cidade tranquila, sem violência urbana, e antes de uma hora da manhã cheguei em casa, sem que houvesse qualquer intercorrência.

Mas, como tudo na vida passa, aquele entusiasmo do início, infelizmente também passou; não correspondeu meu sonho de mudança, que pouco durou. Isto porque meu pai, que me aguardava acordado e preocupado com a minha demora de chegar em casa, ordenou que eu deixasse aquele trabalho imediatamente, dizendo que “aquilo não era para criança”.

Como aquela fase de ocupação estava sendo interessante e prazerosa para mim, pois, além de me dar uma renda no final do mês, fazia me sentir mais sociável, mais conversador, encorajado para a vida; um adolescente mais desenvolvido e bastante eufórico, feliz, combinei com a família que iria transferir meu horário de estudo para o turno da noite a fim de ficar livre pelo dia e, assim, poder aumentar as minhas possibilidades de trabalho.

Segunda Experiência em Trabalho Fixo

Antes de providenciar a transferência do meu estudo para o turno da noite, meu pai, ainda no ano letivo anterior, contactou com seu amigo, o Sr. Stael Davi de Menezes, proprietário da Carpintaria São Jorge, que ficava vizinho à minha casa, no número 174 da rua Paraná, e conseguiu uma colocação para mim no seu empreendimento, como ajudante de carpinteiro.

O trabalho executado numa carpintaria envolve frequentemente a utilização de esforço físico dos trabalhadores no deslocamento de toras de madeira bruta para o necessário aplainamento e cortes, e também na construção e reforma de telhados, portas, janelas, forros, escadas, assoalhos e móveis em geral, dentre outras atividades. Para isso a empresa precisa estar aparelhada com máquinas apropriadas, como serras circulares, plainas, lixadeiras e pequenas ferramentas como serrotes, formões, trenas, etc. A Carpintaria São Jorge era uma dessas oficinas muito bem estruturadas. Sua base física era composta de um grande galpão coberto (acho que pra mais de 500 metros quadrados) e tinha uma enorme área livre no fundo que servia de depósito da matéria prima, cujo acesso de veículos pesados era tanto pela rua Paraná, numa entrada lateral, como pela Pernambuco. Uma curiosidade é que essa área fazia divisa com o quintal das casas do criminoso La Conga e da sua vítima, o garoto Carlos Werneck, como já vimos relato anteriormente.

Pois bem! Na carpintaria eu fazia um pouco de tudo, desde os serviços pesados, deslocando pranchões do depósito para as diversas máquinas, até, com o passar do tempo, operar máquinas, tipo plaina e lixadeira. Aliás, foi numa plaina onde quase perdi a cabeça do polegar da mão esquerda.

Como eu era um garoto irrequieto, interessado em conhecer coisas novas, disposto e também tinha um pouco de inteligência, ora, comecei a aprender a arte de polir peças. Antigamente, além

dos móveis das casas, era muito usual portas e janelas serem envernizadas — um excelente nicho de mercado que se apresentava para esses profissionais. Confesso que passei a gostar da atividade e acho até que me saí bem nesse ofício. Fiz muito “bico” extra carpintaria que me rendeu alguns trocados.

O processo de polimento usado nos anos 1960 era completamente diferente daquele praticado nos dias atuais. Naquela época, o trabalho era eminentemente manual com o lixamento da peça, a diluição do verniz e o seu uso com esponja, feita de pano ou algodão, até a superfície da peça alcançar o brilho e o deslizamento desejados.

Antes de chegar ao nível de polidor fui escalado para a execução de trabalhos externos, que me trazem uma gostosa nostalgia. Aquela lembrança boa de momentos felizes vividos no passado que lhe dá saudade; lhe dá vontade de regressar no tempo.

A turma da carpintaria era comandada por um senhor conhecido por Diva (acho que era esse o apelido do Sr. Edivaldo), um homem aparentando na época ter uns quarenta anos de idade, gente da melhor espécie, de índole maravilhosa, que no dia a dia se mantinha sorridente e demonstrando estar sempre feliz da vida; era irmão e homem de confiança do dono da carpintaria — Sr. Stael. Pois o Seu Diva me chamou em particular e disse que gostaria que eu acompanhasse o Sr. Petrócio — um dos melhores profissionais que ele tinha na oficina — e um outro carpinteiro, do qual não me recordo o nome, nos trabalhos externos que eles estavam sendo escalados para executar. Nessa programação, cuja execução se deu em vários dias, constavam a substituição das esquadrias de madeira, ou seja, janelas, portas e similares, do Hospital São José, no bairro Santo Antônio, e da instalação desse tipo de equipamento na Igreja dos Capuchinhos, no bairro América, ambos em Aracaju; e de uma escola no município de Santa Rosa de Lima (acho que a

Dr. Edélzio Vieira de Melo), bem como do Colégio Imaculada Conceição, em Capela. Guardo boas lembranças daquela época, especialmente do contato pessoal mantido com o então cinqüentão Frei Miguel (Miguelângelo Serafini de Cingoli, fundador da Igreja São Judas Tadeu), e de receber e levar para casa vasilhas com azeite de oliva e leite em pó, em abundância, alimentos que eram distribuídos naquela ocasião pelos religiosos daquela igreja às famílias menos favorecidas da cidade.

Lembro-me também com uma certa nostalgia das viagens feitas em caminhãozinho para Santa Rosa de Lima e Capela, em cujas estradas — de piçarra, diga-se de passagem — só se via plantação de cana-de-açúcar. Era uma grandeza de cana na região; e, claro, que parávamos para cortar algumas canas e colocar na carroceria do caminhão.

Nessa escala de trabalho externo constou também a reforma dos telhados dos prédios do Palácio Olímpio Campos, então sede do Governo do Estado e do Palácio Fausto Cardoso, onde funcionava a Assembleia Legislativa de Sergipe — a casa dos deputados estaduais. Foi uma atividade até certo ponto demorada por se tratar de dois prédios antigos, de enorme importância histórica, política e cultural de Sergipe, sendo um deles relativamente grande — o Palácio Olímpio Campos. Ambos os telhados estavam muito deteriorados e tiveram que ser praticamente refeitos com a troca, inclusive, de todo o madeiramento.

A empreitada foi iniciada pelo Palácio do Governo, logo assim que terminou a temporada de chuvas na capital (acho que entre o final de agosto e o início de setembro de 1964), e teve uma duração de pouco mais de um mês, concluindo-se nas primeiras semanas de outubro daquele ano. O trabalho foi feito por etapas e consistiu no destelhamento do prédio para a troca de todo o madeiramento, composto das peças chamadas espigões, tesouras, ripas, caibros, entre outras, e o posterior retelhamento com telhas novas de cerâmica.

O Palácio Olímpio Campos era o centro da administração pública estadual onde funcionavam, além do gabinete do Chefe do Executivo, com sala reservada para despachos, as Secretarias de Governo. O prédio servia também como residência do governador.

O Chefe do Executivo na época era o senhor Sebastião Celso de Carvalho²⁴, que desde sua assunção ao cargo, em 1º de abril de 1964, decidiu, assim soubemos, fazer uma reforma geral no Palácio, desde a estrutura física com obras civis até seus mobiliários, de forma a manter sua aparência à altura da sua importância histórica.



Palácio Museu Olímpio Campos²⁵ (Foto: Emanuel Rocha - 2023)

24 Celso de Carvalho foi eleito vice-governador na chapa encabeçada pelo Senhor João de Seixas Dória que governou o estado de 31 de janeiro de 1963 a 1º de abril de 1964, quando foi cassado pelo regime militar instaurado no país naquela oportunidade.

25 Prédio visitado por Dom Pedro II ainda em construção, em 10 de janeiro de 1860. Foi inaugurado em 1863 e serviu de sede do governo do estado de Sergipe até 1995. Em 2010 foi transformado em museu.

Nossa frequência ao local de trabalho era diária, de segunda à sexta-feira. Em geral chegávamos entre as oito e meia e nove horas, porque antes tínhamos que passar na carpintaria para conversar sobre o andamento dos serviços e buscar algum material ou ferramenta porventura necessário.

Devo informar que foi um período também de intensas tarefas na escola com trabalhos para memorizar e uma agenda de provas durante uma semana, que exigia especial foco nos estudos. Isso me fez levar diariamente para o ambiente laboral (espaço entre o forro e o telhado do palácio) além da marmita com o almoço, livros e cadernos para poder estudar nas horas de descanso, sempre depois da refeição.

Lembro-me que uma das tarefas priorizadas era da aula de francês, demandada pela professora Cacilda Witshire, e que me causou grande preocupação porque precisava decorar, no sentido de memorizar, e apresentar uma poesia extraída do cancionário popular infantil da França, de nome *Nous allons au bois* (Vamos para a mata), do seguinte teor:

*Un, deux, trois, nous allons au bois,
Quatre, cinq, six, cueillir des cerises.
Sept, huit, neuf, dans mon panier neuf.
Dix, onze, douze, elles seront toutes rouges*

O objetivo desse trabalho era de “treinar o idioma e aprender vocabulário básico”, assim se expressou a professora Cacilda. Para completar a informação, devo dizer que fui perfeito na apresentação e tirei nota dez!

Assim que foi concluída a reforma do Olímpio Campos, fomos deslocados imediatamente para o Palácio Fausto Cardoso para execução de atividade idêntica, ou seja, reformar todo o telhado do prédio. A diferença foi de quantidade de serviço e tempo de realização porque a área coberta desse prédio (um pequeno retân-

gulo de arquitetura neoclássica, construído na segunda metade do século XIX) era bem menor do que a do Palácio do Governo.

Como está explicitado no capítulo Fatos Inusitados, durante o período de realização do trabalho na Assembleia Legislativa houve uma intercorrência, cujo episódio ficou registrado na minha memória: o fechamento do prédio no final do expediente da tarde, com a gente ainda lá dentro. Naquele dia ocorreu que o chefe da nossa equipe se excedeu mais um pouco no trabalho, atrasando o horário de saída. Por outro lado, displicentemente, o servidor da ALESE responsável por fechar o prédio, esqueceu de nos chamar, trancou as portas e foi embora.

Depois dessa temporada de serviços externos, voltei a atuar na sede da carpintaria realizando os trabalhos de rotina até que me surgiu outra oportunidade profissional, desta feita com carteira assinada.

É importante registrar como observação pessoal que o fato de trabalhar durante o dia e estudar no turno da noite não teve reflexo negativo imediato no meu aprendizado. Ao contrário, senti no curto prazo que houve uma considerável melhora no meu desempenho escolar. Claro que isso não representa a realidade dos fatos. As chances de melhor aprendizado do aluno diurno, que não dispõe de outros compromissos a não ser apenas de estudar, são bem maiores daquele que passa seis ou oito horas do dia trabalhando e vai para a escola a noite.



Antiga Sede da Assembleia Legislativa de Sergipe nos anos 1960
(Foto: Emanuel Rocha - 2023)



Colégio onde trabalhei, na adolescência, em Capela.
(Foto: Facebook do Colégio)

Meu Pai e a Construção da Casa Própria

A casa própria é um sonho de consumo de toda família que busca conforto e segurança para seus descendentes. Segundo dados de 2016 da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad), o Brasil possui 53,1 milhões de habitações próprias. Ainda um número bem abaixo da real necessidade da população, que no mesmo ano de 2016 era de 206 milhões de habitantes. A conquista da casa própria é uma realização incomparável, que enche de alegria o feliz beneficiário. A partir de 1965 nossa família ingressou nesse time de felizardos.

Tudo começou quando nos idos de 1964 minha irmã Maria José adquiriu por compra o terreno na rua Acre, entre as ruas Rio Grande do Sul e Mariano Salmeron, e presenteou meu pai para que ele pudesse aos poucos construir a casa da família.

Diferentemente de hoje, que qualquer construção exige antecipadamente planejamento e, ao menos, a contratação de um profissional da engenharia para apoiar na elaboração de projetos e na busca das licenças diversas junto aos órgãos competentes — providências até certo ponto de alto custo financeiro —, a preocupação tida naquela época foi de preparar o terreno com terraplanagem para iniciar a obra e comprar o material a ser usado inicialmente, ou seja, pedra, cimento e areia para preparação dos alicerces de sustentação. Além disso teve a contratação dos profissionais para realização dos serviços. Tudo coordenado pelo pai e com a ajuda financeira da irmã número um, Maria José.

O conjunto da obra de construção de uma casa residencial basicamente é composto da base, alvenaria de tijolo, madeiramento e cobertura, instalações elétrica e hidráulica, louças e o acabamento com rebocos, pisos e revestimentos em geral. A obra da rua Acre não foi diferente; teve apenas uma característica marcante: a execução de algumas de suas etapas foi em regime de mutirão,

com meu pai reunindo aos domingos muitos dos seus amigos e colegas de trabalho para colaborar na construção. Essa, aliás, era uma prática comum entre os colegas daquela época.

Na segunda metade dos anos 1960 meu pai, já aposentado do serviço público, ainda moço e gozando de muita saúde, decidiu continuar no mercado de trabalho e ingressou na construtora de seu amigo e ex-colega de repartição pública, Sr. João Alves²⁶, como ajudante de pedreiro. Pelo jeito de ser do velho sertanejo de pouca conversa, mas adepto de umas “biritas” no final de semana, muitas amizades foram colecionadas.

Em todo o período de construção da casa eu estive junto com meu pai e seus amigos, aos domingos nos mutirões, servindo também como ajudante da obra, talvez pela experiência de já atuar em carpintaria. Era um domingo de trabalho, mas parecia festa, com bebida em abundância e comida. O serviço costumava ir até o início da tarde, quando os menos resistentes ao álcool já estavam “chapados” de bebida. Meu pai era um deles, que muitas vezes dava uma trabalhadeira danada para chegar em casa. E assim, com profissionais contratados para atuar das segundas-feiras aos sábados e com amigos em mutirão nos domingos, finalmente ficou pronta, pintada e com habite-se, a casa dos sonhos da Família Santana. Um imóvel de quatro quartos, suficiente para acomodar o casal e mais oito filhos, sendo três mulheres e cinco homens. Era dezembro de 1964 e a partir de então as atenções de todos estavam voltadas ao processo de mudança — o último na história da Família Santana.

O réveillon daquele ano foi especial para a família, que se reuniu ao redor da mesa, num lauto jantar, para agradecer a Deus pela vida e saúde de todos, pela conquista da casa própria e também para celebrar a chegada de mais um ano, na expectativa de poder

26 Segundo meu pai falava, Sr. João Alves foi seu colega de serviço público, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde no início dos anos 1950 e, paralelamente, construía uma casa e outra e vendia. Tomou gosto e em 1953 montou sua empresa — a Construtora Alves.

viver uma vida nova, literalmente como diz o ditado popular, “ano novo, vida nova”.

O auge da minha adolescência e toda a juventude foram vividas nesse novo endereço, de onde só saí para casar e formar minha própria família, já na fase adulta. Foi um período de estabilização das mudanças até então ocorridas e de aumento significativo das responsabilidades individuais, através da consolidação da atividade laboral, da prestação de serviço à pátria e da formação acadêmica, a partir da conclusão do ensino fundamental e médio e do ingresso na universidade. Mas também foi uma fase de dúvidas e incertezas em relação ao meu futuro; além de dificuldades emocionais e financeiras.



Núcleo Residencial da Família Santana

1ª Foto, ano 1990. 2ª Foto, ano 2023

(Fotos: Acervo do Autor)

Primeiro Emprego de Carteira Assinada

Em fevereiro de 1965, ainda com quinze anos de idade, recebi uma proposta por intermédio da primeira irmã para o meu primeiro emprego de carteira assinada: era da firma João Hora Oliveira, no edifício Mayara²⁷. Maria José já era empregada da empresa comercial “A Moda”, do Sr. João Hora, desde 1959 atuando como vendedora dessa loja, que era considerada na época a mais bela loja magazine da cidade, e ficava localizada no andar térreo e no mezanino do edifício Mayara, na esquina das ruas Laranjeiras com João Pessoa.

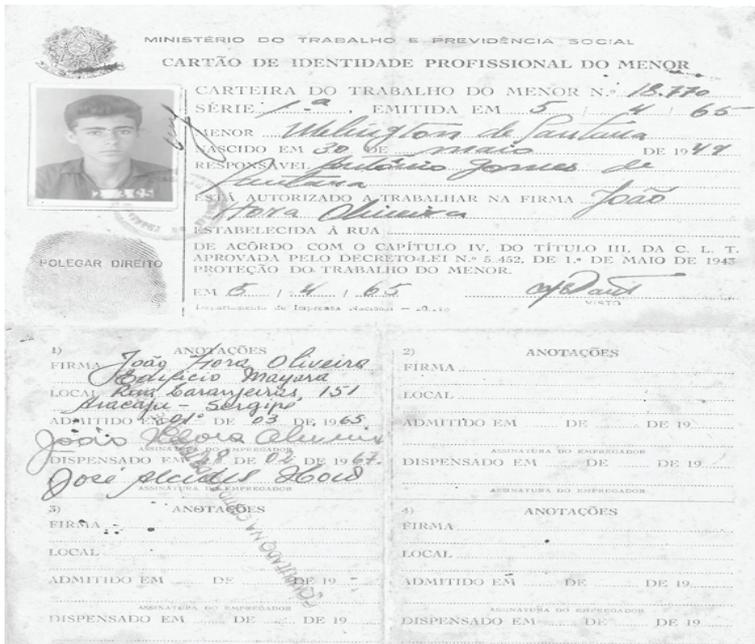
Apesar de estar contente e feliz com aquilo que fazia na Carpintaria São Jorge e, em especial, relacionado à profissão de polidor, na qual estava cada vez mais me aperfeiçoando, com boas chances de crescer no ofício, não pensei duas vezes quando me chegou o convite para trabalhar de carteira assinada. Poderia muito bem ter me acomodado na carpintaria. Razões não faltaram para isso: rotina de trabalho já conhecida, sob meu domínio e com boas perspectivas de futuro; vizinho de minha casa, sem gasto de tempo e de dinheiro com transporte coletivo e com roupa; e uma equipe composta de pessoas legais, sobretudo os chefes. Mas não; eu queria ir buscar aquilo que estava começando a sonhar. Por outro lado, era uma coisa nova que surgia na minha vida: ascensorista. Até então algo desconhecido do meu mundo, que era restrito basicamente ao bairro Siqueira Campos.

O mais importante dessa história, entretanto, foi a aposição da primeira assinatura da minha carteira do trabalho, e na condição de menor. Em 05 de abril de 1965, o então Ministério do Trabalho e da Previdência Social emitiu a Carteira do Trabalho do Menor de nº 18.770, em meu nome, autorizando-me a trabalhar na firma João Hora Oliveira. Era assim que funcionava

27 Foi o primeiro prédio de 4 andares de Aracaju, inaugurado em 1º de abril de 1951.

naquela época. E após a emissão, a carteira foi assinada com data retroativa a 1º de março de 1965 — uma alegria inigualável.

Como pode ser visto na imagem a seguir, o então modelo de Cartão de Identidade Profissional do Menor não constava a natureza do cargo, como em qualquer Carteira Profissional. Mas fui contratado para o cargo de Ascensorista.



Carteira de Trabalho do Menor (Frente e Verso)

Mas então, o que é mesmo ascensorista? O que realmente faz esse tipo de profissional?

Se a gente se der ao trabalho de visitar um dicionário da língua portuguesa vai ver lá que ascensor é o mesmo que elevador; ou seja, é um aparelho, elétrico ou mecânico, que serve para elevar ou abaixar verticalmente pessoas e materiais. E a pessoa que maneja esse aparelho é, portanto, ascensorista.

Então, gente, o meu primeiro emprego de carteira assinada, com apenas quinze anos de idade, foi de ascensorista do Edifício Mayara, um prédio comercial no centro de Aracaju, com 44 salas amplas (11 por andar), onde funcionavam escritórios de algumas grandes empresas, como Petrobrás, Companhia de Cimento Portland, Indústria Têxtil São Gonçalo, entre outras, e muitos profissionais liberais das mais variadas atividades. Eram consultórios médicos e odontológicos, laboratório de análises clínicas, advogados, representantes comerciais, consultoria e uma boutique no andar térreo, na entrada do edifício.

O elevador do edifício tinha capacidade para seis passageiros, ou 450 quilos, e viajava a uma velocidade, creio, de sessenta metros por minuto. Era um modelo manual da Otis Elevator Company — empresa norte-americana fabricante de elevadores, escadas e esteiras rolantes.

Meu papel como ascensorista era, evidentemente, dirigir ou conduzir esse elevador através da utilização de todos os equipamentos disponíveis: uma manivela²⁸, que era usada para dar partida na máquina e poder parar no pavimento desejado e duas portas manuais, uma de cabine, porta de aço pantográfica²⁹ e outra porta de pavimento, em madeira, para permitir a entrada e saída dos passageiros, além dos botões de acionamento das luzes e do ventilador. Resumindo, o meu trabalho na prática era acionar a manivela para dar partida e parar o elevador no pavimento solicitado, sem desnível, é claro; abrir as portas, primeiro a pantográfica e depois a de madeira, tudo manualmente; e, assim, permitir o embarque e desembarque dos passageiros.

A equipe de trabalho do edifício era composta por apenas três pessoas: dois ascensoristas (eu e meu irmão Antônio Rivaldo) tra-

28 Mecanismo formado pela ligação de uma haste rígida a uma engrenagem.

29 Modelo de grade, que é recolhida lateralmente permitindo um vão livre.

balhando, um das sete às treze horas e o outro das treze às vinte horas, de segunda a sexta-feira; e um zelador, senhor Balduino Marcionílio dos Santos, homem de meia-idade, respeitável, íntegro, ético e trabalhador, que dava expediente de oito horas diariamente, das oito às doze e das quatorze às dezoito horas. Aos sábados todos trabalhavam até as treze horas. Havia também um encarregado de serviços gerais do quadro da loja “A Moda”, mas que também atendia as demandas do edifício, o qual era vinculado diretamente ao gerente da empresa, senhor José Alcides.

Quando ocorria de faltar energia elétrica com o elevador em atividade, o ascensorista da hora acionava esse encarregado ou, na sua ausência, o Seu Balduino, através do interfone existente na cabine, para ir até a casa de máquinas, que ficava no último andar do prédio, destravar a engrenagem e puxar o elevador por meio do cabo de aço até o andar mais próximo.

O expediente dos dias de sábado em geral era para faxina do prédio e do elevador. Os locatários também aproveitavam esse dia para limpeza de suas salas. Muitos contratavam nosso serviço — e sempre aceitei como complemento de renda. O trabalho era pesado porque todo o revestimento do prédio era em taco de madeira, com acabamento em sinteco e, para mantê-lo bonito e reluzente, era preciso ser encerado com o uso de cera e escovão³⁰. E era esse o trabalho extra que executava nos sábados pela tarde: passar cera e escovão deixando brilhoso o piso das salas daqueles que me contratavam.

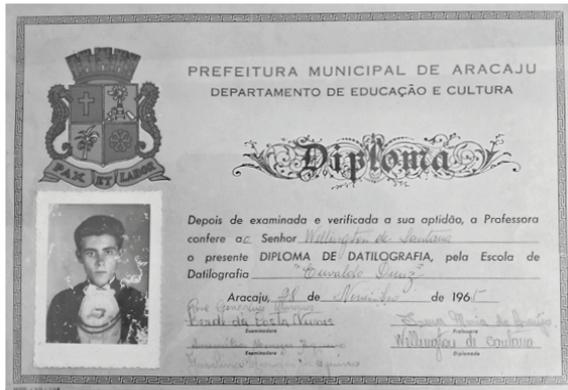
Esse meu primeiro emprego de carteira assinada durou exatos dois anos, indo praticamente até o final da minha adolescência. Aparentemente um tempo curto, mas asseguro que foi suficiente para meu crescimento pessoal naquela fase da vida. Foi um período de grandes realizações que certamente marcaram minha per-

30 Escovas de cabo comprido para encerar assoalho, em substituição a enceradeiras elétricas, raramente encontradas na época

sonalidade: desenvolvi novas habilidades, aprendendo inclusive a técnica da datilografia; tomei gosto pela leitura, começando por alguns romances de Machado de Assis (Dom Casmurro, Memórias Póstumas de Brás Cubas, etc.) e Jorge Amado (Gabriela, Cravo e Canela e Dona Flor e seus Dois Maridos, dentre outros), lia jornais, revistas (Fatos & Fotos, O Cruzeiro e Seleções Reader's Digest) e passatempo como palavras cruzadas; aprendi a otimizar o tempo; tive a alegria de comprar meu primeiro veículo (uma bicicleta, que me tirou do suplício dos ônibus lotados); comecei a fumar, simplesmente por achar o ato charmoso; conheci muitas e boas pessoas e fiz algumas amizades sinceras.

A propósito, esse ambiente de trabalho foi uma fonte inesgotável de conhecimento de pessoas. Eram jovens e adolescentes, homens e mulheres, senhoras e senhores idosos que frequentavam o edifício, entrando e saindo do elevador, além de todos os locatários e seus empregados. Um mundo de gente que circulava naquele território todos os dias! Muitas daquelas pessoas ficaram na minha memória como marcas de um passado transformador, e me permito mencionar alguns nomes com os quais eu tive contatos mais próximos, por alguma razão: Sr. José Dias e o chefe de seu escritório, Gilberto; os irmãos Durval e Humberto Teles Barreto que posteriormente transformaram sua representação numa grande empresa mercantil — a HUTEBA; Sr. Macieira Menezes e seus sobrinhos Lélío e Milton; dentistas consagrados como, Joseete Mendonça, Afrânio Bastos, Carlos Magalhães (que se transformou no ícone do rádio esportivo em Sergipe) e Lélío Fortes; os conceituados médicos Antônio Garcia Filho, Otávio Martins Penalva, Renato Mazzi Lucas e Gilvan Rocha (este, posteriormente um honrado Senador da República por Sergipe); os respeitados irmãos advogados Fonseca Barros; o professor e cientista José Barreto Fontes, detentor de um inigualável senso de humor que contagiava todos ao seu redor; bem assim era o desenhista Jaime, um senhor de meia-idade mas com enorme espírito juvenil; dona

Helena e seu esposo Luciano, proprietários da Boutique no térreo do edifício; a então jovem Edileusa, da Fábrica Têxtil São Gonçalo; o Sr. Manoel Nascimento, que era o tesoureiro da Sociedade de Cultura Artística de Sergipe (SCAS); e Irma Araújo, acho que era da Companhia de Cimento Portland, uma jovem bonita e sedutora, que suscitou paixões anônimas por conta do seu sex appeal. Aliás, em 1965 eu tive a alegria de tê-la como professora de datilografia na escola que funcionou anexa à Biblioteca Municipal Clodomir Silva, no bairro Siqueira Campos.



Diploma de Datilografia

Com relação a SCAS, era uma entidade de fomento e difusão da cultura artística em nosso estado, presidida na época pelo professor catedrático João Costa. Enquanto construía sua sede própria, na esquina da rua São Cristóvão com a av. Rio Branco, de frente para o rio Sergipe (em cuja calçada ocorreu um bárbaro crime em plena luz do dia 21 de dezembro de 1967, quando foi assassinado por vingança, como ficou constatado na época, o deputado estadual Antônio Torres Júnior, então líder do governo Lourival Baptista na Assembleia Legislativa), a sociedade funcionou em uma das salas do edifício Mayara. No final de 1965, inclusive, meu irmão Rivaldo aceitou convite

do senhor Nascimento e me chamou para trabalhar com ele, nos nossos turnos vagos como cobrador da SCAS, tipo free lancer, até o início de 1967. Diariamente eu saía de bicicleta portando uma pasta contendo as fichas de parte dos mais de oitocentos associados que seriam visitados de casa em casa para receber a mensalidade da Associação. Esse vínculo me proporcionou a oportunidade de assistir a grandes concertos musicais e apresentações teatrais e de dança nos palcos do Cinema Rio Branco e do Teatro Ateneu. Um dos grandes espetáculos que vi, revi e guardo boas recordações foi a peça genuinamente sergipana “Recital Sem Opus”.

Como tudo na vida passa, esse tempo também passou, mas deixou marcas indeléveis na vida de um garoto sonhador. Em 28 de fevereiro de 1967 tive que encerrar essa parte da história para poder começar outra, numa atividade profissional completamente diferente de tudo aquilo que havia feito até então: fui contratado como auxiliar de escritório de uma empresa do ramo da construção civil.



Edifício Mayara nos anos 1950
(Foto: Acervo da Internet)

Recentemente, mais precisamente no dia 1º de março de 2023 — ou seja, exatamente 58 anos após o início de meu trabalho como ascensorista —, fiz uma visita com minha mulher Inez ao Edifício Mayara e revivi o passado com bastante emoção. Entrei no elevador que trabalhei na minha juventude e descobri com enorme surpresa que o veículo é o mesmo que conduzia nos longínquos 1965.



No elevador em 01.03.2023. (Foto: Acervo do Autor)



Edifício Mayara. (Foto: Emanuel Rocha – 2023)

Capítulo IV

*1967-1976: A Formação do
Homem pela Educação e Trabalho*



Segundo Emprego de Carteira Assinada

Em 1º de março de 1967, com dezoito anos incompletos de idade, assumi mais um desafio na estrada da vida, ingressando como empregado na Construtora Alves Ltda., por indicação do meu pai, amigo do proprietário e que na ocasião trabalhava na empresa como ajudante de pedreiro, inicialmente, e depois como “cabo de turma”. Paralelamente a esse ofício, o pai atuava também como enfermeiro³¹ e era tido como exímio aplicador de injeção. Antigamente essa atividade era comum e muito demandada pela população.

A Construtora Alves foi a primeira empresa do ramo da construção civil em Aracaju, criada em 29 de dezembro de 1953, e seu slogan era “A PIONEIRA”. Quando entrei na empresa ela já tinha em seu portfólio a realização de algumas obras particulares e públicas importantes na capital, a exemplo de várias casas residenciais e dos conjuntos habitacionais Agamenon Magalhães, no

31 Atuou como enfermeiro particular durante os últimos anos de vida de dona Luzia, avó materna de Dr. João Alves Filho, da Prof.^a Marlene Calumby e do Agrônomo Roberto Alves, filhos do proprietário da empresa, Sr. João Alves.

bairro José Conrado de Araújo, e a 1ª etapa do conjunto Castelo Branco, este com mais de 380 unidades, no bairro Ponto Novo. Sua sede estava recém instalada na Praça Fausto Cardoso, nº 54, em Aracaju, no centro político, administrativo e judiciário do estado, saindo da rua Santa Rosa, nas proximidades do Mercado Antônio Franco, onde funcionava.

Assim que ingressei na Construtora trabalhavam no seu escritório apenas o proprietário, senhor João Alves, seu filho recém-formado engenheiro civil, João Alves Filho, que era o seu diretor técnico e diariamente visitava as obras, a senhora Delza Melo Andrade, funcionária antiga e chefe geral da administração, e o senhor Arlindo, motorista particular do Seu João. Fui contratado como auxiliar de escritório. Mais adiante, com o crescimento da empresa e minha demonstração de capacidade profissional, em 1970, assumi a responsabilidade pelo setor de pessoal. Foram quase oito anos de prazeroso trabalho e, nesse tempo, novos colaboradores foram incorporados à equipe. Recordo-me, neste ensejo, dos colegas João Gomes, Ceciliano Gama, Renato, Carlos Souza (Carlão), Emanuel Sobral, Manoel Messias, o motorista “Boinha” (tão conhecido pelo apelido que sequer lembro seu nome), Joaquim Santana, que atuava diretamente vinculado ao Dr. João Alves Filho, e os engenheiros Guaracy, inicialmente, e, em seguida, Geraldo, Fausto e Wellington Costa, em épocas distintas. Cada um em seu tempo fez a sua história. Éramos como uma família, tal a união e respeito mútuo. Alguns desses colegas já estão no plano espiritual; outros não sabemos por onde andam pois perdemos o contato por completo. Mas tenho a felicidade de, quando em vez, encontrar e abraçar alguns poucos, a exemplo de Ceciliano (com quem voltei a trabalhar no serviço público, na área ambiental a partir de 2013), Carlão e Joaquim, este morando em Maceió, capital do estado de Alagoas.

Corria à boca miúda que o senhor João Alves era um homem carrancudo, estúpido, que tratava seus empregados com total ignorância e grosseria. Confesso que essa fama, no começo, me as-

sustava, mas com o passar do tempo, esse comportamento não ficou comprovado. Muito pelo contrário, Seu João se revelou uma pessoa maravilhosa, um homem afável e amigo dos seus colaboradores. Pelo menos comigo era essa a forma de relacionamento.

Falando do trabalho, em geral eu era o primeiro a chegar no escritório e tinha a incumbência de fazer a faxina do prédio, que consistia em limpar os móveis e varrer as salas. Isso até chegar novos empregados. Recordo-me bem que o escritório era composto por uma ampla sala de 30 a 35 metros quadrados na entrada, onde ficávamos, eu, dona Delza e Seu João Gomes, juntos com Seu João Alves, e mais duas salas menores no fundo, uma ocupada pela área técnica e a outra com o pessoal de apoio às obras e uma mesa do cafezinho.

Meu trabalho diário era de auxiliar dona Delza na rotina da administração: conferindo folhas de pagamento, cuja periodicidade era semanal; preparando fichas de pessoal contratado e preenchendo carteiras de trabalho para sua assinatura (havia muita rotatividade de mão de obra devido ao ramo de atividade da empresa); datilografando documentos em geral, como ofícios e memorandos (isso mesmo, não havia computador na época; eram máquinas de datilografia manual; posteriormente surgiram as máquinas elétricas, que trouxeram um pequeno alívio aos usuários e muito mais atenção por conta da sensibilidade das teclas); além de tudo isso ainda fazia serviços externos para pagamentos em bancos, postagens em correio e apontamentos de trabalhadores nas obras. Atendia também demandas da área técnica e comercial para datilografar orçamentos e contratos. Ainda mais, atendia telefone e pessoas que procuravam a empresa buscando a compra da casa própria.

A CAL, como era conhecida, foi uma empresa inovadora no mercado imobiliário de Aracaju construindo casas e financiando diretamente ao comprador, se antecipando assim ao Sistema Financeiro de Habitação que veio a ser implantado no país

apenas na segunda metade dos anos 1960. Outra característica marcante da empresa, graças à visão futurista do seu proprietário, foi o desbravamento do bairro São José que, naquela ocasião, praticamente terminava na Igreja que lhe empresta o nome. Após o prédio da Igreja São José podiam ser vistos, além de um cenário de alagamento, com pequenos riachos desaguando no rio Sergipe, os belíssimos prédios, tidos como patrimônio histórico de Sergipe — as sedes do Instituto Parreiras Horta e do Instituto de Tecnologia e Pesquisas de Sergipe — e, entre eles, mais ao fundo, a principal praça de esportes da capital, o pequeno Estádio Estadual de Aracaju, onde exatamente é o hoje nossa Arena Batistão. Foi feito ali uma obra gigantesca de drenagem e aterramento pela Construtora Alves interligando os bairros São José, Treze de Julho e Salgado Filho, transformando aquela região de pântano numa área residencial nobre com 700 unidades habitacionais de alto padrão. Da mesma forma ocorreu no bairro Cirurgia, nas proximidades da então Baixa Fria, onde a empresa também fez grandes aterros e construiu, em três etapas distintas, 500 casas no Conjunto Habitacional Amintas Garcez. Devo dizer que fui um feliz comprador de um imóvel da última etapa desse conjunto, já em 1977, quando não mais fazia parte do quadro de colaboradores da empresa. Mas foi essa bela casa, na rua José Luciano Siqueira, nº 27, que me serviu como lar por alguns anos, até a separação do primeiro casamento. Foi lá onde minhas filhas Amanda e Carla deram os primeiros passos, viveram até os seis, sete anos de idade — e isso me traz grandes recordações.

Como afirmei anteriormente, com o crescimento da empresa por conta das várias frentes de obras nos bairros São José, Cirurgia e Santos Dumont, quando chegou a ter mais de seiscentos operários, também tive minhas oportunidades e cresci com ela. Participei de toda essa transformação de Aracaju. Ao deixar a empresa, em setembro de 1974, já estava atuando como chefe do setor de pessoal — o equivalente hoje a Recursos

Humanos, área considerada estratégica em qualquer organização. Dentre as atividades específicas do setor estavam a gestão de pessoal envolvendo admissão e demissão, concessão de direitos, controle de faltas, licenças e atestados médicos; a confecção das folhas de pagamento, tanto dos diaristas como das empreitadas; a representação da empresa nas Juntas de Conciliação e Julgamento do Trabalho, que, aliás, era uma constante na vida da CAL devido ao perfil e a rotatividade da mão de obra recrutada (mas raramente a empresa perdia uma causa trabalhista porque a orientação do seu proprietário era obediência à legislação na íntegra); além do cumprimento das obrigações legais e burocráticas relacionadas ao cadastramento de todos os empregados nos programas sociais da época, tipo Programa de Integração Social (PIS) e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e suas obrigações derivadas.

Nesses quase oito anos de trabalho na Construtora Alves aprendi muito com todos que me cercavam, desde os donos, pai e filho, sobretudo o Seu João, que se revelou ser para mim muito mais do que um patrão — foi um grande conselheiro e amigo! Quase um paizão — aos colegas de escritório, em especial dona Delza, com sua enorme experiência de vida, e até aqueles operários mais humildes com quem convivi mais de perto. Um deles, conhecido por Tonho Baixinho, que era servente de pedreiro, com renda de um salário mínimo e pai de dez filhas, cuja mais velha tinha, na época, doze anos de idade, me deu uma aula sobre felicidade ao afirmar que *para ser feliz é preciso apenas deixar de se lamentar, sorrir sempre e amar sua família*. E simplesmente concordei com ele e levei para a vida esse ensinamento: o amor, sem dúvida, é a chave da felicidade. Nessa empresa vivi grandes momentos de minha vida e fui feliz, mesmo após o primeiro afastamento, contra minha vontade, diga-se de passagem, para prestar o serviço militar obrigatório.

A propósito do que falei sobre a pessoa do senhor João Alves, reafirmo sua grandeza humana e a especial atenção que ele tinha

para comigo, ao revelar, aqui e agora, a passagem de três episódios cuja participação dele foi providencial e de fundamental importância para minha vida — e me marcaram profundamente.

Primeiro Episódio:

Quando fui servir ao Exército Brasileiro, a partir de 15 de maio de 1969, tive que me afastar do trabalho. Foi um período muito difícil para mim porque sabia que ia deixar de receber meu salário de 200 cruzeiros novos (algo como um salário mínimo e meio) e passaria a receber 40 cruzeiros novos apenas, como ajuda de custo do 28º Batalhão de Caçadores, isto porque o serviço militar era obrigatório. Meu primeiro mês no Exército foi de tristeza e preocupação; não saía de minha cabeça essa questão, que para mim era cruciante, uma vez que tinha meus compromissos anteriormente assumidos, e também ajudava substancialmente na casa de meus pais. Mas a vida segue. Cheguei a comentar essa minha preocupação em relação à questão financeira com alguns colegas, dos quais dona Delza, que era minha confidente.

Mesmo com o contrato de trabalho suspenso, como estabelecia a legislação, todo sábado eu ia ao escritório da CAL “bater perna”, rever Seu João e os colegas, e aproveitava para ajudar a turma, porque era dia de pagamento dos trabalhadores e, portanto, era uma manhã de muita luta uma vez que a Construtora tinha nessa época mais de 400 empregados. Em geral minha tarefa era preparar os envelopes (os pagamentos naquela época eram feitos em dinheiro vivo dentro de um envelope em nome de cada empregado). A bem da verdade, que fique claro, minhas idas ao escritório nos dias de sábado, não tinha outros interesses; Deus conhece meu coração e sabe dessa verdade.

No último sábado do mês, entretanto, Seu João me chama, me entrega um envelope e me surpreende dizendo:

– Toma seu salário, Wellington!

Procurei chão, fiquei sem reação e, simplesmente, o abracei forte, muito agradecido dizendo: mas Seu João, meu contrato de trabalho está suspenso! Quando ele completou:

– Todo mês pode vir pegar seu salário sem nenhuma alteração.

Como Deus é maravilhoso! Nunca abandona sua cria!

Segundo Episódio:

Em janeiro de 1973 fiz meu segundo vestibular para o curso de medicina, e mais uma vez sem êxito. Depois que entrei no curso médio comecei a pensar que poderia ser médico, e que isso seria uma ótima forma de poder no dia a dia ajudar ao próximo. Decepcionado e triste com o resultado negativo de mais um concurso vestibular (mas consciente de que não me preparei como deveria), comentei com Seu João (que era um patrão meio paizão) e ele me disse:

– Wellington, medicina é curso para rico que tem tempo exclusivo para estudar; você, filho de pai pobre, que precisa trabalhar o dia todo para se manter e ainda ajudar a família, tem que fazer é um curso noturno; um curso de economia, por exemplo, que é tão bonito e importante quanto medicina. Agora mesmo vai haver vestibular na Faculdade Tiradentes; vai fazer esse vestibular, rapaz.

A Faculdade Tiradentes estava entrando no mercado educacional de Sergipe como uma alternativa particular à formação universitária. Naquele ensejo iniciava a fase de recrutamento ao seu segundo vestibular para os cursos de Ciências Econômicas, Administração de Empresas e Ciências Contábeis.

– Como e com que dinheiro, Seu João, vou pagar uma faculdade particular, o indaguei de pronto. Na mesma medida ele retrucou surpreendentemente:

– Faça o vestibular, passe e deixe o resto comigo.

Resumo da história: em 18 de dezembro de 1976 coleí grau em Economia e ele honrou com a palavra pagando minha Faculdade até quando estive vinculado à empresa — setembro de 1974.

Terceiro Episódio:

No final de 1973 prestei concurso, nível médio, para o então Conselho de Desenvolvimento Econômico de Sergipe — que era o centro de excelência em planejamento do estado e sonho de tantos profissionais — e fui aprovado em primeiro lugar, sendo imediatamente convocado.

Uma curiosidade nesse concurso que chamou a atenção dos organizadores foi o fato de eu ter tirado nota máxima na prova de datilografia, ou seja, preparei o texto na íntegra, sem erros nem rasuras, e antes do tempo estabelecido — tido na época como um feito surpreendente.

Como tenho por formação a virtude da gratidão, procurei Seu João para lhe comunicar, dizendo inclusive que já estava sendo convocado. Seu João simplesmente falou:

– Se sua saída for por opção, para seu crescimento profissional, já que está fazendo um curso de Economia, só desejo que Deus lhe acompanhe e lhe proteja onde você estiver.

Mas foi enfático em dizer:

– Eu não acredito no serviço público — e continuou: mas, se sua saída for por questão financeira, a empresa cobre o que o CONDESE irá lhe pagar.

Depois de conversar com a família e de muito refletir, haja vista que naquela época eu já acalentava o sonho de um dia ser servidor público de carreira, mesmo assim, decidi continuar na CAL, renunciando a convocação do CONDESE, sob protesto da então coordenadora de recursos humanos do órgão estatal.

Esse era o cidadão João Alves, amigo e solidário de tantos, ao qual muito me orgulhava prezar de sua amizade e ter a sua proteção, viva e sincera, até quando Deus o levou, na madrugada de um sábado, 31 de outubro de 1998.

Foi assim, portanto, minha passagem como empregado da Construtora Alves, plena de conhecimento e emoção: concluí o curso ginásial e o científico; fiz minhas duas primeiras viagens interestaduais, de tantas que realizei na vida (sendo a primeira para Salvador, de ônibus, para levar ao Banco Nacional de Habitação uns projetos habitacionais elaborados por Dr. João e sua equipe; e a outra para Fortaleza, numa caminhoneta F-100 dirigida por Seu Arlindo, quando fui apenas colher assinatura em contrato de compra de imóvel do engenheiro agrônomo Queiroz, servidor da então Associação Nordestina de Crédito e Extensão Rural de Sergipe, que estava em capacitação naquela cidade e os prazos conspiravam contra as partes); servi ao glorioso exército brasileiro; ingressei no curso superior; terminei namoro antigo e vivi novas aventuras amorosas, conhecendo inclusive a mulher que veio a ser minha primeira esposa e mãe de minhas filhas, Amanda Patrícia e Carla Verônica; e, enfim, adquiri novas habilidades em preparação para a longa caminhada na estrada da vida.

Numa convivência tão duradoura como esta, de quase oito anos, envolvendo inclusive muita gente próxima, histórias, informações e fatos pitorescos, certamente, são colecionados. Então, por considerar passagens interessantes da vida, resolvo divulgar algumas, que trato como curiosidades e confidências da CAL:

1) Depois de algum tempo de criada a loteria esportiva, alguns colegas que trabalhavam no escritório da Construtora faziam semanalmente um bolão na esperança de se tornar milionários. Com o passar do tempo, Seu João, nosso chefe maior, também resolveu participar da brincadeira do bolão, na mesma proporção financeira de todos, só como forma de prestigiar a equipe.

Ainda não havia o sistema de volante e, para jogar, era preenchido um cartão com os palpites de resultado para cada um dos treze jogos. Esse cartão era entregue à loja lotérica que juntava um outro e perfurava os dois com uma máquina, entregando um ao apostador como comprovante. Nossa equipe preenchia esse cartão semanalmente com o palpite de todos para os jogos e entregava junto com o dinheiro a Seu Arlindo para efetuar o jogo.

Numa dessas semanas, talvez maldita, nosso colega Arlindo esqueceu de fazer o jogo, deixando o cartão com o dinheiro na gaveta de dona Delza, local onde sempre colocou antes de jogar e, infelizmente para nós, bateu os treze pontos exatamente nessa semana. Foi uma doideira, com muita discussão e tristeza no grupo; se pensou em responsabilizar o colega, mas ao final prevaleceu o bom senso e o conformismo da turma; deixamos de pegar uma boa bolada e Seu Arlindo ficou doente de contrariedade.

2) Ainda falando de loteria, houve um prêmio, acho que no decorrer de 1972, que teve tantos ganhadores que o valor pago a cada um foi muito baixo deixando-os frustrados. O anúncio do resultado da loteria era um dos momentos mais esperados na programação global do domingo à noite, quando poucos iam dormir ricos, ou mais ricos. Pois naquele domingo fatídico, um dos colaboradores da Construtora — um servente de pedreiro — viu seu jogo fechar os treze pontos e fez a maior

festa, ficou bêbado, jogou sua bicicleta para cima, dentro de casa, quebrando o telhado e a própria bike. Uma lástima quando conferiu o resultado final e descobriu que o prêmio era muito baixo e não pagava o prejuízo que ele deu causa! No dia seguinte o pobre colega procurou Seu João, contou sua história e pediu ajuda para poder consertar o estrago deixado — e Seu João, com seu espírito de solidariedade ímpar, chegou junto.

3) Como o futebol é um esporte que exige espírito de equipe, congrega paixões e se apresenta como uma das principais preferências masculinas de lazer, montamos um time de salão com o nome CAL para brincar e afastar o estresse do dia a dia, e que servia ao mesmo tempo como atividade física e hobby. Tomamos gosto após alguns jogos realizados, inclusive no município de Itaporanga d’Ajuda, a convite do colega e atleta Emanuel, e inscrevemos o time da CAL para participar dos torneios patrocinados pelos comerciários de Aracaju, através do Serviço Social do Comércio (Sesc). Foram dois anos de uma atividade paralela, de puro lazer, que enchia de alegria a todos os atletas. Não ganhamos nenhuma das edições, mas fomos ótimos competidores.

4) Dr. Geraldo foi o segundo engenheiro civil contratado pela CAL depois que ingressei na empresa. Era uma pessoa de fino trato, aparentemente tranquila, mas possuía um tique nervoso que caracteriza o estresse, a preocupação e ansiedade. Sempre que ele chegava ao escritório das visitas às obras, a presença desse tique ficava mais evidente. E nessas condições ele costumava tomar muito cafezinho — e sempre pedia ao colega Emanuel.

O colega Emanuel Sobral era um jovem educado, de família abastada, cujo pai (na época diretor-presidente do Banco do Estado de Sergipe) queria vê-lo logo cedo no mercado de trabalho enfrentando a realidade da vida e então pediu ao seu amigo João Alves uma colocação para ele em sua empresa.

Pois Emanuel, que era um rapaz brincalhão, mas estava ficando incomodado com a escolha do engenheiro, disse a mim e ao colega Ceciliano que ia preparar uma pegadinha para Dr. Geraldo nunca mais lhe pedir café, e explicou:

– Quando ele me pedir café novamente vou colocar na xícara mais pó do que água e muito pouco açúcar.

Mas, como diz a expressão popular, o tiro saiu pela culatra, isto porque quando o evento ocorreu novamente, Dr. Geraldo exclamou:

– Obrigado, Emanuel! Esse foi o melhor café que já tomei até hoje. Doravante, quero todos com essa dosagem!

5) Certa feita, acho que no final de 1968, Dr. João Alves Filho (que seu pai o tratava pelo apelido de Jaques) precisou ir até o Aeroporto de Aracaju levar uma encomenda para ser entregue ao BNH, e me chamou para lhe acompanhar. Na passagem pela av. Beira Mar, nas proximidades da atual ponte de acesso à Coroa do Meio, reduziu a velocidade da caminhoneta que dirigia e, apreciando a natureza, exclamou:

– Se um dia eu for uma autoridade da política farei uma ponte nesse trecho para facilitar o acesso da população às praias.

A região do outro lado do rio Poxim, chamada Coroa do Meio, interligada com Atalaia e Aruana era, até 1954, território do município de São Cristóvão, quando então o governador Arnaldo Rollemberg Garcez firmou acordo com o prefeito do município, Lourival Baptista, cedendo toda a região para Aracaju, por conta de um gerador elétrico para São Cristóvão.

Por ironia do destino, em 15 de março de 1975, ou seja, sete anos depois daquela observação, Dr. João assume o cargo

de Prefeito de Aracaju por indicação³² do então governador José Rollemberg Leite, e uma das obras executadas na sua gestão foi a construção da ponte sobre o rio Poxim, inaugurada em 1977 (ponte prefeito Godofredo Diniz), cujo propósito era transformar aquela região numa área de expansão habitacional e também encurtar a distância às praias.

6) Como o senhor João Alves era um homem galanteador conseguia desagradar algumas mulheres; moralistas de plantão; bem como alguns pais impetuosos, mais agressivos. E isso em algum momento causou transtornos e inquietações ao nosso “Don Juan” sergipano.

Seu João era um solteirão rico, de boa aparência, alto e de porte físico atlético, que circulava pelas ruas da cidade em carros luxuosos e modernos com sua marca registrada nas placas — o número 1717, sempre o mesmo para todos os carros que possuía — buscando, talvez, novas relações amorosas. Colecionou várias mulheres em sua vida, que lhe rendeu uma prole de treze filhos, todos registrados. Conheci diretamente e fui próximo de alguns deles, a exemplo dos três primeiros, João Alves Filho, Roberto Alves e Marlene Alves, filhos de dona Lourdes Gomes, mulher distinta, que tive o prazer de ter sua consideração e amizade; Cândida Alves, filha de minha particular amiga e conselheira, dona Delza Andrade, chefe geral do escritório da Construtora (fiz muita banca escolar com Cândida nos seus doze, treze anos de idade, como aluna do Colégio Jackson de Figueiredo); Jairo Alves, que se revelou um grande profissional das artes plásticas; Marcos, Murilo, Jane e Tereza.

32 A partir de 1966 até 1985, no período sob domínio do regime militar implantado no país em 1964, os prefeitos das capitais eram indicados pelos governadores dos estados — que também eram eleitos indiretamente.

Pois bem! Toda essa história é para relatar um fato muito interessante (e assustador) que Seu João me contou, ocorrido com ele no final da primeira metade dos anos 1960. Estava ele no seu passeio noturno regular, nas imediações da atual av. Osvaldo Aranha, no bairro Siqueira Campos, que na época não tinha pavimentação asfáltica e era uma região desabitada, quando se deparou com um veículo atolado no barro e seu condutor lutando solitariamente para sair. Seu João, com o espírito solidário que lhe era peculiar, parou para ajudar e, depois de algum tempo, conseguiu retirar o veículo do atoleiro.

Por essas coisas da vida, que não se tem explicação imediata, o condutor ajudado era um pistoleiro de aluguel (infelizmente, prática ainda comum no Brasil) que havia sido contratado por um pai que se achava desonrado para assassiná-lo. Isso foi dito pelo suposto criminoso após agradecer o apoio recebido e tê-lo reconhecido na foto. Conversaram sobre o assunto; se entenderam e Seu João deu-lhe uma recompensa financeira e se afastaram.

Passados alguns anos, após prisões por crimes e solturas, o marginal reaparece no escritório da CAL por algumas vezes pedindo ajuda financeira para sair de Sergipe —foi quando Seu João nos contou esse episódio.



Constructor João Alves (Foto: Correio de Sergipe)

O Serviço Militar Obrigatório

O Serviço Militar vigora no Brasil desde os tempos das capitânicas hereditárias, quando surgiu a necessidade de se organizar tropas para defesa da pátria contra inimigos estrangeiros e índios rebeldes. Sua obrigatoriedade foi inserida em todas as Constituições brasileiras desde a primeira, em 1824, e consagrada na lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, vigente a partir de 20 de janeiro de 1966.

Entendo ser uma honra e um privilégio servir ao seu país, sentimento do qual partilhei como conscrito no 28º Batalhão de Caçadores, em Aracaju, durante o período de 15 de maio de 1969 a 31 de março de 1970. Como a legislação estabelece que o Serviço Militar deva ser prestado pelos brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completarem dezenove anos de idade, eu deveria, então, ter servido em 1968. Ocorreu que meu pai, preocupado com a possibilidade de eu ter que me afastar do trabalho, que já me rendia uma boa remuneração e contribuía com substancial ajuda ao orçamento familiar, procurou um amigo que era oficial e médico do exército, Tenente Willames, para pedir sua intercessão na minha dispensa, alegando a condição de arrimo de família. Infelizmente, Dr. Willames conseguiu apenas adiar a minha incorporação para 1969 argumentando um fato anteriormente era motivo para dispensa: o nível de escolaridade médio. A questão foi que o então comandante da guarnição, Coronel Ítalo Diogo Tavares, declarou e decidiu que queria ter uma tropa elitizada em seu último ano de comando — já que ele deixaria o 28º BC em março de 1970. E assim aconteceu: o Batalhão ganhou recrutas de vários extratos sociais, a exemplo de pequenos empreendedores e muitos estudantes em preparação para o exame vestibular.

O serviço militar foi um grande choque de realidade para mim. Claro que a minha incorporação não foi por opção; já tinha passado minha época; eu já estava no mercado de trabalho há bastante tempo; já possuía muitas obrigações como cidadão. Mas, de qualquer forma, me senti muito honrado em servir à pátria e, ao final, considerei o quartel como uma verdadeira escola de civismo, cujos ensinamentos levei para o resto da minha vida.

No começo tudo era estranho na caserna, com seguidas instruções militares e de cidadania, com respeito à hierarquia e muita disciplina a todo momento, princípios que são a base das organizações militares. Tropas formadas; marchas e cantos o dia inteiro e também, às vezes, pela noite; atividades físicas variadas; serviços diversos. Enfim, assim era o exército para os recrutas em período de internato.

No dia seguinte à incorporação foram distribuídos kits de fardamento padrão (uniformes para atividades físicas, operacional e passeio completo), coturnos, sapatos, bonés e capacete, cinto, roupa de cama, toalhas, material usado no dia a dia; também os armários com cadeados próximos às camas nos alojamentos para guarda dos objetos pessoais. Lembro que o meu uniforme de passeio, conforme visto na foto, como de outros colegas também altos como eu, demorou quase um mês para chegar, devido as medidas fora de padrão.



Sd Wellington uniformizado de passeio completo
(Foto: Acervo do Autor)

Como soldados, cabos e sargentos não podem entrar no quartel, nem sair, sem que sejam uniformizados a passeio, nos foi concedido um salvo-conduto para transitar à paisana durante o período.



Uniformizado para operação
(Foto: Acervo do Autor)

Os primeiros meses para o recruta incorporado, em geral, são de muita adrenalina até a adaptação e transformação da rotina civil para a militar. São muitos ensinamentos e informações; muita história relatada; muitos valores são focados, como o respeito à pessoa humana, o patriotismo, a lealdade, a honestidade; muitos treinamentos e instruções são realizados até se chegar ao ponto ideal de uma ordem unida³³; e muitas orientações são passadas para ajudar na formação do militar. Lá é tudo no superlativo.

A composição da estrutura de organização do 28º BC naquela época dispunha de Comando Geral; Subcomando; Seções de Pessoal, de Inteligência, de Operações e de Logística, conhecidas por S1, S2, S3 e S4; Subunidades classificadas como Companhias: Primeira, Segunda, Comando e Serviços e Petrechos Pesados, a temida CPP, onde eu servi; e Furrielança, órgão encarregado pelas finanças, por questões relativas a pessoal, inclusive as folhas de pagamento, e pela manutenção geral do Batalhão. Havia também em cada companhia uma sargenteação, responsável pela elaboração das escalas de serviço do seu efetivo e das notificações dos militares infratores (as chamadas partes), além do controle do banco de horas trabalhadas por cada soldado.

Apesar dos transtornos pessoais sofridos no início por conta da incorporação, posso assegurar que na caserna fui um sujeito salvaguardado pela sorte (aliás, tenho sido em toda minha existência), por tudo que me aconteceu e, basicamente, por ter servido todo o tempo na sargenteação da minha companhia — o que me deu uma certa regalia em relação aos demais soldados. Não obstante esse aparente privilégio, fiz tudo (ou quase tudo) que os recrutas fizeram; participei de todas as instruções

33 Conjunto de movimentos sincronizados com vozes de comando e sons de cornetas para se saber a hora exata de execução.

e treinamentos realizados, inclusive no stand de tiro (sem a mesma periodicidade dos demais soldados devido aos afazeres burocráticos); estive em todas as marchas curtas e longas do Batalhão — duas das quais saindo do quartel até a praia de Atalaia; participei da temida manobra do povoado Feijão e da guerrilha simulada em São Cristóvão — enfrentando os mais variados obstáculos em meio a riachos, pântanos e densa mata; estive no pelotão de apresentação da ginástica balalaica por ocasião da inauguração do estádio estadual Lourival Baptista, em 9 de julho de 1969; e convivi da mesma apreensão e angústia durante o período de prontidão do Batalhão, no final de agosto e início de setembro de 1969, devido ao afastamento por problema de saúde do então presidente da República, General Artur da Costa e Silva — que, aliás, foi substituído na presidência de imediato e interinamente por uma junta militar composta pelos ministros Aurélio Lyra Tavares (Exército), Augusto Rademaker (Marinha) e Márcio de Souza Mello (Aeronáutica), e de forma definitiva pelo também General Emílio Garrastazu Médici, que assumiu em 30 de outubro daquele ano, eleito pelo Congresso Nacional, tornando-se o 28º presidente do Brasil. Reconheço ter sido apenas um soldado burocrata que quase não entrou nas escalas de serviço. Mas, ao final da incorporação, observei que minha qualificação militar teve a classificação QM 77/101, ou seja, infante combatente como todos os demais.



Soldado 852 em expediente na sargenteação
(Foto: Acervo do Autor)



Sd 852 Uniformizado para operação. (Foto: Acervo do Autor)

Histórias da Caserna

Uma pergunta que deve estar sendo feita pelo querido leitor é como foi o processo de seleção para escolha do auxiliar do sargenteante³⁴ da CPP.

Em meio às várias instruções diárias, a companhia foi convocada perto das nove horas para se formar em pelotão no pátio do quartel. No andar acima, o Sargento Antônio Vieira de Góis comandava mais uma ordem unida. Não me recordo o número exato de recrutas, mas acho que éramos quarenta na CPP. Após a ordem de comando “*descansar*”, Sgt Góis fez uma preleção de uns quinze minutos e, ao final, mandou erguer o braço aquele que soubesse datilografia. A grande maioria do pelotão levantou e o sargento ordenou “fora de forma, marche”, mandando que todos se apresentassem ao Sgt Souza. Até então ninguém sabia quem era esse tal sargento e o que ele fazia. Logo veio a tristeza e decepção quando o Sgt Souza começou a distribuir pás, enxadas, vassouras, carrinhos de mão, baldes e outros equipamentos destinados a limpeza geral do quartel — que era a área de competência do militar.

Após a saída dos tais “datilógrafos”, o Sgt Góis, lá de cima, indagou:

- E você aí, grandão, não sabe datilografia?
- Sei, sim, Senhor! — Respondi com firmeza.
- E por que não levantou o braço?
- Porque já tinha muitos “datilógrafos”, sargento!

A bem da verdade, não sei porque fiquei estático àquela pergunta, haja vista que naquela época eu era um exímio datilógrafo, modéstia à parte. Até então nada sabia sobre a estrutura do exército. Tudo era novidade.

34 É o sargento responsável pelo funcionamento da Sargenteação.

Sargento Góis, por fim, deu a ordem de comando “fora de forma, marche” ao restante do pelotão e mandou que me apresentasse na Sargenteação, onde passei por alguns testes e fiquei servindo na administração até o dia do meu desligamento.

Durante as instruções recebidas, aprendi perfeitamente como me comportar de forma correta nas fileiras da caserna e, claro, fora dela. Mantinha cabelo bem cortado, higiene em perfeita ordem, calçados e fivela do cinto sempre limpos e brilhando, uniformes bem apresentados, obediência e respeito à hierarquia e total dedicação e vigilância ao trabalho que desenvolvia. Enfim, mantinha-me todo tempo como um soldado exemplar, mesmo porque não me imaginava decepcionando minha família. Sempre tive medo das coisas erradas. Busquei como desiderato em minha vida manter bom comportamento por onde passasse e idoneidade moral em tudo que fizesse. E conquistei.

Mas não foi fácil manter essa reputação no âmbito do exército. A forma de ser e de agir do soldado 852 (era esse o meu número — e como éramos mais conhecidos na caserna) incomodava alguns recalcados. O pior é que um desses perturbados (vir a descobrir mais adiante) era um oficial R2³⁵, que chegou inclusive a comandar a minha companhia, e com o qual o relacionamento nunca teve estremeamento.

Esse oficial, entretanto, era tido como durão no quartel e estava sempre de mau humor. Não parecia ser uma pessoa feliz. Nenhum soldado do Batalhão lhe tinha apreço. Não sei a motivação, mas a partir de um certo momento sua aversão em relação a mim ficou evidente; me sentia perseguido por ele e tinha medo de ser acusado de alguma falsidade. Era muito difícil minha

35 São oficiais da reserva do exército formados pelos Centros (ou Núcleos) de Preparação de Oficiais da Reserva – CPOR/NPOR.

situação, sobretudo porque ele passou a comandar a CPP. Mas mantive firme minha fé em Deus que a verdade iria prevalecer.

Um certo dia ele foi fazer compras na loja A Moda e foi atendido por Maria José, a irmã número um (que era tida como uma das melhores vendedoras do magazine). Nas conversas com a vendedora ele se apresentou como oficial do exército e a mana logicamente falou que tinha um irmão servindo no 28º BC e lhe disse meu nome. Foram tantos elogios à minha pessoa que a deixou muito orgulhosa e feliz. Só que no quartel eu me sentia assediado. Ele falava que minha roupa estava malpassada, a fivela do cinto não tinha brilho, o boné mal posicionado, o cabelo precisava aparar — tudo ao contrário. Esse oficial, que prefiro omitir seu nome (mesmo porque soube que ele já morreu), chegou ao cúmulo de me chamar ao seu gabinete num final de tarde e me dizer:

– Soldado, prepare uma parte pra você!

“Parte” era o termo usado no exército para punição disciplinar de militar infrator.

Então, nervoso, irritado, mas sem perder o controle, lhe perguntei qual a base regulamentar e o tipo de punição (se advertência, repreensão, detenção, etc.). E ele respondeu com veemência e dentes cerrados:

– Faça uma parte, soldado, pra você!

Insisti na minha pergunta porque, como atuava na sargenteação, estava acostumado a fazer “partes” e ir buscar a base no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE). No que ele concluiu:

– Saia da minha sala imediatamente!

Por um instante fiquei sem ação, mas fui conversar com meu chefe imediato — o Sargenteante Antônio Góis. Este foi comigo até o Capitão Alcântara, que me conhecia um pouco por já ter

sido comandante da CPP e também sabia dos procedimentos do oficial e relatamos o ocorrido. O que aconteceu no final dessa história: o Boletim Interno³⁶ do final da tarde publicou uma punição de “Advertência” ao tal tenente por assédio moral a subalternos. Fiquei com um inimigo declarado no quartel, mas sem qualquer consequência até meu desligamento, graças a Deus.

O ser humano nunca deve vacilar na prática de princípios e valores e no cumprimento de regras estabelecidas. Esse é o tipo de caminho que não deve sofrer atalhos porque, como a vida é cheia de mistérios, nunca se sabe as consequências desses desvios. Falo isso para contar uma história que se passou comigo no carnaval de 1970, que poderia ter tido um final trágico em relação à minha reputação.

Regras são feitas para serem cumpridas. Existem algumas, entretanto, que não são de todo invioláveis; que seu descumprimento não traduz em prejuízos a outrem. Uma dessas é sobre o uso do uniforme de passeio. O soldado conscrito não pode sair à paisana — essa é a norma regulamentar do Exército. Mas, pelo menos na minha época, não era muito levado a sério. A regra era válida, sem dúvida, para ingressar no quartel.

Pois bem! Como não costumava sair fardado para atividades civis, particulares, não seria diferente ir dessa forma assistir aos desfiles das escolas de samba no carnaval de Aracaju³⁷ de 1970. Na noite de 08 de fevereiro daquele ano me concentrei na rua José do Prado Franco, em frente ao antigo Colégio Nossa Senhora

36 É onde o Comando publica todas as suas ordens e das autoridades superiores, e os fatos que devem ser de conhecimento de toda Unidade.

37 Naquela época Aracaju ainda tinha carnaval de rua com blocos e desfiles de escolas de samba com carros alegóricos e tudo mais. O desfile era na direção sul-norte pelas ruas Pacatuba, João Pessoa e José do Prado Franco, dispersando-se na região dos mercados.

de Lourdes³⁸, nas imediações do Mercado Antônio Franco, em companhia do soldado engajado Silveira, um exemplar praça que, por suas qualidades pessoais e profissionais servia ao Coronel Comandante Ítalo Diogo Tavares como seu ajudante de ordem, ou ordenança. Como eu, ele também estava à paisana. Não obstante o nosso hábito de andar dessa forma quando em atividades particulares, sabíamos que estávamos ferindo normas regulamentares; por isso fugimos do centro da festa (que era a praça Fausto Cardoso) e fomos ao final do percurso.

Infelizmente após a passagem de uma das últimas escolas, veio logo a seguir um jipe do Exército em ronda³⁹, cujo sargento que estava no comando nos reconheceu e nos abordou com veemente reprovação pelo fato de estarmos à paisana e nos deu ordem de prisão, fazendo-nos adentrar ao veículo. Fiquei deveras assustado com aquela situação, mas com uma grande esperança de que a prisão não iria se concretizar, exatamente porque o sargento da ronda era um amigo fora do quartel, que semanalmente visitava minha casa e tomava um café comigo (isto porque ele estava de “chamego” com uma vizinha, que era casada). Tanto eu como o Sd. Silveira argumentamos ao sargento de todas as formas, fizemos os mais variados juramentos, inclusive apelando para a nossa amizade — e o jipe seguindo em direção à caserna. Para piorar a minha situação, o oficial de dia⁴⁰ era o tal tenente que me elegeu como seu desafeto. Felizmente, chegando nas proximidades do quartel, já no “pé da ladeira” de acesso à entrada, o sargento mandou parar o veículo e ordenou nossa descida dizendo:

38 Era um colégio de freiras, em regime de internato, dirigido pelas Irmãs Sacramentinas, que por 50 anos (até 1974) educou boa parte da elite feminina de Sergipe.

39 O 28º BC de então costumava fazer rondas pela cidade, ajudando ao sistema de segurança pública.

40 A estrutura do quartel estabelecia plantões dia e noite para manter a segurança da Unidade, e os responsáveis pelo serviço de guarda eram um cabo e um sargento coordenados por um superior hierárquico denominado Oficial de Dia.

– Dessa vez vocês estão livres. Vão direto para casa porque se eu encontrar vocês de novo por aí não tem escapatória: irão dormir no xadrez.

Foi um grande alívio que senti após todo o episódio, apesar do sentimento de raiva que passei a nutrir pelo “falso amigo” sargento. Parecia que tinha acordado de um péssimo pesadelo. A partir de então, tudo que passava por minha cabeça era o que de ruim poderia decorrer daquele desastroso passeio, há apenas cinquenta e um dias do desligamento das fileiras do exército.

Outro grande aprendizado dessa história foi de que temos de ser cuidadosos na escolha dos amigos porque a amizade que você dá pode não ser a mesma recebida. A amizade sincera não é feita de interesses. Um amigo não submete o outro a vexames.

Terceiro Emprego de Carteira Assinada

Não sei se foi apenas coincidência em relação a mim, ou era uma prática normal entre as famílias de antigamente, mas me recordo que, desde a minha primeira ocupação formal até antes da conclusão do curso superior, os empregos que tive foram conseguidos por familiares, inclusive este que ora menciono, na Promoção do Homem do Campo de Sergipe (PRHOCASE), foi mais uma indicação da primogênita Maria José, que trabalhava na instituição — concluindo esse ciclo.

A vida costuma nos reservar surpresas. Umhas maiores e outras nem tanto, essas talvez porque em algum momento já deviam ter sido trabalhadas no nosso subconsciente — o que não acredito seja o meu caso. Sei por certo apenas que, de repente, me vi atuando numa instituição sem fins lucrativos, patrocinada pela Arquidiocese de Aracaju e sob a direção do Arcebispo Metropolitano, D. Luciano José Cabral Duarte. Uma obra cujo objetivo era proporcionar aos trabalhadores rurais da zona da Cotinguiba⁴¹ condições de desenvolvimento para uma realização plena como pessoas humanas. Um belo projeto com orientação cristã e espírito de justiça e paz social.

A essência desse trabalho estava na distribuição de terras agricultáveis (em lotes de até 33 tarefas sergipanas⁴²) a cada trabalhador rural, acompanhado de orientação técnica agrônômica fornecida inicialmente por profissional da própria entidade e depois, fruto de acordo de cooperação, pela empresa pública de assistência técnica do estado, para a produção de milho, feijão, mandioca e

41 Microrregião do leste sergipano, composta pelos municípios de Laranjeiras, Riachuelo, Santa Rosa de Lima, Divina Pastora, Maruim, Santo Amaro das Brotas, Rosário do Catete, General Maynard e Carmópolis.

42 Tarefa é uma medida agrária que corresponde a 55 metros de frente a fundos, ou 3.025 metros quadrados.

cana-de-açúcar; assistência médica e social às famílias; e educação para adultos. Para tornar esse sonho uma realidade, a PRHOCASE montou uma equipe de colaboradores, alguns gentilmente cedidos por órgãos e instituições do estado e outros do próprio quadro.

No bojo desse grande projeto veio também a criação de uma cooperativa agrícola que pudesse possibilitar o acesso dos beneficiários das terras a financiamentos bancários para plantio de suas lavouras e, principalmente, para cuidar da venda da produção decorrente, de forma a libertá-los da ação dos intermediários — e em junho de 1972 foi constituída a Cooperativa Agrícola Mista e de Colonização Esperança, que teve muita dificuldade para sair do papel e cumprir sua missão.

Fui contratado como auxiliar administrativo para apoiar toda equipe da instituição em suas tarefas diárias, mas, particularmente, atuando mais próximo da Secretária Executiva, senhorita Enrica Minnini, que era a peça chave da gestão da organização, depois do chefe maior, D. Luciano Duarte.

Apesar do pouco tempo que fiquei na entidade — entre 20 de setembro de 1974 e 02 de maio de 1975, cerca de sete meses e meio —, acredito ter sido bastante útil, pois trabalhei na organização de arquivos, na redação e datilografia de documentos oficiais, no apoio aos serviços auxiliares de contabilidade e finanças, participei de reuniões e treinamentos com toda equipe, fui ao campo em alguns momentos e viajei a Jaguaquara, no sudoeste da Bahia, como preposto da instituição para avaliar o estado de conservação de tratores e implementos agrícolas que estavam em processo de doação ao Projeto da Arquidiocese de Aracaju. Embora o resultado da viagem tenha sido positivo do ponto de vista do real objetivo, o seu retorno foi lamentável, haja vista a ocorrência de um indesejável acidente envolvendo o veículo que nos conduzia (uma Rural Willis), o qual me deixou inativo por quase trinta dias.

A grandeza do propósito da PRHOCASE e a beneficência de sua obra, contagiou a todos da pequena equipe de trabalho, que tiveram o privilégio dessa participação. Além de Enrica Mininni e Maria José, já citadas, a dedicada equipe contava também com a briosa atuação de profissionais da qualidade de Elpídio, Maria da Glória, Joaquim Maynard, Dr. Josafá, inicialmente, e depois Dr. Francisco Façanha, Auxiliadora, Valmira, Manoel Paixão (que mais adiante se tornou meu padrinho do 1º casamento), Benício, Oliveira e mais o meu irmão José Carlos (o penúltimo dos homens), entre outros.

A propósito desse irmão, devo dizer que o mesmo, em abril de 1975, no esplendor da sua juventude, em plena eferescência dos seus vinte e um anos de idade, sofreu um acidente vascular cerebral hemorrágico (popularmente conhecido como aneurisma ou derrame cerebral), que deixou sequelas incapacitantes e lhe rendeu uma aposentadoria precoce.

A doença intempestiva de José Carlos — que dormiu na noite anterior sem qualquer problema de saúde e amanheceu na quinta-feira, 24 de abril, com paralisia da fala e progressão para o estado de coma — mobilizou não somente a família, que nunca antes havia experimentado esse tipo de situação, mas toda a equipe da entidade patronal, que teve na pessoa de Dom Luciano Duarte uma liderança incontestavelmente providencial e digna de um enviado de Deus, com as imediatas iniciativas para a sua remoção a um dos mais bem aparelhados hospitais especializados do país naquela época — a Clínica Dr. Eiras, no Rio de Janeiro, do seu particular amigo Dr. Paulo Niemeyer, considerado o melhor neurocirurgião brasileiro de então, com quem falou por telefone e deixou tudo combinado para a chegada do paciente no sábado, dia 26. Enquanto isso, Carlinhos, como era conhecido no seio familiar, continuava internado no Hospital de Cirurgia, assistido clinicamente pelos médicos Hélio Araújo e Josafá, este do quadro de funcionários da PRHOCASE. Confirmado o diagnóstico e a

necessidade de remoção ao Rio de Janeiro, a decisão da família acerca do acompanhante recaiu sobre minha pessoa, o que me fez afastar-se do trabalho por cerca de trinta dias — tempo decorrido de tratamento e alta do mano — e com o beneplácito do patrão, Dom Luciano, que também nos deu substancial ajuda espiritual fazendo chegar até nós, no abrigo hospitalar, o Padre Ovídio Teixeira; um monge beneditino do qual não me recordo seu nome; freiras e um pastor evangélico, cobrindo-nos de bênçãos e orações; além do apoio integral da sua amiga, assistente social de nome Sílvia, na remoção até a casa de saúde Dr. Eiras.

Portanto, gostaria de registrar, mesmo postumamente, a minha mais profunda gratidão a esse grande ser humano chamado Luciano José Cabral Duarte, que deixou entre nós exemplos vastos de justiça social, solidariedade humana, integridade moral e amor à sua terra e à sua gente.

No meu retorno às atividades fui surpreendido com o convite da direção da entidade, por meio da economista italiana Enrica Mininni, para assumir a gerência da Cooperativa Esperança e fazê-la funcionar como alternativa de proteção dos agricultores das fazendas comunitárias, conforme foi idealizada em 1972. Para isso houve um amplo acordo de cooperação interinstitucional envolvendo a Igreja Católica, na pessoa do Arcebispo Metropolitano de Aracaju, Dom Luciano Duarte, o Governo do Estado, por meio da então Superintendência de Agricultura e Produção, a Central das Cooperativas de Sergipe e o Banco do Brasil, representado pelo inspetor da 4ª Região, Sr. Luiz Alves de Oliveira, que avalizou a decisão de ativar a Cooperativa e assegurou integral apoio financeiro aos seus cooperados.

Não imaginaria, portanto, que minha passagem pela PRHOCASE se tornaria o trampolim para uma atuação forte e duradoura no associativismo sergipano.



Equipe da PRHOCASE, COESP E ANCARSE, em treinamento, Salgado-SE, 1975

Em pé, da esquerda para direita: Oliveira, Glória, Wellington, Maria José,
Enrica, Manoel Paixão e o médico Francisco Façanha

Agachados: José Augusto, Evilásio, Iara e Valmira.

(Foto: Acervo do Autor)

Capítulo V

Minha Trajetória Profissional



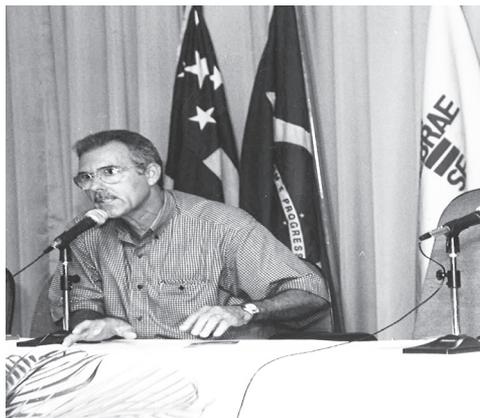
Não obstante ter vivenciado uma rica experiência de vida até os 27 anos de idade, com os mais variados aprendizados na escola do mundo, estudando de modo regular e trabalhando, tanto no mercado informal quanto formalmente, somente considereei como trajetória profissional minha atuação a partir da formação superior — e isso já se vão quase meio século de atividades ininterruptas, incansavelmente — muito embora reconheça que tudo o que fiz no tempo passado tenha contribuído de forma expressiva para minhas habilidades no presente.

Como pode ser visto com detalhes no decorrer do presente capítulo, sou formado desde 1976 em Ciências Econômicas pela Faculdade Tiradentes e pós-graduado pela Universidade Federal de Sergipe em 1980 no curso de Aperfeiçoamento em Economia. Como profissional fiz uma opção inicial pela especialização em Cooperativismo com participação em diversos cursos da área e com a acentuada atuação como gestor de cooperativas e como instrutor do segmento, em níveis local e nacional. Representei o estado de Sergipe junto à Secretaria Nacional de Cooperativismo (SENACOOOP) e à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); também fui Superintendente da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe (OCESE) e Coordenador de

Cooperativismo no âmbito da Secretaria de Estado da Agricultura. Nesse período, escrevi e publiquei o livro *Memorial Coopertreze - 20 Anos de História*, que retrata a realidade da Cooperativa do Treze nos seus primeiros vinte anos de existência.

Na linha de instrutor na área do cooperativismo, lembro-me de ter participado de um momento importante pelo desdobramento havido. Foi em 1983, quando recebi em minha residência um grupo de profissionais da saúde, capitaneado pelos amigos, o saudoso Dr. Ailton Pita Falcão e Dr. Fernando Barbosa, para falar sobre o cooperativismo, em especial o segmento de trabalho médico, esclarecendo pontos relevantes acerca do funcionamento de cooperativas, sua dinâmica e seus regimes contábil e jurídico. Graças a visão empreendedora desses qualificados profissionais, no ano seguinte nasceu a Unimed Sergipe, que hoje é um gigante no segmento de saúde suplementar no estado.

Ao me afastar do cooperativismo experimentei outras ricas experiências como dirigente de órgãos públicos e, em especial, como servidor público de carreira atuando nas áreas de planejamento e de finanças, de modo a levar à sociedade um serviço de qualidade.



Falando sobre cooperativismo em evento do SEBRAE/SE
(Foto: Acervo do autor)

Um Economista de Última Hora

Quando se é criança tudo que a gente quer é brincar, brincar e brincar. Necessidades como comer e dormir ficam sempre em segundo plano: só por coerção dos pais ou por completa exaustão. Nessa fase da vida ainda não se sonha com realismo, mas sim de forma abstrata, ou seja, sem qualquer precisão, sem nexos. Quase toda criança em fase mediana já se imaginou adulto como um policial com aquele brioso fardamento e fortemente armado para proteger a população do ímpeto dos maus; ou um motorista de caminhão ou ônibus transportando cargas pesadas ou muitas pessoas de um canto a outro, conhecendo novos horizontes e deslumbrantes paisagens; um bombeiro com toda força e coragem apagando incêndios destruidores; um médico com seu charmoso jaleco branco salvando vidas; ou mesmo um jogador de futebol fazendo grandes jogadas, marcando gols incríveis e a torcida ovacionando. Na adolescência, aí sim; os sonhos já são com um certo idealismo; já se mentaliza uma realidade desejada.

Comigo se passou algo parecido, mas somente a partir da conclusão do curso ginásial — lá pelos dezoito anos de idade, já na fase final da adolescência — é que comecei a pensar com mais determinação sobre o meu futuro. Ao ingressar no ensino médio em 1968 refleti sobre minha atuação como estudante e descobri que fui e continuava sendo um aluno regular, com raríssimas notas máximas e com algumas reprovações no currículo. A partir do curso ginásial meu tempo passou a ser dividido entre o trabalho durante o dia e a escola pela noite. Mesmo assim achei que poderia ser um profissional da medicina que pudesse cuidar de pessoas e ajudar a salvar vidas. Durante dois anos seguidos estudei muito, fiz cursinho, mas sem sucesso nos exames vestibulares a que me submeti.

A partir de uma conversa franca (e até certo ponto doída pela sinceridade) do meu patrão de então, Sr. João Alves — que era

para os empregados muito mais que o dono da empresa; pelo menos comigo, ele se posicionava como um verdadeiro amigo —, o qual me disse muito claramente para esquecer o sonho de ser médico e procurar viver a realidade de um garoto pobre, que precisa trabalhar para sobreviver e que também é imperioso fazer uma faculdade para buscar novos horizontes. Na longa conversa que tivemos, Seu João fez uma preleção sobre o curso de Economia e a importância do economista para o desenvolvimento do país. Mostrou a versatilidade desse profissional para atuar com a mesma desenvoltura em todos os segmentos da economia, como na indústria, na agricultura, em bancos, no setor público em geral; e até operar de modo particular, como consultor econômico. Finalizou a conversa instigando-me a fazer o vestibular da recém implantada Faculdades Integradas Tiradentes e assegurando o pagamento da mensalidade enquanto eu fosse colaborador da sua empresa.

Foi assim, portanto, que me tornei economista, após quatro anos de graduação na Faculdade. Asseguro que fui e continuo sendo muito feliz como profissional dessa ciência social chamada econômica, que estuda a produção, a distribuição e o consumo de bens e serviços e as diversas formas de comportamento humano resultantes da relação entre as necessidades e os recursos disponíveis. Essa ciência que explica como funcionam os sistemas econômicos e as relações dos seus agentes, e também propõe soluções para os problemas existentes, e cuja missão precípua é “contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país e assegurar o exercício legal e ético da profissão do economista”.

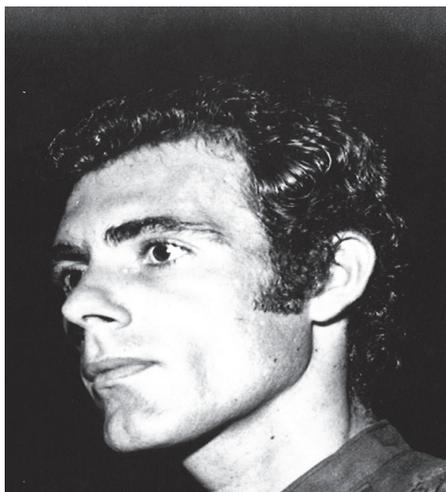
Durante minha trajetória profissional tive a oportunidade de aplicar, por onde passei, os vastos conhecimentos adquiridos no estudo das ciências econômicas, nas áreas de finanças, administração, organização e gestão pública e privada; auditoria de contas; assessoria e consultoria em geral; comércio exterior; elaboração de estudos de mercado e de viabilidade econômica de projetos e de

empreendimentos empresariais; perícia e arbitragem; políticas e orçamentos públicos; e planejamento estratégico.

Vivi momentos maravilhosos e inesquecíveis como estudante e também como profissional da economia. Guardo belas lembranças daquela época. Do corpo docente, por exemplo, tenho as melhores recordações de todos, em especial do saudoso mestre Nilton Pedro da Silva, de cuja matéria lecionada (Pesquisa Operacional) fui monitor sem que tivesse as melhores notas (ocorria que durante as provas o professor mexia com meu psicológico, ou me colocando numa cadeira totalmente afastado dos demais colegas, ou deixando-me para fazer a prova sozinho, em outro dia). Nilton Pedro era uma figura extraordinária como cidadão e como professor.

Em relação aos colegas de curso, era um grupo mesclado de mais de trinta jovens e alguns senhores de meia-idade, com forte senso de humor, inteligentes, talentosos e muitos já bem-sucedidos na vida, que precisavam apenas de uma formação universitária para melhor alavancar a carreira profissional. Grande parte desses colegas tornou-se companheiros de trabalho e alguns foram além disso: viraram amigos ao longo do tempo. Como são muitos os colegas que prezo e admiro — e sei que alguns já estão no plano superior — prefiro não nominar, mas dizer das boas lembranças que tenho de todos.

Como economista procurei estar sempre atualizado lendo livros, revistas e jornais especializados, conversando com outros colegas da economia; participando de debates locais, regionais e nacionais; e também de eventos científicos inerentes, como simpósios e congressos, que são espaços importantes para o crescimento profissional.



Momento da Colação de Grau em 18/12/1976
(Foto: Acervo do Autor)



XVI Congresso Brasileiro de Economistas.
Florianópolis 04 a 07 de outubro de 2005.

Em Congresso de Economia, com respeitáveis profissionais do estado. Da esquerda para a direita: Dilson Menezes, João Teles, Manoel Xavier, (?), Anselmo Oliveira, Wellington, (?), Nilton Pedro
(Foto: Acervo do Autor)

Participação no Conselho de Classe

Tive a alegria de contribuir com meus colegas de profissão ao atuar por alguns anos como conselheiro do Conselho Regional de Economia do meu estado, quando na oportunidade coordenei a Comissão Regional de Valorização Profissional e também muito me honrou ter sido seu presidente e ter podido dar minha parcela de colaboração à valorosa classe de economistas (com o trabalho de acompanhamento da atividade profissional junto às empresas particulares e instituições públicas, para evitar os desvios de função, já comuns àquela época, e na busca por um piso salarial para a classe); ao estado de Sergipe e ao Brasil.

O CORECON é uma autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira à qual compete, entre outras atribuições, auxiliar o Conselho Federal de Economia na disseminação da ciência econômica em todos os segmentos da sociedade brasileira; orientar e disciplinar o exercício da profissão de economista; organizar e manter o registro profissional do economista e fiscalizar sua atuação; expedir carteiras profissionais e impor penalidades legais previstas.

O período de minha atuação como membro do conselho de classe dos economistas sergipanos foi numa década em que o Brasil amargou seguidas crises econômicas marcadas por baixo Produto Interno Bruto⁴³ e por elevada inflação. Da segunda metade da década de 1980 até 1994, o brasileiro sofreu com a sucessão de medidas de impacto na economia e sem a obtenção de resultados práticos. A área econômica do Brasil viveu um verdadeiro pandemônio nos governos dos presidentes José Sarney e Fernando Collor. Entrava Ministro da Fazenda, saía Ministro da Fazenda, e nada de solução para os problemas do país; medidas as mais variadas eram

43 PIB é a soma de todos os bens e serviços finais de um país ou uma região num período determinado. É um dos principais indicadores para quantificar a atividade econômica.

tomadas, e sem os resultados esperados; planos de estabilização econômica eram sucessivamente implementados e a inflação insistia em continuar crescente, chegando em um dado momento a 1.783% no ano de 1989; preços, câmbio e salários foram congelados e descongelados na busca incessante de acerto; mudanças de moeda ocorreram em tentativa desesperadora das autoridades pela estabilização da economia; corte de três zeros na moeda visando a acomodação monetária, e até confisco de poupanças e de contas correntes ocorreu. O brasileiro teve que conviver com novos hábitos, como formar estoque de alimentos e fazer aplicações dos seus recursos no mercado financeiro na tentativa de manter o poder de compra de seu salário. Essa sucessão de medidas chegou ao fim com a instituição do Plano Real e a entrada em circulação da nova moeda oficial do país, no governo do presidente Itamar Franco⁴⁴, em 1º de julho de 1994, quando o cenário inflacionário estava assustador, em quase 5.000%.



Registro de um dos eventos realizados pelo CORECON
(Foto: Acervo do Autor)

44 Itamar Franco foi eleito como vice-presidente na chapa de Fernando Collor de Melo e assumiu o posto de presidente em 1992 após afastamento do titular devido a um processo de impeachment.

A Marca do Associativismo

A vida é mesmo uma caixinha de surpresas, por mais planejamento que se possa elaborar. Nem no auge da minha mais lúcida reflexão acerca do futuro profissional me imaginei atuando no setor primário da economia, como gerente de uma cooperativa agropecuária — e no interior do estado. Mas esse foi o resultado das tratativas envolvendo a Igreja Católica, o Governo de Sergipe e o Banco do Brasil para a revitalização da cooperativa criada pelos agricultores das fazendas comunitárias da PRHOCASE, distribuídas nos municípios de Santa Rosa de Lima, Divina Pastora, Maruim, Santo Amaro das Brotas e General Maynard.

Cooperativa Esperança

Tendo aceitado o convite que me foi formulado, participei de uma primeira reunião com os entes envolvidos nesse desafiador projeto, cujo entusiasta maior era o então inspetor da 4ª Região do Banco do Brasil, com sede em Aracaju, Sr. Luiz Alves de Oliveira que, com sua autoridade de “Salvador do Treze⁴⁵”, assegurou que o Banco daria integral apoio financeiro para a reestruturação da Cooperativa Agrícola Mista e de Colonização Esperança Ltda., através da injeção de recursos, tanto para o crédito rural aos seus cooperados individualmente, como para investimentos e capital de giro à sociedade, de forma a assegurar a regularidade da atividade produtiva e proteção ao fluxo de caixa tão necessário para a manutenção da fidelidade dos associados no momento da entrega da produção. Ademais, o Sr. Luiz Alves também se colocou, pessoalmente, à minha disposição para as orientações que se fizessem necessárias.

45 Nome resultante do excelente trabalho de saneamento financeiro e transformação realizado por Luiz Alves de Oliveira na Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze, no município de Lagarto, através da implantação de um projeto de desenvolvimento rural integrado com base na doutrina cooperativista.

Como não fui preparado antecipadamente para o cargo, restou-me abusar da boa vontade do mestre Luiz Alves e da generosidade de sua competente equipe do setor de crédito rural da agência central do Banco do Brasil, em Aracaju, e, paralelamente, fiz muita leitura sobre o cooperativismo, além de participar de alguns treinamentos, locais e fora do estado, oferecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pela Superintendência de Agricultura e Produção de Sergipe (SUDAP), então órgão operacional da Secretaria de Estado da Agricultura e pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Mas, afinal, esse negócio que me deram para administrar nada mais é do que uma empresa privada com a diferença apenas de não visar lucros diretamente, como no sistema capitalista. É uma associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade de todos e democraticamente gerida. Ao final de cada exercício fiscal as sobras resultantes são distribuídas entre os associados, sejam elas positivas ou negativas.

Pois bem! O trabalho de reestruturação da Cooperativa Esperança foi profundo e bastante complexo passando por um processo de conscientização do quadro de associados e seus familiares e pela participação decisiva de técnicos da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Sergipe (ANCARSE), então órgão de assistência técnica e extensão rural do estado, uma vez que se fazia necessário mexer na estrutura de produção predominante da região dominada há séculos pela cana-de-açúcar e por culturas de subsistência como o milho, o feijão e a mandioca.

As mudanças processadas nessa nova fase da Cooperativa foram altamente significativas e envolveram grandes conquistas e a realização de diversas ações. Primeiro tivemos que preparar a estrutura física para acomodar a nova equipe de trabalho, composta tam-

bém por extensionistas da ANCARSE, das áreas agrícola e social, que passaram a compor o quadro único na própria Cooperativa. Para isso, tratamos de regularizar a documentação do imóvel adquirido no município de Maruim para instalação de sua sede e processar uma reforma geral do prédio, adquirindo inclusive todo o mobiliário necessário a acomodação dos colaboradores. Na área da produção foi feita uma pequena revolução na época com a modernização agrícola, sobretudo da cultura da cana-de-açúcar, que era o carro chefe da organização, e principal item de todos os produtores associados. *Pari passu*, procuramos diversificar o modelo de produção secularmente usado introduzindo a cultura do maracujá (testada com sucesso na Colônia Treze, em Lagarto, por associados da COOPERTREZE) como alternativa de mercado e melhoria de renda dos agricultores. Essa base técnica nova estava vinculada a uma produção apoiada no uso intensivo de insumos modernos como máquinas e equipamentos, fertilizantes, defensivos químicos e corretivos de solo voltados à melhoria da produtividade agrícola.

A COESP (foi assim que passou a ser conhecida a Cooperativa após essa nova fase) montou, com o integral apoio do Banco do Brasil, sua estrutura mecanizada capaz de atender as necessidades de seus associados, adquirindo tratores e carregadeira de cana com seus respectivos implementos, um caminhão especialmente para o transporte da cana até as usinas, uma caminhoneta e um fusca para apoio a administração e ao trabalho de campo, além de grande quantitativo de fertilizantes e agroquímicos para distribuição entre seus sócios. Foi adquirido também uma área de terra no município de Santo Amaro das Brotas para atender demandas de novos associados.

Como resultante desse trabalho de pouco mais de três anos, logo veio o reconhecimento público por parte do Governo do Estado, dos prefeitos da área de atuação da Cooperativa, da população sergipana e do sistema estadual de cooperativismo

da importância da COESP para seus associados e para a economia sergipana.

A performance da Cooperativa foi fruto da conjunção de esforços de uma equipe pequena de colaboradores, porém bastante coesa, competente, dedicada e comprometida com a melhoria da qualidade de vida dos agricultores. Reverencio a vocês, onde quer que estiverem, o meu reconhecimento e todas as merecidas homenagens: Haélío Dantas, Edivaldo, Elze, Acácia, Tadeu Mota, Paixão, Flávio e o brioso time da empresa de extensão, Evilásio Vieira, José Augusto, Erivaldo, Cleodice e Etevaldes. Destaco também o incansável trabalho de todos os agricultores eleitos para dirigir a Cooperativa, aos quais rendo minhas homenagens nas pessoas de João Martins, José dos Santos e José Vieira, dentre tantos outros abnegados, além de Joaquim Maynard, da Promoção do Homem do Campo de Sergipe e grande colaborador da Cooperativa. Inegavelmente, o resultado favorável repercutiu de forma positiva sobre minha carreira profissional como gestor, e novos horizontes descortinaram-se.

Devo registrar que no município de Maruim atuei também como professor da matéria “Contabilidade de Custos” no curso médio da instituição Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC).

Central das Cooperativas de Sergipe

Segundo a legislação⁴⁶ que regula a atuação das Sociedades Cooperativas, estas são classificadas, conforme a dimensão e os objetivos, em cooperativa singular ou de primeiro grau, que é constituída de, no mínimo, vinte pessoas físicas; central de cooperativas ou segundo grau, composta por, pelo menos, três cooperativas singulares; e confederação de cooperativas ou o chamado terceiro grau, formada por um mínimo de três centrais.

Até a primeira metade dos anos de 1980, o estado de Sergipe possuía vinte e oito cooperativas de primeiro grau e uma Central que congregava oito singulares e tinha como propósito vender alguns itens da produção cooperada e fornecer insumos agrícolas em melhores condições de mercado, contribuindo para o bem-estar dos filiados. Para isso, a Central firmava com bancos e organismos públicos do estado e da união, contratos de crédito, acordos e convênios com os mais diversos objetivos, sobretudo aqueles voltados à comercialização e ao fornecimento de matérias primas às cooperativas.

Devido ao surgimento de algumas dificuldades na administração da Central das Cooperativas de Sergipe, agravadas pela ausência de recursos financeiros suficientes para honrar suas obrigações com terceiros e com o poder público, situação que estava refletindo negativamente nas cooperativas filiadas, a direção decidiu demitir o gestor e me convidar para assumir a coordenação geral da entidade — que aceitei como mais um grande desafio profissional.

Foram quatorze meses de muito sacrifício mantendo a estrutura comercial em funcionamento pleno e tentando, ao mesmo tempo, desenvolver uma rotina produtiva e eficiente na administração, de forma a prestar contas de acordos de cooperação e convênios junto

46 Lei nº 5.764, de 16/12/1971, definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das Cooperativas.

ao Governo do Estado e a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste; atualizar a escrituração contábil para atender as exigências legais; ajustar as finanças através da recuperação de haveres da entidade, existentes em mãos de compradores espalhados por esse Brasil; e, numa constante, mantendo em dia o pagamento dos colaboradores e negociando com credores visando o restabelecimento do equilíbrio financeiro e a conseqüente recuperação da estrutura econômica, fiscal, financeira e administrativa da organização. A realização desse trabalho foi possível graças a dedicação dos servidores remanescentes da Central e a compreensão e apoio da SUDAP, através do seu superintendente, Etélio de Carvalho Prado, e dos profissionais que compunham o setor de cooperativismo do órgão, em especial Danilo Plácido, José Lavres e João Amaral, este do planejamento agrícola, que, mais tarde, se tornaram meus colegas de trabalho e amigos.

A propósito dos colaboradores da Central das Cooperativas, quero registrar o meu mais profundo respeito e admiração a todos aqueles abnegados que estiveram ao meu lado dando o seu melhor no sentido de, não somente recuperar a entidade, mas, principalmente, de mantê-la competitiva no mercado. Posso esquecer de citar algum nome — pelo que antecipo minhas desculpas — mas não me permito deixar de dizer que vocês, José Reis de Menezes (que, aliás, junto com sua esposa dona Josefa, tornaram-se meus compadre e comadre ao me entregarem seu filho Thiago para levar ao batismo cristão em 1984), Hugo Roberto Lessa Teixeira, Laércio Ferreira Batista, Humberto, Araci Paixão, Maria Rute, Josemir, Gilson Pereira e Elcarlos Mendonça Cruz (meu colega economista e contemporâneo da faculdade) foram profissionais competentes, responsáveis, dedicados e leais, a mim, ao Sr. José Xavier de Menezes, um valoroso trabalhador rural, representante da Cooperativa de Simão Dias, que na época era o presidente executivo e do Conselho de Administração da Central, e à entidade empregadora.

O Desafio da COOPERTREZE e a Felicidade de ser Servidor Público

O cooperativismo não é apenas um processo associativo onde homens e mulheres livres unem suas forças de produção e suas capacidades de consumo para o bem comum. Pela característica de agregar compromisso social ao objetivo final, inerente à sociedade cooperativa, o movimento pode ser considerado um modelo econômico capaz de desenvolver toda uma região com equilíbrio e justiça. Mas, por se tratar de uma iniciativa cuja participação do associado é decisiva para seu sucesso ou fracasso, esse modelo se torna mais susceptível a crises cíclicas, em especial no segmento agropecuário que depende, inclusive, de fatores relacionados à questão hídrica decorrentes, tanto do excesso de precipitações como de estiagens prolongadas, estas frequentemente enfrentadas pelos agricultores de Sergipe e do nordeste do Brasil.

A Cooperativa Mista dos Agricultores do Treze surgiu como resultado de uma calamidade pública devido a distendida tempestade com fortes chuvas e ventos que se abateu na região denominada Colônia Treze, no município de Lagarto, no inverno de 1962, a qual afetou dezenas de trabalhadores rurais destruindo suas casas e lavouras.

A partir da sua implantação, em setembro de 1962, a Cooperativa começou a experimentar momentos de crescimento: vieram a reconstrução das casas destruídas; a implantação de um armazém de consumo, tipo mercearia, e de um chafariz centralizado para atender as necessidades imediatas dos associados; e a aquisição de novas áreas de terra para o quadro social, em plena expansão. Mas, eis que surgem novas dificuldades no âmbito da Cooperativa por conta de uma safra completa quase que totalmente frustrada e da ausência de recursos financeiros para honrar seus compromissos. Passada essa fase, mais uma vez a

Cooperativa é recuperada e, entre 1965 e 1974, vive um ciclo de expansão e crescimento tornando-se a melhor e mais organizada cooperativa do Nordeste do Brasil⁴⁷. Essa performance contribuiu para o surgimento das demais cooperativas agropecuárias do estado de Sergipe, a exemplo das unidades de Propriá, Neópolis, Japarutuba, Maruim, Nossa Senhora da Glória, Itabaiana, Simão Dias e Estância.

Esse período de progresso que a COOPERTREZE vivenciou a transformou numa das maiores empresas do setor agrícola de Sergipe, com foco na produção e comercialização de fumo e de laranja e também de produtos não agrícolas, buscando diversificar suas atividades primárias, inclusive tornando-se a maior produtora estadual de maracujá do estado.

Com a posse de novos administradores eleitos pela Assembleia Geral e a nomeação de uma equipe nova de gerentes e assessores, esse processo de crescimento tomou outra dimensão e ocorreu em todos os ambientes da Cooperativa, e de forma desordenada, forçando uma completa reestruturação da entidade. Houve um incremento exorbitante no número de associados como também no de colaboradores. Suas receitas tiveram um crescimento exuberante, mas suas despesas também cresceram em maior dimensão. Grandes reformas físicas e estruturais foram realizadas em toda Cooperativa; novos projetos foram implementados, muitos de cunho social com a implantação de um posto de saúde com atendimento médico e odontológico diário a associados e familiares e de unidade escolar para seus filhos menores, sem retorno econômico e financeiro à sociedade. Alguns outros investimentos improdutivos foram feitos, a exemplo da aquisição de um equipamento de computação (uma máquina cara e enorme, que ocupava toda a parede lateral de uma sala de cerca de 10 metros de comprimento), simplesmente para fazer alguns registros de operações comerciais e a contabilidade da Cooperativa.

47 O Salvador do Treze, de Luiz Hermínio de Aguiar Oliveira.

A gestão profissional que imprimiu essa extraordinária mudança infelizmente não foi suficientemente preparada para evitar que as atividades fugissem do controle gerencial e a Cooperativa pudesse mergulhar, a partir de 1978, em um novo ciclo de crise, com excessivo volume de produção em estoque e dificuldades enormes de colocação nos mercados; com resultados negativos de milhões de cruzeiros se acumulando em seus balanços provocando o endividamento cada vez maior de seus proprietários; inadimplência com fornecedores e associados; e com o agravante da suspeita de atos de corrupção na gestão. Tudo isso gerou enorme pressão sobre o governo do estado, haja vista se tratar de uma grande Cooperativa, com mais de dois mil pequenos agricultores como associados, importante geradora de emprego e renda na região, uma das maiores recolhedoras de impostos do setor primário estadual naquela época e sediada num município como Lagarto, tradicionalmente forte e influente na política estadual.

Na busca por uma solução que pudesse debelar a crise que estava cada vez mais intensa e preocupante, o então governador Augusto Franco, junto com o seu secretário de Agricultura, Luiz Ferreira dos Santos, acordaram com a diretoria da Cooperativa a destituição imediata da administração gerencial e a substituição por profissionais da confiança do governo, com plenos poderes do Conselho de Administração para poderem administrar com competência e seriedade e tentar salvar o empreendimento.

Durante o segundo semestre de 1979 o governo ensaiou algumas providências nesse sentido, indicando profissionais de reconhecida capacidade técnica e moral ilibada, por duas ocasiões, mas os nomes indicados não conseguiram emplacar os resultados almejados por todos. Na primeira tentativa, após três meses de trabalho, os profissionais desistiram da empreitada alegando falta de condições técnicas e materiais. A segunda indicação foi ainda mais efêmera: com cerca de sessenta dias apenas de atuação ocorreram sérios conflitos entre a pessoa do gerente e alguns associa-

dos mais exaltados, inclusive com ameaças de violência de ambos os lados criando um ambiente de insegurança pessoal.

Enquanto isso, os problemas continuavam se agravando no âmbito da Cooperativa, que estava sem norte gerencial, sem dinheiro para assegurar a integralidade da produção dos sócios, com o nome estampado em manchetes policiais de jornais, com parte dos seus associados se afastando e negociando suas safras com intermediários e, ainda por cima, com a classe política do município sem qualquer atuação proativa.

No início de dezembro de 1979, no auge dessa confusão, fui surpreendido e honrado com uma consulta do Secretário da Agricultura, Luiz Ferreira, se poderia indicar meu nome ao senhor governador do estado como alternativa para gerenciar a Cooperativa do Treze. Disse-me o secretário naquela oportunidade, durante audiência:

- Temos acompanhado sua trajetória profissional desde a Cooperativa de Maruim, onde fez um grande trabalho. Também atualmente, como gestor da Central das Cooperativas, vem demonstrando competência e firmeza no enfrentamento dos problemas e desafios do dia a dia.
- Você está acompanhando a dramática conjuntura da Coopertreze, cujos reflexos negativos estão recaindo diretamente na Central, por ser ela sua maior filiada. Precisamos urgente de uma liderança firme, capaz de dar um basta nessa situação. E você me parece possuir essas características.
- Então, posso contar com sua aquiescência?

Depois disso me apresentou uma proposta.

Fiquei deveras comovido e emocionado com a lembrança do meu nome. Ser convidado para assumir a gerência da Cooperativa do Treze naquela época era um verdadeiro reconhecimento profes-

sional, um enorme privilégio. E foi assim que me senti: plenamente lisonjeado e tomado por uma dose de surpresa, apesar de saber, desde cedo, que tudo que se fez ontem e se faz hoje tem reflexo no amanhã, com consequência líquida e certa, seja boa ou ruim. Essa é a implacável lei da vida garantindo que tudo que vai, volta, e nos permitindo refletir sobre o comportamento que devemos adotar no nosso dia a dia. Não foi por acaso que sempre pautei minha vida buscando a excelência em todos os aspectos do cotidiano, com atenção voltada para os mínimos detalhes. Sempre entendi a maravilhosa importância do detalhe para a vida porque sempre vi que **Deus está nos detalhes**, como disse um dos principais nomes da arquitetura mundial do século XX, o alemão naturalizado americano Ludwig Mies van der Rohe.

Portanto, após consultar, e receber, o aval da família (já era casado e pai de duas meninas, uma das quais com apenas seis meses de nascida) dei minha palavra ao secretário com algumas condições e, dias depois, fui chamado ao seu gabinete, quando foi confirmada a indicação e autorizada minha contratação, inicialmente como empregado da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Sergipe (EMATER/SE, que sucedeu a ANCARSE) e depois fui distribuído para o quadro de servidores da SUDAP, por força de decreto governamental.

Essa decisão, na verdade, mexeu completamente com a minha vida, porque:

Primeiro: passei a ser servidor público estadual com estabilidade funcional assegurada e garantia de ascensão na carreira — objetivo que sempre fez parte dos meus sonhos, mas há pouco menos de dez anos havia renunciado essa condição ao declinar convocação do então CONDESE, como resultado de uma aprovação em primeiro lugar em concurso público daquele órgão. Naquela oportunidade ainda não me achava preparado para exercer as funções plenas de servir ao público;

Segundo: estava assumindo a gerência geral da maior Cooperativa do estado (quicá a maior do nordeste do país) e num dos piores momentos de sua história, mergulhada em séria crise econômica, financeira, social e moral;

Terceiro: teria que deixar meu domicílio na capital, com família constituída e instalada em imóvel próprio, para me estabelecer no interior do estado onde certamente as dificuldades nas áreas da saúde e educação tendem a ser maiores, mesmo essa cidade sendo uma das maiores do estado.

Mas como a vida é um processo contínuo num ambiente evolutivo, em 02 de janeiro de 1980 — uma quarta-feira — fui apresentado à Cooperativa durante reunião do Conselho de Administração, composto naquela ocasião pelos senhores Raul Pereira, Presidente, Euzébio Bispo de Lisboa, Vice-Presidente, José Batista dos Santos, Secretário, e os Conselheiros, José Ângelo Correia, José Euzébio de Santana, José Firmino de Araújo, José Monteiro de Farias Filho e Valdemar Moura da Paixão, além do Gerente Financeiro, Sr. João Batista Sobrinho. Também estavam presentes o Sr. Luiz Ferreira dos Santos, Secretário da Agricultura, acompanhado por membros da área de cooperativismo de sua Secretaria e dirigentes e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que era o órgão executivo federal responsável pela autorização de funcionamento, fiscalização e controle das cooperativas brasileiras. Após os devidos pronunciamentos por parte do Secretário (que assegurou todo apoio do estado para a pronta recuperação da Cooperativa) e do Presidente da Cooperativa, tomei posse como Gerente Geral prometendo dar o melhor de mim para ajudar a Coopertreze a sair da difícil situação em que se encontrava. Pedi apenas a compreensão, paciência e colaboração de todos.

Os primeiros dias de gestão foram de muitas reuniões e intensos contatos, em especial com a diretoria e conselheiros fiscais; bem assim com gerentes e assessores; com a equipe de extensão do escritório local da EMATER/SE, e com os quase trezentos funcio-

nários da empresa. Seguidas leituras de relatórios circunstanciados das áreas contábil, administrativa, financeira, comercial, social e de saúde; visitas a todos os setores e ao campo, para poder conhecer a realidade e grandiosidade do empreendimento que estava começando a gerir e o tamanho do problema que teria para solucionar.

A Cooperativa tinha como vantagem o fato de ser muito bem estruturada do ponto de vista de organização e de ter uma equipe de colaboradores bastante comprometida com a instituição.

A COOPERTREZE dispunha naquela ocasião de quase seis mil hectares de terra distribuídas entre seus associados aguardando titulação, além de algumas unidades produtivas, comerciais e de serviços, como supermercado, posto de gasolina, restaurante/churrascaria, lojas de revenda de insumos, farmácia, beneficiadora de laranja, fábrica de beneficiamento de fumo, fábrica de rações para aves, bovinos e suínos e uma rede de entrepostos de comercialização de sua produção de fumo picotado nas cidades de Fortaleza, no Ceará; Parnaíba e Campo Maior, no Piauí; e Codó, Pedreiras e São Luiz, no Maranhão. Tinha também um box na Central de Abastecimento de Recife, em Pernambuco, para comercialização de parte de sua vasta produção de laranja e de mamão.

Uma das primeiras providências tomadas como gerente foi a contratação do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa de Sergipe (CEAG/SE) para realizar um diagnóstico empresarial que pudesse identificar a real situação da Cooperativa em seus aspectos econômico, financeiro e comercial, especialmente, e também ajudar na elaboração de um planejamento de médio prazo.

Já se sabia que as atividades da Cooperativa estavam produzindo resultados negativos, tanto que seus balanços dos anos 1978 e 1979 acumulavam grandes perdas, que deixaram os cooperados insatisfeitos, uma vez que não vinham sequer tendo uma boa prestação de serviço que pudesse compensar. Precisava-se então identificar essas atividades específicas e estabelecer um sistema de custos individual para auxiliar na tomada de decisão.

A partir do resultado do trabalho elaborado pelos consultores Ailton Barros e Romualdo Batista, do CEAG/SE, foram identificadas as unidades que estavam operando com prejuízos, sendo a principal aquela que envolvia a cadeia produtiva do fumo. E isso motivou a primeira tomada de decisões que causaram grande impacto na estrutura da Cooperativa:

Aumentar o preço final do produto beneficiado⁴⁸ vendido nos entrepostos que a Cooperativa mantinha no Nordeste.

Essa medida não foi bem recebida pelos gerentes dos entrepostos, os quais tiveram que vir até a sede da Cooperativa para serem convencidos de que a decisão era irreversível. Quem não conseguiu se adequar teve que sair do time. O que não se admitia era continuar vendendo o produto com preço abaixo do valor de custo, como vinha ocorrendo. Felizmente o mercado aceitou a alteração com naturalidade e isso ajudou a melhorar a liquidez da Cooperativa em curto prazo.

Transferência da unidade de beneficiamento de fumo que funcionava na sede do município para a Colônia Treze, próximo à sede da Cooperativa e anexo aos armazéns do produto.

Arrendamento do restaurante/churrascaria que a Cooperativa mantinha em funcionamento, mesmo provocando prejuízos consideráveis.

No plano estratégico de médio prazo da gestão foi estabelecido como prioridade a execução do projeto de regularização fundiária objetivando a titulação definitiva da terra aos seus verdadeiros proprietários.

Em 1980 os armazéns da Cooperativa estavam abarrotados de fumo em corda, com milhares de toneladas encalhadas devido à

48 A Cooperativa beneficiava o fumo em corda através do processo de desfiamento e picotamento e embalava em saquinhos de 30 gramas para o mercado com as marcas CAIPORA, COOPERTREZE e UIRAPURU, de acordo com a qualidade do produto, nessa ordem de importância.

boa safra obtida no ano anterior e aos baixos preços que vinham sendo praticados no mercado da região, sobretudo pelos intermediários. Quando isso ocorria raramente havia desvio e a Cooperativa costumava receber a produção integral dos cooperados.

O município de Lagarto possuía negociantes de fumo que tinham por hábito comprar parte da produção da Cooperativa, com o preço em baixa, sem desembolso imediato de recursos, para beneficiar o produto e concorrer com ela no mercado do Nordeste, tudo devidamente combinado com membros da diretoria executiva e aceitação da administração. Em geral faziam transações verbais, ou por contratos de gaveta, somente vindo a oficializar o negócio comercial caso houvesse reação positiva do produto no mercado. Essa era, talvez, a maior sangria da Cooperativa, que foi estancada à custa de muita persistência e determinação, e que me rendeu bastante contrariedade.

Para exemplificar essa prática danosa, que estava se tornando uma realidade na vida da Cooperativa, ocorreu que, com as medidas adotadas na nova gestão, as quais resultaram uma melhoria imediata no mercado do fumo, um desses intermediários, que era de família influente no meio empresarial e político do município, procurou o gerente comercial da Cooperativa para programar a retirada do fumo pretensamente comprado no ano anterior. Devido as novas determinações, o assunto extrapolava a área gerencial e chegou à minha instância de poder quando então solicitei ao alegado comprador que apresentasse a nota fiscal com a comprovação de pagamento e podia levar todo o quantitativo do fumo. Como não existiam tais documentos, esse assunto rendeu muita discussão, gerou alguns problemas na administração, e pessoais, até ameaça física num primeiro instante, como intimidação, e na sequência tentativa de meu afastamento da Cooperativa.

No auge desse episódio, o governador Augusto Franco foi instado por um dos representantes políticos do município e, num

gesto digno de uma verdadeira liderança que foi e soube exercer ao longo de sua trajetória, me chamou até seu gabinete, na presença do Secretário Luiz Ferreira, para saber o que realmente estava acontecendo (qualidade rareada na classe política atual) e passei-lhe a verdade dos fatos quando ele, com aquele timbre característico de uma voz anasalada, me disse.

– Continue seu trabalho e deixe que cuida dos políticos!

Em 31 de março de 1981 uma nova diretoria eleita pela Assembleia Geral assume os destinos da Cooperativa para um mandato de três anos, e é composta pelos senhores José Damião Monteiro de Farias, presidente, José Agostinho dos Santos, Vice-Presidente, José do Carmo de Jesus, Secretário, e os Conselheiros Antônio Salustiano dos Santos, Francisco Juvêncio Bispo, Gonçalo Valentin da Cruz, José Batista Filho e Pedro Patrício dos Santos.

Com a Cooperativa praticamente saneada e os serviços complementares de saúde e educação voltando à sua normalidade, elegi o projeto de regularização fundiária como sendo a prioridade seguinte da gestão e para isso contei com o integral apoio dessa nova diretoria.

Um dos objetivos da Cooperativa ao ser criada foi utilizar o segmento colonização como atividade básica. Foram adquiridos inicialmente mais de 2 mil hectares de terra, dividida em lotes de, no máximo, 3 hectares (ou 10 tarefas sergipanas), distribuídos por venda entre seus associados. Novas áreas foram adquiridas e igualmente loteadas e vendidas aos agricultores que estavam ingressando no quadro de associados da Cooperativa na busca de melhor qualidade de vida.

Passados quase dez anos, os cooperados que compraram os lotes, plantaram, produziram e cresceram econômica e socialmente, estavam ansiosos para receber suas escrituras e cobravam providências dos dirigentes da Cooperativa.

Como havia planejado, desarquivei um projeto de regularização fundiária, que foi elaborado na gestão que me antecedeu e cuja aprovação foi negada por mais de uma vez pelo órgão competente sob a alegação de que o tamanho dos lotes estava abaixo do módulo rural⁴⁹ da região, e assim a propriedade tornava inviável para uma família poder sobreviver. Providenciei a atualização do projeto com novos dados socioeconômicos, municei de informações e documentos fornecidos por várias entidades, dentre as quais o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município e a federação da classe, comprovando a viabilidade econômica dos lotes, apesar do pequeno tamanho, e, depois de muitas idas e vindas ao INCRA, em Brasília, para levar novos subsídios solicitados pela instituição e, claro, também fazer um lobby com a direção do órgão federal, demonstrando nosso interesse pela questão e a sua importância para os associados e até para a economia do município, o empreendimento finalmente recebeu um certificado de aprovação, em caráter excepcional, decisão essa que foi bastante comemorada por todos os que compunham a Cooperativa naquela oportunidade. De modo particular, comemorei como se fosse um prêmio, haja vista a árdua batalha empreendida por meses seguidos de 1981.

A partir da aprovação do projeto pelo INCRA, foi montada uma força tarefa no Cartório de Registro de Imóveis e Notas de Lagarto, de propriedade do cordial amigo e companheiro de Rotary Club, o saudoso Hernani Romero Libório, para providenciar as escrituras individuais. Enquanto isso, definimos em reunião da diretoria realizar um grande evento, a altura da importância do ato, para marcar a entrega do tão almejado título definitivo das terras da Colônia Treze aos seus verdadeiros donos: os associados da Cooperativa.

Ficou combinado com a diretoria que o evento deveria ter as presenças de representantes da classe política de Sergipe, em especial do

49 Área mínima fixada para atender as necessidades de uma propriedade familiar que possa garantir a subsistência e viabilizar sua progressão socioeconômica.

governador do estado e seu staff, bem como do Ministro de Estado da Agricultura, a quem estava vinculado institucionalmente o INCRA, como um preito de honra e gratidão. A recepção seria seguida de um grande churrasco para brindar às presenças ilustres. Para formalizar o convite ao senhor Ministro Ângelo Amaury Stábile, procuramos o Secretário de Agricultura, Luiz Ferreira, com quem discutimos a ideia do evento e pedimos a colaboração para o mesmo interceder junto ao governador Augusto Franco no sentido de agendar uma audiência com o Ministro, para podermos, o Presidente da Cooperativa, José Damião Monteiro de Farias, e eu, fazermos o convite pessoalmente ao senhor Amaury Stábile.

Assim foi feito. O Ministro aceitou o convite e o evento foi realizado em 1982 com grande brilhantismo, com sua presença e de centenas de pessoas de Lagarto e de Sergipe como um todo, reunindo a classe política e empresarial do estado representada pelo então governador Djenal Tavares de Queiroz, que era vice-governador de Augusto Franco e assumiu o governo em maio de 1982 devido à desincompatibilização do titular para candidatar-se à Câmara Federal, e do presidente da Confederação Nacional da Indústria, Senador Albano do Prado Pimentel Franco.



Visitando Unidade Produtiva na COOPERTREZE: Wellington entre o Senador Albano Franco, o Ministro Amaury Stábile e o Governador Djenal Queiroz. (Foto: Acervo do Autor)



Solenidade de entrega das escrituras aos agricultores da Colônia Treze. Em Destaque: Boaventura, Deputado Artur Reis, Zaldo Lima, Wellington, Governador Djenal Queiroz, Secretário da Agricultura Luiz Ferreira, Ministro da Agricultura Amaury Stábile, Prefeito de Lagarto José Vicente de Carvalho, Deputado Luiz Augusto Carvalho Ribeiro e associados da Cooperativa. (Foto: Acervo do Autor)

Organização das Cooperativas de Sergipe

Com a mudança de governo, em 1983, mudou também a política de apoio ao segmento cooperativista do estado, ao retirar das Cooperativas Agrícolas o quadro técnico de servidores públicos que contribuía na gestão dos negócios. Em nome da autogestão da Coopertreze fui convidado a retornar ao meu órgão de origem e a Cooperativa passou a assumir integralmente a sua gestão, nomeando uma nova administração com novos gerentes, pagos com seus próprios recursos.

Nesse íterim entre a saída da Cooperativa do Treze e a reapresentação à Superintendência do Desenvolvimento da Agricultura e Produção do Estado, minha entidade de origem, ocorreram negociações que me levaram a assumir o cargo de Superintendente da Organização das Cooperativas do Estado de Sergipe, órgão máximo de representação do cooperativismo estadual, integrante do sistema nacional coordenado pela Organização das Cooperativas Brasileiras.

A OCESE é uma entidade privada criada para congregar e representar formal e politicamente todo o sistema estadual de cooperativas. Integra em sua estrutura todos os ramos de atividade do setor cooperativista.

Dentre as suas atribuições estão a produção de conhecimentos aplicados ao desenvolvimento funcional e organizacional das cooperativas; a fixação de diretrizes políticas do sistema; a elaboração e manutenção de cadastro das sociedades cooperativas de qualquer grau e objeto social; e a promoção e o acompanhamento do processo de autogestão.

A OCESE naquela oportunidade estava vivendo um grande momento de organização e buscando o fortalecimento do movimento cooperativista estadual com a responsabilidade de promover, fomentar e defender as cooperativas em todas as instâncias de

poder, como um modelo de empreendimento socioeconômico justo, com oportunidades iguais para todos os associados.

A presença da OCESE naquela década de 1980, era a certeza de que os milhares de cooperados do estado de Sergipe estavam sendo capacitados e representados em todos os poderes da república, tanto diretamente pela entidade local como pela organização nacional, que também exerce a representação sindical patronal das cooperativas.

Uma das grandes marcas da Organização durante a minha gestão como superintendente foi o levantamento cadastral das cooperativas em formato de banco de dados, a realização de encontros técnicos e sociais e um intenso processo de capacitação dos dirigentes e associados.



Diretoria da OCESE com o governador João Alves Filho entregando projeto de fortalecimento das Cooperativas do estado. Da esquerda para a direita José Ezequiel, João Alves Filho, Wellington, Pe Antônio Rezende e Francisco Leite.
(Foto: Acervo do Autor)

Incursões Políticas

O Brasil dos anos 1980, sobretudo a partir da perspectiva do encerramento do ciclo de governos militares, passou a respirar democracia como um anseio de toda sociedade brasileira, que vivia oprimida pelos vinte anos de autoritarismo. Eram cartas abertas, manifestos, encontros e conferências de partidos políticos e de órgãos representativos da sociedade pedindo a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte que pudesse redigir uma nova constituição para o país. Esse clima de redemocratização contagiou todos os cantos deste imenso Brasil e deu uma importância muito maior ao processo eleitoral de 1986: foi a primeira eleição direta após mais de duas décadas de ditadura militar; a primeira eleição onde analfabetos podiam votar; e eleição direta para formação de um Congresso Constituinte e de Assembleias Legislativas com a incumbência de elaboração das constituições estaduais.

A “Constituição Cidadã”, como passou a ser conhecida a Constituição de 1988, foi aprovada em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro daquele ano, durante o governo José Sarney. É a sétima Carta Magna adotada pelo país ao longo de sua história política. As anteriores foram as seguintes:

- 1ª. Promulgada em 25 de março de 1823 durante o Brasil Império, elaborada por imposição do imperador D. Pedro I;
- 2ª. Em 24 de fevereiro de 1891, após a Proclamação da República (15 de novembro de 1889), durante o governo do marechal Deodoro da Fonseca;
- 3ª. Em 16 de julho de 1934, por iniciativa do governo de então, Getúlio Vargas;
- 4ª. Em 10 de novembro de 1937, imposta por Getúlio Vargas, que revogou a carta anterior, promulgada no início de seu

longo governo (chamado “Era Vargas” que durou de 1930 a 1945). Pelas principais medidas adotadas nessa Constituição, a mesma foi considerada de inspiração fascista⁵⁰;

5ª. Constituição brasileira datada de 18 de setembro de 1946 e foi promulgada com ares democráticos durante o governo de Eurico Gaspar Dutra;

6ª. Promulgada em 24 de janeiro de 1967, teve uma tendência ao autoritarismo e à política de segurança nacional, bandeiras dos militares.

Da mesma forma, o estado de Sergipe também viveu esse grande momento da sua história política com a possibilidade de instalação de uma Assembleia Estadual Constituinte para redigir a sua sexta Carta Magna⁵¹. Com essa perspectiva, os movimentos sociais e econômicos do estado, a exemplo do cooperativismo, passaram a cogitar a participação direta nas eleições estaduais daquele ano com a indicação de candidatos próprios do sistema.

Devido ao trabalho de resultado que havia desenvolvido durante onze anos junto ao cooperativismo, passei a ter também visibilidade política e meu nome surgiu como uma alternativa para representar o movimento como postulante a deputado constituinte. Discutido nas várias instâncias das cooperativas e colegiados do segmento fui indicado para pleitear uma vaga como candidato a deputado estadual. Como eu não tinha, até então, nenhum envolvimento político, tive que, inicialmente, me filiar a uma agremiação partidária, sem a qual não poderia ser candidato, conforme estabelece a legislação eleitoral brasileira. Após consulta às bases do cooperativismo, os mesmos decidiram por minha filiação ao Partido da Frente Liberal (PFL) — uma agremiação de

50 O fascismo é um regime político totalitário surgido na Itália em 1919 e que durou até 1943. Sua ideologia é autoritária, racial, violenta e nacionalista.

51 As Constituições de Sergipe foram promulgadas em 08/06/1891; 18/05/1892; 16/07/1935; 16/07/1947; 10/05/1967 e 05/10/1989.

centro-direita, fundada havia pouco tempo (em 24 de janeiro de 1985) e cuja filosofia política era focada na defesa da democracia, no conservadorismo liberal e na justiça social.

A bem da verdade, o movimento cooperativista de Sergipe indicou também o nome de Francisco Alves dos Santos, outro líder do segmento à época, vinculado à então Cooperativa Sergipense de Laticínios, e também à Organização das Cooperativas do Estado e à OCB, para postular a vaga de deputado federal constituinte, o qual já tinha filiação partidária ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Essa dicotomia (haja vista que cada um dos partidos tinha seus interesses individuais e candidatos majoritários próprios) por certo atrapalhou os nossos planos e o desejo maior do cooperativismo. E o resultado foi que o movimento cooperativo não teve representante eleito.

Vale informar, no entanto, a constatação de que não houve o necessário empenho dos dirigentes e associados de cooperativas às nossas candidaturas, os quais estiveram sempre, lamentavelmente, envolvidos com tradicionais lideranças políticas locais. Paradoxalmente me apresentei aos eleitores com uma campanha propondo mudanças na forma de fazer política: sem compra de votos, qualquer que fosse o procedimento; sem apadrinhamento e com ética republicana.

A julgar pelo resultado final da eleição, posso afirmar que meu discurso não teve ressonância no seio da população sergipana; sequer sensibilizou os eleitores associados de cooperativas, haja vista que a Colônia Treze — onde atuei por quase quatro anos deixando como resultado um trabalho reconhecido por todos os cooperados da Cooperativa, bem como pela população lagartense e pela classe política local que, em agradecimento, me foi concedido o título de cidadão honorário de Lagarto por votação unânime dos vereadores do município — não votou em mim como deveria e como era esperado por mim e por to-

dos que faziam o cooperativismo de então. O povoado Colônia Treze, para se ter uma ideia, tinha em torno de 5 mil eleitores e minha votação naquela localidade foi inferior a dez por cento desse total, muito abaixo da expectativa.

De qualquer forma foi maravilhoso participar de uma eleição na qualidade de candidato — e isso muito me honrou! O que se sabe é que, mesmo preenchendo todos os requisitos exigidos por lei, a participação do cidadão comum em um pleito eleitoral como candidato não é tarefa fácil e procura ser ainda mais dificultada pelos caciques e pretensos “donos” de partidos políticos. Felizmente comigo isso não aconteceu e minha escolha como candidato foi homologada pela direção do partido devido, certamente, à minha amizade com o patrono do PFL, o então governador do estado, Dr. João Alves Filho.

Durante a campanha vivi realidades nunca antes sonhadas: visitando cidades, bairros e povoados em todo território estadual, bem como casas de amigos; participando de reuniões com lideranças políticas e de associações de moradores; acompanhando passeatas e carreatas; frequentando comícios e agendas do governador; enfim, vivendo um outro ambiente numa verdadeira maratona de dezesseis a dezoito horas diárias. E com o agravante de não dispor dos recursos financeiros necessários, pois a ajuda partidária também era elitizada.

Mas, falando um pouco sobre aquela eleição geral ocorrida em 15 de novembro de 1986, devo dizer que a mesma foi embalada pela euforia provocada pelo Plano Cruzado⁵² e resultou numa esmagadora vitória do PMDB que, para se ter uma ideia do que isso representou, elegeu 22 governadores dos possíveis 23 e a maioria dos senadores e deputados daquele pleito. Apenas o esta-

52 Um conjunto de medidas econômicas, lançado em 28 de fevereiro de 1986 pelo então Ministro da Fazenda Dilson Funaro, do Governo José Sarney (PMDB), na tentativa de reduzir a inflação que era cada vez mais alta.

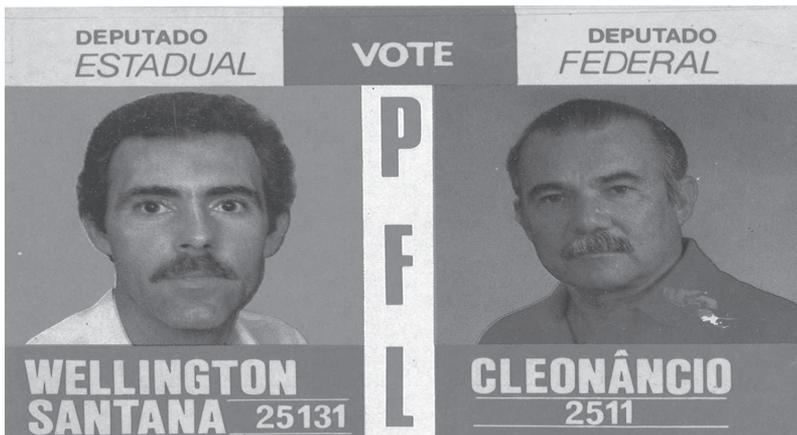
do de Sergipe elegeu um governador fora das fileiras do Partido do Presidente José Sarney⁵³. Foi pelo Partido da Frente Liberal, comandado no estado pelo então governador João Alves Filho.

O Plano Cruzado, que tanto estimulou a população a ir às ruas defendê-lo, foi uma iniciativa do governo para tentar melhorar a situação econômica do país, sobretudo para estancar o assustador aumento da inflação. Ele consistiu na adoção das seguintes medidas: congelamento de preços no varejo, que criou grande euforia na população e fez com que muitos cidadãos fossem às ruas para fiscalizar a aplicação da lei e não permitir o aumento dos preços; mexida no padrão monetário brasileiro com a troca da moeda Cruzeiro pelo Cruzado; reajuste do salário mínimo e adoção de um mecanismo chamado gatilho salarial, que reajustava automaticamente os salários quando a inflação chegava a 20%; e criação de seguro desemprego como um direito para assegurar o mínimo de garantia àqueles que fossem demitidos por força do quadro econômico.

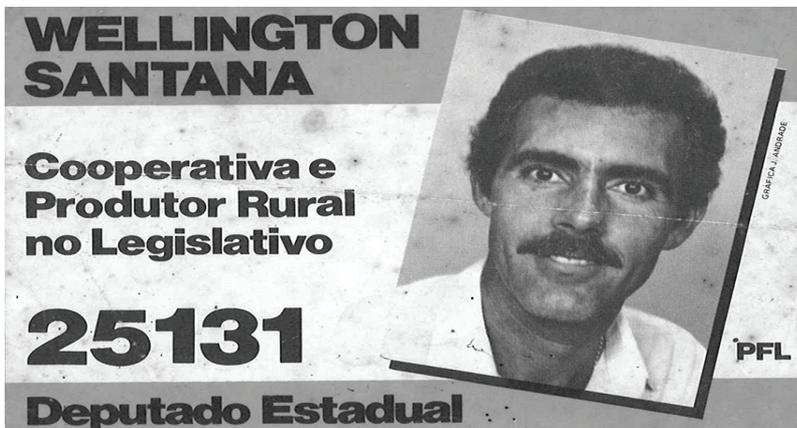
Não obstante os bons frutos produzidos inicialmente que, como já vimos, influenciou diretamente nos resultados das eleições gerais do país, o Plano Cruzado não teve vida longa, nem um final feliz. Em seus três anos de existência produziu um aumento real dos salários e, como consequência, levou o país a conviver com o aumento de consumo que provocou o desabastecimento, o qual fez aparecer a figura do ágio nos preços de alguns produtos.

Quanto às minhas incursões políticas, não prosperaram; ficaram naquela única e boa experiência, mesmo com convite do então governador Antônio Carlos Valadares para que, na eleição seguinte, eu pudesse concorrer a uma vaga na Câmara de Vereadores de Aracaju. Não me motivei e preferi permanecer na minha trajetória profissional, atuando como servidor público estadual.

53 José Sarney foi eleito pelo colégio eleitoral, em 15 de março de 1985, como vice-presidente da chapa encabeçada por Tancredo Neves, que faleceu antes de assumir a presidência.



O chamado “santinho político” como propaganda eleitoral.



Propaganda eleitoral solo.

Atuação como Gestor Público

Após o processo eleitoral retomei minha condição como servidor público de carreira da então Secretaria de Estado da Agricultura, (antiga SUDAP), à disposição da OCESE, e reassumi o cargo de Superintendente para dar continuidade ao trabalho que vinha sendo executado com esmero e dedicação.

Passados alguns meses, entretanto, fui convidado pelo então governador recém empossado, Antônio Carlos Valadares, para compor o staff de seu governo como secretário executivo do CEAG/SE.

Um governo é estruturado por um conjunto de órgãos divididos entre Autarquias, Fundações, Empresas Estatais, Sociedades de Economia Mista e Secretarias de Estado. Essas Instituições são compostas por servidores efetivos, comissionados e terceirizados e por dirigentes nomeados pelo governador, em primeiro e segundo escalão, que formam seu staff para o cumprimento da função administrativa do governo, que consiste na execução do plano aprovado pela sociedade para os segmentos da Saúde, Educação, Segurança Pública e Economia, entre outros. Os dirigentes, em geral, são escolhas do próprio governador e de políticos da base aliada do governo. São profissionais competentes e de conduta moral ilibada, iguais a tantos outros que existem no mercado, mas com o diferencial de serem amigos do governante da vez, ou de terem “padrinhos” para indicá-los.

Comigo não foi diferente. Modéstia à parte, reconheço que meu passado profissional foi marcante positivamente onde quer que tenha atuado. Sempre trabalhei com foco, proatividade, responsabilidade, comprometimento e honradez acima de tudo. Mas tenho consciência de que isso não foi o mais relevante para poder compor uma equipe de governo. A relação

de respeito, amizade e de confiança edificada com Valadares durante a campanha política de 1986, isto sim, me fez um candidato potencial para participar no escalão de governo — fato materializado a partir de um encontro fortuito com o governador num domingo de março, creio que dia 29, em plena praia de Atalaia, quando o mesmo, em passeio com o seu Secretário de Comunicação Social, o saudoso Juarez Conrado, me convocou para uma audiência no dia seguinte e me fez o convite para participar de seu governo integrando a diretoria de uma das seguintes entidades que compunham a administração pública de então: Companhia Agrícola de Sergipe (COMASE), como diretor comercial; Empresa Energética de Sergipe (ENERGIPE), como diretor financeiro; Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Sergipe, como secretário executivo. Fiz a opção pelo CEAG por considerá-lo o único órgão técnico do estado na época, responsável pelo desenvolvimento das micro e pequenas empresas. Naquela oportunidade, com o país tentando sair de uma grave e duradoura crise econômica, eu presidia o Conselho Regional de Economia de Sergipe e vivenciava as dificuldades que passavam os pequenos empreendedores do meu estado. Daí minha decisão pelo CEAG imaginando que poderia fazer algo mais em favor desse importante segmento empresarial.

Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Sergipe

O Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Sergipe (sucedido pelo SEBRAE/SE) foi constituído em 05 de novembro de 1975 como sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos, vinculado em nível nacional ao Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (CEBRAE), com o objetivo de executar a política estadual de apoio às micro, pequenas e médias empresas. A nível de estado, o CEAG tinha uma vinculação institucional à então Secretaria de Indústria e Comércio.

Assumi sua diretoria em 06 de abril de 1987, quando o Conselho Deliberativo da entidade, presidido pelo então Secretário de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, professor Antônio Fontes Freitas, aprovou a indicação do governador do estado, conforme Resolução nº 13/1987, compondo com Wellington Menezes, gerente operacional e José Everaldo Ribeiro como gerente administrativo-financeiro (todos de minha escolha) e saí em 15 de fevereiro de 1991 (Resolução do CD nº 01/1991), já tendo como companheiros de diretoria Adeilson Graça Leite, como diretor operacional (também de minha escolha) e a continuidade de Everaldo Ribeiro na área administrativa-financeira, ficando todos até 25 de fevereiro de 1991 quando ocorreu a posse dos novos dirigentes.

Para um primeiro cargo público até que minha gestão como Secretário Executivo foi positiva, marcada por grandes realizações voltadas ao público-alvo da instituição — o micro e pequeno empresário — pois foi numa época de poucos recursos financeiros oriundos do CEBRAE e complementados pelo Tesouro do Estado (uma vez que o CEAG tinha, como já disse, vinculação especial à Secretaria de Estado da Indústria,

Comércio e Turismo de Sergipe), e de muitas dificuldades por conta de decisões advindas do Poder Público, como a de trabalhar apenas em turno corrido de seis horas diárias, como medida de economia da administração. Destaco a seguir algumas realizações que marcaram minha gestão:

Mudança na forma de atuação do Órgão, saindo do atendimento caso a caso, como era tradicionalmente feito, para uma ação mais abrangente dentro do universo das micro, pequenas e médias empresas, agindo como uma Agência de Fomento, sem fugir das características de organismo de consultoria empresarial.

Atendimento a 5.357 empresas no período, com os mais diversos instrumentos de ação, contribuindo para a geração e/ou manutenção de 3.477 empregos diretos.

Criação do segmento Feiras no estado como alternativa de mercado para as micro e pequenas empresas que estavam com grandes estoques e realização, no período, de 8 desses eventos, sendo 5 setoriais e 3 multisetoriais atendendo aos mais diversos segmentos da economia sergipana. A primeira dessas Feiras foi realizada em 1987 de forma totalmente improvisada, na quadra de esportes do Cotinguiba Esporte Clube, já que ainda não se dispunha de know how e nem Aracaju possuía espaço próprio para esse tipo de evento. O Centro de Convenções do Estado, por exemplo, somente foi inaugurado em março de 1988 — onde doravante as demais feiras foram realizadas.



Solenidade de abertura da Feira da Moda 1989. Primeira fileira, da esquerda para direita: Diretor do CEBRAE (Dr. Américo), Governador Valadares discursando; Secretário da SEIC, Viana de Assis, Wellington, Paulo Afonso, José Ailton, Deputada Suzana Azevedo com esposo Joel, dona Iara, esposa de Viana. (Foto: Acervo do Autor)



Abertura da Feira Moda Sergipe 1989, no Centro de Convenções de Sergipe. Presentes Diretores de CEAGs: Wellington de Santana, de Sergipe, com esposa Inez; José Guilherme, do Mato Grosso, com esposa; João Batista de M. Júnior, do Rio Grande do Norte; e Antônio Marinho de Gusmão, de Alagoas; e representantes do CEBRAE. (Foto: Acervo do Autor)

Considerando a informação como insumo de muito valor para o empresariado, foi instalado em 1988 o Balcão do Empresário, dotado de importantes informações claras, precisas e imparciais.

Foram elaborados e colocados à disposição da sociedade, 40 perfis de oportunidade de negócios para àqueles que desejassem investir no estado.

Foram elaborados também Diagnósticos Socioeconômicos e Estudos sobre o Desenvolvimento Econômico Local, para os municípios de Santa Luzia do Itanhy, Boquim, Neópolis, Cedro de São João, Japaratuba, entre outros.

Foi elaborado e colocado à disposição da classe empresarial e da sociedade como um todo, um Cadastro Empresarial que reuniu 13.000 empresas dos diversos ramos de atividades, com as mais variadas e importantes informações básicas sobre os setores econômicos.

Foi prestado apoio gerencial a quase todas as micro e pequenas empresas instaladas no Distrito Industrial de Aracaju com as mais diversas consultorias empresariais.

Foram realizados 162 cursos voltados para a atividade empresarial e a equipe do CEAG trabalhou na formalização de 468 novas empresas.

Devido ao grande trabalho executado pela Instituição, que foi considerado positivo pela classe empresarial dos segmentos das micro e pequenas empresas de Sergipe, e também à competência da Assessoria de Comunicação que foi criada na minha gestão — e cujo responsável pela execução era um homem de imprensa, bem relacionado nos meios de comunicação do estado (Luiz Fialho) —, foi dada enorme visibilidade ao CEAG e às suas grandes realizações. Dificilmente se passava um mês sem a presença da Instituição na mídia (imprensa, televisiva e rádio).

Durante o governo de Fernando Collor de Melo (1990–1992), em meio às ameaças de extinção do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa, entidade civil sem fins lucrativos atuando como unidade central do sistema de apoio às pequenas e médias empresas, vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio, surgiu proposta de transformação do CEBRAE em um serviço social autônomo denominado Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), materializado por intermédio da Lei (Federal) nº 8.029, de 12 de abril de 1990, alterada pela Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990 e regulamentada pelo Decreto nº 99.570, de 09 de outubro de 1991, desvinculando a entidade da esfera da administração pública federal.

O estado de Sergipe aderiu à ideia de transformação do CEAG em SEBRAE (com S, de serviço), com base no que facultava o decreto regulamentador, e coube a mim a tarefa de coordenar a execução do trabalho e fazer todo o processo de transição de uma estrutura para outra, culminando com a reunião extraordinária do Conselho Deliberativo ocorrida em 15 de fevereiro de 1991 quando foi apresentada a proposta, discutida e aprovada a transformação do CEAG em SEBRAE e, ato contínuo, procedida a eleição da diretoria que iria comandar os destinos da nova entidade.

A partir desse momento histórico encerrou minha relação direta com essa instituição que tanto fez em benefício do segmento das micro e pequenas empresas de Sergipe. Da mesma forma que asseguro ter sido uma grande honra comandar essa instituição durante os quatro anos referidos, registro um sincero agradecimento a todos os colaboradores da entidade, indistintamente, que nunca mediram sacrifício em defesa da nossa gestão. Registro também o meu preito de gratidão, em especial, para Everaldo Ribeiro, Adeilson Leite, Pedro Oliveira, Luiz Gonzaga, João Teles, Eliezer, Mary Rocha (cuja atuação

como secretária foi de tal modo importante que me acompanhou em todos os demais cargos de gestor que doravante assumi), José Jurandir, Cassandra Freire, Luiz Fialho, Paulo Afonso, Antônio Carlos, Maria José, Maria do Carmo, Cléa Resende, Ana Nunes, Lúcia Alves, Júlia Vasconcelos, Jorge, Dona Nena, Aragão, João Rubens, Wellington Menezes entre tantos outros. Agradeço também, postumamente, ao amigo e colega de repartição, William Almeida Santos, que, na qualidade de superintendente de finanças do estado, nunca negou o apoio financeiro nos momentos mais difíceis da instituição.

Do lado do empresariado, apoiador e usuário dos serviços do CEAG, quero registrar o meu maior apreço a dois grandes homens que muito fizeram em defesa de uma instituição cada vez mais fortalecida, que honraram suas famílias e prosperaram em seus negócios, mas que já se foram para outro plano espiritual deixando muitas saudades entre nós: José Ailton de Souza (o famoso Ligeirinho da Beka Jeans e também do time de futebol society Kanabrava Futebol e Batuque), amigo fiel de seus amigos; e Antônio José de Andrade (o grande homem da comunicação visual, dos letreiros luminosos, proprietário da Ajalux), cuja missão de servir ao próximo conseguiu exercer brilhantemente em sua rotina de vida e, principalmente, como um bom e fiel rotariano que sempre foi.



Antiga Sede do CEAG, onde hoje é o Teatro Tobias Barreto.
(Foto: Acervo do escritor Expedito Souza)



Sede atual do SEBRAE, antigo CEAG.
(Foto: Acervo da Entidade)

Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe e Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente

Ao deixar a direção do CEAG, quase no final do governo Valadares, fui convidado por seu sucessor, o então governador João Alves Filho, para compor o corpo diretivo da CODISE, inicialmente como Diretor Administrativo-Financeiro e, após quase dois anos de atuação na atividade-meio da empresa, assumi como diretor-presidente.

Um fato interessante desse convite foi que o mesmo se deu durante os cumprimentos ao novo governante, logo após a Santa Missa de posse, na Catedral Metropolitana de Aracaju. Ao felicitar Dr. João, o mesmo sussurrou ao meu ouvido dizendo:

– Gostaria de te colocar como Presidente da CODISE, mas Viana⁵⁴ me pediu o cargo para uma pessoa dele. Mas você será o diretor financeiro. Pode procurá-lo amanhã para definir a data da posse.

Completei meu abraço e agradeci.

O fato é que saí da Igreja feliz pela perspectiva de participar da equipe do governador João Alves Filho — ainda mais sendo convidado diretamente pelo próprio — mas preocupado com o tamanho da responsabilidade. O leitor deve estar recordando que minha relação com Dr. João começou na segunda metade dos anos 1960, quando comecei a trabalhar na construtora de seu pai, da qual ele era o diretor técnico. Portanto, é uma amizade construída com o respeito de empregado ao patrão e vice-versa. Prova dessa atenção e estima, em 1970, quando Dr. João criou sua em-

54 Antônio Fernandes Viana de Assis (*1934 +2010), renomado advogado, empresário e político de Sergipe. Foi deputado estadual e prefeito de Aracaju. Derrotado na eleição de 1986 ao cargo de Senador da República.

presa — a Habitacional Construções Ltda — me fez o convite para trabalhar com ele, mas não aceitei por estar satisfeito e feliz na Construtora Alves e para não contrariar seu pai, o que seria uma enorme injustiça de minha parte se assim eu procedesse.

Mesmo depois que saí da Construtora Alves, nossa relação de amizade e consideração não sofreu qualquer abalo, sequer com o político João Alves Filho. Sempre que nos encontrávamos, Dr. João era muito atencioso com minha pessoa. Inclusive quando saiu vitorioso das urnas para o segundo mandato como governador, me pediu que escrevesse um projeto sobre micro e pequena empresa para ele poder contemplar em seu governo. Naquela oportunidade eu estava Secretário Executivo do CEAG/SE quando reuni minha equipe técnica e preparamos um material bastante rico sobre o segmento empresarial, enfatizando a importância das micro e das pequenas empresas para a economia sergipana, bem como as dificuldades que enfrentavam para manterem-se no mercado gerando emprego e renda. Nessa condição de gestor do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Sergipe, vale destacar o seguinte episódio vivido nessa relação de amizade: Após concluir o primeiro mandato como governador, em março de 1987, Dr. João foi nomeado Ministro do Interior pelo presidente José Sarney. De certa forma uma honra para Sergipe haja vista se tratar de um Ministério bastante forte, responsável, entre tantas atribuições, pela garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, e a prevenção e o combate aos incêndios e calamidades naturais.

Pois bem! Durante minha gestão como Secretário Executivo do CEAG/SE o procurei no Ministério buscando angariar apoio para a realização de alguns eventos, tipo feiras, voltados ao fortalecimento da classe empresarial do estado. Durante a estada em seu gabinete, onde passei à tarde a seu pedido (era meu último compromisso em Brasília, retornando à noite a Aracaju), presenciei uma árdua e importante negociação política de Dr. João com

alguns deputados da Assembleia Legislativa de Sergipe para que não votassem a favor da intervenção do estado na Prefeitura de Aracaju por entender que o seu então aliado, Jackson Barreto de Lima, não havia cometido irregularidade alguma em sua gestão como prefeito, enquanto outras forças políticas do estado atuavam em sentido contrário. E o resultado que deu, todos sabem: o prefeito Jackson teve que renunciar ao cargo para não sofrer intervenção em sua administração e correr o risco de perder seus direitos políticos.

É lamentável saber de episódios desse tipo, que têm sido comuns na política brasileira. Infelizmente é muito corriqueiro no nosso meio político a frase “os fins justificam os meios”, significando que qualquer que seja o expediente, mesmo indecente ou agressivo, é legítimo se for para conquistar determinado bem.⁵⁵

Mas, voltando ao tema central, a CODISE é uma sociedade de economia mista da administração pública indireta do estado de Sergipe, criada em 18 de dezembro de 1974 com o nome de Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe. Como o âmbito de sua atuação objetiva o crescimento econômico regional materializado na execução da política de desenvolvimento da atividade empresarial, sua razão social foi alterada mais recentemente para Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe, mantendo, entretanto, a sigla original.

Durante minha passagem como diretor dessa empresa tive a oportunidade e a felicidade de atuar, tanto na chamada atividade-meio, ou seja, cuidando da sua organização, dos recursos humanos, materiais e financeiros, executando os serviços auxiliares de limpeza, atendimento ao público, transporte, segurança e os diferentes tipos de manutenção, apoiando a todos os setores da entidade para o cumprimento dos seus objetivos, assim como na ativi-

55 Frase proferida pelo poeta romano Públio Ovídio Naso na sua obra *Heróidas*.

dade-fim da Companhia, na execução do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial que, aliás, ajudei na sua construção em 1991, juntamente com o economista Antônio Carlos Borges Freire, então Secretário do Planejamento do Estado.

É basicamente através do PSDI e do Fundo de Apoio à Industrialização que se configura a atuação da CODISE no estímulo ao desenvolvimento socioeconômico do estado mediante a concessão de apoio financeiro, creditício, locacional e fiscal.

A política de desenvolvimento industrial do estado passa pela existência e atuação dessa importante companhia estatal, que teve uma presença marcante na área de recursos minerais, com estudos e informações detalhadas sobre a potencialidade mineral do estado, levando aos empreendedores novas possibilidades de investimento nesse segmento. Também na organização do espaço urbano para receber projetos industriais e de serviços, uma vez que a empresa possui distritos industriais com galpões e terrenos, bem como diversos núcleos industriais e de serviços distribuídos em alguns municípios do estado para apoiar na implantação de novos empreendimentos.

Durante minha gestão como Presidente da empresa, foi construído e inaugurado o auditório Prof. José Aloísio de Campos com capacidade para 130 pessoas, além de sala específica para treinamento, bem como a sede administrativa e laboratório para a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA). Foi firmada parceria com a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas para construção de galpões e núcleos industriais e de serviços nos municípios sergipanos.

No mesmo espaço físico da CODISE funcionava a Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (como ainda hoje funciona sua sucessora, a atual Secretaria do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia), responsável pela formulação das políticas governamentais relativas

ao desenvolvimento econômico, científico, tecnológico e de inovação; pela promoção do desenvolvimento da atividade empresarial e respectivos incentivos; e pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais. Essas políticas são executadas pela Companhia, que é uma empresa vinculada estruturalmente à Secretaria. A similaridade entre as duas entidades é muito grande e, em algumas gestões no princípio, o Secretário acumulava a função de Diretor-Presidente.



Sede da CODISE e da SEDETEC (Foto: Acervo da Companhia)

Pois bem! Em algum momento do ano 1993 o então governador João Alves Filho precisou ampliar e fortalecer a aliança formada com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, que o elegeu em 1990 governador do estado, e o presidente do PMDB, José Carlos Mesquita Teixeira, como vice-governador, e nessas negociações, em geral, a moeda de troca nada mais é do que a distribuição de cargos da administração pública — o que foi feito. Na repartição dos postos o PMDB ficou com a Secretaria

da Indústria, Comércio, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente e suas entidades de administração indireta vinculadas (CODISE, ITPS, ADEMA e JUCESE). Diante disso, como naquela época eu estava diretor-presidente da Companhia e a mesma compunha o pacote das negociações, o governador me chamou ao seu apartamento logo nas primeiras horas do dia (onde juntos tomamos o café da manhã) e me comunicou da decisão, mas, ao mesmo tempo, me convidou a assumir o cargo de Secretário-Adjunto, o que aceitei com muita honra. No convite, o governador me fez algumas especiais recomendações apelando para nossa amizade e contrapondo com o fato de estarmos lidando com a pessoa do senhor José Carlos Mesquita Teixeira, seu vice-governador e passando a ser também doravante seu Secretário, e um tradicional líder político do estado, historicamente seu adversário. Do ponto de vista político, o governador tinha alguns receios com relação à presença de Zé Carlos na sua equipe de governo.

A inquietação do governador, entretanto, não prosperou haja vista a atuação elegante, ética e, acima de tudo, competente e dinâmica do Sr. José Carlos Teixeira que, cotidianamente, demonstrou ter compromisso com a gestão governamental. Sempre me envolveu como seu Secretário-Adjunto nas grandes discussões de sua pasta e nos projetos voltados a atração de novos investimentos. Mesmo eu estando todo o tempo ocupado, cuidando da parte de organização da Secretaria e das questões de ordem administrativa, financeira e orçamentária, junto com os diretores dessas áreas, evidentemente, participei ativamente das iniciativas da sua gestão: visita a todos os distritos industriais administrados pela CODISE, levantando a realidade de cada um, do ponto de vista da infraestrutura viária, de água e energia e tomando as necessárias providências para mantê-los em condições reais de uso. Recebia empresários e dava os encaminhamentos às demandas apresentadas; participava de reuniões as mais diversas, dentro e fora do estado; representava a Secretaria em organismos os mais diver-

sos, como o Ministério do Meio Ambiente, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o Conselho Nacional do Meio Ambiente e, dentre muitos outros, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste onde, aliás, atuei diretamente por recomendação do governador João Alves Filho para viabilizar a inclusão de um número recorde de projetos de interesse do estado na pauta da reunião que a autarquia SUDENE havia agendado para realizar na capital sergipana em agosto de 1993.

Numa dessas reuniões pelo Brasil, estive no BNDES, em sua sede no Rio de Janeiro, num evento em 18 de maio de 1993, reunindo todos os secretários de indústria e comércio dos estados da região Nordeste com o então Presidente do Banco, Sr. Luiz Carlos Delben Leite, e seus Superintendentes, para discutir a proposta do agente bancário desenvolver o chamado Programa Nordeste Competitivo, com previsão de investimentos da ordem de US\$ 1 bilhão para incrementar as atividades do turismo, fruticultura irrigada-agroindústria, pedras ornamentais e têxtil-confecções, de repente adentra a sala da reunião a secretária do presidente do banco e pergunta:

– Quem é o senhor Wellington de Santana?

Eu me identifiquei um tanto assustado, e preocupado com a notícia que poderia vir, pois havia deixado Aracaju no dia anterior com minha mãe hospitalizada fazia uma semana, mas, mesmo na unidade de terapia intensiva, estava com quadro clínico estável. Um silêncio sepulcral se abateu sobre a sala até a distinta senhora se pronunciar novamente passando o seguinte recado bem direto:

– Acabamos de receber um telefonema de Aracaju informando que sua mãe faleceu, Sr. Wellington!

Foi assim mesmo que a secretária do presidente Delben Leite passou a notícia: de forma direta, clara, sem rodeios. Todos me olharam naquele instante dolorosamente penalizados de mim, mas nada podiam fazer; esse é um momento que todos ficam sem noção alguma, sem saber o que falar além dos clichês “meus

pêssames”, “meus sentimentos”. Mas nada disso aconteceu; todos respeitaram minha dor. Apenas a secretária do BNDES me consolou e tomou todas as providências para que eu pudesse retornar à capital sergipana ainda naquele fatídico dia — e eu cheguei um pouco mais da meia-noite em Aracaju. Confesso, meus amigos, que a morte da mãe (e também do pai, claro) é uma experiência tão marcante quanto dolorosa na vida de um ser humano — foi assim comigo (e pior) porque perdi meu pai e minha mãe num horizonte temporal de apenas seis meses.

Voltando às realizações da Secretaria, das quais me orgulham ter participado, tanto como Adjunto quanto na condição de Secretário em exercício, posso citar algumas que, no meu ponto de vista, as considero relevantes, a saber:

Recuperação e ampliação da infraestrutura dos distritos industriais de Aracaju, Propriá, Estância e Nossa Senhora do Socorro visando a implantação de novos projetos industriais.

Implantados núcleos industriais e de serviços nos municípios de Tobias Barreto, Itabaiana, Lagarto, Carmópolis e Boquim, em atendimento a demandas dos pequenos empresários e dos prefeitos municipais.

Essa iniciativa estimula e apoia a implantação de novas empresas tornando-se um fator importante no fomento da economia local pela geração de novos empregos. Também motiva o comércio de bens e serviços no próprio município e ainda incentiva o empreendedorismo local.

Processadas algumas inaugurações, a exemplo do Atracadouro do Mosqueiro e do município de São Cristóvão; do catamarã turístico entre o Mosqueiro e São Cristóvão; o Terminal Turístico Ecológico também de São Cristóvão; e a Fábrica de Ração para Camarões no Distrito Industrial de Propriá.

Recordo-me que no ato inaugural do catamarã do Mosqueiro, sua primeira viagem foi até o terminal turístico de São Cristóvão.

A bordo do Catamarã estavam quase todos os políticos situacionistas com mandato do estado e gestores públicos. Acho que o barco estava com lotação acima de sua capacidade, ou pode ter havido “barbeiragem” do condutor, porque a certa altura do percurso o mesmo encalhou em bancos de areia. Não faltaram brincadeiras pejorativas com a figura dos políticos. Numa delas dizia que “com tanta consciência pesada junta tinha que dá naquilo”. Como tenho medo medonho de água procurei me aproximar de coletes salva vidas e comecei a rezar para que nada de ruim viesse a acontecer.

Falando em medo de água, me faz lembrar de uma passagem por Valparaíso, cidade portuária na costa chilena, distante 116 km de Santiago. Era dezembro de 2001 e eu estava participando de uma excursão até Viña del Mar, outra bela cidade turística costeira do Chile. No pacote estava incluso um passeio de barco pelas águas geladas do Oceano Pacífico, na região de Valparaíso. Em princípio me neguei a acompanhar o grupo, mas depois de muita insistência da coordenação alegando inclusive que eu estava sendo o único a ficar de fora, resolvi aderir e entrei no barco, sendo também um dos poucos a me paramentar com colete contra afogamento. Só para situar vocês, leitores, sobre a temperatura da água, quando coloquei os pés achei que logo poderiam congelar.

Reorganização e informatização do arquivo geral da Junta Comercial de Sergipe.

Criada por decreto do governador do estado a Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu (APA)⁵⁶, em Aracaju, com o intuito de proteger, conservar e recuperar o último remanescente de mata atlântica da capital, numa

56 São áreas protegidas previstas na legislação brasileira como parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, com certo grau de ocupação humana, cujo principal objetivo é a conservação de processos naturais e da biodiversidade.

área de 213 hectares no entorno do Parque da Cidade Governador José Rollemberg Leite.

Criado também por decreto governamental, o Sistema de Gerenciamento Integrado dos Recursos Hídricos em Sergipe, que veio a ser definitivamente legalizado com sua incorporação à política estadual de recursos hídricos em 1997, por meio da Lei nº 3.870.

Nessas coincidências da vida, no momento em que escrevo este capítulo (30 anos depois) continuo atuando, já aposentado, como servidor comissionado da Secretaria de Estado que cuida da preservação da área ambiental e do gerenciamento dos recursos hídricos de Sergipe, em cujas atribuições consta a gestão das unidades de conservação da natureza de âmbito estadual, sendo uma delas a APA Morro do Urubu.

Outras realizações que marcaram minha gestão na Secretaria foram a reestruturação do órgão, de modo a torná-lo mais ágil e capacitado na formulação e implementação das ações definidas para a pasta; a implantação da Rua 24 Horas como ponto comercial e turístico no centro de Aracaju, localizada entre a Praça Olímpio Campos e a Rua Laranjeiras, inspirada no projeto idêntico em funcionamento na capital paranaense; e a estruturação do Conselho de Desenvolvimento Comercial (CDC) como órgão colegiado de assessoramento do governo estadual para questões ligadas ao setor do comércio. Também foi conferida prioridade especial à reestruturação, composição e funcionamento dos Conselhos de Desenvolvimento Industrial (CDI), da Ciência e Tecnologia (CONCIT) e ao Conselho Estadual de Controle do Meio Ambiente (CECMA).

Como Zé Carlos tinha uma agenda tripla (vice-governador, secretário de estado e presidente do PMDB), não lhe sobrando muito tempo para compromissos sociais ou para todas as reuniões de colegiados, tive que me dividir com ele participando de

Conselhos de Administração de estatais como representante da Secretaria e representá-lo em alguns desses eventos, com destaque para a visita do embaixador de Trinidad e Tobago no Brasil, Sr. Winstson Moore, que, em junho de 1993, conheceu o canteiro de obras do então futuro Polo Cloroquímico de Sergipe, que estava sendo preparado com terraplenagem, sistema viário e dutovias para sua implantação numa área de 1.200 hectares entre os municípios de Barra dos Coqueiros e Santo Amaro das Brotas, bem como do Terminal Portuário de Sergipe, que estava em construção nas proximidades da praia do Jatobá, em Barra dos Coqueiros, com estrutura na época em franco processo de instalação.

O Polo Cloroquímico de Sergipe, não obstante à propaganda institucional de então assegurar que se tratava do principal projeto de desenvolvimento do estado de Sergipe, haja vista a potencialidade mineral do estado, e o mesmo ter sido instituído por decreto do presidente José Sarney, de março de 1988, no qual se garantia prioridade para efeito de concessão de incentivos fiscais e financeiros da esfera federal aos projetos aprovados, o mesmo não deslanchou.

Já o Porto de Sergipe, chamado Terminal Marítimo Inácio Barbosa, construído numa parceria vitoriosa firmada entre o Governo do Estado e a Petrobrás para dar vazão à produção de ureia, potássio e salgema de Sergipe, logo tornou-se uma realidade ajudando a economia sergipana a prosperar.



Registro do passeio de barco no Oceano Pacífico. (Foto: Acervo do Autor)

Embaixador de Tobago em Sergipe

Chegou ontem, em Aracaju, para uma visita de cortesia ao Estado, o embaixador do Brasil de Trindade e Tobago, Winstan Moore. Ele conheceu, à tarde, as obras do Pólo Cloroquímico e do Porto de Sergipe, acompanhado pelo secretário adjunto da Indústria, Comércio e Meio Ambiente, Wellington Gonçalves, e de técnicos da Codise. O embaixador ficou entusiasmado com as duas obras, e disse que em seu país existe um pólo semelhante ao que está sendo executado pelo governo do Estado.

Ele sugeriu que os dois

países trocassem conhecimento tecnológicos, com seus técnicos visitando as instalações dos pólos dos dois países. O coordenador do Pólo Cloroquímico de Sergipe, Juarez Carvalho, explicou ao embaixador que o Polo sergipano está instalado numa área de 1.200 hectares, e, no momento, estão sendo executadas obras de terraplanagem, sistema viário e as dutovias. A pretensão do governo, segundo ele, é deixar a área do pólo em condições de implantar qualquer fábrica.

De acordo com Juarez

Carvalho, o pólo vai contar com quatro setores, com capacidade para exploração de sais, óleo, gás natural e enxofre, que são as matérias-primas básicas para a derivação de uma infinidade de produtos. Quem também participou da visita, foram empresários uruguaios, que encontram-se em Aracaju, a convite do secretário da Indústria e Comércio, vice-governador José Carlos Teixeira, para ver a possibilidade de investirem num projeto de fabricação de ácido fósmico no Polo Cloroquímico ou no Distrito Industrial de Socorro.



Winstan Moore (E) visitou obras do porto com técnico da Codise

Matéria do Jornal da Cidade de 15.06.1993 sobre visita ao Polo Cloroquímico e ao Porto de Sergipe. Da esquerda para a direita: Embaixador Winstan Moore, Wellington e Juarez Carvalho, coordenador do projeto Polo Cloroquímico.

Um outro compromisso, digamos assim, social e profissional, ao qual fui convidado foi um jantar oferecido pelo Governo de Sergipe ao Embaixador do Brasil em Hong Kong⁵⁷, senhor Arnaldo Carrilho e senhora. Durante o jantar, que aconteceu no Palácio Olímpio Campos em 27 de julho de 1993 e foi restrito apenas ao governador João Alves e sua senhora, Maria do Carmo; o embaixador Arnaldo Carrilho e sua senhora Maria Helena; eu e minha esposa Maria Inez e o Secretário Francisco Gerçi (mais conhecido por Bosco), Dr. João falou das potencialidades disponíveis no estado de Sergipe que, apesar de pequeno, possui grande riqueza mineral, como ureia, potássio, petróleo e gás natural, e um alto potencial para o turismo, e falou também da capacidade do estado de apoiar novos empreendimentos que queiram se instalar por aqui. Disse estar bastante esperançoso em receber investimentos estrangeiros para irrigar a economia sergipana.

Antes de começar o jantar fiquei circulando com minha esposa pelo Palácio e mirando toda aquela imponente estrutura, tanto arquitetônica quanto o belíssimo conjunto do mobiliário, as pinturas, esculturas e obras de arte ali existentes e mergulhei num passado de cerca de três décadas lembrando que ali estive trabalhando como ajudante de carpinteiro na reformulação de todo o telhado do prédio, almoçando de marmita na sombra do forro, otimizando o tempo para estudar a lição da escola, que frequentava no turno da noite — e na maior felicidade do mundo, pelos sonhos que sonhava; pelo futuro que planejava naquele presente momento. Mas nem no melhor dos meus sonhos poderia me imaginar um dia participando de um jantar com o chefe do poder executivo estadual — e como seu secretário de indústria e comércio —, recepcionando uma autoridade internacional. Isso mostra como a vida é uma jornada cheia de surpresas, e também o quanto os pensamentos são importantes para nossas vidas. É

57 O território de Hong Kong se tornou uma potência comercial da Ásia e um importante centro financeiro do Reino Unido. A partir de 1997 voltou ao domínio da China.

claro que tive muita força de vontade, foco e coragem. Se não houve apoio incondicional da família também não teve oposição sistemática; fui fazendo acontecer, ultrapassando barreiras e vencendo desafios porque eu tinha sonhos e objetivos a conquistar.

Mas, como tudo na vida passa, meu momento de poder chegou ao final por conta da conturbada exoneração do cargo, que me deixou perplexo pela forma como aconteceu, sem qualquer diálogo que caracteriza um povo civilizado, sobretudo no meu caso, em especial, que mantinha uma boa relação de amizade com o próprio governador e com seus familiares. Como em todas as nomeações eu fui convidado diretamente pelo governador, estranhei, sobremaneira, em saber da exoneração pelo Diário Oficial e, o que é pior, desconhecer os reais motivos que levaram ao meu afastamento, exatamente num momento em que estava como titular da pasta devido à desincompatibilização de José Carlos Mesquita Teixeira para ser candidato a Senador. É bem verdade que a Secretaria e suas vinculadas compunham acordo de governabilidade firmado com o PMDB, que logo indicaria o substituto do grande líder da oposição — como ocorreu com a indicação do economista Paulo Roberto Dantas Brandão, que me substituiu no cargo.

Após esse momento me afastei do serviço público por um período, em gozo de licença-prêmio, para refletir e tentar outras alternativas de trabalho na iniciativa privada, enveredei na carreira de consultor empresarial solo, mas descobri ser um mercado arduo, ilusório, por onde circula muita gente mal intencionada, e que vai de encontro à minha índole.

Secretaria da Agricultura e o Projeto Pró-Sertão

Passado o período de licença retornei ao meu órgão de origem — a Secretaria de Estado da Agricultura —, onde atuei como coordenador de cooperativismo do estado por um determinado período, até que recebi — e aceitei — convite para compor equipe de execução de um projeto internacional que estava em fase de implantação no âmbito da Secretaria, de nome Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida de Sergipe (Pró-Sertão). Nesse Projeto, coordenei um componente novo chamado Negócios Não Agrícolas, de estímulo aos pequenos empreendimentos, basicamente informais. Meu saudoso amigo Manoel Hora Batista foi o brilhante Coordenador Geral desse Projeto durante os sete anos de sua existência, e foi ele quem me fez o convite para coordenar tal componente, exatamente no dia do meu aniversário, em 30 de maio de 1996.

O Pró-Sertão foi um Projeto do Governo de Sergipe, vinculado institucionalmente à Secretaria de Estado da Agricultura e resultante do Acordo de Empréstimo nº 344-BR, firmado em 30 de maio de 1995 entre o Governo do Estado de Sergipe e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), no valor aproximado de US\$ 28 milhões, para um período de sete anos, cujo objetivo era o aumento da renda e a melhoria das condições de vida da população de baixa renda do semiárido sergipano através da promoção de ações que levassem a um processo de autonomia e autossustentabilidade dos seus beneficiários. Iniciado em 1996 e concluído no início de 2003, o Projeto teve como área de atuação os seguintes municípios do semiárido sergipano, na ordem do centro sul ao alto sertão: Tobias Barreto, Poço Verde, Simão Dias, Pinhão, Carira, Pedra Mole, Frei Paulo (onde ficava a sede central), Ribeirópolis, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel do Aleixo, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Aquidabã, Itabi, Nossa Senhora de Lourdes e Canhoba, e um público-alvo de apro-

ximadamente 10 mil pessoas. O Projeto tinha foco em seis amplos e importantes componentes que visavam, entre outras iniciativas, a redistribuição de terras, o fornecimento de água, o crédito subsidiado e desburocratizado, o apoio ao desenvolvimento agrícola e o apoio aos negócios não agrícolas, cuja coordenação esteve sob a minha responsabilidade durante todo o período do Projeto, ou seja, de março de 1996 até fevereiro de 2003.

Esse componente de Apoio aos Negócios Não Agrícolas, uma novidade em projetos de desenvolvimento rural, tinha como objetivo principal contribuir para o aumento da renda e a melhoria das condições de vida do público-alvo formado por pessoas que desenvolviam pequenas atividades, formais ou informais, nos setores da produção industrial, agroindustrial e artesanal, do comércio e dos serviços. Sua execução se deu através dos segmentos Artesanato e Microempresa Rural. Para isso foi firmada parcerias com instituições do estado que já tinham ampla folha de serviços prestados nas suas áreas, como:

Núcleo de Trabalho Comunitário de Sergipe (NUTRAC), uma entidade paraestatal, da estrutura de administração pública de Sergipe, vinculada à Secretaria de Ação Social, cuja equipe era dotada de enorme capacidade técnica e competência para qualificar o artesanato da região e prepará-lo para entrar nos mercados mais exigentes.

Canoa de Tolda, uma organização não-governamental criada especificamente para recuperar a Canoa Luzitânia, último exemplar de canoa de tolda⁵⁸ que se tem notícia, existente na região do Baixo São Francisco, em Sergipe, mas que ampliou sua atuação para o trabalho de educação ambiental focado no aproveitamento de papéis e transformação em peças de-

58 Herança da colonização holandesa no nordeste do Brasil, de tamanho menor que as originais, mas suficiente para descer o baixo rio São Francisco a favor do vento com o pano aberto. É o maior símbolo do Velho Chico.

corativas, utilitárias e de embalagens, através do Projeto Tudo Encaixa — unidade de produção formada por um grupo de jovens do município de Cumbe, dotados de uma nova e elogiável consciência ambiental.

Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE), pioneira organização de Sergipe a atuar com a atividade de microcrédito, para apoiar com capital e capacitação aos micros negócios instalados na área do Projeto.

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Sergipe com sua vasta experiência em consultoria empresarial, com o intuito de atuar para abrir mercados, especialmente para o artesanato apoiado e também trabalhar a área de resíduos sólidos da região visando a implantação de cooperativa de catadores de recicláveis.

Pois bem! O desenrolar desse trabalho foi bastante árduo, penoso e sacrificante, com deslocamentos diários entre Aracaju e Frei Paulo e de Frei Paulo aos demais municípios da área de atuação onde se encontrava o público-alvo do Projeto. Mas o seu resultado foi por demais gratificante porque a gente via a felicidade estampada no rosto das pessoas beneficiadas. Para se ter uma rápida ideia, destaco algumas experiências vividas e os resultados obtidos, por projeto:



Momento de transmissão do cargo de Secretário Adjunto Sávio Rollemberg, Wellington de Santana e o cientista José Barreto Fontes.

(Foto: Acervo do Autor)

Projeto Artesanato

Resgate do artesanato como atividade de grande ocupação de mão-de-obra e geradora de renda através da execução de mais de 4 mil horas de treinamento nas temáticas acabamento perfeito, gerenciamento básico e associativismo. Foram mais de 800 artesãos capacitados e organizados em 40 unidades de produção. O Projeto construiu sedes próprias para os artesãos no povoado Jabeberi, no município de Tobias Barreto, e na cidade de Frei Paulo, e reformou prédios para sediar as Associações de Artesãos do município de Simão Dias e para a Cooperativa de Bordados criada no ano de 2000 por iniciativa de 52 artesãos da região do Pró-Sertão, em Tobias Barreto.

Como já disse anteriormente, o resultado desse trabalho foi fantástico, com todo um universo de artesãos atuando de forma coletiva e buscando o aperfeiçoamento da técnica a partir do risco e do corte do tecido, da padronagem, do design e das cores das peças, preocupados com a preservação da autenticidade dos elementos culturais do bordado sergipano, produzindo os diversos tipos de finos bordados, a exemplo do tradicional rendendê, do ponto de cruz, do ponto cheio, do crochê, do ponto matiz, do richelieu e do sofisticado crivo, e comercializando não somente no Brasil mas também no Paraguai, no Chile, nos Estados Unidos e na Espanha.

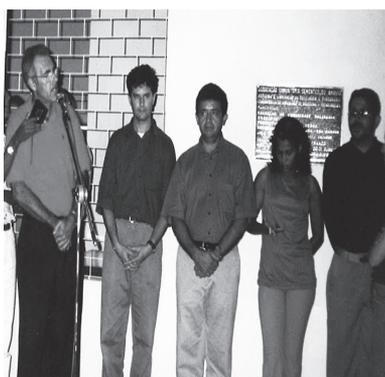
Nessa linha do projeto artesanato foi focado também a organização da produção de redes em tecelagem manual com um trabalho de capacitação dos profissionais e de reformulação da infraestrutura física do Centro de Produção de Tecelagem e Tinturaria, localizado na comunidade Amargosa II, do município de Poço Verde, o qual passou a produzir com mais qualidade atendendo aos mercados cada vez mais exigentes.



Inauguração da sede da Associação. (Foto: Acervo da Associação)



Artesanato de Sergipe exposto em Santiago do Chile, em 2002
(Foto: Acervo do Autor)



Momento da Reinauguração do Centro de Tecelagem Sementes do Amanhã, de Amargosa II. (Foto: Acervo do Autor)

Projeto Tudo Encaixa

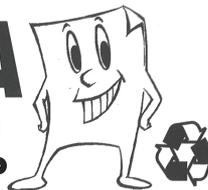
A ONG Canoa de Tolda ampliou seu foco para apoiar todo trabalho voltado à consciência ambiental e, ao tomar conhecimento dessa perspectiva, procurei estreitar relações profissionais com a organização através da pessoa de Osíris Asthon Vital Brazil, um dos seus fundadores, culminando com sua contratação para realização de um trabalho de educação ambiental com jovens da região do Projeto, no município de Cumbe.

A escolha de Cumbe para ser o centro do Projeto foi pelo fato de ser um dos menores e mais pobres municípios da área de atuação do Pró-Sertão, com poucas opções de emprego. O Tudo Encaixa — Associação Artesanal de Trançado e Reciclado de Papel de Cumbe, foi uma proposta moderna, inovadora e arrojada que, à época, se distinguiu das experiências semelhantes espalhadas pelo Brasil afora, por sua capacidade de atender a várias necessidades e interesses visando não somente a educação ambiental, mas, também, a geração de renda para um grupo de jovens adolescentes com poucas perspectivas de ocupação. Também foi um Projeto caracterizado por alguns aspectos fundamentais, como a utilização de mão-de-obra juvenil, ociosa e desqualificada; o aproveitamento de papéis, revistas e jornais inservíveis como matéria-prima, num processo de reciclagem; o desenvolvimento de produtos de boa aceitação nos mercados devido ao apelo ecológico; e, tudo isso, executado num modelo de organização centrado em grupo, num processo participativo, fortalecendo o sentido associativista nos participantes.

Dada a beleza e perfeição dos produtos elaborados pelo grupo, os mesmos foram levados à exposição internacional, precisamente em Santiago no Chile, com plena repercussão e bons resultados comerciais.

TUDO ENCAIXA

**Peças e Embalagens Artesanais
com Papel Reciclado e Trançado**



Pastas e conjuntos
para eventos



Sacolas de tamanhos variados



Pastas grandes com alça



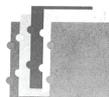
Caixas para CD



Caixas para fita de vídeo



Envelopes grandes e pequenos



Pastas para documentos



Envelopes para cartão



Caixas com alça



Sacolas pequenas



Caixas com formatos variados



Cestos de lixo



Porta-lápis



Objetos decorativos



Porta-cerveja



Chapéu



Cestos



Porta-lápis



Porta-latinha



Cestos de roupas



Bolsas



Garrafas de licor



Associação Artesanal de Trançado e Reciclado de Papel de Cumbe - Sergipe - Brasil
Rua Antônio Nunes de Moura, 70 Cumbe - Sergipe CER 49.660-000 (79) 362-1096 e 362-1127
tudoencaixa.infox.com.br - projetotudoencaixa@bol.com.br

Variedade de produtos do Tudo Encaixa

Projeto Microempresa Rural

Esse projeto possibilitou à população carente do semiárido sergipano que mantinha com dificuldade, sem capital e sem qualquer treinamento, seus pequenos armazéns, botecos, lojinhas, vendas de produtos isolados, salões de prestação de serviços em geral como beleza, consertos em móveis, sapatos, eletroeletrônicos, etc., o acesso a crédito sem aquela burocracia nem exigências do cotidiano da rede bancária. Dada a experiência acumulada pela instituição CEAPE na concessão de microcrédito orientado, ou seja, o empréstimo associado com assessoria técnica e capacitação a pequenos empreendimentos na capital, o mesmo foi contratado para atuar no apoio a esses negócios no interior do estado, com recursos do Projeto. Lembro que essa atividade foi tão importante para esse público específico e para a região como um todo que, em pouco tempo de atuação, já se observava uma certa transformação na maneira de pensar e agir do público assistido e na própria economia dos povoados, com um volume de recursos cada vez maior circulando.

Esse trabalho, que tive o prazer e a alegria de coordenar, foi de grande significado em minha vida, pessoal e profissional, pela grandeza de seus resultados para a vida de tantos que foram diretamente beneficiados: pessoas simples do semiárido sergipano, em geral pouco assistidas pelos sucessivos governos. Só para deixar registrado, em termos quantitativos o Programa de Microcrédito apoiou mais de 1.800 empreendedores de porte micro e quase sempre informais, e concedeu mais de 7.400 créditos, num valor total emprestado superior a R\$ 5,8 milhões — isso entre os anos de 1997 e 2002. O limite máximo de cada empréstimo era de R\$ 1,5 mil e o valor médio de cada operação foi de R\$ 783. Outros números importantes que faço questão de mencionar: o baixo índice

de inadimplência do Programa — inferior a 2% da carteira ativa mensal, bem abaixo da realidade do mercado naquela época; a participação de 53% de mulheres no total das operações realizadas; e inclusão de mais de 600 empreendedores no mercado formal de crédito, quando antes do Projeto essas pessoas sequer passavam nas portas dos bancos.

Ainda nesse segmento de Microempresa Rural o Pró-Sertão fez parceria com o SEBRAE para, entre outros objetivos, inserir o artesanato da região no mercado nacional e internacional e buscar a inclusão do microempreendedor da região semiárida no cadastro de fornecedores do governo estadual para poder participar do programa de compras governamentais que estava sendo gestado no âmbito da administração pública de então. O Projeto, inclusive, fez uma experiência com um microempreendedor do município de Ribeirópolis para fornecimento das poltronas do seu auditório, a qual foi considerada vitoriosa.



Momento de entrega de produto pelo Pró-Sertão aos beneficiários do Projeto.
(Foto: Acervo do Autor)

Secretaria do Meio Ambiente e o Programa Águas de Sergipe

Após o encerramento do Pró-Sertão, que ocorreu no início de 2003, fui convidado pelo saudoso amigo João Salgado para compor sua equipe de trabalho na recém criada Secretaria de Estado do Meio Ambiente, no novo governo, para a qual o mesmo havia sido nomeado secretário. Como eu estaria voltando para trabalhar no meu órgão de origem após quase sete anos atuando no interior do estado, me imaginei chegando, ainda sem atribuição definida, buscando uma readaptação à estrutura de organização, às novas diretrizes e aos novos colegas, daí porque aceitei o convite, na expectativa de reencontro com a área ambiental, agora na condição de técnico, já que na experiência anterior estava na condição de gestor da pasta. Como se tratava, portanto, de proposta nova para uma Secretaria exclusiva cuidando do meio ambiente, me agreguei ao grupo, ajudei a organizar e estruturar a Secretaria, assumi por muitos anos a Assessoria de Planejamento na SEMA e na sua sucessora SEMARH, isto após a incorporação do segmento recursos hídricos na sua estrutura que, aliás, foi proposta minha e da colega economista Ismeralda Barreto, apresentada aos senhores Márcio Costa Macedo e Genival Nunes Silva, prepostos do governador eleito Marcelo Déda para o segmento ambiental na equipe de transição de governo, que nos pediram para apresentar um projeto com essa nova configuração para a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos. Assim fizemos, inclusive com a colaboração da colega bióloga Maria Luíza Omena, e a SEMARH foi criada no bojo da Lei estadual nº 6.130, de 02 de abril de 2007.

Durante quase seis anos de todo esse período em que estou na área ambiental — ou seja, entre maio de 2015 e dezembro de 2020 — estive atuando como coordenador financeiro de um projeto internacional de nome Águas de Sergipe, no âmbito da

própria Secretaria, a convite do seu coordenador geral, Everton dos Santos Teixeira, e com a aquiescência do então Secretário, Genival Nunes Silva. Esse Programa foi resultante do Acordo de Empréstimo nº 8113-BR firmado entre o Governo de Sergipe e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (o conhecido BIRD ou Banco Mundial), cujo objetivo foi de fortalecer o marco institucional e de políticas para a gestão do meio ambiente e dos recursos hídricos no estado e implementar ações que pudessem contribuir para a revitalização da bacia hidrográfica do rio Sergipe⁵⁹, sob uma perspectiva integrada. O Programa teve um investimento total da ordem de 117,125 milhões de dólares americanos, dos quais US\$ 70,275 milhões foram financiados pelo Banco Mundial e US\$ 46,850 milhões de contrapartida do estado. Com as variações constantes do câmbio, o investimento foi superior a 310 milhões de reais, em moeda nacional.

A execução do Águas de Sergipe foi coroada de pleno êxito. Grandes realizações marcaram positivamente o Projeto. Muitas obras estruturantes de infraestrutura hídrica e de saneamento básico foram executadas no âmbito da bacia hidrográfica do rio Sergipe, sobretudo na região Agreste do estado, ao longo da sub-bacia do rio Jacarecica, com diversas e marcantes ações de segurança e recuperação de barragens e de modernização de perímetros públicos de irrigação. Importantes intervenções na área de saneamento básico e controle de poluição foram realizadas na região denominada Grande Aracaju, assim como nos municípios de Nossa Senhora das Dores e Itabaiana, que foram contemplados com obras marcantes, como os sistemas de esgotamento sanitário e de drenagem pluvial.

59 É a segunda mais relevante bacia do estado, cujo rio nasce em Pedro Alexandre, na Bahia, banha 26 municípios sergipanos percorrendo 210 km até desaguar no Oceano Atlântico. Divide a capital Aracaju do município de Barra dos Coqueiros.

Na área de gestão dos recursos hídricos e desenvolvimento institucional, o Projeto deixou também a sua marca com a realização de importantes instrumentos como cadastro de usuários de recursos hídricos, sistema de cobrança pelo uso da água, enquadramento dos corpos d'água e integração dos sistemas de licenciamento ambiental e outorga da água, bem como a grande obra de reconstrução da ponte sobre o rio Sergipe, no povoado Pedra Branca, no município de Laranjeiras, e do sistema adutor do São Francisco, que foram destroçados acidentalmente em 09 de maio de 2015.

Somente a título de esclarecimento, a ponte José Américo de Almeida, mais conhecida como ponte de Pedra Branca, foi inaugurada em 1933 pelo então presidente Getúlio Vargas, sendo considerada na época a grande obra do governo de Sergipe, Augusto Maynard Gomes.

Em 2015 essa ponte, que compunha a estrutura da BR-101, mas há tempos já não recebia tráfego de veículos, servindo apenas para passagem de pedestres e do sistema adutor do São Francisco para abastecimento de quase um milhão de pessoas da capital sergipana e da Grande Aracaju, desabou e rompeu duas adutoras que passavam sobre ela e bombeavam água do rio São Francisco causando, assim, um colapso no seio da população usuária.

Vale destacar que no dia do acidente o Programa Águas de Sergipe recebia equipe do Banco Mundial em missão costumeira de acompanhamento e avaliação da sua execução quando o governador decidiu convocar a representação do banco para uma reunião emergencial acerca da possibilidade de reconstrução da ponte com recursos financeiros do Acordo de Empréstimo — cuja proposta foi apresentada e aprovada pela direção do BIRD.

Em relação à minha participação na execução do Programa Águas de Sergipe, devo dizer que foi bastante prazeroso viver essa experiência, quase no final de minha carreira profissional, de trabalhar com esse Projeto do Banco Mundial cuidando das

finanças para que tudo desse certo, como deu. O BIRD é uma instituição financeira internacional sediada em Washington, capital dos Estados Unidos da América, ligada à Organização das Nações Unidas, bastante respeitada e rigorosa nas suas intervenções, que tem por objetivo a concessão de crédito visando a promoção do desenvolvimento econômico e social dos países de renda média visando a redução da pobreza.



Rio Sergipe – Ponte Construtor João Alves ligando Aracaju ao município de Barra dos Coqueiros. (Foto: Emanuel Rocha - 2023)



Ponte José Américo de Almeida, antes do desabamento
(Foto: Acervo da DESO)



Destroços da ponte José Américo de Almeida
(Foto: Acervo do PAS/DESO)



Ponte José Américo de Almeida concluída
(Foto: Acervo do PAS/DESO)

Capítulo VI

Fatos Inusitados



Como deve acontecer com quase todos os viventes, comigo não foi diferente, e relato aqui alguns fatos e acontecimentos ocorridos durante a minha existência que, por suas características incomuns, estranhas, bizarras, os considero inusitados.

1. Talvez pela condição de pobreza de minha família eu fui ter meu primeiro relógio quando comecei a trabalhar e ganhar meu próprio dinheiro. Por sua vez, como não possuía relógio, também nunca me interessei em aprender a leitura das horas. Isso me rendeu o seguinte vexame quando fazia o primeiro ano ginasial: uma professora, em algum momento da aula da manhã, me pediu para ir ver que hora era aquela, já que havia um relógio grande na parede da entrada do estabelecimento. Eu, que naquela época era um garoto tímido e desatento na escola, saí da sala, olhei o relógio na parede e, como cego, nada consegui ler, porque não sabia. Ao invés de pedir ajuda a alguém, não, inventei dizendo que eram dez e meia. Houve um espanto da professora, indagando já? Não é possível! E saiu da sala para ela mesma conferir o relógio. Não eram dez e meia como eu havia dito, mas sim nove horas e vinte e cinco minutos. Naquele dia

fiquei mal, mas serviu de lição, pois resolvi aprender a ler as horas e minutos nos relógios.

2. Eu cresci ouvindo histórias escabrosas acerca de Lampião (Virgulino Ferreira da Silva), como um verdadeiro cangaceiro sanguinário que amedrontava a todos por onde passava no interior do Nordeste, nos idos de 1922 até 1938, antes de 28 de julho quando sofreu uma emboscada e foi morto na Grota do Angico, no município de Poço Redondo, em Sergipe. Confirmei esses relatos vendo sua atuação medonha nas telas de cinema nos filmes *O Cangaceiro* e *a Morte Comanda o Cangaço* — os quais assisti por mais de uma vez.

Mas entre o final dos anos 1950 e início de 1960 eu vivi e conheci um sujeito apelidado de Pítitó (o lagartense Pedro Aragão Ribeiro) que, tal qual um cowboy, circulava por todo o território sergipano galopando num cavalo, sempre acompanhado de comparsas e, em geral, fortemente armado, pois diziam que era um exímio atirador, apreciava arrumar confusões e não levava desaforo para casa.

Pois bem! A fama de homem mau do Pítitó era de tal forma que eu me pelava de medo só em ouvir falar o seu nome. E olha que, um certo dia, estava, como de costume, no Bar do Arlindo (na esquina da rua Pernambuco com a então rua Paraná), ponto de encontro de jovens e adultos daquela área do bairro, quando chegaram uns cavaleiros e alguém comentou: olha o Pítitó chegando! Não pensei duas vezes; fui correndo para casa. Pouco tempo depois desse episódio, soube que o mesmo foi assassinado pela polícia.

Passados alguns anos surgiu uma música chamada *História de um Homem Mau*, cantada por Roberto Carlos, que, dada a semelhança, cheguei a pensar que a mesma estava retratando a vida do Pítitó.

3. Quando ingressei na adolescência comecei a trabalhar de forma fixa (mas sem carteira assinada porque a legislação trabalhista não permitia) numa carpintaria que existia vizinho a minha casa. O dono da empresa era amigo de meu pai e arranjou para eu trabalhar lá e tentar aprender a arte de carpinteiro. Trago comigo excelentes lembranças daquele tempo, mas um fato bizarro aconteceu quando trabalhávamos na reforma do telhado do prédio do Palácio Fausto Cardoso, antiga sede da Assembleia Legislativa de Sergipe, vizinho ao atual Palácio Museu Olímpio Campos. Eram dois profissionais e dois ajudantes, sendo eu um desses auxiliares. Todos os dias íamos pela manhã para o trabalho na Assembleia e retornávamos ao final da tarde.

Um belo dia, os profissionais esqueceram do horário de parar e quando foram lembrar era em torno das seis e meia da tarde e todo o prédio já estava fechado: tinham saído os deputados e todos os demais servidores. Até o responsável pelo fechamento do prédio esqueceu que havia um grupo de pessoas externas trabalhando na reforma do telhado. Nenhum pé de gente foi encontrado quando descemos dos telhados.

Aí começou o nosso dilema sem ter como se comunicar com o pessoal da ALESE, tampouco com a turma da carpintaria e de familiares. Fomos ao parapeito a bordo das janelas do prédio e passamos a abordar os transeuntes até que, lá pelas vinte horas, ou vinte e trinta, chegou alguém da Assembleia e nos liberou. Foi um momento de aflição (eu tinha apenas quinze anos de idade), apesar de divertido porque éramos quatro.

4. Aos dezesseis anos de idade, já trabalhando de carteira assinada e tendo convívio diário com pessoas de diversos níveis sociais, aprendi a fumar, apenas porque achava bonito e charmoso um homem fumando: um símbolo de elegância, assim considerava. No início forcei muito para aprender a

gostar do cigarro, mas logo passei a fumar dois maços de Minister⁶⁰ por dia; me tornei um viciado; fiquei quatorze longos anos de minha vida dependente do cigarro. Interessante que nunca acordei no meio da noite ou madrugada para fumar, como muitos usuários que conhecia faziam na época; mas não ia dormir sem ter cigarro em casa.

Pela criação que tive, nunca me permiti fumar na presença de meus pais: nutria por eles um enorme respeito e tinha muita vergonha. Sempre acreditei que eles sabiam desse meu vício, mesmo porque, por mais que escondesse a carteira de cigarros e o isqueiro, aqui e ali sei que vacilava e deixava-os expostos. Além do mais, o cheiro de quem fuma é diferente de uma pessoa normal; a roupa do fumante deve ficar impregnada de nicotina. Mas a verdade é que nunca me foi perguntado se eu fumava e nem foi censurado.

O fato que considero inusitado nessa história — e que depois me pareceu cômico — foi que, certo dia, como de costume, saí de casa no início da noite, após o café, para ir ao colégio. Assim que me afastei de casa acendi um cigarro e segui numa boa curtindo aquele momento bacana que só os fumantes conhecem, quando vejo vindo na minha frente ninguém menos que o meu pai. Assustado, indeciso e envergonhado, coloquei o cigarro aceso escondido na mão, fechei-a com jeito e a coloquei no bolso. Nesse ínterim já estávamos nos cruzando e nos cumprimentando, quando meu pai falou: “cuidado filho, pois pode queimar a calça”. Naquele instante procurei chão para me enfiar e não encontrei, tal foi a minha vergonha e tristeza por ter passado por aquele vexame. Mas nunca mais se falou nisso. Meu pai era superelegante quando queria ser.

60 Era uma marca de cigarros das mais elitizadas e caras de então.

5. Num domingo de sol na segunda metade da década de 1960 resolvi fazer um piquenique⁶¹ com minha namorada de então e na companhia de sua mãe. Fomos de ônibus até o Horto Florestal de Ibura, distante cerca de 15 quilômetros de Aracaju. Na verdade, uma viagem que tinha seus encantos, além da companhia da namorada: era uma extensa área verde de 144 hectares de mata atlântica abrigando algumas espécies ameaçadas de extinção da fauna e flora e ainda tinha uma piscina de águas naturais.

Ficamos tão empolgados com o passeio e com as belezas naturais do lugar que esquecemos de que o último ônibus para Aracaju saía às dezessete horas. Foi um reboliço porque naquele tempo não havia facilidade de comunicação nem de transporte público; o grande exemplo é o horário de saída do último ônibus de um espaço público de lazer. Felizmente surgiu um táxi e eu fiquei no prejuízo financeiro por mais de mês porque tive que assumir seu custo.

6. Ainda sobre cigarro, lembro-me quando servi ao glorioso exército brasileiro — a contragosto, diga-se de passagem, já que o serviço militar daquela época não era remunerado e eu já estava no mercado de trabalho ganhando meu salário e cumprindo com minhas obrigações —, em uma das reuniões de instrução que no início da incorporação se tinha diariamente, o instrutor, um tenente R/2⁶², perguntou ao grupo de soldados quem tinha um cigarro para lhe ceder. Imediatamente eu levantei minha mão indicando que tinha e ele veio até a mim pegar, tendo a seguinte reação preconceituosa ao ver que eram cigarros da marca Minister: “hum... ele fuma

61 Era um evento de lazer e romântico, muito comum na época, realizado em geral em parques, campos, florestas e praias mais desertas.

62 Formandos à Aspirante a Oficial da Reserva de 2ª classe nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva-CPOR.

Minister, mas isso é por enquanto porque já, já estará fumando Astória⁶³". Para quem estava ali forçado e amedrontado, como eu, foi humilhante e assustador.

7. O fumante da minha época (décadas de 1960 e 1970) invariavelmente era um tanto quanto mal-educado, inconveniente, não respeitando o direito do outro de respirar um ar puro, pois fumava em qualquer ambiente onde quer que estivesse: ônibus, aviões, carros de passeio, hospitais, cinemas, teatros, etc. Mesmo com a legislação brasileira já começando a regular o uso do fumo, certa feita eu cometi enorme abuso ao entrar no elevador do edifício Estado de Sergipe com cigarro aceso e, estupidamente, vendo subir aquela espiral de fumaça levando malefício à saúde dos irmãos que estavam naquele veículo — isto somente para não jogar fora um cigarro, pois havia acendido pouco tempo antes.

8. Em 26 de abril de 1975 fiz minha primeira viagem de avião numa circunstância de arrepiar a alma: acompanhar um irmão em estado de coma, sem diagnóstico confirmado, para ser internado numa Clínica Hospitalar no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Foi também minha primeira viagem à chamada Cidade Maravilhosa. Uma viagem cheia de complicações desde seu início devido a reações de passageiros que, mesmo desconhecendo o tipo de doença que acometia o paciente, temiam por possíveis contaminações imaginando que poderia ser uma meningite — que, aliás, estava havendo surto dessa infecção no país. Resolvido esse impasse, o voo, que vinha de Recife, seguiu viagem até o Rio de Janeiro saindo de Aracaju com um atraso bastante considerável.

63 Era uma marca de cigarros muito forte e mais barata, sem filtro, em geral usada por pessoas de menor poder aquisitivo.

Ao pousar no Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, quase às treze horas, havia uma ambulância nos aguardando para levar meu irmão até a unidade hospitalar. O fato que considero inusitado foi constatado lá para as quinze horas quando, já devidamente instalado no hospital, lembrei que não tinha pego nossa bagagem. Imaginem a minha situação!

9. Em 1982 eu atuava profissionalmente como gerente geral da COOPERTREZE — a maior cooperativa agrícola do estado de Sergipe e uma das maiores da região Nordeste de então. Em virtude da concretização de um projeto de colonização, de quase vinte anos de luta, o qual teve a decisiva participação do Incra, órgão do governo federal responsável pelos projetos de colonização e reforma agrária do país, e que representava a conquista de enormes benefícios para os agricultores associados através da titularidade definitiva das suas terras, a diretoria da cooperativa concordou em realizar uma grande festa para marcar esse evento histórico e decidiu convidar o então Ministro da Agricultura do Brasil para a solenidade de entrega das escrituras aos seus beneficiários. Procuramos o Secretário de Estado da Agricultura da época, o saudoso Luiz Ferreira dos Santos, para solicitar a interferência do então governador Augusto do Prado Franco visando marcar uma audiência com o ministro para que pudéssemos formalizar o convite. Assim foi feito e a audiência com o ministro Ângelo Amaury Stábile ficou agendada para as quinze horas de uma segunda-feira do mês de março daquele ano de 1982. Passagem aérea marcada para mim e para o presidente da cooperativa, o saudoso Damião Monteiro, para o domingo que antecedia o dia da audiência. O que ocorreu? Cheguei no aeroporto faltando 30 minutos para encerrar o check-in e já tinham me tirado da lista: perdemos o voo! Disseram-me naquela ocasião que

chegou de última hora o então senador Lourival Baptista, sem bilhete e precisando embarcar para Brasília. Como eu já estava atrasado, sobrei! São coisas da política tupiniquim brasileira. Mas e agora, o que fazer? Audiência marcada; o governador e o secretário já haviam embarcado para Brasília; e nós perdemos o voo. Decidimos então viajar de carro. O mesmo carro que trouxe o presidente até o aeroporto de Aracaju — um gol modelo 1980 — nos levou até Brasília, numa viagem épica, onde vencemos barreiras, inclusive de muita chuva e lamaçal na região de Ibotirama. Mas chegamos no Hotel, próximo das quatorze horas da segunda-feira, com tempo suficiente apenas para tomar banho, trocar de roupas e seguir até a Esplanada dos Ministérios. Fomos recebidos antes pelo governador Augusto Franco e seu secretário de Agricultura, Luiz Ferreira, no hotel em que estavam hospedados e, em seguida, pelo ministro Amaury Stábile, que aceitou nosso convite e agendou sua presença para a Colônia Treze, em Lagarto.

10. Em 1988 estive em Natal, no Rio Grande do Norte, para participar de mais uma reunião regional do sistema CEBRAE. Num dos momentos de folga, no hotel, fui até o salão de jogos e fiquei assistindo algumas pessoas disputando partidas de sinuca e um desses jogadores estava vencendo a todos, mas sem me convencer: ganhava de um, chamava outro e também ganhava até que me encorajei e entrei na fila para desafiá-lo — e também perdi, mesmo porque nunca fui um bom jogador de sinuca. Mas o curioso dessa história é que o jogador invencível me foi apresentado em seguida pelo anfitrião da reunião (diretor do CEAG/RN) como sendo o famoso cantor baiano Luiz Caldas, considerado o pai do gênero musical axé, que havia feito um grande show na cidade na noite anterior.

11. Em 1992 foi criada em Aracaju uma festa popular, de nome Pré-Caju, que reunia ritmos como axé, forró, samba e tantos outros, que logo caiu no gosto da população jovem da cidade. Como era uma festa que antecedia o carnaval e reunia milhares de pessoas desfilando nos blocos seguindo trios elétricos e vários cantores e bandas baianas, a mesma passou a ser considerada como sendo a abertura oficial do carnaval brasileiro. No período de realização da festa, a avenida Beira Mar chegava a reunir mais de 300 mil pessoas. Como é normal nesses eventos públicos com grandes aglomerações, marginais se infiltravam e faziam sua festa à parte praticando muitos furtos e roubos e até pequenos assaltos. Em janeiro de 2006, por exemplo, fui vítima desses delitos, que felizmente terminou de uma forma até risível, conforme relato:

Saí de casa, como de costume nas noites de festa, vestido numa camisa e bermuda com bolsos protegidos por botão. Coloquei em um dos bolsos meu RG e os dos meus dois filhos menores, minha CNH e R\$45 em dinheiro para os gastos da noite. Quando passou o bloco Nana, puxado pela famosa banda Chiclete com Banana, com um amontoado de foliões dentro das cordas e um mundaréu de gente na chamada pipoca, ou seja, acompanhando o bloco por fora, aconcheguei a mulher e os filhos para protegê-los da multidão, quando senti um empurrão e procurei ampliar a forma de proteção da família. Logo levei a mão ao bolso e senti que tinha sido furtado. Em seguida fui a um Posto Policial montado no âmbito do recinto da festa para prestar queixa recebendo como comprovante o Boletim de Ocorrência, o qual dobrei, coloquei no bolso e voltei ao local da festa onde minha família me aguardava. Em seguida passa outro bloco da Ivete Sangalo e foi aquele frisson, também muito parecido com o da banda Chiclete. Mais empurrão pra cima da gente e quando levei a mão ao bolso, cadê o B.O.? Fui furtado pela segunda vez na mesma noite. Só que dessa vez o ladrão dançou.

Capítulo VII

Livramento de Deus



Quem nunca se perguntou: será que temos hora marcada para morrer? Será que Deus, ao nos dá a vida já planejou o nosso retorno? O destino de cada um de nós está traçado?

Apesar da minha formação cristã, de católico e praticante, apesar de crer na palavra — e está escrito na Bíblia que não temos hora e data certa para morrer —, muitas vezes me vejo incluído no rol dos duvidosos. Mesmo porque a Bíblia diz também (Eclesiastes 3.2) que *há tempo de nascer e tempo de morrer, como há tempo de plantar e de colher*. Eu entendo que essa citação não quer dizer se tratar do dia da nossa morte, mas sim de uma demonstração do ciclo da vida — mas causa dúvida. A verdade é que, como diz o Livro de Gálatas, 6.7, *aquilo que o homem semear, isso também colherá*. Em função disso concluímos que muitas das consequências que sofremos na vida acontecem por conta das escolhas que fizemos — o que pode, inclusive, levar à morte.

Imagino que o leitor esteja neste momento se perguntando o porquê dessa introdução bíblica. É que, como eu sei que a morte é uma consequência do pecado e que, ao longo dos meus mais de setenta anos de vida passei por momentos difíceis e me deparei com algumas situações de risco, eu posso comprovar que Deus

me deu o livramento de morte em várias ocasiões. Vejamos os relatos a seguir:

1. Quando eu tinha doze anos de idade, morando numa região da cidade que concentrava grande número de crianças e adolescentes ainda com práticas infantis (a então rua Paraná, atual Mariano Salmeron, esquina com Pernambuco, no bairro Siqueira Campos), muitas travessuras e traquinagens eram feitas diariamente. Numa dessas estripulias, ocorreu que um caminhão que estava estacionado na frente do bar do Sr. Arlindo⁶⁴, no sentido centro da cidade, começou a sair e alguns garotos resolveram se pendurar na sua carroceria, por pura diversão: uns na traseira e outros, como eu, no lado direito do veículo. No meu caso havia um agravante: me pendurei na carroceria entre os pneus dianteiro e traseiro. Quando o caminhão começou a ganhar velocidade, os colegas foram pulando e ficaram a gritar para o motorista parar por minha causa. E eu fiquei com medo de pular e ser alcançado pelas rodas do veículo. Mas — acho que 100 metros depois — consegui fazer um movimento para trás e pulei. Meu primeiro livramento!

2. Ainda na faixa dos doze ou treze anos, pratiquei um ato impensado, uma loucura, comparado a chamada roleta russa⁶⁵: saí de dentro de casa correndo e, sem olhar para os lados da movimentada rua Paraná, na mesma velocidade, atravessei para o outro lado da rua, chegando na marcenaria do Sr. Eno-

64 Esse bar era o ponto de encontro dos boêmios do bairro — e onde os adolescentes também se encontravam todas as noites para trocar figurinhas, contando e ouvindo estórias as mais diversas. Durante o dia, o ponto de encontro dos garotos era a marcenaria do Sr. Enoque. Ambos ficavam na confluência das ruas Paraná, atual Mariano Salmeron, esquina com Pernambuco. As ruas eram pavimentadas de piçarra e a Paraná tinha dois sentidos de direção. Também era bastante movimentada por ser a única rua de entrada da capital.

65 Para quem não sabe, a chamada roleta russa consiste em deixar uma única bala no tambor de um revólver, girar esse tambor para não se saber a posição exata da bala, apontar o cano da arma para si próprio e apertar o gatilho.

que. Assim que botei o pé na calçada vinha um veículo, tipo jipe, no sentido centro da cidade/zona oeste, que cruzou comigo insistentemente buzinando porque não deu tempo ao motorista sequer de pisar no freio. Antes de baixar a poeira, literalmente porque a estrada simplesmente era de piçarra, ouvi vários sermões dos mais velhos que presenciaram o meu segundo livramento de morte dado por Deus.

3. Trago comigo desde os vinte e dois anos de idade uma lembrança meio que macabra, de ter visto do alto do teto do centro cirúrgico do Hospital das Clínicas Dr. Augusto Leite (o conhecido Hospital de Cirurgia) o meu próprio corpo deitado numa cama. Naquela ocasião eu havia passado por um procedimento cirúrgico simples, de retirada de alguns nódulos na região do peito. Não sei em qual momento do ato, mas lembro muito bem de ter visto de cima o meu corpo, numa real experiência de quase-morte. Pode ter sido meu terceiro livramento.

4. No segundo semestre de 1974, como empregado e representante da PRHOCASE, fiz uma viagem de carro, conduzido pelo colega de nome Benício, até a cidade de Jaguaquara, na microrregião de Jequié, no sudoeste da Bahia, para avaliar o estado de conservação e definir o transporte de umas máquinas que estavam sendo doadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária à Promoção do Homem do Campo de Sergipe⁶⁶ para servir aos agricultores estabelecidos nas fazendas comunitárias da Arquidiocese de Aracaju, distribuídas na zona da Cotinguiba de Sergipe. No retorno a Aracaju pela BR-101, numa tarde chuvosa, já próximo ao município de Itaporanga d’Ajuda, o veículo em que viajava-

66 Essa organização civil de sigla PRHOCASE foi fruto de obra social criada por Dom Luciano José Cabral Duarte em seu episcopado como bispo auxiliar e arcebispo de Aracaju.

mos (Ford Rural Willys) trancou a roda dianteira, quando então o colega condutor assustado falou: “se segura que vai virar”. E o veículo deu algumas emborcadas até parar de rodas para cima no acostamento. Mais uma emborcada descia num pequeno precipício. Tive três costelas quebradas e o colega o braço. O meu quarto livramento de morte.

5. Nas eleições de 1986 eu saí candidato a deputado estadual por indicação do movimento cooperativista de Sergipe, do qual fazia parte atuando naquele ano como superintendente da Organização das Cooperativas do Estado. Sem qualquer condição financeira para fazer uma campanha mais tranquila, eu mesmo rodei o estado dirigindo o próprio veículo para visitar minhas bases, que eram os dirigentes e associados de cooperativas. Não me licenciaram oficialmente para fazer a campanha. Praticamente tive carga de trabalho dobrada naquele período. Outro dia fui a alguns municípios do Baixo São Francisco, como Propriá e Amparo de São Francisco, e desci passando por Telha, Cedro de São João, Malhada dos Bois e Capela, retornando pela BR-101 para a capital, já pela madrugada. Estava na companhia de meu saudoso pai e os dois muito cansados depois de praticamente um dia de maratona; meu pai dormia no banco ao lado e eu me recordei ter passado pelo município de Maruim e, ainda consciente, rodado alguns quilômetros adiante. Eu, conhecedor profundo daquela rodovia, de repente, assustado, me deparei com o Hotel Flecha — de Maruim até o hotel é uma distância entre 7 a 8 quilômetros. Ou seja, tive a nítida sensação de que dormi ao volante um bom pedaço da estrada. Balancei a cabeça e passei a mão no rosto como que para despertar; falei algo com meu pai e ele não respondeu porque certamente estava dormindo. Imediatamente orei agradecendo a Deus por mais um livramento na minha vida.

6. Na minha trajetória de luta pela sobrevivência trabalhei em um Projeto financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, chamado Pró-Sertão, com sede no município de Frei Paulo, distante 75 quilômetros de Aracaju. Éramos uma equipe de dez profissionais morando na capital. Havia um veículo a serviço do Projeto, tipo topic, que nos transportava todos os dias, de segunda à sexta-feira, saindo às seis e meia de Aracaju para Frei Paulo e deste às 17 horas retornando a Aracaju. Entre essas idas e vindas, ocorreu um fato inesperado e indesejável no retorno a Aracaju naquela tarde de quarta-feira, 11 de fevereiro de 1998, que abalou profundamente o psicológico de todos os ocupantes da topic. Por volta das 17h35, ao entrar numa curva já chegando nas proximidades do Hotel Fazenda Boa Luz — um dos mais visitados complexos de entretenimento da região —, nos deparamos com uma cena digna dos faroestes americanos: estava havendo uma tentativa de assalto a um carro forte⁶⁷, onde no acostamento do lado direito (sentido Aracaju) estavam os bandidos numa caminhoneta branca e do outro lado da rodovia estava o carro forte, com parte no acostamento e outra na pista, trocando tiros. Aconteceu que o condutor da topic, de nome Enoque, decidiu passar no meio do fogo cruzado porque, quando entramos na curva, logo nos deparamos com aquela cena dantesca, e não havia a menor condição de breicar o nosso veículo. Instintiva e infantilmente, todos baixamos a cabeça, inclusive o condutor (imaginem dirigir sem ver o que está à sua frente!), como se essa atitude assegurasse proteção. Após passarmos incólume pela linha de tiros, apesar de quatro perfurações na lataria do veículo — como foi constatado depois —, agradecemos com fervor ao nosso Pai Eterno. E estava ali o meu sexto livramento de morte.

67 Veículo automotor especial, utilizado no Brasil para transporte de grandes quantias de dinheiro e objetos de valor.

7. Eu não sou nenhum hipocondríaco, mas procuro cuidar de minha saúde da melhor forma possível, indo a médicos regularmente. Acho que desde os cinquenta anos de idade frequento pelo menos uma vez ao ano a consultórios médicos, conforme a necessidade ocorra, em especial ao cardiologista devido ao histórico familiar. Em 2005, após a realização de alguns exames de rotina, dentre os quais o teste ergométrico, me foi diagnosticado uma isquemia cardíaca. A partir de então passei a fazer uso contínuo de medicamentos para minimizar os fatores de risco. Mas continuei sem restrições médicas e fazendo a cada seis meses os exames de laboratório e os cardiológicos anualmente. Em 22 de maio de 2019 recebi os cumprimentos do meu cardiologista por estar completando 70 anos de idade, e com os exames apresentando resultados excelentes. Pois bem! Com muita alegria e satisfação entrei numa nova década da minha vida, comemorando em grande estilo na Casa de Deus e na presença da minha família e de amigos. Dias depois casei meu filho mais novo, também em meio a enorme emoção. Nesse ínterim estive com uma vasta carga de responsabilidade no trabalho que me deixou um tanto quanto estressado. No dia seguinte ao casamento de meu filho Diego Antônio, era 23 de junho de 2019, véspera de São João — uma das festas do calendário nacional que mais curto e que costumeiramente reúno minha querida turma ao redor da fogueira para jogar conversa fora ao som de uma boa música junina e saboreando as delícias da temporada. Passei o dia nos preparativos: comprei fogueira, milho, amendoim, queijo e as bebidas; fiz a limpeza da casa, das mesas e cadeiras e, após as dezoito horas, quando estava preparando a fogueira para colocar na porta e receber a todos os filhos e filhas, noras e genros, e a amada netinha, eis que senti um estranho mal-estar seguido de fortes dores ao longo do braço esquerdo. Fui levado a urgência hospitalar e constatado que havia sofrido um infarto agudo do miocárdio. Graças a Deus ganhei mais um livramento do Senhor.

Capítulo VIII

*Minha Alma Gêmea
(O grande amor da minha vida)*





Casamento é um vínculo firmado por decisão individual de duas pessoas que acreditam se amar e, por várias razões, buscam formar uma família, ter filhos e educá-los para a vida. Do ponto de vista da legislação (Código de Direito Civil e Código de Direito Canônico), o casamento é um contrato, um consórcio e, ao mesmo tempo, uma instituição social.

A crença e o desejo de todo ser humano ao se decidir pelo casamento é de que será feliz e fará o outro feliz para sempre. Mas essa não tem sido a unânime realidade porque a vida a dois pressupõe renúncias, respeito mútuo acima de tudo e a aceitação do outro como ele é, com todas as suas qualidades e defeitos. E isso exige enorme sacrifício dos cônjuges — mas muitos preferem o relaxamento, a separação e a busca por nova oportunidade de ser feliz.

Essa história eu vivenciei e ganhei duas filhas maravilhosas do meu primeiro matrimônio: Amanda Patrícia e Carla Verônica, que são um grande presente de Deus na minha vida.

O tempo passou e minha vida continuou com a mesma rotina, precisando apenas de ser reestruturada para readaptação à nova realidade familiar e financeira e, evidentemente, retorno à sua normalidade. Novos relacionamentos e sentimentos foram

compartilhados, mesmo não alimentando a possibilidade de uma nova união, e algumas mudanças no campo profissional surgiram como uma providência divina para o meu fortalecimento pessoal. Não obstante a situação, minhas filhas sempre em primeiro lugar continuaram sendo o centro da minha atenção, verdadeiramente amadas e a razão principal do meu viver. Durante os quase quatro anos de solteirice elas foram minhas principais companhias de amor incondicional. Viveram comigo sob o mesmo teto durante um bom período da vida delas independente da decisão judicial de permanência com a mãe.

Um belo dia da primavera do ano de 1987, eu, como sempre de bem com a vida, gozando de boa saúde, jogando minha bola nos finais de semana para manter a forma física, coração ocupado com uma namorada e profissionalmente feliz, participando inclusive do staff político do então governador do estado, Antônio Carlos Valadares, na qualidade de secretário executivo do Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Estado de Sergipe (CEAG/SE, órgão antecessor do atual SEBRAE), senti algo estranho mexer com meu corpo durante um evento político-administrativo ocorrido no Palácio Olímpio Campos — um símbolo do poder estadual, funcionando como sede do Governo do Estado e residência oficial dos governadores. Era a solenidade de posse do senhor Walter Barreto Góis como o novo titular da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo de Sergipe, a quem o órgão que dirigia estava vinculado administrativamente.

Ao lado do empossado estavam seus familiares e várias outras pessoas. Entre essas pessoas havia uma jovem muito bonita, de corpo escultural e sorriso meio tímido, mas encantador, que logo me chamou a atenção. Acho que também despertei nela alguma coisa interessante porque, apesar de eu estar acompanhado da namorada, a cada momento nos encontrávamos discretamente olhando um ao outro, numa espécie de flerte juvenil.

Após as felicitações de praxe ao empossado voltei ao órgão para cumprir minha rotina de trabalho. Só que, como companhia, veio comigo a imagem daquela garota com seu olhar sedutor — e ficou no meu subconsciente por vários dias. Nada mais sabia daquela pessoa, a não ser a certeza de que mexeu com meus sentimentos.

Passado uma semana, ou pouco mais, da posse do novo secretário, fui convocado por este para uma audiência de despacho, situação normal na relação entre os órgãos da administração pública. Assim que cheguei ao Gabinete do senhor Walter Barreto tive uma agradável e emocionante surpresa ao me deparar com aquela jovem que havia alugado minha mente por aqueles dias e uma alegria incontável em me apresentar a uma das secretárias do gabinete. Aquele dia de outubro foi dos melhores durante minha gestão no CEAG/SE. Enquanto aguardava ser chamado conversei muito com a bela Inez — era esse o seu nome de batismo: Maria Inez Santana Bomfim. Paradoxalmente, descobri algo que me deixou triste naquele momento: uma aliança no anelar de sua mão direita, simbolizando evidentemente que era comprometida.

É bom que se frise, que por liturgia do cargo que ocupava, regularmente teria que despachar com o esse novo secretário como costumava fazer com o anterior. Mas nunca uma rotina muitas vezes inconveniente e improdutiva me foi tão agradável como essa! E semanalmente eu estava na Secretaria, tendo ou não o que tratar com Walter. Pelo menos ia ver a secretária Inez e cumprimentá-la, mantendo naturalmente o necessário respeito.

Cada semana que passava mais aumentava meu sentimento de interesse por Inez, não obstante nada mais saber sobre ela, a não ser que era noiva, com móveis comprados e prestes a marcar o casamento. Não sabia onde morava nem seu telefone residencial (naquela época ainda não havia telefone móvel no Brasil). Ela me atendia com especial atenção e até de forma meiga, fazendo crescer dentro de mim a esperança de um dia poder tê-la como

namorada. Até que numa dessas nossas conversas me declarei apaixonado e lhe prometi casamento; senti ela tremer nas bases. Foi realmente uma pressão psicológica pesada que exerci sobre ela! Passei a deixar com ela sempre que ia na Secretaria bilhetes com mensagens românticas e com declaração de amor; sugerindo o término do seu noivado e assumindo compromisso de colocar uma aliança em sua mão esquerda!

Até então ela também não sabia muito sobre mim. Achava até que eu fosse casado com a pessoa com quem estava acompanhado no dia da solenidade de posse do secretário Walter. Foi quando lhe disse que era separado e que tinha duas filhas, uma com dez anos e a outra com nove anos de idade; e também que eu já estava livre e desimpedido aguardando o seu sim. Outro dia levei as meninas na Secretaria para ela conhecer e ela as recebeu de forma simpática e conversaram alegremente. E não é que as meninas, que nunca antes haviam simpatizado quaisquer das namoradas que tive, passaram a falar bem da Inez! Tudo do meu lado se caminhava para um final feliz. Nunca deixei de acreditar que estava diante de minha alma gêmea! Mas ela continuava sem nada me falar da sua vida.

Como eu decidi investir nessa conquista com denodo e persistência esperando acontecer um final feliz, este veio quase um ano depois do nosso primeiro olhar, exatamente em 15 de agosto de 1988, próximo da meia-noite, através de uma surpreendente ligação telefônica. O primeiro telefonema recebido dela durante todo esse tempo de nosso estranho relacionamento. Ela me deu boa noite, se identificou e me disse laconicamente: “terminei o noivado; agora podemos conversar”. Custei acreditar naquilo que tinha acabado de ouvir, mas acreditei. Aquela foi a melhor notícia que poderia ter recebido e me fez ter uma madrugada de sono agitado, com sonhos bons e pensamentos os mais diversos me levando à felicidade.

No dia seguinte conversamos por telefone e marcamos para nos encontrar no sábado, 20 de agosto. O local desse primeiro encontro foi o ponto de ônibus da av. Barão de Maruim, na praça da Bandeira, onde, em torno das 16 horas, a peguei e fomos até o Parque da Sementeira. Assim que ela entrou no carro eu liguei o som cuja fita cassete⁶⁸ estava no ponto para ser acionada com a música do forrozeiro Alcimar Monteiro *Você quer namorar comigo*, que fez enorme sucesso nas festas juninas de 1988, e que inicia com a seguinte estrofe:

*Você quer namorar comigo
Te quero mais que uma amiga
É grande a nossa amizade
Eu te amo de verdade e quero namorar contigo*

É impressionante como a letra dessa música parece ter sido escrita por encomenda para mim depois que a conheci porque toda ela retrata exatamente a minha realidade nessa relação, os meus sentimentos que foram crescentes a partir daquele instante.

Pois bem! Após ouvir a primeira frase de forma interrogativa da música *Você quer namorar comigo*, olhamos um para o outro com ar de riso e puxei sua cabeça para próximo da minha como se fosse lhe dar um abraço — impossível no carro em movimento. Seguimos ao Parque ouvindo a melodia por completo e lá ficamos por um tempo conversando sobre tudo: nossas famílias, atualidades, carreira profissional, nossos gostos e costumes, e, enfim, o porquê da sua decisão e quais as expectativas de futuro. Também namoramos um pouco, trocamos carícias e abraços. Foi verdadeiramente uma tarde inesquecível! Despedimo-nos combinando que no dia seguinte, domingo, 21 de agosto, iria até sua casa para conhecer e

68 K7 como também era conhecida era o que havia de mais moderno na época para gravação de áudio

conversar com sua família e pedir permissão à sua mãe para poder lhe namorar — ela era órfã de pai há quase dois anos.

Durante a interlocução com a família falei acerca da minha pessoa, sobre os meus sentimentos em relação à Inez e declarei com bastante firmeza o meu desejo de casar o mais rápido possível, ter filhos, ser feliz e fazê-la também muito feliz até que a morte venha a nos separar. Queria e precisava reconstruir minha vida, e ao lado de Inez constituir uma linda família. Sei que fui convincente nas minhas colocações porque só falei a verdade, e com o coração.

Não obstante, ouvimos algumas colocações contundentes e reclamações perfeitamente compreensíveis de uma mãe que se sentia traída pela própria filha; uma mãe que estava nos preparativos para a cerimônia religiosa de casamento da sua única filha (além dela são três filhos homens) e hoje se dá conta da paixão cega dessa filha por um homem desquitado (sequer divorciado), “sem chance real de concretizar o sonho que sempre sonhei de entrar na Igreja com minha filha”, “não foi isso que planejei para sua vida”, falou dona Maria da Graça, chorando em alguns momentos da conversa e demonstrando uma certa dose de tristeza e de raiva. Foi uma noite de grande tensão, mas estávamos decididos seguir adiante em busca de nossa felicidade. Só nós dois sabemos o peso que foi segurar essa nossa relação, sobretudo para ela que, enquanto estava em casa, ouvia censuras e recebia seguidas reprimendas da mãe e do irmão mais velho dos homens, José Luiz. Até no seu local de trabalho — fiquei sabendo posteriormente — sua decisão foi censurada pelo secretário Walter, que se achou no direito de opinar por fazer parte, de certa forma, de sua família (Walter Barreto é casado com uma prima da mãe de Inez — de nome Iara, conhecida por Daia — e seu irmão Wilson é casado com sua tia Rita, irmã de sua mãe). Durante nosso período de flerte — me disse Inez já como minha esposa —

Walter conversou com ela por algumas vezes, aconselhando para não se deixar influenciar por boa aparência e bom papo e mostrando que me conhecia não somente como uma pessoa ilibada e um profissional competente, mas pelo meu estilo de vida, que era público: um homem desquitado, sedutor e que não se prendia a nenhuma mulher; queria sair com toda mulher bonita, mas dispensava compromisso.

Apesar da demonstração de moralismo raso do meu secretário, não o censurei por isso, porque realmente, em alguns relacionamentos que tive após a separação judicial, o meu comportamento foi parecido com sua exposição. Agora uma coisa é certa: sempre fui um sujeito autêntico, ou seja, procurava jogar limpo com as parceiras, não fingia sentimentos nem jurava amor eterno.

Ao chegar em minha casa após a tensa reunião familiar liguei para ela e conversamos durante muito tempo, como, aliás, fazíamos todas as noites. Avaliamos como razoável o resultado das nossas discussões e juramos juntar forças para buscar o nosso desiderato.

Com o passar do tempo fomos vendo crescer em nós o sentimento de amor verdadeiro, de cumplicidade, cada vez mais nos apegando um ao outro, até que no Natal seguinte noivamos, num raro momento de surpresa de minha parte. Mandei fazer as alianças e na noite de 24 de dezembro de 1988, surpreendi a todos da família, inclusive a própria Inez, que desconhecia essa minha decisão. Após esse momento passamos a planejar a nossa união. Começamos a arrumar a casa onde iríamos morar e marcamos o ato solene para o dia 21 de janeiro do ano seguinte.

Finalmente chegou o grande dia; o mais especial de nossas vidas. O dia da nossa entrega um ao outro. Se eu já não tivesse sido casado com outra pessoa anteriormente, seria um dia

especial também para os convidados e para a sociedade em geral que poderiam assistir a um importante ritual religioso com efeito civil e com o desfile de todos os símbolos usados em cerimônias dessa natureza.

Mas não. Não teve cerimônia religiosa e nem civil, porque ainda não tinha saído o meu divórcio. Teve apenas a presença forte do amor de duas pessoas e do destemor de uma garota extremamente decidida e crente na sua força e no poder divino; e, como símbolo, apenas as alianças para externalizar o compromisso entre o casal de eternizar o amor.

Particularmente eu gostaria imensamente de ter dado àquele momento os ritos de um sacramento sagrado como considera a igreja. Mas, com certeza, a falta de véu, grinalda, vestido branco especial e buquê de flores não iria reduzir a importância do ato nem impedir que as bênçãos de Deus fossem derramadas sobre o casal!

Pois bem! Na noite do dia consagrado a Santa Inês, reunimos as duas famílias em nossa residência, na avenida Doutor Francisco Moreira, nº 1310, no bairro Ponto Novo, e formalizamos a nossa união numa solenidade simples, com a presença especial do saudoso Monsenhor João Moreira Lima, parente da mãe de Inez e amigo pessoal da minha família, que veio trazer sua bênção ao nosso lar e às alianças. Uma feliz coincidência observada nesse ato foi a participação do Mons. João Lima, por ter sido ele o celebrante, como Cônego, do meu batizado em 29 de julho de 1951, conforme registro no Livro de Batismo 02, às folhas 25, número 276, da Arquidiocese de Aracaju.



Momento do Brinde do novo casal. Monsenhor João Lima, sentado.
(Foto: Acervo do Autor)

Já casados, viajamos de carro na madrugada do domingo, dia 22, para curtir a fase encantadora do casamento, chamada lua de mel. Foram quatro dias a partir da noite de 23 de janeiro em um hotel que não recordamos o nome, situado na Praia da Costa, em Vila Velha, no estado do Espírito Santo, previamente reservado. O triste dessa história é que a falta de um planejamento mais completo frustrou a nossa primeira noite em viagem. Ocorreu que como só tinha agendado hospedagem em Vila Velha, ao chegar no início da noite de domingo em Itabuna, estado da Bahia, tivemos dificuldade em encontrar um estabelecimento mais qualificado e resolvemos passar a noite numa espécie de hotel comercial, de categoria duvidosa. O fato é que chegamos muito cansados depois de um dia inteiro de viagem e de visitas aos pontos turísticos de Ilhéus.

No dia seguinte partimos logo cedo para o nosso destino, mas no percurso paramos para visitar um distrito de Santa Cruz de

Cabrália, local onde foi celebrada a primeira missa no Brasil, após o processo de seu descobrimento, e onde vivem famílias de índios Pataxós. Conhecemos naquela comunidade o Memorial da Primeira Missa e uma réplica da cruz usada na ocasião. Um pequeno mergulho na história do país em nossa viagem de lua de mel.

Finalmente no início da noite de segunda-feira, dia 23 de janeiro, chegamos ao hotel e fomos curtir um ao outro de forma integral e merecida. Foram três dias de muita entrega, de traçar planos para o futuro, muito relaxamento e de conhecimento de novas regiões como Vitória e Guarapari.

No nosso planejamento de férias constava uma esticada até o município de Macaé, no Rio de Janeiro, onde moravam minha irmã caçula, Iara, com seu marido Haélio Dantas e meus sobrinhos Alisson, Charles e Thiago. Estavam na casa de Iara em gozo de férias, nossa irmã primogênita Maria José e minhas filhas Amanda Patrícia e Carla Verônica.

Ficamos em Macaé até 05 de fevereiro, tempo que foi suficiente para podermos visitar a capital do Rio de Janeiro e conhecer os seus encantos — o que fizemos de forma muito corrida em apenas um sábado.

Saímos cedo de Macaé em carro próprio — eu, Inez, Maria José, minhas filhas e o sobrinho Alisson — com destino à capital fluminense para conhecer os principais pontos turísticos da Cidade Maravilhosa. O impacto de beleza já começou quando entramos na monumental ponte erguida sobre a Baía de Guanabara — a famosa Rio-Niterói, com seus 14 quilômetros de extensão. Ao ingressar na capital, logo após sair da ponte, passamos pelo Sambódromo (um exuberante projeto do arquiteto Oscar Niemeyer feito para as apresentações das escolas de samba) localizado na av. Marquês de Sapucaí, no centro da cidade; admiramos a beleza do Teatro Municipal na região da Cinelândia (uma das maiores casas de espetáculo do país) e os Arcos da Lapa, cons-

truído para servir de aqueduto e posteriormente utilizado como viaduto dos bondes de Santa Tereza; adentramos no templo do futebol brasileiro — o estádio Mário Filho, o famoso Maracanã, que já foi considerado o maior do mundo; passamos em frente ao admirável Jardim Botânico; circulamos as praias de Ipanema, Leblon e, em especial, a linda Copacabana com seus 3 quilômetros de extensão. Tiramos fotografia aos pés do Cristo Redentor, no morro do Corcovado, em plena Floresta da Tijuca (para mim uma das sete maravilhas do mundo!); e também no alto do Pão de Açúcar no trajeto de bondinho até o morro da Urca.

Na viagem de retorno a Macaé, já na parte da tarde do sábado, curtimos a paisagem deslumbrante de boa parte dos 7 quilômetros do chamado Aterro do Flamengo até deixar o perímetro carioca e ingressar em Niterói, para em seguida começar a desfrutar as mais belas paisagens do litoral fluminense, na chamada Região dos Lagos formada por municípios com suas belezas naturais encantadoras, como Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Rio das Ostras.

Nossa passagem pelo Rio de Janeiro e Macaé foi marcante, assim como nosso período de descanso foi fenomenal. Mas, como as obrigações aguardavam a todos nós, tivemos que retornar a Aracaju após dezesseis dias de liberdade e relaxamento.

Um fato curioso dessa nossa viagem, que merece ser relatado para mostrar o quanto a sorte nos protegeu e quão frágil é a nossa fiscalização rodoviária, foi que, na viagem de retorno a Aracaju, fomos parados no Posto da Polícia Rodoviária Federal do município de Itapetinga, no estado da Bahia, devido ao cometimento de uma infração de trânsito: excesso de velocidade acusado pelo sistema de radar. Fui abordado pelo policial, o qual solicitou a documentação do veículo e minha habilitação. E foi aí que descobrir ter viajado sem documento do carro; dispunha apenas de uma permissão para circular durante quinze dias, até a conclu-

são do processo de licenciamento, prazo esse vencido havia quase quatro meses, no final de outubro do ano anterior! Imaginem que rodei mais de 4 mil quilômetros por quatro estados da federação e só fui parado uma única vez, e por imprudência de minha parte. Mas graças a compreensão e cordialidade da autoridade policial paguei uma multa e fui liberado chegando em paz e em tempo de minha mulher fazer uma última prova antes da colação de grau em Geografia, que ocorreu no domingo seguinte, dia 12 de fevereiro de 1989.

Mas como estou relatando uma linda história de amor que tenho vivido em profundidade com Maria Inez, a mulher da minha vida, aquela que Deus me permitiu encontrar para ser a minha alma gêmea, e que há 34 anos me faz uma pessoa feliz, não posso perder o foco. Não posso deixar de lembrar o quanto foi guerreira essa jovem mulher, que começou uma vida de casada diferente de tudo aquilo que deve ter imaginado nos seus melhores sonhos; ou, pelo menos, sua família havia sonhado para ela: uma vida a quatro, e não a dois como seria natural. Uma vida a quatro, exatamente porque minhas duas filhas sempre estiveram por perto, não somente pelo amor verdadeiro que nos unia, pai e filhas, mas, sobretudo, por ser Inez uma criatura amorosa, compreensiva, tolerante e bastante tranquila. Em algum momento de nossa convivência elas chegaram inclusive a morar conosco durante uma boa temporada.

E assim, retornando à realidade, começamos uma nova fase da nossa história. Fomos viver na prática a vida que sonhamos para nós. Passamos a pensar juntos como tornar real nossos sonhos. E o futuro passou a estar presente todos os dias do nosso relacionamento.

Voltamos ao cotidiano centrado no trabalho e no lazer e alimentado pelo amor e paixão de um pelo outro para não deixar a vida cair numa rotina enfadonha. Começamos a construir juntos uma nova e abençoada família com a chegada de mais dois presentes de

Deus: Wellington Júnior e Diego Antônio. Vieram para completar a minha felicidade e fazer do nosso lar uma gloriosa família edificada no amor e na prática dos valores humanos e cristãos.

Pouco a pouco os objetivos do nosso plano de vida iam sendo conquistados. Após a chegada dos filhos veio o necessário sacramento do batismo como fundamento de toda vida cristã e, com a convocação das meninas para serem madrinhas dos seus irmãos — numa sugestão plena de sabedoria de Inez —, consagra-se ali a integração definitiva de nossa família com base sólida de amor.

Nunca é demais enaltecer o real valor da família como principal célula da sociedade. Quando Deus disse “não é bom que o homem esteja só” (Eclesiastes 4) estava simplesmente estabelecendo a criação da família. Portanto, só o fato de ser uma obra do Pai torna-se indiscutível questionar sua importância para a vida das pessoas e da sociedade como um todo.

Como disse o Padre Antônio Francisco Bohn, “a família, como fundamento da sociedade, é extremamente necessária para a formação do ser humano; sua ausência gera graves consequências”. Com essa assertiva, que eu endosso pela experiência de vida, fica claro e cristalino que não podemos prescindir do amor da família se quisermos crescer como gente, como ser humano. Mas utilizando ainda da sabedoria do Pe. Antônio Francisco, “é preciso cuidá-la com carinho, dedicação e fé para manter forte e inabalável a sua estrutura”. Não é fácil buscar e manter esse desiderato, em especial nos dias atuais, quando se vê parte da sociedade desprezar alguns preceitos morais que são imprescindíveis para o fortalecimento da entidade família. Além do mais, todos têm problemas e dificuldades que inevitável e invariavelmente respingam no seio familiar.

Portanto, vamos valorizar e amar nossos familiares com todos os defeitos que eles possam ter. Não sejamos adeptos da péssima ideia de que família só presta em fotografia, porque isso é uma mentira deslavada. Família é raiz, gente!

Voltando ao nosso projeto de vida destaco os grandes momentos de alegria por outras memoráveis conquistas que celebramos juntos, como a iniciação escolar dos meninos; o ingresso deles na universidade pública, como uma das nossas metas prioritárias; os estágios curriculares; o intercâmbio de Wellington Júnior à República da Irlanda, país próximo à costa da Inglaterra, cuja capital é Dublin, para aperfeiçoamento do inglês como segundo idioma; o ingresso dos dois no mercado de trabalho e o casamento de ambos celebrado com mulheres bonitas, inteligentes e amáveis, que nos deram duas netinhas esplêndidas — Maria Antônia e Maria Luiza —, dois amores verdadeiros e incondicionais. Bem assim acompanhamos juntos e pudemos comemorar também as vitórias alcançadas pelas meninas, como a formação superior; o período de estágio como preparação para o primeiro emprego; o ingresso delas no mercado de trabalho; o feliz casamento que fizeram com homens íntegros, éticos e vencedores; e a chegada de uma criatura maravilhosa para adoçar ainda mais a nossa vida feliz — Maria Rita, nossa primeira neta.

Não posso dizer que esses mais de trinta e quatro anos de convivência foram unicamente de alegrias e vitórias, não! Como em qualquer família, compartilhamos também problemas de toda ordem; enfrentamos dificuldades, inclusive de relacionamento, com ciúmes e desentendimentos; tivemos nossos momentos de tristeza, de tensão por faltar dinheiro e sobrar compromisso, de dúvidas e incertezas; e sofremos decepções. Enfim, também vivemos momentos ruins, como muito recentemente a desfeita do casamento de dez anos da minha primogênita Amanda Patrícia. Mas vencemos no amor e amadurecemos juntos para a vida.

Essa maturidade é resultado das nossas escolhas e decisões a partir do dia em que nos conhecemos. Quando olhamos um para o outro pela primeira vez naquela manhã de primavera, senti que houve certa comunicação entre nós; foi muito além de um simples flerte. Eu imaginei naquele instante que poderia estar diante

do grande amor da minha vida. E o tempo, como senhor da razão que é, se encarregou de confirmar que encontrei a minha alma gêmea; a outra metade de mim!

A partir do nosso primeiro encontro, então, o amor floresceu numa relação de pleno romance. Ainda hoje, após décadas de relacionamento, me sinto um apaixonado; gosto de lhe abraçar, de lhe beijar, de pegar em sua mão, de dançar como eterno namorado, e sinto o coração bater diferente por isso. Quando estou viajando sozinho sinto sua falta e adoro ler as mensagens de amor que você sempre coloca em minha mala. Muitas vezes nos deparamos pensando a mesma coisa e formulando idênticas ideias. A verdade é que há uma forte conexão entre a gente. Tenho a mais absoluta certeza de que há reciprocidade em todos esses sentimentos. Como diz a música do poeta e cantor Peninha, nós somos carne e unha e espero que continuemos assim por toda vida, até que a morte venha nos separar.



O casal em 2023 festejando as Bodas de Oliveira
(Foto: Stúdio Charles)

Capítulo IX

Viagens Realizadas



Etimologicamente falando, viagem é o deslocamento de seu local de origem para outro lugar, por qualquer meio de transporte que seja. Mas, neste capítulo, só irei considerar as viagens realizadas para fora do estado. Em geral, viagens são momentos especiais as quais, independente dos seus destinos ou finalidades, deixam marcas indeléveis e algum conhecimento em quem as empreende.

Devido à condição social em que estive inserido até o início da idade adulta, não fiz qualquer viagem até então. Entretanto, durante minha carreira profissional de quase sessenta anos foram incontáveis as viagens, a serviço e a passeio, dentro do país e algumas internacionais. Toda viagem que fiz foi uma experiência nova em minha vida, com ganhos incalculáveis de conhecimento e de aprendizado sobre geografia, política, economia e culinária local. Rodei este país, quase de ponta a ponta. A título de registro, das vinte e sete unidades federativas do Brasil, apenas cinco não conheço: Amapá, Acre, Rondônia e Roraima, na região Norte, e Mato Grosso, no Centro-Oeste. Neste último estado, entretanto, já estive por duas vezes, mas apenas no aeroporto, em conexão, sem sair da aeronave. Nos demais estados e no Distrito Federal estive por dezenas de vezes. Curiosamente, devo dizer que, até

meus filhos homens terem completado quinze anos de idade, minha esposa Inez não me acompanhou em nenhuma das viagens, por mais atraente que fosse o destino, aplicando, assim, o protocolo de segurança que é adotado por presidentes e vice-presidentes de países e de grandes corporações empresariais. Isto por decisão pessoal da Inez para evitar que, por ironia do destino, nossos filhos pudessem ficar órfãos de pai e mãe ao mesmo tempo.

Como viagens de um modo geral são fontes inesgotáveis de histórias e narrativas, faço aqui um relato de algumas dessa trajetória, com situações risíveis e outras meio tristes. Três viagens de carro, em especial, foram marcantes pelas circunstâncias, ocorrências e pelos desafios enfrentados, por isso jamais serão esquecidas:

A primeira viagem interestadual que fiz foi de caminhoneta, acho que no ano de 1970, para Fortaleza, capital do Ceará, sem qualquer conforto, conforme já mencionado anteriormente. Foi uma viagem a serviço da empresa em que trabalhava — a Construtora Alves — com a finalidade apenas de colher a assinatura de um mutuário em contrato de venda de imóvel com financiamento habitacional. Ocorreu que o cidadão comprou uma casa e durante a preparação do processo teve que viajar para fazer um curso de média duração. Como a empresa precisava dar entrada no agente financeiro, e tinha prazo para isso, tive que fazer essa viagem bate e volta.

Uma outra viagem de carro foi numa Rural Willys para Jaguaquara, no estado da Bahia, em 1974, já relatado no capítulo Livramento de Deus, em que, no retorno, o veículo veio a capotar me deixando com algumas escoriações e fratura em duas costelas.

A terceira viagem de veículo que me marcou foi num Gol, em 1982, para Brasília, após perda de um voo e a preocupação de não perder audiência marcada com o Ministro da Agricultura, na companhia do governador de Sergipe, tam-

bém já relatado no capítulo Fatos Inusitados. A viagem foi muito conturbada devido ao período chuvoso que deixou estrago considerável nas estradas do oeste baiano, inclusive com interdição de pontes.

A seguir faço relato de episódios interessantes e pitorescos, resultantes de algumas das viagens empreendidas:

1. Na minha primeira viagem de avião, que foi numa circunstância totalmente adversa, como já mencionado em capítulo anterior, e com destino ao Rio de Janeiro, eu desci da aeronave meio atordoado pela situação, num misto de pânico, emoção e encantamento que, sequer, lembrei de recolher a bagagem. Só depois de instalado em meus aposentos, com a admissão de meu irmão na Clínica Dr. Eiras, me dei conta da falta das malas, voltando de imediato ao aeroporto, na maior preocupação de não mais encontrá-las.

2. Após meu segundo casamento fiz uma viagem de carro, em lua de mel, para o Espírito Santo (alguns dias em Vila Velha, com passagens nos polos turísticos Vitória e Guarapari) e o Rio de Janeiro (outros dias em Macaé, na casa da irmã Iara e do cunhado Haélio). Durante a estada no Rio circulei toda a Região dos Lagos, passando pelos municípios e lindas praias de Araruama, Arraial do Cabo, Búzios, Cabo Frio, Rio das Ostras, Saquarema e São Pedro da Aldeia, até a capital fluminense onde passeamos (eu, na companhia da esposa Maria Inez, das filhas Amanda e Carla, do sobrinho Alisson e da minha irmã Maria José, que estavam passando férias na casa da Iara e do Haélio) e visitamos todos os pontos turísticos da Cidade Maravilhosa. No retorno a Macaé enfrentei uma blitz rigorosamente armada sem, no entanto, ser abordado.

3. Voltando a Sergipe, após quinze dias circulando por quatro estados do Brasil, fui parado pela Polícia Rodoviária Federal,

na Bahia, quando, então, me dei conta que viajei sem documento do veículo — um vexame, que teve um desfecho feliz por conta da camaradagem dos policiais.

4. É provável que todo homem, em algum momento de sua vida, tenha se envolvido em alguma aventura amorosa — assim entendida como um breve caso de amor. Posso afirmar que faço parte dessa estatística e vou contar — exatamente porque achei interessante a forma como tudo começou.

Numa das muitas viagens que fiz para participar de encontros e reuniões para tratar de questões relacionadas ao movimento cooperativista do país, a Organização das Cooperativas Brasileiras convocou a Curitiba, no Paraná, representantes de todas as organizações estaduais de cooperativas e também autoridades do governo federal e dos bancos oficiais. Era 1986 e, devo lembrar, estava vivendo um período de solteirice depois da separação do meu primeiro casamento. Todos se reuniram no restaurante do hotel para um jantar de boas-vindas e confraternização. De frente para mim uma morena bonita, de tez indígena, demonstrando alegria e contentamento, muito falante, logo fizemos amizade. Ao seu lado um cidadão bem apessoado, cujo perfil lembrava muito o famoso ator francês Jean-Paul Belmondo, também participou ativa e alegremente do nosso bate papo. Após a apresentação coletiva fiquei sabendo que a jovem meio indígena era da organização das cooperativas do Pará e o seu vizinho do lado era diretor do Banco Nacional de Crédito Cooperativo sediado em Brasília. Durante nossa animada conversa notei que o “sósia do Belmondo” demonstrava muito abertamente estar interessado na “indígena do Pará” — isso pelos seus gestos, tom de conversa e atitudes. Em um dado momento ele me olhou sorrindo, levantou-se e a mirou dizendo que ia tocar uma música para ela e foi em direção ao piano que havia no recinto e pediu a atenção de todos e tocou brilhantemente o clássico italiano *Champagne*

recebendo aplausos de pé; tocou mais uma, mais outra e retornou à mesa, continuando sua paquera, agora de forma mais explícita e incisiva. Após servido o jantar e a sobremesa, comecei a me despedir dos novos amigos dizendo que ia me recolher e descansar para o dia seguinte que prometia ser de muito trabalho, quando, então, senti um toque na minha perna e recebi um piscar de olhos da paraense me sinalizando algo. Confesso ter sido uma enorme surpresa porque em nenhum momento alimentei qualquer possibilidade de relacionamento e nada insinuei nessa direção, enquanto o colega do banco foi determinado e sagaz.

Trago essa história para mostrar a todos os leitores o quanto é real e atual o provérbio⁶⁹ português que diz **tudo que é demais não presta**. Isso se aplica aos dois personagens da narrativa.

5. Uma das viagens mais emocionantes e encantadoras que fiz foi para Foz do Iguaçu, no Paraná, no final dos anos 1980. A beleza das Cataratas, a imponência do complexo hidrelétrico e as atrações do Marco das Três Fronteiras são maravilhas de tirar o fôlego de qualquer mortal. Aliás, não é à toa que as Cataratas do Iguaçu foram escolhidas como uma das Sete Maravilhas Naturais do Mundo.

A visita que fiz ao Mirante Garganta do Diabo, no Parque Nacional do Iguaçu, e à Usina Binacional de Itaipu foi deslumbrante. Juntando a isso teve a ida para conhecimento e realizar compras à Ciudad del Este, no Paraguai, e ao Puerto Iguazú, na Argentina, que, com a brasileira Foz do Iguaçu, formam a conhecida Tríplice Fronteira, que nada mais é do que o ponto onde se encontram os limites territoriais e políticos dos três países vizinhos; neste caso: Brasil, Paraguai e Argentina.

69 Provérbios são frases curtas recheadas de muita sabedoria e que transmitem conhecimento para a vida.

A partir da minha primeira viagem de avião, em 1974, desenvolvi um processo de medo de voar muito grande. Naquela ocasião, pelo contexto da situação vivida, não tive nem tempo para tal preocupação. Meu pensamento estava voltado apenas para o estado de saúde de meu irmão e para o que poderia acontecer conosco, já que era a primeira vez na Cidade Maravilhosa. Mas nas viagens seguintes o medo me tomava de tal forma que dias antes era um verdadeiro suplício. Devo dizer, entretanto, que essa desagradável sensação nunca foi empecilho para voar; nunca descumpri compromissos fora do estado de Sergipe por medo de avião. E olha que houve uma época de quase quatro anos na minha vida em que raramente passava um mês sem uma viagem de avião — foi quando dirigi o CEAG/SE, cujo sistema CEBRAE estava sempre reunindo suas unidades estaduais para acompanhamento operacional e o necessário realinhamento do planejamento. Naquela época eu tinha um amigo (que já está em outra dimensão) especialista em magia, com crenças e conotações positivas, atuando sempre para o bem da coletividade. Um certo dia (uma terça-feira) recebo uma ligação dele me dizendo para não viajar de avião naquela semana. Perguntei a razão e ele se limitou a afirmar para eu não viajar. Procurei saber de minha secretária se havia alguma convocação para viagem e a resposta foi negativa. Só que, antes do final do expediente chegou um fax⁷⁰ do CEBRAE convocando todos os CEAGs para uma reunião na quinta-feira seguinte. Apesar da minha aparente convicção de não crer nessa prática ritual (posição que cheguei a manifestar ao amigo mago por algumas ocasiões) essa me causou um forte medo, mas autorizei a confirmação da minha presença e a emissão das passagens. Para felicidade geral, no dia seguinte à convocação o CEBRAE desmarcou a reunião.

70 Fax ou Fac-símile, é uma tecnologia usada para envio remotamente de documentos através da rede telefônica. Foi muito utilizada até a chegada de scanner (que é um periférico voltado a digitalizar textos e imagens para o computador) e a introdução do sistema de e-mails.

Mas continuo com o relato das histórias de minhas viagens, agora de caráter internacional, todas como resultado do trabalho desenvolvido pelo Componente Negócios Não Agrícolas do Projeto de Apoio às Famílias de Baixa Renda da Região Semiárida de Sergipe, financiado pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola.

6. Em maio de 1998 fui à Espanha, a serviço, para participar, em Zaragoza, de uma conferência internacional denominada 1ª Cumbre de Artesanos Europa-América Latina e, também, de uma feira para expor o fino artesanato produzido no estado de Sergipe com o apoio e orientação do Núcleo de Trabalho Comunitário e com recursos financeiros do FIDA. Os eventos foram patrocinados pela Confederación de la Pequeña y Mediana Empresa Aragonesa. Dias anteriores duas técnicas do NUTRAC também viajaram para participar da feira.

A solenidade de abertura da conferência foi realizada na monumental Plaza de Toros — uma arena multiuso, construída em 1764, em estilo mudéjar⁷¹, com capacidade para 13.500 pessoas. A Plaza de Toros é um dos pontos de maior visitação de Zaragoza. Foi nesse espaço que o governo local recepcionou a todos os participantes da conferência e da feira com um lauto coquetel e com música ao vivo da melhor qualidade e dança flamenca.

Um fato curioso, e que me surpreendeu, foi, em plena noite festiva de Zaragoza, na histórica Espanha, ouvir uma voz chamando meu nome com sotaque bem nordestino: era um companheiro pernambucano do tempo em que trabalhamos no movimento cooperativista. Não precisa relatar que foi uma alegria enorme encontrar esse conterrâneo!

71 Mudéjar é um gênero artístico desenvolvido nos reinos cristãos da Península Ibérica, que incorpora elementos de estilo ibero-muçulmano.

Durante os quatro dias seguintes ocorreram paralelamente as palestras, das quais participei diretamente, e a exposição dos produtos, que contou com a participação das técnicas do Núcleo de Trabalho Comunitário de Sergipe. O nosso artesanato foi um sucesso de aceitação e venda.

Outra curiosidade que faço questão de relatar foi a surpresa desagradável que me tomou ao entrar na aeronave, em Madri, para ida a Zaragoza: um avião antigo, tipo turbo hélice, pequeno, baixo que não permitia que eu ficasse em pé ereto; uma verdadeira geringonça que não imaginaria ainda existir em plena Europa, nem na maior companhia aérea da Espanha e uma das maiores do continente europeu — a Ibéria. Aliás, a Linhas Aérea Ibéria deu um show de desorganização quando do meu retorno para Madri, simplesmente informou que o voo foi suspenso e anunciou que os passageiros iriam de ônibus porque não tinha previsão de saída de outro avião. Foram 314 km de estrada — e ficou por isso mesmo.



Em jantar de confraternização e assistindo apresentação de dança flamenca, em Zaragoza. (Fotos: Acervo do Autor)



Avião turbo hélice, de Madri a Zaragoza. (Foto: Acervo do Autor)

Tive outra surpresa um tanto desagradável em Madri: como não segui a regra básica de planejamento de viagem, ao chegar na capital espanhola fui direto para o Hotel Gran Via, onde as colegas do NUTRAC me informaram terem ficado hospedadas antes de irem à Zaragoza, certo de que havia quarto disponível. Só que o mesmo estava totalmente ocupado, obrigando-me a procurar um outro estabelecimento — o que não foi fácil, mesmo porque não conseguia formular uma única frase em espanhol; sabia apenas poucas palavras isoladas. Pois bem, deixei a bagagem no Gran Via e saí a procura de um outro estabelecimento hoteleiro que tivesse disponibilidade. Depois de tentar, sem êxito, decidi me hospedar num Hostel — modalidade de hospedaria até então pouco conhecida entre nós, que pratica preços mais acessíveis e tem por característica principal a prestação de serviços coletivos. No primeiro café da manhã houve o seguinte episódio, muito curioso: cheguei ao enorme salão do café, com dezenas de mesas espalhadas, e notei que estava sendo o primeiro a

chegar, isso já em torno das nove horas da manhã (em geral o café na Espanha é tomado entre às 9 e 10 horas), logo me foi servido o desjejum. Em seguida se aproxima da minha mesa um cidadão e sinaliza como que pedindo licença, e senta para tomar o café comigo. Como todas as mesas do salão estavam livres fiquei imaginando que aquele cidadão poderia ser brasileiro e até me conhecer; mas, nos cumprimentos, logo notei que éramos de idiomas diferentes. Tanto eu quanto ele, só sabíamos pronunciar o “*buenos dias*” — o conhecido bom dia em espanhol. Terminamos o café sabendo pelo menos a nacionalidade um do outro. Ele era francês.

Outro fato curioso vivenciado em Madri foi que, ao retornar de um passeio no domingo à tarde, passando pela calçada na avenida Gran Via, em direção ao Hostel, fui olhando naturalmente as vitrines e, numa dessas espiadas, o estabelecimento era o McDonald’s com muita gente nas mesas, quando notei um aceno de uma mulher, de dentro para fora. Olhei em minha volta não vi ninguém e voltei a olhar pra dentro e novamente o aceno; uma terceira vez até chegar mais uma loja com vitrine chamativa. Segui em frente pensando se era para mim mesmo e quem teria sido, em plena capital da Espanha. Depois fiquei sabendo por minha mulher que se tratava de uma amiga sua, irmã de meu dentista, que estava com o marido em lua de mel. Como esse mundo é pequeno, hein?! O segundo encontro com amigos em terras do velho mundo; do outro lado do Oceano Atlântico.

Em Madri, além de andar pelo centro comercial vendo lojas, cinemas, teatros e grandes monumentos arquitetônicos, entrei em algumas igrejas para conhecer, rezar, agradecer e pedir graça. Conheci por dentro a Plaza de Toros Las Ventas, onde comprei alguns souvenirs (e que infelizmente foram subtraídos de minhas malas — acho que na conexão do Rio de Janeiro, pois quando cheguei em Aracaju notei as malas

violadas) e também conheci por fora o Museu do Prado e o estádio de futebol Santiago Bernabéu, do clube Real Madrid, duas obras deslumbrantes.

7. Ainda na Espanha resolvi conhecer Toledo, uma cidade antiga, com vestígios romanos, conhecida pelos monumentos medievais árabes, judeus e cristãos, declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco devido aos seus castelos, suas mesquitas, catedrais e fortalezas do tempo da idade média, fundada no século III a.C. Toledo é um pedacinho charmoso da Espanha, de onde foi capital nos primórdios, com área territorial de 232 km² (um pouquinho maior do que Aracaju, que tem 182 km²), uma população de 84.282 habitantes (dados de 2018), distante apenas 73 km de Madri. É tida como uma das mais belas e encantadoras cidades medievais da Europa por conta da sua história e da beleza e arquitetura dos seus monumentos.

Durante a visita que fiz — que foi de apenas uma parte da manhã e uma tarde — tive que priorizar alguns pontos, haja vista que Toledo é um oceano de monumentos históricos. O primeiro a ser visto, curtido e fotografado foi a Ponte de San Martín, uma linda e imponente construção do século XIII sobre o famoso rio Tejo⁷². Visitei alguns templos religiosos, como a exuberante Catedral de Toledo, casa de pregação dos ensinamentos de Cristo pelos católicos; a Sinagoga Santa Maria la Blanca, uma monumental construção do ano de 1180, onde os seguidores da religião judaica se reúnem em assembleia para estudar o Torah, ou Torá — a Bíblia do povo judeu—, e a Mesquita do Cristo de la Luz, local de culto dos muçulmanos. Passeei pelas ruas charmosas da cidade; tirei foto na Plaza Mayor, na

72 É o mais longo rio da Península Ibérica com 1.007 km de extensão. Nasce nos Montes Universales, na Espanha e deságua no Oceano Atlântico, em Lisboa, Portugal. Suas águas são tão importantes para os portugueses quanto as do São Francisco são para o nordeste do Brasil.

Puerta Bisagra, visitei centros móveis de compras em portas de igrejas e lojas especializadas e comprei adagas, terços e alguns souvenirs para presentear familiares e amigos.

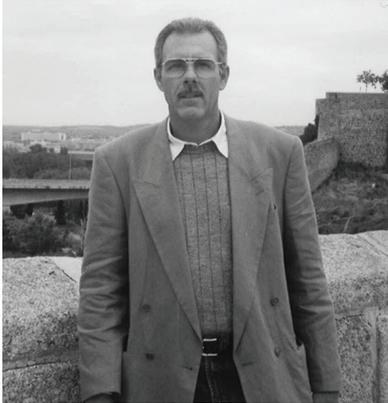


Foto 1 - Ponte San Martin sobre o rio Tejo, em Toledo, Espanha. Foto 2 - Em frente à Catedral de Toledo, Espanha

(Fotos: Acervo do Autor)

8. Outra viagem que fiz a serviço foi para Assunção, no Paraguai, para participar de uma oficina, denominada *Taller sobre Microempresa Rural*, e apresentar os casos considerados de sucesso do Projeto Pró-Sertão, no âmbito do componente Negócios Não Agrícola, sob a minha gerência. Como o componente era uma iniciativa nova em projetos especiais e tinha um bom desempenho, pela ótica do organismo financiador, este costumava divulgar o resultado como um exemplo a ser seguido e, sempre que possível, nos convidava para que se pudesse levar a mensagem a outros projetos e conhecer a realidade deles.

Como estava no Paraguai, país famoso por praticar preços mais acessíveis em equipamentos eletrônicos em relação ao Brasil, mas também de vender produtos falsificados, resolvi comprar um aparelho celular, tipo Motorola Startac, mas to-

mando todos os cuidados para não ser enganado: rodei várias lojas, experimentei aparelhos, comparei preços, confirmei a emissão de nota fiscal; enfim fiz o que, na minha ótica, podia ser feito para não ser enganado. Mas, mesmo assim, fui ludibriado pois, quando cheguei em Sergipe, o celular não funcionou. Fiz algumas ligações telefônicas para a loja, mas tudo em vão. Perdi!

Outra curiosidade vivida em Assunção, que merece ser mencionada, é que fomos, eu e meu companheiro de viagem, até um belíssimo Cassino nos arredores do hotel em que estávamos hospedados, para conhecer, jantar e fazer uma fezinha, já que no Brasil não se tinha esse tipo de ambiente legalizado. Separei duzentos e cinquenta reais — um bom dinheiro na época — com o propósito de brincar nas mesas e máquinas de jogo, e estabeleci como limite, podendo perder integralmente sem maiores preocupações e sem complementação. Não é que comecei a ganhar e cada vez mais ficava animado com a brincadeira? Cheguei a acumular mil e seiscentos reais. Enquanto isso, meu companheiro de jornada — que era mais afeito a bingos e afins, como ele mesmo se definia — perdia continuamente, ao ponto de me pedir emprestado duzentos reais por três vezes seguidas. Para se ter uma ideia do que é jogo de azar (assim considerado no Brasil), no final eu perdi tudo que tinha ganho e mais o meu limite de R\$250 e meu parceiro saiu com mais de dois mil reais de ganho.

9. Em 2001 e 2002 estive no Chile, mais uma vez a serviço do Governo de Sergipe para adquirir novos conhecimentos e também levar aos irmãos latinos a experiência do Projeto Pró-Sertão com a produção de artesanato de primeira qualidade. Desta feita fui para participar da Expo Mundo Rural 2001 – Primer Stand Internacional de la Microempresa Rural e no ano seguinte da Expo Mundo Rural 2002 – Primera

Exposición Latinoamericana de Empresas Campesinas, eventos promovidos conjuntamente pelo governo chileno por meio do Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP) e pelo Fondo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. Para exposição e venda levamos uma razoável quantidade de peças artesanais, tanto de tecido como de papéis recicláveis. Em uma dessas viagens tivemos a companhia do Coordenador Financeiro do Projeto, Elísio Machado, e do jovem líder do Projeto Tudo Encaixa, Gladson, e, na outra, de duas artesãs da Cooperativa de Tobias Barreto e do seu gerente, respectivamente, Nilvane, Maria do Carmo e Alfredo, que tiveram excelente participação na feira, produzindo diretamente o bordado, explicando aos visitantes a origem e os procedimentos para se chegar a essa magnífica manifestação popular e vendendo a produção acabada. Da Expo Mundo Rural 2002 participaram, além do Brasil, cuja única representação foi a de Sergipe, os países Colômbia, Equador, Peru, Bolívia, Panamá e, evidentemente, o Chile como promotor e anfitrião.

Durante o jantar de confraternização oferecido pelo governo chileno eu fui indicado pelos expositores para falar em nome de todos, e aceitei. Na ocasião, interagi com a plateia tentando falar no idioma local (já que dois anos antes havia concluído curso básico de espanhol) mas, sem a necessária segurança, meslei com o português, numa mistura chamada portunhol, quando destaquei a importância daquele intercâmbio para nossos projetos e, sobretudo, a felicidade de todos em participar do evento, expondo seus produtos, prospectando novos clientes e realizando alguns negócios.

Nessas viagens que fiz a Santiago aproveitei para conhecer um pouco da cidade, sua cultura, gastronomia e seus pontos turísticos, como o Palácio de la Moneda, sede do governo chileno; a Casa Museu La Chascona, onde morou Pablo

Neruda⁷³; o Cerro San Cristóbal, no Parque Metropolitano com belíssima vista da cidade; e o principal templo católico do país, a Catedral Metropolitana, que fica situada na Praça de Armas de Santiago, ponto bastante visitado pelos turistas devido aos cafés, ao comércio e a existência de vários edifícios históricos e culturais no seu entorno.

Visitei também a vinícola Veramonte, uma das mais importantes e tradicionais do Chile, no Valle de Casablanca; a cidade portuária Valparaíso, patrimônio da humanidade, onde visitei o museu La Sebastiana, a segunda casa do poeta Pablo Neruda e fiz um passeio de barco pelas águas geladas do Oceano Pacífico — com muito medo, é bom que se frise — e também conheci o Museu de Arqueologia Fonch, que conta um pouco da história dos Mapuches⁷⁴; jardins e praias da cidade turística costeira Viña del Mar. Aliás, sempre tive uma forte ligação sentimental com Viña del Mar por ter sido sede da seleção brasileira de futebol na primeira fase do Mundial de 1962, na campanha do bicampeonato. Na época eu era um garoto de treze anos de idade, mas já muito vidrado no futebol. Nos dias de jogos da nossa seleção ficava ligado no rádio ouvindo as transmissões com enorme emoção.

73 Diplomata, político e o mais famoso poeta chileno, que ganhou o Prêmio Nobel de Literatura em 1971.

74 Povo indígena da região Centro-Sul do Chile.



Rochedo em Viña del Mar, no Oceano Pacífico.
(Foto: Acervo do Autor)



Grupo de Expositores em Viña del Mar.
(Foto: Acervo do Autor)



Discursando em nome de todos os países participantes da Expo Mundo Rural 2002. (Foto: Acervo do Autor)



Falando em nome de todos os países participantes da Expo Mundo Rural 2002. (Foto: Acervo do Autor)

Capítulo X

*Participação em Rotary Club
(Prestação de Serviços Humanitários)*



Sempre que lia a respeito da atuação de clubes de serviços na execução de ações em prol da humanidade achava de enorme generosidade o trabalho que era realizado, até que um dia me vi envolvido nessa bela missão de servir ao próximo através da participação direta em Rotary Club.

Mas o que vem a ser Rotary Club? São entidades sem finalidade lucrativa, formadas por líderes profissionais, empresariais e comunitários que se reúnem semanalmente para colocar suas habilidades individuais a serviço de programas e projetos voltados à comunidade local e mundial empenhados no ideal de servir. São clubes humanitários que diferem das demais associações pelas seguintes características:

Têm por propósito estimular a aplicação prática do Ideal de Servir.

Selecionam seus integrantes com base no princípio da classificação, segundo a natureza das atividades de negócio ou profissão, local de trabalho ou residência da pessoa.

Mantêm exigência de frequência regular às reuniões do clube para a pessoa continuar como integrante, e dessa forma poder fortalecer o companheirismo e formar amizades duradouras.

Proporcionam aos integrantes oportunidades de desenvolverem apreço e desejo de praticar e de exemplificar elevados padrões de ética nas suas atividades pessoais, comerciais e profissionais.

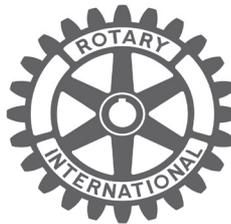
As crenças religiosas ou políticas do rotariano somente a ele interessa.

Pois bem! Durante um período de minha vida eu dediquei parte do meu tempo ao magno trabalho executado pelo Rotary Internacional — composto por uma associação de clubes rotários objetivando unir voluntários para prestação de serviços humanitários e promoção de valores éticos e da paz universal. Os Rotary Clubs têm como lemas oficiais “Dar de Si Antes de Pensar em Si” e “Mais Se Beneficia Quem Melhor Serve” e esses lemas se coadunam perfeitamente com a minha pessoa, que dedicou quase uma década da vida a serviço dos Rotary Clubs de Lagarto e de Aracaju-Siqueira Campos.

Os Clubs de Rotary têm como missão servir ao próximo, difundir a integridade e promover a boa vontade, a paz e a compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações de amizade. Funcionam através de um Conselho Diretor composto basicamente por presidente, tesoureiro e secretário geral, cargo esse que tive a honra de exercer no Rotary de Lagarto por um período de três anos.

Como uma característica básica do rotariano é a frequência às reuniões, que representa talvez a sua mais significativa obrigação por proporcionar o desenvolvimento do companheirismo como força motriz do Rotary e um contínuo aprendizado sobre a vida rotária, devo dizer, com um certo ponto de orgulho, que sempre busquei ter uma participação de cem por cento, ou perto disso. Como na época viajava com muita regularidade pelo Brasil e, quando coincidia com a agenda do meu clube, fazia questão de participar nas reuniões dos Rotary nas cidades onde estivesse para compensar,

levando a mensagem de lealdade, solidariedade e companheirismo e trazendo esperança, força e fé na capacidade de lutar por um mundo melhor — e sempre com o certificado de presença para apresentar ao meu clube. Lembro-me de ter frequentado reuniões em capitais como Curitiba, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Maceió, Recife, João Pessoa, Fortaleza e São Luiz, algumas dessas, inclusive, por mais de uma vez — e muitas outras cidades.



Este é o distintivo do Rotary Internacional, que deve ser usado cotidianamente por todo rotariano para identificação. Como pode ser visto é uma roda dentada com 24 dentes e 6 raios, que representam as vinte e quatro horas do dia onde cada rotariano deve viver o clube em ação e pensamento e as seis qualidades essenciais do membro de Rotary em relação à:

- Família (ser bom chefe de família);
- Ação (cumprir deveres de cidadão);
- Amizade (cultivar a capacidade de fazer e manter amigos);
- Profissão (ter ética profissional e agir cotidianamente conforme os princípios rotários);
- Religião (respeitar normas e princípios religiosos)
- Instituição (manter a integração no movimento rotário, cooperando sempre).

Capítulo XI

O Dia em que a Terra Parou



Não estou falando do sonho que teve o poeta e cantor Raul Seixas, lá nos idos de 1977, que se transformou em hit nacional. Mas sim da maior crise contemporânea da humanidade ocorrida em 2020 e ocasionada pela pandemia do novo Coronavírus — o chamado Covid-19.

Segundo foi propagado, desde o final de 2019 já se falava no surgimento de um vírus raríssimo a partir da China que iria se alastrar e mudar a vida no mundo. Essa informação só chegou para a população comum, como eu e minha família, no início de março de 2020, e já com a decretação da condição de pandemia⁷⁵ pela Organização Mundial de Saúde. Como declarou o diretor geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, em 11 de março daquele fatídico 2020, a contaminação pelo Coronavírus (doença causada pela SARS-Cov-2, Síndrome Respiratória Aguda Grave) foi elevada à condição de pandemia devido à rápida disseminação geográfica que estava ocorrendo.

Confesso que, muito embora os alarmantes níveis de contaminação e a rapidez de propagação do novo vírus, não esperava que

75 Pandemia é quando uma epidemia (surto que afeta uma região) se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa.

aquela decisão do diretor da OMS fosse perdurar por mais de 15 dias. Mas o que se viu foi a adesão imediata dos governantes do mundo inteiro, inclusive os brasileiros, a exemplo do governador de Sergipe, Belivaldo Chagas, que em 16 de março daquele ano, decretou situação de emergência na saúde pública do estado e regulamentou medidas para o enfrentamento da crise, que já se propalava de importância internacional. As medidas tomadas pelo governador e seguidas pelos prefeitos de todo o estado suspendia temporariamente atividades presenciais em todo território sergipano, não somente no serviço público; estabelecia a obrigatoriedade de higienização das mãos e do distanciamento social, evitando aglomerações; e o uso obrigatório de máscaras, entre tantas outras decisões. A situação piorava a cada semana que se passava e o povo assustado com os noticiários de provável colapso no sistema de saúde, público e privado, e com os milhares de mortes sendo contabilizados. Famílias inteiras sendo destruídas pelo vírus que se renovava com diferentes cepas. O vírus avançava de município a município, de estado a estado e de um país a outro deixando um rastro de destruição, tal qual uma grande guerra. Novas medidas de contenção eram tomadas mundo afora para se evitar o quase inevitável alastramento. Repartições públicas e empresas privadas orientando seus funcionários a trabalharem em regime de *home office*; escolas em geral suspendendo suas aulas; cinemas, parques, restaurantes, academias, salões de beleza, estádios de futebol e vários outros locais de entretenimento deixaram de abrir suas portas, shows de todos os artistas foram cancelados acarretando prejuízos incalculáveis e gerando um enorme contingente de desempregados. Fronteiras domésticas e internacionais foram fechadas; cidades inteiras condenadas ao confinamento domiciliar. Centenas de hospitais de campanha sendo abertos para tentar minorar o sofrimento da população que já estava sem assistência. Enfim, um verdadeiro caos foi instalado, exigindo sabedoria, prudência

e capacidade de seus governantes. Eu, por exemplo, somente voltei a trabalhar de forma presencial em julho de 2021, assim mesmo com todos os cuidados relacionados à segurança.

Para quem ficou muito assustado com o que ocorreu no Brasil e no mundo a partir de 2020 durante o período devido a Pandemia do Covid-19 (Coronavírus), cujo número de mortes no mundo atingiu quase 7 milhões de pessoas, sendo em torno de 700 mil no Brasil, vão aqui algumas informações da realidade mundial vivenciada durante o século 20, para que possam servir de reflexão:

1. Em 1914 ocorreu a **Primeira Guerra Mundial**, que terminou em 1918, com um saldo contabilizado de 22 milhões de pessoas mortas.

2. Logo após o término da guerra, no final de 1918, uma epidemia denominada de **gripe espanhola** atinge o planeta e dura até o final de 1920 (pouco mais de dois anos!), matando 50 milhões de pessoas.

3. Em 1929 o mundo experimentou uma **crise econômica** que persistiu firmemente até 1933 como a mais dura recessão econômica do regime capitalista, e que só terminou efetivamente em 1939, tendo o desemprego atingido 25%.

4. Em 1939 veio a **Segunda Guerra Mundial** que teve o envolvimento das grandes potências do mundo e durou até 1945, matando entre 75 e 80 milhões de pessoas.

5. Em 1955 a **Guerra do Vietnã** começa e só termina em 1975 com um triste saldo de 4 milhões de pessoas dizimadas.

Isso mostra que os nossos antepassados (avós e pais) já viveram conflitos bélicos e pandemias em épocas difíceis, sem o

grau de tecnologia e desenvolvimento que se tem atualmente; sofreram, evidentemente, mas sobreviveram. Portanto, os jovens de hoje, sobreviventes dessa terrível pandemia, hão de contar coisas parecidas aos mais novos como estímulo à sobrevivência.

A pandemia pelo coronavírus não deixou somente um rasto de destruição. Por mais contraditório que possa parecer, alguns aspectos positivos são comemorados, como: a capacidade de nossos cientistas em produzir em tempo recorde vacinas salvadoras; o trabalho em *home office*, que nunca foi visto como uma boa alternativa pelo patronato, passou a ser uma prática bastante salutar para o trabalhador e para a empresa, que viu chegar melhores resultados com menos gastos de custeio, e sem muita supervisão para o cumprimento de metas; as reuniões virtuais passaram a ser uma realidade; enfim, os estados brasileiros que muitos estavam à beira da falência, de repente viraram superavitários. O meio ambiente pode ser considerado como um dos ganhadores com a pandemia devido a diminuição dos índices de poluição atmosférica e dos poluentes das águas dos rios e dos oceanos, bem como em virtude da preservação das matas e florestas. Em compensação houve um significativo aumento do volume de lixo hospitalar.

Com a redução do quantitativo de infectados, de mortes contabilizadas e das internações em unidades de tratamento intensivo (UTI), bem como com o avanço da campanha de vacinação que permitiu um grande número de pessoas vacinadas com, pelo menos, duas doses — e, decorridos mais de trinta meses de pandemia —, foi decretada sua suspensão, num primeiro momento pela Organização Mundial de Saúde que também, no início de maio de 2023, declarou o fim da COVID-19 como emergência de saúde pública de importância internacional, que havia sido declarada em 30 de janeiro de 2020.

É uma excelente notícia, sim, mas, como disse o diretor da Organização Pan-Americana de Saúde, não se pode relaxar porque a COVID-19 é uma doença infecciosa bastante perigosa que apenas está saindo da condição de emergência internacional. A população mundial deve continuar sendo vacinada e, quando se fizer necessário, tendo todos os cuidados aprendidos no auge da pandemia.

Capítulo XII

Minha Paixão pelo Esporte



Desde criança que sou um apaixonado pelo esporte, que trato como uma atividade física altamente propícia à formação e desenvolvimento da pessoa humana e à melhoria da saúde do corpo e da mente. Mas nunca me “joguei de cabeça” buscando ser um atleta — não obstante, intimamente sempre ter desejado essa possibilidade de jogar futebol, em especial. Achava muito bonito a marcação de um gol, como também uma grande defesa de um goleiro; nunca pensei no aspecto remuneração, mesmo porque na minha época o futebol não era uma profissão rentável.

Meus primeiros contatos com o esporte foram na confecção de bolas de meia pela curiosidade e pelo prazer de produzi-las e depois brincar, jogando de mão para meu irmão ou para outro garoto e recebendo de volta sem deixar cair e também chutando um para o outro. Muitas eram as brincadeiras que fazíamos utilizando as bolas de pano. No decorrer do tempo evoluímos para as bolas de borracha e depois de couro, participando de peladas quase que diariamente nos campos da “Baixa Fria”.

Como já foi visto em capítulo anterior, tive participação por alguns anos como goleiro do Rio Negro Futebol Clube, time formado por amigos do bairro Siqueira Campos, e uma passagem relâmpago pelo amador do Club Sportivo Sergipe, bem como participei

dos Jogos da Primavera atuando pelo então Ginásio Municipal Presidente Vargas como goleiro do time de futebol de campo.

Dada essa minha relação com o esporte, com o passar do tempo me vi envolvido diretamente na formação e organização de grupos esportivos. Foi assim na criação de um time de futebol de salão entre os colegas de trabalho da Construtora Alves, mesclado com alguns amigos, para participação no campeonato estadual promovido pelo Serviço Social do Comércio em conjunto com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, acho que em 1971, envolvendo empresas comerciais sediadas no estado de Sergipe. Montamos uma boa equipe, disputamos vários amistosos na capital e no interior sergipano, mas na competição oficial do Sesc/Senac apenas ficamos na quarta colocação final.



Time formado no desfile de apresentação. O garoto como mascote é meu sobrinho e afilhado, Alberto Strauss (Foto: Acervo do Autor)

Antes, porém, já havia ajudado na criação — e também participado como peladeiro — de um grupo de pelada do chamado campo da Fratelli Vita, na confluência das ruas Mariano Salmeron e Acre, no bairro Siqueira Campos, acho que na segunda metade dos anos 1960, onde quase que toda tarde nos reunía-

mos para disputadas partidas de futebol em campo pequeno e de areia. Alguns peladeiros que jogavam conosco naquele espaço se tornaram atletas profissionais, como Ricardo (que mais tarde se transformou em ídolo da torcida do Gipão e recebeu a alcunha de “alegria da cidade”), Cassiano, Chiquinho e Ailton.

Também no âmbito da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, onde trabalhava, em 2007, eu junto com outros colegas, organizamos alguns grupos esportivos com o objetivo de promover a integração entre os servidores chegando a participar dos jogos da administração pública estadual da época nas modalidades futebol de campo, voleibol, dama e xadrez. Depois da competição estadual o grupo específico de futebol tomou gosto e continuou se reunindo semanalmente nas noites das quintas-feiras no campo da CODISE.

No longínquo ano de 1981 participei diretamente da criação de um outro grupo de pelada, juntamente com familiares e amigos — e esse tem uma história e um sentimento a mais por estar em plena atividade ao longo dos seus 42 anos de existência ininterrupta. Esse Clube — cuja filosofia dos atletas desde seus primórdios foi o esporte/boemia, ou seja, após os jogos dos sábados parte do grupo se reunia em barzinhos (e uma vez por mês na residência de um atleta) para discutir os lances, os gols, as falhas e acertos, as defesas dos goleiros, os resultados e, principalmente, para bater, cantar, beber e comer — no ano de 1987 passou a ter uma existência mais concreta com a oficialização do nome Kanabrava Futebol e Batuque, o estabelecimento de um regulamento contendo direitos e deveres dos atletas e um conjunto de regras para orientar e disciplinar a conduta dos participantes e criando um núcleo de pagode, com todos os instrumentos musicais possíveis (violão, cavaquinho, bongô, maraca, tambor e pandeiro).

Em 2011 esse Clube completava 30 anos de existência e eu estava como seu presidente. Naquela ocasião escrevi o seu MEMORIAL (um documento de 75 páginas contando a rica história da orga-

nização), gravei em CD esse material e distribuí entre todos os atletas; junto com a diretoria fizemos alguns eventos com atrações esportivas, musicais e gastronômicas para marcar de modo especial aquele ano; compus o seu hino que foi gravado pelo amigo do clube, Wilson Segal, e que até hoje é cantado com orgulho por todos os atletas que participam da agremiação.

Vejam a seguir a letra do hino, que traduz a sua realidade, e algum registro fotográfico de momentos distintos do Clube:

HINO OFICIAL DO KFB

UM GRUPO DE AMIGOS
UM CAMPO E UMA BOLA
O SÁBADO CHEGANDO Ô, Ô, Ô, Ô
E O ESTRESSE EU MANDO EMBORA

É O KANABRAVA, UM CLUBE DE VALOR,
QUE NAS QUATRO LINHAS BRINCA NETO E AVÔ
É O KAEFEBÊ, COM SUA TRADIÇÃO
ROLANDO A PELOTA COM TOTAL ANIMAÇÃO
Bis Ô, Ô, Ô, Ô, O SÁBADO CHEGOU
Ô, Ô, Ô, Ô, KFB É GOL

É, É DIFERENTE ESSA AGREMIÇÃO,
QUE A PRÓPRIA FAMÍLIA DÁ CONTINUAÇÃO,
CULTUA A AMIZADE, NO CAMPO E NO LAZER
POR ISSO O GRUPO É FORTE E UNIDO PRA VENCER
Bis Ô, Ô, Ô, Ô, O SÁBADO CHEGOU
Ô, Ô, Ô, Ô, KFB É GOL



Foto histórica do KFB (patrocinado pela empresa Beka Jeans, do saudoso atleta Ligeirinho) no campo do CEAG/SE, onde hoje é o Teatro Tobias Barreto. Da esquerda para a direita: Em pé: Tavares, Gilberto, Euclides e Mozart.

Agachados: Dultra, Ligeirinho, Wellington e Binho

(Foto: Acervo do Autor)



Outra foto histórica do KFB

Em pé: Madureira, Riva, Mozart, Manajo, Soares e China

Agachados: (?), Marcelo, Wellington, Ligeirinho e Chhatthoo Ram.

(Foto: Acervo do Autor)



Reunindo em 1992 atletas em minha residência, nas festas mensais do KFB.
Da esquerda para a direita: Carlinhos, Madureira, Cláudio, Dutra,
Wellington e Mozart. (Foto: Acervo do Autor)



Pelada no dia da Festa de Confraternização do KFB em 2013.
Da esquerda para a direita: Em pé: Adailton, Dinesh, Wesley, Bezerra, Júnior
e Wellington. Agachados: Germano, Maxwell, Sunil, Diego e Fábio.
(Foto: Acervo do Autor)

Nessa minha trajetória pela área do esporte me engajei no futebol profissional do meu estado ingressando no quadro de conselheiros do glorioso Club Sportivo Sergipe, meu time do coração, do qual já era associado há bastante tempo. Mais adiante vivi a experiência de participar diretamente da sua administração atuando como diretor administrativo na gestão de Dr. Carlos Alberto Barreto de Mendonça, que foi um tanto conturbada pela atuação nada amistosa da oposição.

Como resultado da minha participação na vida do Club Sportivo Sergipe coordenei a realização do seu planejamento estratégico para o período 2010-2014 e atuei em conjunto com os conselheiros Laonte Gama da Silva e Silvano Alves Rollemberg, entre 2014 e 2015, na reformulação e atualização do estatuto social do clube mais querido do estado, o qual foi aprovado por seu Conselho Deliberativo em reunião realizada em 13 de outubro de 2015, sendo o mesmo registrado em cartório em 08 de setembro de 2016.

Capítulo XIII

Teste de Honestidade e Resistência Moral
Legado a ser deixado



Como já afirmei anteriormente, um dos meus sonhos era construir uma carreira de sucesso — e considero ter realizado plenamente: menino pobre da periferia da cidade, quinto filho de nove de uma família humilde, estudante de escolas públicas, turno da noite a partir do curso ginásial para poder trabalhar e ajudar no orçamento familiar, me formei em nível superior, constituí a própria família e ajudei a formar a todos, servi da maneira que pude à sociedade, inclusive coroadando minha trajetória como gestor de instituições públicas e privadas, em especial, como servidor público estadual. Acredito ter tido um comportamento verdadeiro, retilíneo e ético em toda minha vida.

Mas como é difícil essa construção! Ser gestor, público ou privado, e atuar com decência e honradez, que é o correto, é bastante complicado e, por incrível que possa parecer, incomoda muito. Sobretudo no mundo desonesto em que vivemos, onde muitos desejam tirar vantagem em tudo e, perigosamente, é passado à sociedade coisas absurdas do tipo que o “crime compensa”. E isso não é real, apesar de algumas evidências. A realidade é que a verdade gera confiança e traz bem estar a quem a pratica. Ela tem que ser direta, sem rodeios, e deve estar em todos os atos praticados cotidianamente. Ser verdadeiro é ser honesto em todos os sentidos.

Honestidade é uma característica, um valor inerente à pessoa humana. É a qualidade de ser verdadeiro em tudo. Nenhum ser humano nasce desonesto, dissimulado. A própria Bíblia traz, em Êxodo, os Dez Mandamentos como preceitos a serem seguidos, nos quais se encontra NÃO FURTARÁS como a oitava regra de Deus passada para Moisés. A honestidade, portanto, não é para ser comemorada como um grande feito, mas sim é para ser exercitada diariamente como um preceito moral.

Devemos ter muito cuidado com os nossos relacionamentos. Não se pode perder tempo com pessoas cujos valores éticos destoam dos nossos, mesmo no ambiente profissional. Não é difícil a identificação desse tipo de pessoa. A depender do cargo que você ocupa na sociedade há grande probabilidade de haver assédio com ofertas de determinados “mimos”, que pode ser considerado uma forma de corrupção. Desde muito cedo aprendi que corrupção é como droga: experimentou, permaneceu!

Nos bastidores do poder é mais comum esse tipo de conduta agressiva aos nossos princípios morais e temos que estar bastante preparados. Desde cedo, aos 26 anos de idade, eu tive que conviver com isso quando me foi oferecido como “presente” por um cidadão que estava orçamentando um grande serviço para uma cooperativa que eu gerenciava, a pintura para meu Fusca azul celeste 1971 que estava estacionado na porta do escritório e quatro pneus novos — e olha que meu carro não estava com a pintura deteriorada, não. Muito embora a cooperativa estivesse precisando daquele serviço, resolvi suspender a possível contratação e comuniquei o fato ao presidente.

Num outro momento — acho que seis anos depois daquele episódio — o colega da gerência comercial de uma outra entidade cooperativa que dirigia fez um pedido para compra de um produto que tinha grande rotatividade no armazém de consumo da sociedade e, como o montante extrapolou o seu limite para

aquisição direta, o processo precisou de minha autorização como gerente geral. O vendedor, preposto de uma grande empresa nacional, me pediu que lhe fornecesse o número de minha conta bancária para poder depositar dez por cento do valor total da compra, em cumprimento à política comercial da empresa. De pronto, disse-lhe que não aceitaria a oferta e expliquei que estava fazendo o meu papel de gestor e já era bem pago para isso; então, para poder continuar nossa transação comercial, pedi que aquele bônus fosse dado à cooperativa, que era a grande merecedora por ser a cliente, que estava comprando e quem iria efetuar o pagamento; esse “desconto” vai ajudar diretamente ao associado, completei. Ele disse que não podia conceder a bonificação à cooperativa e repetiu que era política de venda de sua empresa. Comuniquei o fato ao diretor presidente e ao secretário e não concretizei a compra por considerar uma tentativa de suborno. É bom que se frise, o produto que estava sendo adquirido, apesar de ter similar no mercado, era reconhecidamente o melhor; o mais procurado pelo agricultor, mesmo sendo seu preço mais alto.

Lamentavelmente tive que conviver com esse tipo de situação por outras vezes em minha trajetória, mas nunca me permiti o enriquecimento ilícito. Nunca me apropriei de nada do alheio. Isso não quer dizer que eu seja um sujeito infalível, que nunca cometeu erros. Não! Já cometi, sim; já violei preceitos, sim, como furar fila, comprar produtos piratas e outras pequenas transgressões, em especial às leis de trânsito; já namorei mais de uma garota ao mesmo tempo; enfim, já pratiquei essas baboseiras todas que não me permitem o carimbo de cem por cento honesto.

Contudo, há bastante tempo, fiz opção pela coisa certa em todos os sentidos, pela sinceridade, pelo respeito, pela honestidade e vivo feliz porque a vida que me importa está por vir. Esse é o principal legado que deixarei.

Capítulo XIV

Homenagens Recebidas



Homenagem é uma demonstração pública de admiração e respeito por alguém que fez por merecer.

Como já afirmei, sempre pautei minha vida, pessoal quanto profissional, na ética, imprimindo valores da honradez de caráter, da transparência dos atos e do respeito ao próximo e à coisa alheia, como aprendizado do convívio familiar, sem esperar qualquer prova de veneração como reconhecimento. Mas já fui homenageado algumas vezes e, como é normal do ser humano, fiquei muito feliz.

Dentre as diversas homenagens recebidas menciono cinco que mais me encheram de emoção, sem desmerecer as demais, evidentemente:

A primeira foi o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO do município de Lagarto⁷⁶.

Como já foi mencionado em capítulo anterior, fui gestor da Cooperativa do Treze, em Lagarto, num dos momentos mais difíceis de sua história, do ponto de vista econômico,

⁷⁶ Lagarto é o terceiro maior município sergipano em população, estimada pelo IBGE em 106.015 habitantes, em 2021. Localizado na região Centro-Sul do estado e sua economia é pujante, tendo por base a agropecuária.

financeiro e social, tive que tomar medidas impopulares em relação aos associados e ao quadro de colaboradores e muitas decisões que desagradaram clientes e fornecedores. Como resultado desse comportamento gerencial houve uma melhora substancial nos indicadores econômicos e sociais da entidade, com superávit operacional das contas da organização e retorno financeiro imediato ao quadro de associados. Isso refletiu de forma positiva em todos os cantos do estado, em especial nos meios políticos dada a importância da Cooperativa para a economia lagartense e sergipana.

Decorridos três anos de atuação e com a situação estrutural normalizada, recebi com surpresa a visita de um vereador do município (o saudoso Eurides Pinto), acompanhado de um amigo comum e colaborador da empresa (Josefrem do Nascimento), para me informar que apresentou projeto de lei na Câmara Municipal propondo a concessão do título de cidadania honorária à minha pessoa justificando os relevantes serviços prestados ao município com a especial recuperação econômica e financeira da cooperativa — e o projeto foi aprovado por unanimidade.

Quem conhece a política de Lagarto sabe que a aprovação unânime de algo é para ser comemorado com especialidade. É que o município daquela época possuía duas correntes políticas distintas (jocosamente denominadas de Saramandaia e Bole-Bole para identificar as famílias Reis e Ribeiros, respectivamente) cuja disputa pelo poder beirava ao ódio.

Pois bem! Não só o projeto de lei teve a votação favorável dos dois grupos políticos como na solenidade de entrega, as duas bancadas e, principalmente, as duas lideranças nas pessoas de Artur de Oliveira Reis e Rosendo Ribeiro Filho estavam presentes no recinto da Câmara de Vereadores — e isso me deixou ainda mais honrado, orgulhoso e feliz.



Recebendo do Presidente da Câmara, Título de Cidadania de Lagarto.
(Foto: Acervo do Autor)



Auditório com políticos e simpatizantes das duas bancadas.

(Foto: Acervo do Autor)

A segunda homenagem foi uma comenda denominada **MEDALHA DO MÉRITO ECONÔMICO** concedida pelo Conselho Regional de Economia pelos relevantes serviços prestados ao desenvolvimento econômico e social do meu estado. Foi uma homenagem recebida com enorme alegria e carinho.



Na noite da homenagem, em 2010, com o presidente do Conselho, José Carlos Oliveira Souza. (Foto: Acervo do Autor)

Uma outra homenagem que me sensibilizou bastante foi a APOSIÇÃO DE MINHA FOTO NO AUDITÓRIO DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESANATO DE FREI PAULO em reconhecimento pelo trabalho que desempenhei enquanto gerente do Componente Negócios Não Agrícolas do Pró-Sertão que tinha como um dos objetivos qualificar o artesanato da região de abrangência do Projeto e dotar algumas associações de artesãos de sede própria.

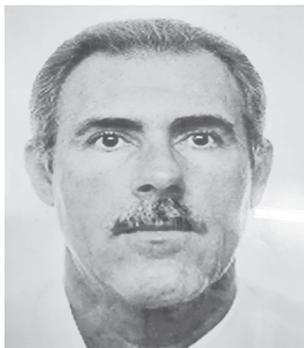


Foto na parede do Auditório da Associação de Artesanato de Frei Paulo.
(Foto: Acervo da Associação)



Inauguração do Auditório da Associação de Artesanato em minha Homenagem. (Foto: Acervo da Associação)

A quarta homenagem foi uma PUBLICAÇÃO DE PÁGINA NO JORNAL DA CIDADE, diário de grande circulação de Sergipe, contando minha história de vida. O jornalista Osmário Santos mantinha há anos a coluna diária Variedades e semanalmente, aos domingos, publicava a biografia de uma personalidade sergipana. E uma dessas foi a minha, conforme recorte, que me deixou muito honrado.

Página do Jornal da Cidade, de Aracaju, em 10/06/2007

A quinta homenagem que considero bastante especial foi uma MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO recebida do Programa Radiofônico “Cooperativismo em Foco”, que era produzido e apresentado ao vivo nas emissoras, Rádio Difusora de Sergipe e sua sucessora Rádio Aperipê, durante 53 anos ininterruptamente pelo renomado jornalista, o saudoso José Carvalho, que dedicou toda sua vida em defesa e apoio ao fortalecimento do sistema cooperativista estadual. José Carvalho tinha o cooperativismo como ideal de vida e incansavelmente, todos os sábados apresentava seu programa ao vivo levando informações importantes sobre as cooperativas e seus cooperados e entrevistas com lideranças do sistema.



O saudoso José Carvalho prestando-me homenagem em 12/05/1989.
(Foto: Acervo do Autor)

Capítulo XV

Conclusão



Antiga ideia de escrever este livro se concretizou a partir de 2016 quando decidi fazer uma minibiografia do meu pai que, naquele ano, completaria 100 anos se estivesse vivo e foi uma enorme dificuldade reunir dados e informações sobre o Sr. Antônio Gomes de Santana e seus familiares! A partir daquele momento passei a pesquisar sobre minha família, tanto de origem paterna como materna, e comecei a reunir e registrar todos os elementos que iam sendo encontrados. Conversei com minhas irmãs mais velhas, por entender que mulher tem memória mais precisa, mas muito pouco foi acrescentado em termos de narrativa e, sobretudo, de documentos comprobatórios; procurei alguns primos por parte de pai, do município de Itabi, na expectativa de colher referências importantes sobre a família deles — e nada de concreto aconteceu. Enfim, tive que me virar como pude e, mesmo sabendo que fico devendo algo mais profundo sobre nossos antepassados, tenho absoluta certeza que dei o melhor de mim e produzi uma excelente obra relatando minha vida, trazendo à tona ações e experiências vivenciadas durante a trajetória dos meus 74 anos completados em 2023, e bem vividos, com foco no trabalho, no amor à família e no respeito e atenção ao próximo.

Sempre pautei minha vida dessa maneira, trabalhando de forma responsável e com total disposição, respeitando o direito do outro e o próprio outro, compartilhando conhecimentos e contribuindo com o meu melhor para, na medida do possível, fazer a felicidade do meu semelhante e, por conseguinte, ser feliz.

O livro *Os Cinco Minutos de Deus*, de Alfonso Milagro, traz um pensamento do escritor Mark Twain⁷⁷ que, desde que me entendi como gente, passei a adotar como filosofia de vida, que diz “Esforcemo-nos por viver de maneira tal que, quando chegarmos à morte, até o diretor da funerária o sinta”. Essa mensagem, portanto, orienta a que se trate a todos com deferência, independente de quem venha ser, de qual idade e de que condição social seja, que assim você será lembrado como uma pessoa do bem. Esse estilo adotado só me ajudou e me fez bem na vida, e é tão fácil, tão simples, tão prazeroso, que faz a vida ter mais sentido. Esse será o meu legado, com absoluta certeza.

Há sessenta anos me mantenho ativo no mercado de trabalho, atuando por mais de quatro décadas a serviço da coletividade e contribuindo para a melhoria da qualidade do serviço público, não obstante já ter auferido por lei, desde 2007, a aposentadoria por tempo de contribuição. Mas o que fazer? Ainda me acho apto e agora com muito mais experiência para poder passar os conhecimentos aos mais novos; o contato com os colegas e com a população me faz bem e trabalhar dá sentido à minha vida. Além do mais o estado também acredita em meu potencial.

Mas o maior sentido de minha vida é a família que constituí com a benção do Senhor. A começar pela mulher que amo, Maria Inez, uma verdadeira mestra na arte de educar e de conviver. Quando entrei na sua vida já foi com duas joias que Deus me deu, minhas filhas Amanda Patrícia e Carla Verônica, ainda em fase de lapidação, por não estarem acostumadas com a separação dos pais, mesmo decorridos quatro anos. Mas Inez, sem qualquer

77 Pseudônimo do escritor e humorista norte-americano, Samuel Langhorne Clemens.

experiência de vida conjugal, não obstante seus quatorze anos mais jovem do que eu, colocou o respeito e a preocupação com as meninas à frente de qualquer situação, ganhou o meu amor definitivamente e a confiança e o afeto das crianças para sempre. Para consagrar essa relação me deu duas pedras preciosas como filhos, Wellington Júnior e Diego Antônio, que juntos com as irmãs constituem o meu orgulho e formam o grande tesouro que recebi como herança do Senhor, como diz o Salmo 127.3.

Para coroar de total felicidade esta minha vida ganhei três netas maravilhosas: Maria Rita, em 2016, filha de Carla e José Paes de Oliveira Neto; Maria Antônia, em 2021, filha de Wellington Júnior e Mayza Macedo; Maria Luiza, no final de 2022, filha de Diego e Thaianne Oliveira, que vieram como grandeza de Deus trazendo, superlativamente, alegria, amor e harmonia para a nossa abençoada família. A presença dessas Marias é de uma importância grandiosa neste momento e nos enche, a mim e à minha esposa, de paz e esperança num futuro lúdico e mais feliz, embora nos imponha maiores responsabilidades, não em educá-las porque isso diz respeito aos pais, mas em não atrapalhar essa educação, não deseducar como é dito ser prática cotidiana dos avós. A nossa pretensão como avô e avó é transmitir, com amor, carinho, delicadeza e com exemplos, os valores éticos e morais que nos orientaram e que, com absoluta certeza, ajudarão na formação dessas mulheres de amanhã.

Pois bem! Essa família que Deus me presenteou, ilustrada na árvore genealógica seguinte como Família Buscapé, é o SONHO REALIZADO e que fez aflorar minha veia poética dando boas vindas às netinhas, como mostram as composições que fiz em estilo acróstico.

Também faz parte dessa minha história de vida a honrada Família Santana Bomfim, da qual minha esposa é a primogênita, e quero reverenciá-la declarando o meu respeito e profunda admiração pela matriarca, Maria da Graça Santana Bomfim, uma verdadeira guerreira que logo aos três anos de vida perdeu sua mãe e aos dez

seu pai, crescendo órfã e cheia de responsabilidades no apoio à sua “mãedrastra” dona Marita na criação de seus irmãos José Luiz, Rita e Geraldo. Sobreviveu às perdas, aprendeu com a vida e se tornou uma grande e bela mulher, casando com Antônio Melo Bomfim, que lhe deixou viúva ainda uma jovem senhora, aos 48 anos de idade, mas sem antes constituir uma linda família, composta por Maria Inez, José Luiz, Antônio Maurício e Carlos Eduardo. Esses filhos foram criados com todo zelo, amor e educação na companhia e com a enorme colaboração e carinho da meia-irmã de dona Graça, Maria Valdice da Silva, que, além de madrinha de crisma de Maria Inez, se tornou “dindinha” de todos e uma segunda mãe e avó dessa turminha que veio complementar a alegria e felicidade das vovós: Rodrigo e Marcela Paes; Wellington Júnior e Diego Antônio; Ana Clarissa; Maria Eduarda, Luiz Gabriel, Raimundo Eduardo e Cauê. Na dinâmica que é a vida, onde os fatos vão se sucedendo, dona Maria da Graça contraiu novo matrimônio com o empresário capelense, Sr. Carlos Alves Oliveira, e já surgiu uma quarta geração da família com a vinda dos bisnetos e bisnetas Moisés, Maria Antônia, Mateus e Maria Luiza.



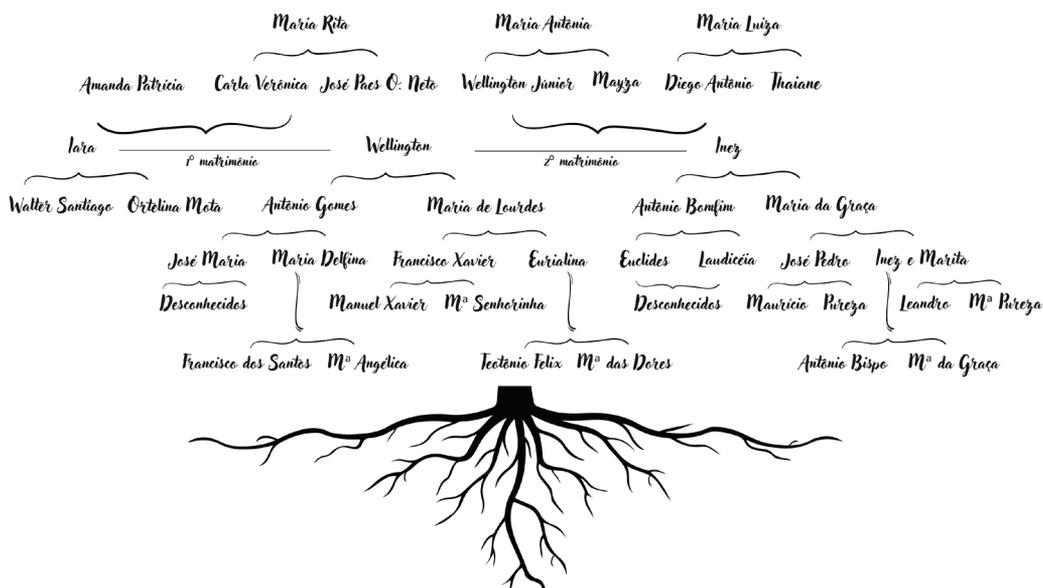
Minha sogra Maria da Graça

Não poderia encerrar essa minha história de vida sem destacar algo que muito me engrandece, e que foi fruto dessa minha maneira de ser e das andanças pelo interior do estado, com atuação profissional em vários municípios sergipanos, que são as amizades que fiz e a responsabilidade cristã que assumi ao levar à pia batismal vinte e quatro criaturas para receber o sacramento do batismo. Sei que os convites recebidos para batizar crianças não foram apenas pela boa relação familiar ou por sólida amizade mantida. Com certeza foram considerados também o fato da minha formação cristã: ser batizado, crismado e praticante da religião católica, apostólica romana. Muito embora reconheça que hoje não sou presente na vida dos meus afilhados, pela própria circunstância do nosso dia a dia (tanto do meu lado, que envelheci, como deles próprios que, em sua grande maioria, cresceram e, certamente, se formaram e constituíram suas próprias famílias), todos fazem parte das minhas orações diárias, mesmo tendo perdido o contato. Para demonstrar o apreço e o carinho que tenho por todos, relaciono-os no quadro a seguir com outras informações relevantes que podem lhes ser úteis um dia:

Afilhados	Data de Nascimento
Alberto Strauss Santana Souza	05/08/1967
Perla Danucha Nascimento de Santana	13/04/1978
Rosângela Mota Santiago	09/04/1958
Agnaldo Batista da Silva	04/03/1972
Rosilene Santos	1º/04/1971
Sueli Miranda	19/06/1975
Thiago de Souza Menezes	14/03/1982
Rodolfo Duarte Fialho	20/09/1988
José Carlos de Santana (+25/03/1914)	13/11/1953
Bruno Santos Almeida	03/11/1987
José Santos de Meirelles	04/05/1972
José Evaristo Júnior	06/03/1989
Sílvio Santos de Oliveira	08/09/1988
Helenilde Conceição de Jesus	11/03/1987
Rafael Alves Almeida	19/09/1989
Marcos Paulo Souza de Santana	21/08/1990
Irickson Batista de Souza	1º/03/1993
Flávia Laís de Jesus	15/07/1995
Cristhian Oliveira Guerreiro	25/10/1999
Graziela dos Santos	15/09/1999
Luana Alícia Santos Reis	09/07/2000
Arthur Farias Nascimento	02/05/2006
Izabela Maria de Souza Batista	14/10/2004
Sophia Oliveira de Santana	30/11/2020

Igreja	Pais
N. S. de Lourdes	José Mariano de Souza e Maria Helena S. Souza
N. S. de Lourdes	Antônio Rivaldo de Santana e Maria da Conceição N. de Santana
São José	Walter Santiago e Ortelina Mota Santiago
São Judas Tadeu	José Batista da Silva e Joana Maria
São Judas Tadeu	Paulo dos Santos e Maria dos Santos
Catedral Metropolitana	João Miranda Neto e Creuza Santos
Espírito Santo	José Reis de Menezes e Josefa Souza
Conj. Sol Nascente	Gilberto Fialho de Freiras e Celeste A. D. Freitas
N. S. de Lourdes	Antônio Gomes de Santana e Maria de Lourdes (meus pais)
São Judas Tadeu	Josileide Rosário dos Santos
N. S. Aparecida (Conj. Bugio)	Adalberto F de Meirelles e Valdice
Matriz de Itaporanga d'Ajuda	José Evaristo e Gilvanete dos Santos
Catedral de Estância	José Moreira de Oliveira (Zé Silva) e Maria José Oliveira
Catedral de Estância	José Lourival de Jesus e Maria José da Conceição
N. S. Auxiliadora Salesiano	Oswaldo Sérgio Almeida Santos e Geilza Alves
N. S. de Lourdes	José Carlos de Santana e Maria Elias Souza
N. S. Auxiliadora Salesiano	Inajá Francisco de Souza e Maria Socorro
N. S. Auxiliadora Salesiano	Gilvá Maurino dos Santos (Pinho) e Maria de Fátima
N. S. Auxiliadora Salesiano	Manoel Guerreiro de Jesus e Josefina Mariano de Oliveira
São Judas Tadeu	José Carlos dos Santos e Augusta dos Santos
Comunidade Amargosa (Poço Verde)	André de Jesus Reis e Renilda Maria dos Santos
São Pedro Pescador	Gilvan Vasconcelos do Nascimento e Iris Farias do Nascimento
São Paulo (Frei Paulo)	Elinco Souza Batista e Ana Carla de Souza (Frei Paulo)
N. S. do Perpétuo Socorro	Marcos Paulo Souza de Santana e Beatriz Oliveira Dias

Árvore Genealógica da Família Buscapé



Da esquerda para a direita: Amanda, Neto, Carla com Maria Rita, Maria Inez, Wellington, Júnior com Maria Antônia, Mayza, Diego com Maria Luíza e Thaiane. (Foto: Stúdio Charles)

Poemas em Acróstico para Minhas Netas



Maria Rita Minha Primeira Neta

Mas que linda emoção marcou a sua chegada!
Aos quatorze de novembro de dois mil e dezesseis
Radiando alegria uma pequena multidão que a aguardava
Impaciente e ansiosa, sempre orando por vocês
Aliviados ao te ver, nossa inquietação findava.

Riqueza incalculável para os pais é a chegada de um rebento
Infinita relação de afeto para avós que amam com fervor
Tantos anos, tantos planos, eis que nasce um monumento
Agradecimento eterno por essa semente de amor.

Mais que realizado como ser, eu, avô, me sinto laureado
Imensamente premiado pelo que a vida reservou
Notadamente as quatro joias, que me deixaram consagrado
Honra e glória para o pai que sempre projetou
A vida em família como célula de amor

Parte da boneca tem a beleza da mãe, outra bela porção do pai
Resta aquele quinhãozinho como cota do vovô
Identidade consanguínea que na vida não se esvai
Mesmo quando crescida, com todo seu esplendor
Essa é a máxima da vida, que nunca de moda sai
Imagine em descendência temente do Criador
Revigora a cada dia quando se vive no amor
Ainda mais quando a união se enraíza e sobressai

Nossa relação de infinito afeto e adorável frescor
Eternizará uma afinidade construída com enorme afeição
Ternamente alimentada com proteção de avô
Agora, sempre e em qualquer situação.



Bem Vinda Maria Antônia

Bem vinda minha princesinha, traga paz e harmonia,
Esperança e fé na prevalência do amor
Medida certa na construção da família.

Você chegou de mansinho, como o sol chega no horizonte
Iluminando ao redor, tal qual o luar ao sertão
Numa manhã acalorada do dia de São João
Dizendo através do choro que estava bem contente
Alegrando essa família e marcando-a para sempre.

Maria é o seu nome e significa pureza
Antônia completa a graça, num conjunto de beleza
Regalo de Deus é Dom, mais que joia de valor
Irradiando alegria, marcando um ato de amor
Agora, a bem da verdade, o presente é do avô.

A casa ficou mais cheia, isso é uma verdade
Nunca mais será a mesma, um poço de felicidade
Tudo será diferente, cristalino em proteção
Ônus a mais não tem, mas um tanto de emoção
Noite e dia é trabalho, muita alegria também
Inspiração nunca falta, é abundante que só
Aconchego dos papais e chamego dos avós.



Bem Vinda Maria Luiza

Bem-aventurado estou com sua chegada
Espontânea e sem pedir licença
Marcando em meu coração a sua feliz morada.

Vida que se renova em minha vida
Indelevelmente marcada por mais essa fonte de amor
Notável pela naturalidade infinda
Deleite cotidiano da vovó e do vovô
Afável presente e uma alegria incontida

Malu, minha terceira neta,
A mais nova fonte de inspiração e alegria
Rebento divino que motiva festa
Imagem e semelhança de Deus na família
Amor incondicional, sem aresta

Linda, fofa e gostosa
Uma princesa cheirando a jasmims
Ilustre criaturinha formosa
Zínia viçosa dos meus jardins
A recente Maria, minha neta charmosa.

Quero registrar um agradecimento muito especial ao sistema de buscas Google como minha única fonte bibliográfica de pesquisas quando das necessidades de consultas de dados e informações.

Tiragem	300 exemplares
Formato	15x21cm
Tipografia	Adobe Garamond 14, 12 pt Dancing Spirit 50, 25 pt
Papel	Pólen Soft 80g/m ² (miolo)
Capa	Supremo 250g/m ² (capa)